

2023

RELATÓRIO
SOBRE
EMPREGO E FORMAÇÃO

Título: *Relatório sobre Emprego e Formação – 2023*

Data de edição: julho de 2024

CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Praça de Londres, nº 2 - Piso 9

1049-056 – Lisboa, Portugal

Email: geral@crl.mtsss.pt

Depósito legal: 419803/16

Execução gráfica: Editorial do Ministério da Educação e Ciência

Tiragem: 25 exemplares

Documento redigido segundo o Acordo Ortográfico em vigor à data.

CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS

– *Composição:*

Presidente: **Nuno da Silva Bernardo** (CTP)

Organizações Governamentais:

- ACT - **Jorge Manuel M. Pinhal** (efetivo); Maria José Tiago (suplente)
- DGERT – **Ana Couto de Olim** (efetivo); Rui Abreu (suplente)
- GEP - **Antonietta do Rosário P. S. Ministro** (efetivo); Maria Teresa F. Feliciano (suplente)
- IEFP – **Domingos Ferreira Lopes** (efetivo); Adélia Ferreira da Costa (suplente)

Organizações Sindicais:

- CGTP-IN - **Ana Isabel Lopes Pires** (efetivo); Fernando José Machado Gomes (suplente)
José Rodrigues Oliveira (efetivo); Fernando M. Pires Marques (suplente)
- UGT – **Carlos M. Anjos Alves** (UGT); José Oliveira Vinagre (suplente)
António Rui Carvalho Miranda (UGT); Soraia Duarte Estevez (suplente)

Organizações Empresariais:

- CAP - **Cristina Nagy Morais** (efetivo); Pedro M. R. da Costa Pereira (suplente)
- CCP - **Ana Cristina Vieira** (efetivo); Alberto J. Lança de Sá e Mello (suplente)
- CIP - **Nuno M. V. Nobre Biscaya** (efetivo); Luís Henrique (suplente)
- CTP - António A. da Cunha Abrantes (suplente)

Autores do Relatório

Equipa técnica:

Perito convidado: **José Varejão** (Universidade do Porto)

Alexandra Moreira (CRL)

Teresa Pina Amaro (CRL)

COMISSÃO CIENTÍFICA PARA O RELATÓRIO SOBRE EMPREGO E FORMAÇÃO

Composição

- **António Figueiredo** (Quaternnaire)
- **Cristina Rodrigues** (Universidade NOVA de Lisboa)
- **Francisco Madelino** (ISCTE)
- **João Cerejeira** (Universidade do Minho)
- **Mário C. Dias** (Universidade Lusíada)

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS.....	9
NOTA PRÉVIA	15
INTRODUÇÃO	17
SUMÁRIO EXECUTIVO	19
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU	19
2. ANÁLISE SINTÉTICA SOBRE A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO	20
2.1. Oferta de trabalho.....	20
2.2. Emprego	22
2.3. Desemprego.....	24
2.4. Fluxos de mão-de-obra entre emprego, desemprego e inatividade.....	25
3. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES NAS EMPRESAS.....	26
4. GANHOS E REMUNERAÇÕES.....	28
5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO	29
PRINCIPAIS INDICADORES.....	31
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU	33
2. O MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA	43
2.0. NOTA INTRODUTÓRIA.....	43
2.1.1. População total	44
2.1.2. Fluxos migratórios	44
FLUXOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL	44
• Evolução da Emigração portuguesa	44
• Evolução da Imigração portuguesa	48
2.1.3. População por níveis de escolaridade.....	50
2.1.3.1. Evolução da população por níveis de educação em Portugal e na UE.....	50
2.1.3.2. População com níveis de educação secundário em Portugal e na UE	53
2.1.4. População ativa e taxas de atividade.....	55
2.1.4.1. População ativa por escalões etários	56
2.1.4.2. Taxas de atividade em Portugal e na União Europeia.....	56
2.1.4.3. População ativa por níveis de escolaridade completos	57
2.1.4.4. População ativa por regiões	57
2.1.5. População Inativa.....	58
INATIVOS DISPONÍVEIS QUE NÃO PROCURAM EMPREGO.....	58
2.1.6. População jovem: abandono escolar precoce e população jovem que não trabalha nem estuda (NEEF) em Portugal e na União Europeia.....	60
2.1.6.1. Saída escolar precoce	60
2.1.6.2. População jovem que não trabalha nem estuda (NEEF).....	61
2.2. EMPREGO.....	64
2.2.1. Emprego e taxas de emprego.....	64
2.2.1.1 Emprego por escalões etários.....	65
2.2.1.2. Taxas de Emprego em Portugal e na União Europeia	65
2.2.1.3. População empregada por níveis de escolaridade	67
2.2.1.4. Emprego por regiões	68
2.2.1.5. População empregada por situação na profissão	68
2.2.1.6. População empregada por tempo de duração de trabalho.....	69
2.2.1.7. Percentagem da população subempregada no total da população empregada a tempo parcial em Portugal e na UE.....	71
2.2.1.8. Trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato.....	72
2.2.1.9. Contratos a Termo em Portugal e na União Europeia	73

2.2.1.10. População empregada por setores de atividade	74
2.2.1.11. População empregada por grupos profissionais	79
2.2.2. Emprego nas administrações públicas	81
2.2.2.1. Postos de trabalho nas administrações públicas	81
• Por escalões etários	82
• Por níveis de escolaridade	82
• Por tipo de vínculo	83
• Por área governativa	84
2.2.2.2. Emprego nas entidades do setor público, exceto administrações públicas (AP)	85
• Por escalões etários	87
• Por níveis de escolaridade	87
• Por setores de atividade	87
2.2.3. Trabalho temporário	88
2.2.3.1. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários	88
• Por tipo de contrato	89
• Por sexo e escalão etário	90
2.2.3.2. Percentagem de trabalhadores das empresas de trabalho temporário no total da população empregada em Portugal e na UE	91
SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO EM PORTUGAL	91
2.3. DESEMPREGO	94
2.3.1. Desemprego e taxas de desemprego	94
2.3.1.1. Desemprego por escalões etários	94
2.3.1.2. Taxas de desemprego em Portugal e na União Europeia	95
2.3.1.3. Desemprego por níveis de escolaridade	97
2.3.1.4. Desemprego por experiência anterior de trabalho	98
2.3.1.5. Desempregados à procura de novo emprego	99
• Por regiões	99
2.3.1.6. Desempregados de longa duração	100
Taxa de desemprego de longa duração em Portugal e na UE	100
2.3.2 Desemprego registado e pedidos de emprego nos Centros de Emprego	103
MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS NO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO	109
2.3.3. Situação do desemprego subsidiado	112
• Montantes médios mensais das prestações de desemprego	114
2.4. FLUXOS DE MÃO DE OBRA ENTRE EMPREGO, DESEMPREGO E INATIVIDADE	116
2.4.1. Emprego nas administrações públicas – fluxos de entradas e saídas	119
2.4.2. Entidades empregadoras e beneficiários com prestações de lay-off	121
2.4.3. Despedimentos coletivos	123
3. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES NAS EMPRESAS	125
3.0. NOTA INTRODUTÓRIA	125
3.1. ESTRUTURA EMPRESARIAL	126
3.1.1. Por setores de atividade	126
3.1.2. Por dimensão da empresa	127
3.2. EMPREGO NAS EMPRESAS	128
3.2.1. Por setores de atividade	128
3.2.2. Por dimensão de empresas	131
3.2.3. Por níveis de habilitação e de qualificação	132
3.2.4. Por tipo de contrato	134
3.2.4.1. Por tipo de contrato e escalão etário	135
CONTRATOS DE TRABALHO REGISTADOS NA SEGURANÇA SOCIAL	136
3.3. TRABALHADORES ESTRANGEIROS NAS EMPRESAS	137

3.4. ESTRUTURA EMPRESARIAL – SETORES INTENSIVOS EM TECNOLOGIA E CONHECIMENTO	140
3.4.1. Por setores de atividade	141
3.4.1.1. <i>Empresas nos setores de alta e média alta tecnologia.....</i>	<i>142</i>
3.4.1.2. <i>Empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação</i>	<i>143</i>
3.4.1.3. <i>Empresas das indústrias transformadoras de alta e média alta tecnologia.....</i>	<i>143</i>
3.4.1.4. <i>Empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados.....</i>	<i>144</i>
3.4.1.5. <i>Indústrias transformadoras de baixa tecnologia.....</i>	<i>145</i>
3.4.1.6. <i>Empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia.....</i>	<i>146</i>
3.5. EMPREGO NAS EMPRESAS – SETORES INTENSIVOS EM TECNOLOGIA E CONHECIMENTO	147
3.5.1. Por setores de atividade	147
3.5.1.1. <i>Pessoas ao serviço nas empresas nos setores de alta e média alta tecnologia.....</i>	<i>148</i>
3.5.1.2. <i>Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação ...</i>	<i>149</i>
3.5.1.3. <i>Pessoas ao serviço nas empresas das Indústrias de alta e média alta tecnologia.....</i>	<i>150</i>
3.5.1.4. <i>Pessoas ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados.....</i>	<i>150</i>
3.5.1.5. <i>Pessoal ao serviço nas empresas das Indústrias de baixa tecnologia.....</i>	<i>151</i>
3.5.1.6. <i>Pessoal ao serviço nas empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia.....</i>	<i>152</i>
3.6. SINISTRALIDADE E ABSENTISMO LABORAL.....	155
3.6.1. <i>Sinistralidade laboral.....</i>	<i>155</i>
3.6.2. <i>Baixas no âmbito de doença.....</i>	<i>162</i>
4. GANHOS E REMUNERAÇÕES.....	165
4.0. <i>NOTA INTRODUTÓRIA.....</i>	<i>165</i>
4.1. REMUNERAÇÕES: REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL, GANHOS MÉDIOS E MEDIANA DO GANHO.....	165
<i>REMUNERAÇÕES MÉDIAS MENSAS E MEDIANA DO GANHO - SEGURANÇA SOCIAL</i>	<i>167</i>
• <i>Por nível de habilitação</i>	<i>168</i>
• <i>Por setores de atividade.....</i>	<i>169</i>
4.2. ESTRUTURA REMUNERATÓRIA.....	171
• <i>Remunerações bases médias mensais por tipo de contrato.....</i>	<i>173</i>
4.3. ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO	176
4.4. GANHOS E REMUNERAÇÕES NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS.....	178
5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO	181
5.0. <i>NOTA INTRODUTÓRIA.....</i>	<i>181</i>
5.1. FORMAÇÃO PROFISSIONAL PROMOVIDA PELO INSTITUTO DO EMPREGO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	181
5.2. MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO.....	186
<i>FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM REGIME PRESENCIAL OU A DISTÂNCIA.....</i>	<i>190</i>
5.3. FORMAÇÃO CONTÍNUA NAS EMPRESAS.....	191
• <i>Por setores de atividade.....</i>	<i>192</i>
• <i>Por escalão de dimensão das empresas.....</i>	<i>193</i>
• <i>Por sexo e escalão etário.....</i>	<i>194</i>
• <i>Por nível de habilitações.....</i>	<i>194</i>
• <i>Por grupos profissionais</i>	<i>195</i>
• <i>Por iniciativa da formação.....</i>	<i>195</i>
• <i>Por tipo de horário de formação.....</i>	<i>196</i>
• <i>Por duração da formação</i>	<i>197</i>
5.4. OFERTAS E COLOCAÇÕES DOS CENTROS DE EMPREGO.....	198
CONCEITOS UTILIZADOS	202
PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO CIENTÍFICA	211
COMENTÁRIOS DOS MEMBROS DO CRL.....	214

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. PRINCIPAIS INDICADORES	31
FIGURA 2. EVOLUÇÃO DO PIB EM TERMOS REAIS (2015=100)	33
FIGURA 3. TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB	34
FIGURA 4. TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIBPC	34
FIGURA 5. PIBPC DE PORTUGAL (EM % UE COM BASE EM VALORES EM PPP)	35
FIGURA 6. TAXA DE INFLAÇÃO (IHPC, T.V.A., EM %)	36
FIGURA 7. TAXA DE JURO, FREQ. ANUAL (CRITÉRIO DA UEM, EM %)	37
FIGURA 8. TAXA DE JURO, FREQ. MENSAL (CRITÉRIO DA UEM, EM %)	37
FIGURA 9. EMPREGO TOTAL (15-64 ANOS)	38
FIGURA 10. POPULAÇÃO ATIVA (15-64 ANOS) 2015=100	38
FIGURA 11. STOCK DE CAPITAL POR TRABALHADOR (2015=100)	39
FIGURA 12. PRODUTIVIDADE REAL DO TRABALHO (Nº DE TRABALHADORES; 2015=100)	39
FIGURA 13. PRODUTIVIDADE REAL DO TRABALHO (HORAS; 2015=100)	40
FIGURA 14. PRODUTIVIDADE TOTAL DOS FATORES (2015=100)	40
FIGURA 15. REMUNERAÇÕES POR TRABALHADOR - (T.V.A. NOMINAL)	41
FIGURA 16. REMUNERAÇÕES DO TRABALHO (EM % DO PIB)	41
FIGURA 17. CUSTO UNITÁRIO EM TRABALHO (2015=100)	42
FIGURA 18. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA	45
FIGURA 19. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR TIPOLOGIA	46
FIGURA 20. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR SEXO	46
FIGURA 21. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR GRUPO ETÁRIO	47
FIGURA 22. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR ESCOLARIDADE	48
FIGURA 23. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRADA EM PORTUGAL	48
FIGURA 24. EVOLUÇÃO DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR SEXOS	49
FIGURA 25. ESTRUTURA ETÁRIA DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM 2022	50
FIGURA 26. EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS 15 AOS 64 ANOS	51
FIGURA 27. EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS 15 AOS 64 ANOS, POR SEXO	52
FIGURA 28. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO (20 AOS 24 ANOS) COM PELO MENOS O NÍVEL DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIO	53
FIGURA 29. POPULAÇÃO (20 AOS 24 ANOS) COM PELO MENOS O NÍVEL DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIO, POR SEXO	54
FIGURA 30. POPULAÇÃO (25 AOS 64 ANOS) COM PELO MENOS O NÍVEL DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIO, POR SEXO	54
FIGURA 31. EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ATIVIDADE MASCULINA E FEMININA	55
FIGURA 32. EVOLUÇÃO DA TAXA DE ATIVIDADE	56
FIGURA 33. EVOLUÇÃO DA TAXA DE ATIVIDADE DOS JOVENS (15 AOS 24 ANOS)	57
FIGURA 34. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA DISPONÍVEL QUE NÃO PROCURA EMPREGO	58
FIGURA 35. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA DISPONÍVEL QUE NÃO PROCURA EMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO	59
FIGURA 36. JOVENS (18 A 24 ANOS) QUE SAÍRAM PRECOCEMENTE DA ESCOLA	60
FIGURA 37. JOVENS (18 A 24 ANOS) QUE SAÍRAM PRECOCEMENTE DA ESCOLA, POR SEXO	61
FIGURA 38. POPULAÇÃO JOVEM NEEF (15 A 29 ANOS), POR SEXO	62
FIGURA 39. POPULAÇÃO JOVEM NEEF	63
FIGURA 40. POPULAÇÃO JOVEM NEEF, POR NÍVEIS DE ENSINO	63
FIGURA 41. TAXA DE EMPREGO POR SEXO	64
FIGURA 42. VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR ESCALÕES ETÁRIOS	65
FIGURA 43. EVOLUÇÃO DA TAXA DE EMPREGO	66
FIGURA 44. EVOLUÇÃO DA TAXA DE EMPREGO DOS JOVENS (15 AOS 24 ANOS)	66
FIGURA 45. TAXAS DE EMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE	67
FIGURA 46. VARIAÇÃO DO EMPREGO POR REGIÕES DO CONTINENTE	68
FIGURA 47. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR SITUAÇÃO NA PROFISSÃO	69
FIGURA 48. PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR TEMPO DE DURAÇÃO DO TRABALHO	70
FIGURA 49. EVOLUÇÃO DO EMPREGO A TEMPO PARCIAL E DO SUBEMPREGO A TEMPO PARCIAL	70

FIGURA 50. PERCENTAGEM DO EMPREGO A TEMPO PARCIAL INVOLUNTÁRIO NO TOTAL DO EMPREGO A TEMPO PARCIAL (15 E MAIS ANOS)	71
FIGURA 51. PERCENTAGEM DO EMPREGO A TEMPO PARCIAL INVOLUNTÁRIO NO TOTAL DO EMPREGO A TEMPO PARCIAL, POR SEXO	72
FIGURA 52. TCO COM CONTRATOS A TERMO E SEM TERMO	73
FIGURA 53. CONTRATOS A TERMO (% NO EMPREGO TOTAL)	73
FIGURA 54. EMPREGO POR GRANDES SETORES DE ATIVIDADE (MILHARES DE INDIVÍDUOS)	74
FIGURA 55. VARIAÇÃO DO EMPREGO NAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS E NA CONSTRUÇÃO	75
FIGURA 56. VARIAÇÃO DO EMPREGO POR SUBSETORES DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	76
FIGURA 57. VARIAÇÃO DO EMPREGO NOS SERVIÇOS	77
FIGURA 58. VARIAÇÃO DO EMPREGO NOS SUBSETORES DO COMÉRCIO	78
FIGURA 59. EVOLUÇÃO DO EMPREGO NAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO	79
FIGURA 60. EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR GRUPOS PROFISSIONAIS	80
FIGURA 61. POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	81
FIGURA 62. VARIAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES	83
FIGURA 63. POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS A TERMO E SEM TERMO	84
FIGURA 64. VARIAÇÕES DOS POSTOS DE TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR ÁREAS GOVERNATIVAS	85
FIGURA 65. POSTOS DE TRABALHO NAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO, EXCETO AP, POR SUBSETOR	86
FIGURA 66. EMPREGO NAS EMPRESAS E DEMAIS ENTIDADES DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, EXCETO AP, POR CAE	88
FIGURA 67. TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM COM CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIOS POR TIPO DE CONTRATO	89
FIGURA 68. TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM COM CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIOS POR ESCALÕES ETÁRIOS	90
FIGURA 69. PERCENTAGEM DE TRABALHADORES DE AGÊNCIAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO	91
FIGURA 70. EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR SEXO	92
FIGURA 71. EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR GRUPO ETÁRIO	92
FIGURA 72. EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR ESCOLARIDADE	93
FIGURA 73. VARIAÇÃO DO NÚMERO DE DESEMPREGADOS	94
FIGURA 74. TAXAS DE DESEMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO	95
FIGURA 75. EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO	96
FIGURA 76. EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO JOVEM	96
FIGURA 77. TAXAS DE DESEMPREGO POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	97
FIGURA 78. DESEMPREGO POR EXPERIÊNCIA ANTERIOR DE TRABALHO	98
FIGURA 79. EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO POR REGIÕES	99
FIGURA 80. TAXA DE DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO (% NA POPULAÇÃO ATIVA)	100
FIGURA 81. DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO	101
FIGURA 82. DESEMPREGADOS HÁ 12 E MAIS MESES POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES	102
FIGURA 83. DESEMPREGADOS ENTRE OS 16 E OS 34 ANOS POR DURAÇÃO DA PROCURA DE EMPREGO	102
FIGURA 84. EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTRADO POR SEXO	103
FIGURA 85. PERCENTAGEM DO DESEMPREGO JOVEM E DO DLD NO DESEMPREGO REGISTRADO	104
FIGURA 86. EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTRADO POR REGIÕES	104
FIGURA 87. DESEMPREGO REGISTRADO POR SETORES DE ATIVIDADE	105
FIGURA 88. DESEMPREGO REGISTRADO NA INDÚSTRIA	106
FIGURA 89. DESEMPREGO REGISTRADO NOS SERVIÇOS	107
FIGURA 90. DESEMPREGO REGISTRADO (NOVO EMPREGO) POR PROFISSÕES	108
FIGURA 91. EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTRADO POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES (%)	108
FIGURA 92. MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS EM 2023	109
FIGURA 93. EVOLUÇÃO DOS MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS	110
FIGURA 94. EVOLUÇÃO DOS MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS	111
FIGURA 95. BENEFICIÁRIOS COM PROCESSAMENTO DE PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO	112
FIGURA 96. BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO DEFERIDAS	113
FIGURA 97. PROCESSOS DE DESEMPREGO DEFERIDOS POR TIPO DE SUBSÍDIO	114
FIGURA 98. EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO MENSAL DAS PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO (TCO)	115

FIGURA 99. EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO MENSAL DOS SUBSÍDIOS POR CESSAÇÃO DE ATIVIDADE.....	116
FIGURA 100. FLUXOS DE MÃO DE OBRA EM 2023.....	117
FIGURA 101. FLUXOS DE MÃO DE OBRA EM 2022.....	118
FIGURA 102. FLUXOS DE MÃO DE OBRA.....	119
FIGURA 103. FLUXOS DE ENTRADAS E SAÍDAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – 2023.....	120
FIGURA 104. FLUXOS DE ENTRADAS E SAÍDAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – 2022.....	120
FIGURA 105. ENTIDADES EMPREGADORAS E BENEFICIÁRIOS EM SITUAÇÃO DE LAY-OFF.....	121
FIGURA 106. BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE LAY-OFF, POR TIPOLOGIA.....	122
FIGURA 107. DESPEDITOS COLETIVOS COMUNICADOS POR TIPOLOGIA DE EMPRESA, EM 2023.....	123
FIGURA 108. TRABALHADORES DESPEDITOS POR TIPOLOGIA DE EMPRESA, EM 2023.....	123
FIGURA 109. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DESPEDITOS COLETIVOS POR TIPOLOGIA DE EMPRESA.....	124
FIGURA 110. TOTAL DE TRABALHADORES A DESPEDIR E TOTAL DE TRABALHADORES DESPEDITOS, EM 2023.....	124
FIGURA 111. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS.....	126
FIGURA 112. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS POR CAE.....	127
FIGURA 113. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS.....	128
FIGURA 114. ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO (PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS).....	129
FIGURA 115. TRABALHADORES AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NOS PRINCIPAIS SUBSETORES DE ATIVIDADE DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS.....	130
FIGURA 116. TRABALHADORES AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NOS SUBSETORES DO COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS.....	131
FIGURA 117. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DOS TCO POR NÍVEL DE HABILITAÇÃO.....	132
FIGURA 118. EVOLUÇÃO DOS TCO COM CONTRATOS A TERMO POR TIPO DE CONTRATO.....	134
FIGURA 119. EVOLUÇÃO DOS TCO ATÉ AOS 24 ANOS POR TIPO DE CONTRATO.....	135
FIGURA 120. EVOLUÇÃO DOS TCO ENTRE OS 25 E OS 34 ANOS POR TIPO DE CONTRATO.....	135
FIGURA 121. EVOLUÇÃO DOS TCO ENTRE OS 35 E OS 54 ANOS POR TIPO DE CONTRATO.....	135
FIGURA 122. EVOLUÇÃO DOS TCO COM 55 E MAIS ANOS POR TIPO DE CONTRATO.....	135
FIGURA 123. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONTRATOS E DO NÚMERO DE NOVOS CONTRATOS DE TRABALHO REGISTADOS NA SEGURANÇA SOCIAL.....	136
FIGURA 124. ESTRANGEIROS NAS EMPRESAS POR NACIONALIDADE EM 2022.....	137
FIGURA 125. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTRANGEIROS NAS EMPRESAS POR NACIONALIDADE.....	138
FIGURA 126. EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DE TCO ESTRANGEIROS NO TOTAL DOS TCO.....	139
FIGURA 127. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TCO POR SETOR DE ATIVIDADE.....	139
FIGURA 128. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS.....	141
FIGURA 129. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS NOS SETORES DE ATIVIDADE MAIS SIGNIFICATIVOS.....	141
FIGURA 130. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DOS SETORES DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA.....	142
FIGURA 131. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS COM ATIVIDADES DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	143
FIGURA 132. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA.....	144
FIGURA 133. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS COM FATORES COMPETITIVOS AVANÇADOS.....	144
FIGURA 134. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE BAIXA TECNOLOGIA DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS.....	145
FIGURA 135. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO DE ALTA TECNOLOGIA.....	146
FIGURA 136. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS.....	147
FIGURA 137. ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO (PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS).....	148
FIGURA 138. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DOS SETORES DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA	149
FIGURA 139. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS COM ATIVIDADES DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC).....	149
FIGURA 140. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA.....	150
FIGURA 141. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS COM FATORES COMPETITIVOS AVANÇADOS.....	151
FIGURA 142. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE BAIXA TECNOLOGIA DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS.....	151

FIGURA 143. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DOS SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO DE ALTA TECNOLOGIA	152
FIGURA 144. SETORES INTENSIVOS EM TECNOLOGIA OU CONHECIMENTO	153
FIGURA 145. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO	155
FIGURA 146. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR ATIVIDADE ECONÓMICA	156
FIGURA 147. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS POR ATIVIDADE ECONÓMICA	156
FIGURA 148. TAXA DE INCIDÊNCIA DOS ACIDENTES DE TRABALHO, EM 2021, POR SETOR DE ATIVIDADE.....	157
FIGURA 149. ACIDENTES DE TRABALHO POR DIMENSÃO DA EMPRESA, EM 2021.....	158
FIGURA 150. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR DIMENSÃO DA EMPRESA	159
FIGURA 151. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR SEXO	159
FIGURA 152. ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS POR GRUPO ETÁRIO, EM 2021	160
FIGURA 153. TAXA DE INCIDÊNCIA DOS ACIDENTES DE TRABALHO, EM 2021, POR GRUPO ETÁRIO	161
FIGURA 154. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR GRUPO ETÁRIO.....	161
FIGURA 155. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA	162
FIGURA 156. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA, POR SEXO	163
FIGURA 157. DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DO NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA, EM 2023	163
FIGURA 158. NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA, EM 2023, POR NÚMERO DE DIAS	164
FIGURA 159. EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL MASCULINO E FEMININO	166
FIGURA 160. EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL E DA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL.....	166
FIGURA 161. EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL E DA MEDIANA DO GANHO – SEGURANÇA SOCIAL	167
FIGURA 162. GANHO MÉDIO MENSAL POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES - 2022.....	168
FIGURA 163. EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES.....	169
FIGURA 164. GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO A TEMPO COMPLETO POR ATIVIDADES ECONÓMICA – 2022.....	170
FIGURA 165. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DOS TCO (REMUNERAÇÃO BASE MENSAL).....	172
FIGURA 166. EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL DOS TCO A TEMPO COMPLETO COM CONTRATOS SEM TERMO E COM TERMO E A TERMO INCERTO.....	174
FIGURA 167. EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL DOS TCO COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS A TERMO CERTO E INCERTO	175
FIGURA 168. ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO EM PORTUGAL, POR SETOR DE ATIVIDADE (BASE: 2020 = 100)	176
FIGURA 169. ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO NOS PAÍSES DA UE, EM 2022	177
FIGURA 170. EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO NOS PAÍSES DA UE	178
FIGURA 171. EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL E DA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS.....	179
FIGURA 172. GANHO MÉDIO MENSAL NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS POR CAE -2023	180
FIGURA 173. NÚMERO DE FORMANDOS ABRANGIDOS POR CURSOS DE FORMAÇÃO.....	182
FIGURA 174. POPULAÇÃO ABRANGIDA NAS MEDIDAS DE FORMAÇÃO EM 2023, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	184
FIGURA 175. POPULAÇÃO ABRANGIDA NAS MEDIDAS DE FORMAÇÃO SEGUNDO A SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO NO INÍCIO DA FORMAÇÃO, EM 2023	185
FIGURA 176. PERCENTAGEM DE FORMANDOS APROVADOS NO FINAL DA FORMAÇÃO	185
FIGURA 177. NÚMERO DE ABRANGIDOS POR MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO	186
FIGURA 178. EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DE ABRANGIDOS PELAS MEDIDAS DE	187
FIGURA 179. PERCENTAGEM DE ABRANGIDOS POR MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO, POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES, EM 2023	188
FIGURA 180. EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DE EMPREGADOS NO TOTAL DOS INDIVÍDUOS	189
FIGURA 181. TIPOLOGIA DE COLOCAÇÃO DOS INDIVÍDUOS QUE CONCLUÍRAM MEDIDAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL EM 2023	189
FIGURA 182. REGIME DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	190
FIGURA 183. EVOLUÇÃO DA % EMPRESAS E TRABALHADORES ENVOLVIDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA RELATIVAMENTE AO TOTAL DE EMPRESAS E TRABALHADORES.....	191
FIGURA 184. PERCENTAGEM DE EMPRESAS E TRABALHADORES ENVOLVIDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA FACE AO TOTAL DE EMPRESAS E TRABALHADORES POR SETORES DE ATIVIDADE – 2022.....	192
FIGURA 185. PERCENTAGEM DE TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA SEGUNDO O ESCALÃO DE PESSOAL AO SERVIÇO.....	193
FIGURA 186. PERCENTAGEM DE TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO RELATIVAMENTE AO TOTAL DE TCO DO MESMO GRUPO PROFISSIONAL	195

FIGURA 187. NÚMERO DE TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO POR INICIATIVA DA FORMAÇÃO – 2022	196
FIGURA 188. PERCENTAGEM DE TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO POR TIPO DE HORÁRIO	197
FIGURA 189. OFERTAS E COLOCAÇÕES RECEBIDAS NOS CENTROS DE EMPREGO	198
FIGURA 190. OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS – SERVIÇOS	199
FIGURA 191. OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS – INDÚSTRIA	200
FIGURA 192. OFERTAS RECEBIDAS POR GRUPOS PROFISSIONAIS	201

NOTA PRÉVIA

O presente relatório mantém a estrutura dos anteriores, cuja primeira edição remonta a 2015. No primeiro capítulo é feito o enquadramento macroeconómico, com destaque para a análise da evolução das principais grandezas, em Portugal e na União Europeia em particular, enquanto determinantes relevantes da dinâmica do mercado de trabalho.

No segundo capítulo relata-se a evolução da oferta de trabalho, que inclui um breve resumo dos fluxos migratórios. Analisam-se também os principais indicadores do mercado de trabalho relativamente ao emprego, desemprego e fluxos emprego- desemprego-inatividade, de acordo com diferentes dimensões, nomeadamente sexo, grupo etário, nível de escolaridade, região, setor de atividade, tipo de contrato, duração do desemprego, entre outras. Relata-se igualmente o emprego nas entidades do Setor Público.

Nos terceiro e quarto capítulos caracteriza-se o emprego nas empresas e apresenta-se a estrutura empresarial. Para além da informação retirada dos Quadros de Pessoal, com destaque para o emprego nas empresas e para as remunerações, manteve-se a análise dos setores intensivos em tecnologia e conhecimento, quer do ponto de vista da sua distribuição setorial, quer no que diz respeito à estrutura do emprego. No quarto capítulo são apresentados os ganhos e as remunerações na Administração Pública.

No quinto e último capítulo são analisadas as políticas ativas de emprego e a formação profissional.

As matérias incluídas neste relatório refletem as sugestões da Comissão Científica e dos membros do CRL, validadas num roteiro inicial de suporte ao presente documento, e estão sempre sujeitas aos critérios de disponibilidade de informação. Optou-se, sempre que possível, por recorrer às fontes utilizadas nos relatórios anteriores, e deu-se continuidade ao esforço de melhoria do tratamento da informação e de ordenação das matérias, tendo em vista uma maior facilidade de leitura e interpretação das estatísticas alvo de seleção. Não se tratando de um estudo, mas antes de um relatório que procura coligir, de forma integrada, um conjunto muito alargado de dados, procurou-se, na sua elaboração, a objetividade, a neutralidade e a abrangência possíveis, utilizando a experiência obtida na produção dos relatórios anteriores.

INTRODUÇÃO

O Centro de Relações Laborais (CRL), criado pelo Decreto-Lei n.º 189/2012, de 22 de agosto, é um organismo público, de carácter tripartido, constituído por quatro representantes do Ministério responsável pela área laboral, um representante de cada uma das Associações de Empregadores com assento na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), e dois representantes de cada uma das Associações Sindicais com assento na mesma Comissão. A sua presidência é assumida anualmente de forma rotativa por um dos membros de entre os vários Grupos: Empregadores, Trabalhadores e representantes dos Ministério.

As atividades do CRL são desenvolvidas de acordo com a sua lei orgânica e o seu regulamento interno, aprovado pelo Plenário e homologado pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Entre as diversas atividades acometidas ao CRL, encontra-se prevista a elaboração de um *Relatório sobre Emprego e Formação Profissional* que, nesta edição, colige e analisa informação estatística dos últimos anos, com especial enfoque no ano de 2023.

Em termos metodológicos este relatório mantém a matriz dos relatórios anteriores no que se refere à estrutura, às fontes de informação e aos critérios de análise, embora se tenha procurado aprofundar o âmbito de estudo de algumas matérias, sempre que isso pareceu pertinente e tendo em conta a evolução da realidade em análise.

Como os anteriores, o processo de elaboração deste Relatório incluiu:

- a coordenação científica de um professor universitário, que orientou a sua elaboração, neste caso, José Varejão, Professor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto;
- o apoio de uma Comissão Científica constituída por quatro membros, pertencentes à Comunidade Académica;
- o acompanhamento pelo Plenário do CRL, que aprovou o roteiro inicial, apreciou a versão preliminar e contribuiu com diversos comentários e sugestões para a versão final, que ratificou. Esta Introdução foi também discutida e aprovada em plenário.

Conforme decisão do Plenário do CRL foram anexados ao Relatório:

- os comentários individuais dos Membros do CRL que assim o entenderam;
- o parecer conjunto da Comissão Científica.

Finalmente, cumpre agradecer a todos os que de uma forma ou de outra contribuíram para a elaboração do Relatório e, em particular, a cooperação recebida de organismos da Administração Pública, nomeadamente, a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, a Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, o Gabinete de Estratégia e Planeamento, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, o Instituto de Informática do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Instituto Nacional de Estatística e ainda o Observatório da Emigração do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE.

Lisboa, julho de 2024

O Presidente do CRL



(Nuno Bernardo)

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Enquadramento macroeconómico – Portugal no contexto europeu

- 1.** Num ano em que se intensificaram os fatores de incerteza associados à conjuntura internacional, com a continuação da guerra na Ucrânia e o início de um novo conflito no Médio Oriente a que se juntou, no último trimestre do ano, a instabilidade política decorrente da demissão do governo, o comportamento da economia portuguesa fica marcado pela desaceleração do ritmo de crescimento e pela desaceleração da inflação que, porém, permanece acima da meta de médio prazo.
- 2.** No domínio das finanças públicas, regista-se um excedente das contas públicas correspondente a 1,2% do PIB, num ano em que a despesa e a receita pública aumentaram 5,2% e 9,0% respetivamente. O peso da dívida pública no PIB diminuiu 13,3 p.p.
- 3.** O país continuou a seguir a trajetória de crescimento iniciada em 2021. Ainda que em desaceleração, o Produto Interno Bruto (PIB) registou, pelo segundo ano consecutivo, um crescimento real significativamente superior ao registado para o conjunto das economias da União Europeia (UE): 2,3% versus 0,5%. O PIB per capita (PIBpc) apresenta uma evolução semelhante ainda que, devido ao crescimento da população, o crescimento seja ligeiramente menor do que o do PIB.
- 4.** Num contexto de abrandamento da economia europeia, o dinamismo das exportações fica-se a dever exclusivamente à componente de serviços (e, em especial, dos serviços de turismo), já que se registou uma diminuição das exportações de bens. A evolução do consumo privado reflete o aumento do rendimento real das famílias que resultou do efeito combinado do crescimento do emprego e dos salários.
- 5.** O comportamento do nível geral de preços em 2023, apesar dos efeitos combinados de medidas fiscais temporárias e de uma política monetária restritiva, continuou a manter-se acima do objetivo de médio prazo (2%), ainda que em desaceleração e abaixo do valor registado no conjunto da União Europeia. O valor da taxa de inflação fixou-se, em 2023, em 5,3% (8,1% em 2022), o que compara com 6,4% (9,2%) na União Europeia.
- 6.** A desaceleração da inflação registada em 2023 reflete, na Área Euro e em Portugal, além dos já referidos efeitos das medidas de política monetária e orçamental, a evolução favorável dos preços

da energia, a progressiva normalização das cadeias de abastecimento globais e a desaceleração do crescimento dos preços dos produtos alimentares não transformados.

7. Apesar da evolução mais favorável registada no final do ano (a que se seguiu, no início de 2024, uma relativa estabilidade), o ano de 2023 foi ainda um ano de agravamento do custo do financiamento que terá afetado todos os setores da economia.
8. O abrandamento do crescimento do PIB não se repercutiu, de imediato, no emprego que registou um crescimento relativo idêntico ao do ano anterior (+1,8%) e, pela primeira vez no período pós-pandemia, superior ao crescimento médio registado no conjunto da União Europeia (+1,0%) (Figura 9). O aumento do número de trabalhadores empregados foi acompanhado por um aumento da população ativa (+2,1%), num ano em que se intensificou o fluxo de imigração. Apesar do crescimento do emprego, a taxa de desemprego aumentou para 6,5% (6,2% em 2022), valor superior à média da União Europeia (6,1%), algo que já não acontecia desde 2017.
9. Apesar da evolução do rácio capital/trabalho, a produtividade do trabalho, seja em termos de número de trabalhadores, seja de horas trabalhadas, evoluiu favoravelmente, ainda que em desaceleração, tendo já recuperado, no primeiro caso, da queda ocorrida em 2020.
10. Num contexto de crescimento da produtividade e do emprego, as remunerações por trabalhador cresceram 10,6% em termos nominais, representando o total das remunerações do trabalho (incluindo contribuições sociais a cargo do empregador) 47,1% do PIB, valor muito próximo do que se regista também no conjunto da União Europeia.

2. Análise sintética sobre a evolução do mercado de trabalho

2.1. Oferta de trabalho

11. Observando os dados do Inquérito ao Emprego do INE, em 2023, residiam, no Continente, 9.814,8 milhares de pessoas, tendo-se verificado um crescimento de 0,4% face a 2022. A população masculina aumentou 0,7% e o número de mulheres residentes também aumentou 0,2% em relação ao ano anterior.

- 12.** Segundo as *Estimativas anuais de emigração* do INE¹, em 2022, verificou-se a existência de um saldo migratório positivo, bastante expressivo (mais 86,9 mil indivíduos), dado que cerca de 31 mil pessoas saíram de Portugal de forma permanente, o que foi compensado pela entrada permanente de 117,8 mil imigrantes (dos quais cerca de 82,7 mil eram oriundos de países extra UE e 35,2 mil provinham de países da União).
- 13.** Relativamente à estrutura etária, verificou-se, em 2022, uma concentração da população emigrada no grupo de idades entre os 25 e os 54 anos, cujo peso relativo na emigração, tanto de carácter permanente como temporário, ultrapassou mais de metade do respetivo total da emigração, ou seja, 63,5% da emigração permanente e 54,2% da temporária pertenciam a este grupo de idades.
- 14.** Também o grupo etário dos 15 aos 24 anos apresentou valores relevantes, representando, ao longo dos últimos anos em análise, mais de 20% do total da emigração portuguesa. Com efeito, em 2022, mais de 25% dos emigrantes, tanto temporários como permanentes, tinham entre 15 e 24 anos de idade.
- 15.** Em 2023, no Continente, a população inativa com 16 e mais anos totalizava cerca de 3.367,7 mil pessoas, menos 2,1% em relação a 2022. Aproximadamente 56,7% destes inativos eram reformados e face ao ano anterior, verificou-se um ligeiro crescimento de 0,2%. Simultaneamente com a categoria de “outros inativos”, foram os que registaram um aumento em relação a 2022. Os estudantes representavam 19,5%.
- 16.** A taxa de atividade da população com 16 e mais anos, em 2023, era de 60,9%, o que representou um aumento de 1,1% em relação a 2022. A taxa de atividade masculina, que, em 2023, era de 65,1%, aumentou 1%, e a taxa de atividade feminina, que era de 57,2%, aumentou 1,3%.
- 17.** Em 2023, a taxa de atividade aumentou praticamente em todos os grupos etários, com exceção dos 35 aos 44 anos. O maior acréscimo registou-se no escalão dos 16 aos 24 anos (4,2%). No que diz respeito às mulheres registou-se um decréscimo no escalão dos 35 aos 44 anos (1,3%) e, em relação aos homens, um decréscimo ligeiro no escalão dos 45 aos 54 anos (0,3%).
- 18.** A proporção de jovens portugueses que saíram precocemente da escola em 2023, ou seja, da população de 18 a 24 anos cujo nível de estudos não ultrapassou o 3º ciclo do ensino básico (ISCED 0-2) e que já não frequenta a escola ou outro tipo de formação, continuou a ser inferior à da média

¹ Dados consultados em maio de 2024. A ausência de informação mais recente, apenas permite uma análise com dados até final de 2022.

observada na UE. De salientar que este abandono precoce escolar, que tem vindo a diminuir progressivamente, tem sido mais acentuado em Portugal do que na média dos países europeus.

- 19.** Em 2023, a percentagem de população portuguesa, entre os 15 e os 29 anos, que não se encontrava a trabalhar, nem a estudar ou a frequentar outro tipo de formação, permaneceu inferior à da média europeia (menos 2,3 p.p.).

2.2. Emprego

- 20.** De acordo com os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE, em 2023, no Continente, estavam empregadas 4.731,4 mil pessoas, o que representou um aumento de 89,2 mil empregados em relação a 2022. Os homens empregados constituíam 50,3% do total, contudo, o número de mulheres empregadas aumentou mais (2,2%).
- 21.** No Continente, em 2023, a população empregada com o ensino básico constituía 35,3% do total, sendo o peso da população empregada com o ensino secundário e com o ensino superior igual (32,3%). Entre 2022 e 2023, o número de pessoas empregadas com o ensino básico diminuiu em 1,3%, enquanto a população empregada com o ensino secundário aumentou em 4,6%. No que se refere à população com o ensino superior registou-se um aumento de 3%.
- 22.** Segundo os dados do INE, em 2023, no Continente, cerca de 4.035,9mil indivíduos trabalhavam por conta de outrem, constituindo 85,3% do total de empregados, 671,4 mil trabalhavam por conta própria, representando 14,2% do total e 24,1 mil eram trabalhadores familiares não remunerados. Cerca de 67% dos trabalhadores por conta própria (TCP) trabalhavam isoladamente.
- 23.** Em 2023, no Continente, a população empregada a tempo completo representava 4.343,5 mil pessoas, constituindo 91,8% do total e aumentou 1,5% relativamente a 2022 (mais 62,5 mil pessoas). Os homens que trabalhavam a tempo inteiro constituíam 51,6% do total e aumentaram mais do que as mulheres, face ao ano anterior.
- 24.** A população empregada a tempo parcial cresceu expressivamente, tendo aumentado 7,4% (mais 26,6 mil pessoas). De salientar que, entre 2022 e 2023, o número de mulheres nesta categoria aumentou em 23,6 mil.

- 25.** Em 2023, no Continente, das 4.035,9 mil pessoas que trabalhavam por conta de outrem (TCO), 82,7% (cerca de 3.337,8 mil pessoas) tinham contratos sem termo, tendo o seu número aumentado em cerca de 49,7 mil, face ao ano anterior. Relativamente aos TCO com contratos a termo, estes representavam 14,3% (576,7 mil pessoas), tendo aumentado relativamente ao período homólogo, em cerca de 35,9 mil pessoas. Quanto aos TCO com outro tipo de contratos², estes representavam 3% (121,3 mil pessoas) e cresceram cerca de 13,9 mil.
- 26.** No Continente, em 2023, 71,5% das pessoas empregadas (3.381,5 mil) trabalhavam na área dos *Serviços*, 25,3% (1.199,4 mil) trabalhavam no sector da *Indústria, construção, energia e água* e 2,8% (133,5 mil) na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*.
- 27.** Entre 2022 e 2023, o peso do emprego cresceu na área dos *Serviços* em cerca de 66,8 mil pessoas (2%). Registou-se também um aumento de 9,6 mil pessoas (7,7%) na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* e de 12,2 mil pessoas (1%) na *Indústria, construção, energia e água*.
- 28.** Em 2023, no Continente, os grupos profissionais mais representativos em termos da população empregada, tal como em anos anteriores, continuavam a ser os *Especialistas das atividades intelectuais e científicas*, que constituíam 22,5% do total de empregados, os *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* (18,8%) e os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (13%).
- 29.** Segundo os dados da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), em dezembro de 2023, no Continente, havia 689,6 mil postos de trabalho ocupados³ nas administrações públicas, mais 3,4 mil face ao período homólogo. Cerca de 62,2% desses postos de trabalho eram ocupados por mulheres, que tiveram um acréscimo de 4,9 mil relativamente ao ano anterior, enquanto os homens registaram um decréscimo de 1,5 mil postos.
- 30.** Considerando a informação estatística disponibilizada pelo *Inquérito ao Emprego* do INE, estima-se que, em 2023, Portugal tenha tido uma taxa de subutilização do trabalho de cerca de 11,7%.

² Incluem contratos sazonais e ocasionais.

³ A DGAEP publica dados relativos a postos de trabalho ocupados. Alguns postos de trabalho podem ser ocupados por mais do que uma pessoa e, por outro lado, designadamente nos setores da educação e da saúde humana, a mesma pessoa pode ocupar mais do que um posto de trabalho.

2.3. Desemprego

- 31.** De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, no Continente, em 2023, estavam desempregadas 330,4 mil pessoas, o que revelou um aumento de 28 mil pessoas face a 2022 (9,3%). As mulheres desempregadas constituíam 52,8% do total, tendo aumentado 6,7%, entre 2022 e 2023. Também os homens desempregados cresceram expressivamente em relação ao período homólogo (12,3%).
- 32.** Entre 2022 e 2023, o desemprego aumentou em todos os grupos etários, com exceção do grupo dos 25 a 34 anos, que diminuiu 0,3%. O número de homens desempregados aumentou expressivamente no grupo dos 16 aos 24 anos (29,7%), assim como no grupo etário dos 55 a 74 anos (20%). Relativamente às mulheres desempregadas, foi no grupo dos 16 a 24 anos que se registou um aumento significativo (9,9%), seguido pelo escalão dos 45 a 54 anos (8,6%).
- 33.** A taxa de desemprego portuguesa tem evidenciado um decréscimo progressivo ao longo da última década, tendo chegado aos 14,1% em 2014, ano em que o desemprego em Portugal atingiu o ponto máximo desta série e a partir do qual se inverteu a tendência com um decréscimo progressivo da taxa de desemprego que, em 2023, registou 6,5%.
- 34.** A taxa de desemprego dos jovens, entre os 15 e os 24 anos, apresentou um comportamento muito semelhante ao da taxa de desemprego do total da população. Com efeito, a taxa de desemprego jovem portuguesa, que à semelhança da taxa de desemprego geral atingiu o valor máximo desta série em 2014 (34,8%), diminuiu gradualmente até 2019, ano em que registou 18,3%. A partir de então, sofreu oscilações fixando-se nos 20,3% em 2023.
- 35.** No Continente, em 2023, a população desempregada à procura de novo emprego representava 85,4% do total dos desempregados (cerca de 282,3 mil pessoas). Os desempregados à procura do 1º emprego totalizavam 14,6% (cerca de 48,1 mil pessoas). Relativamente a 2022, o desemprego cresceu em ambas as categorias.
- 36.** No Continente, em 2023, dos 330,4 mil desempregados, cerca de 136,8 mil (41,4% do total) estavam desempregados há 12 e mais meses, isto é, eram desempregados de longa duração (DLD). Entre 2022 e 2023, o número de desempregados de longa duração diminuiu em cerca de 11,2 mil pessoas. Contudo, os desempregados até 12 meses aumentaram de forma bastante expressiva em cerca de 39,1 mil. Em 2023, as mulheres representavam 52,7% dos DLD, tendo o seu peso decrescido em cerca de 2,2 p.p. face ao ano anterior.

- 37.** De acordo com as *Estatísticas mensais do mercado de emprego*, disponibilizadas pelo IEFP⁴ no final de dezembro de 2023, o número de inscritos nos Centros de Emprego de Portugal continental totalizava 305,2 mil desempregados, o que representou um acréscimo de cerca de 13,9 mil indivíduos face ao período homólogo. De notar que, esta subida do desemprego registado repercutiu-se, de forma aproximada em ambos os sexos, não obstante o aumento do número de homens inscritos nos Centros de Emprego ter sido ligeiramente superior (mais 5,7% nos homens face a mais 4% nas mulheres).
- 38.** Em Portugal continental, de acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto de Informática do MTSSS, no final de 2023, havia cerca de 167,3 mil beneficiários com processamento de prestações de desemprego. Destes, 635 indivíduos beneficiavam de subsídio por cessação de atividade, ou seja, eram trabalhadores independentes.

2.4. Fluxos de mão-de-obra entre emprego, desemprego e inatividade

- 39.** Em 2023, a população empregada continuou a apresentar um saldo positivo (mais 97,1 mil pessoas), que resultou da entrada de indivíduos vindos, tanto de uma situação de inatividade como de desemprego. A população inativa, em contrapartida, evidenciou um decréscimo de cerca de 124,7 mil pessoas, sobretudo devido ao número de transitados da inatividade para o emprego. Quanto ao número de desempregados, verificou-se igualmente uma quebra, que apesar de menor (menos 27,6 mil), ficou a dever-se à saída de desempregados para o emprego.
- 40.** De acordo com a informação disponibilizada pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, em dezembro de 2023, no Continente, entraram nas Administrações Públicas cerca de 126 mil trabalhadores, dos quais cerca de 63 mil, ou seja, metade, constituíam novos recrutamentos⁵ e os restantes provinham da mobilidade e outras situações⁶.
- 41.** Analisando as *Estatísticas da Segurança Social*, disponibilizadas pelo Instituto de Informática do MTSSS através do *Boletim estatístico* do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), em 2023, 1.113 entidades empregadoras estiveram em situação de *Lay-off*, o que correspondeu a um aumento de cerca de 169% face ao período homólogo. De notar que, em 2023, inverteu-se a tendência de

⁴ Dados consultados em fevereiro de 2024.

⁵ inclui os trabalhadores das entidades que entraram no subsector por reclassificação.

⁶ Inclui recrutamento interno, mobilidade, cedência, regresso de licença sem vencimento ou de período experimental, comissão de serviço (início ou regresso), outras situações.

decréscimo que se verificava desde 2020, ano em que se registou uma subida expressiva no número de entidades nessa situação⁷.

42. Analisando os dados estatísticos disponibilizados pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT)⁸, em 2023, foram comunicados 431 processos de despedimento coletivo que abrangeram um total de cerca de 3,6 mil trabalhadores despedidos⁹ (menos 19,4% face ao ano anterior). Relativamente ao período homólogo, em 2023, constatou-se um aumento de 30,6% do número de despedimentos coletivos comunicados, o que correspondeu a mais 101 processos de despedimentos.

3. Estrutura empresarial e trabalhadores nas empresas

43. De acordo com os dados disponibilizados pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do MTSSS, em 2022, responderam aos *Quadros de Pessoal*¹⁰ 284,9 mil empresas, mais cerca de 13 mil empresas, face ao ano anterior, contrariando-se assim a tendência de decréscimo verificada nos últimos anos.

44. Em 2022, de acordo com os *Quadros de Pessoal*, havia 3.341,4 mil trabalhadores ao serviço nas empresas, mais cerca de 235,5 mil pessoas do que no ano anterior. De salientar que, em 2022, o número de trabalhadores ao serviço das empresas era já bastante superior ao registado em 2018 (mais cerca de 277 mil trabalhadores).

45. Segundo dados do Instituto de Informática da Segurança Social, em dezembro de 2023 estavam registados 6.520,4 mil contratos de trabalho¹¹. Destes, 1.861,1 mil, ou seja 28,5%, eram novos contratos¹². Entre 2022 e 2023, o número de contratos registados na segurança social evidenciou uma subida de 4,1%, tendo o número de novos contratos praticamente duplicado, com uma subida na ordem dos 98,4%.

⁷ Este aumento expressivo poderá estar relacionado com o contexto pandémico, não obstante estas prestações de *Lay-off* serem ao abrigo do Código do Trabalho.

⁸ Dados consultados em maio de 2024.

⁹ Inclui trabalhadores despedidos no âmbito de procedimentos iniciados em 2022 que só foram objeto de decisão em 2023.

¹⁰ Últimos dados disponíveis à data.

¹¹ Contrato no ano = Qualificação de pessoa singular (Trabalhador por Conta de Outrem ou Membro de Órgão Estatutário) numa entidade empregadora (estabelecimento sede com morada em Portugal Continental) com pelo menos um dia no ano.

¹² Novo Contrato = Qualificação de pessoa singular (Trabalhador por Conta de Outrem ou Membro de Órgão Estatutário) numa entidade empregadora (estabelecimento sede com morada em Portugal Continental) com data de início no ano.

- 46.** De acordo com os *Quadros de Pessoal*, em 2022, havia cerca de 331,5 mil estrangeiros nas empresas no Continente, dos quais cerca de 322 mil (97,1%) eram trabalhadores por conta de outrem e 8,9 mil eram empregadores, representando 2,7% do total de estrangeiros. Face ao período homólogo, os TCO estrangeiros, em 2022, aumentaram cerca de 40,9% (mais 93,5 mil pessoas), enquanto os empregadores subiram de forma menos expressiva (9,6%, o que se traduziu em mais 786 empregadores).
- 47.** Em 2022, no continente, as empresas nos setores de alta e média alta tecnologia¹³ eram cerca de 33,8 mil e representavam cerca de 2,5% do total de empresas do continente. Relativamente a 2021, o número destas empresas cresceu 16%, mantendo-se, assim, a tendência que se vem verificando nos últimos cinco anos. Deste modo, em 2022, havia cerca de mais 10,2 mil empresas nos setores de alta e média alta tecnologia face ao início da série em análise.
- 48.** Em 2022, no continente, havia 291,3 mil pessoas ao serviço nas empresas nos setores de alta e média alta tecnologia¹⁴, que representavam 6,8% do total de trabalhadores ao serviço nas empresas, no continente. O número de pessoas ao serviço nas empresas destes setores aumentou 7,3%, o que correspondeu a um acréscimo de 19,8 mil pessoas, face ao período homólogo.
- 49.** Em 2021¹⁵, de acordo com a informação disponibilizada pelo Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do MTSSS, ocorreram, em Portugal, cerca de 175 mil acidentes de trabalho, entre os quais se contabilizaram 135 acidentes mortais, mais 4 mortes e mais 19 mil acidentes em relação ao ano anterior. Porém, considerando a evolução da sinistralidade laboral no último quinquénio, verifica-se uma tendência de decréscimo do número de acidentes.
- 50.** De acordo com as *Estatísticas da Segurança Social*, informação disponibilizada pelo Instituto de Informática do MTSSS, no final de 2023, no continente, foram terminadas cerca de 989 mil baixas por doença, o que representou, em termos homólogos, um decréscimo de cerca de 61%. De realçar que, esta diminuição expressiva do número de baixas terminadas em 2023 vem, assim, inverter a tendência de crescimento que se vinha evidenciando nos últimos anos.

¹³ Os setores de alta e média alta tecnologia incluem as indústrias de alta e média alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 21 a 26 e grupo 303; divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 e divisões 59,60,61,62,63 e 72 da CAE, Rev3). (Ver anexo no final deste subcapítulo).

¹⁴ Os setores de alta e média alta tecnologia incluem as indústrias de alta e média alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 21 a 26 e grupo 303; divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 e divisões 59,60,61,62,63 e 72 da CAE, Rev3). (Ver anexo no final deste subcapítulo).

¹⁵ Dados consultados em maio de 2024. A ausência de informação mais recente, apenas permite uma análise com dados até final de 2021.

4. Ganhos e remunerações

- 51.** De acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal*¹⁶, no Continente, em outubro de 2022, o ganho médio mensal¹⁷ dos trabalhadores por conta de outrem que trabalhavam a tempo completo era de 1.367,99€, o que representou um aumento de 5,7% face a outubro do ano anterior.
- 52.** O ganho médio mensal masculino era 1.476,20€, enquanto o feminino totalizava 1.237,52€. Ambos cresceram, relativamente a 2021, embora o feminino menos 0,2 p.p. do que o masculino, pelo que a diferença entre salários médios se manteve. Assim, em 2022, o salário médio mensal feminino representava 83,8% do salário masculino quando, há cinco anos, constituía 82,2%.
- 53.** Em outubro de 2022, o valor da remuneração base média mensal para os TCO que trabalhavam a tempo completo era de 1.143,44€, (83,6% do ganho médio mensal) e cresceu cerca de 5,6% face ao período homólogo. A remuneração base média masculina era 1.217,32 € e a feminina, 1054,36€, representando 86,6% da masculina.
- 54.** Em 2022, a análise da estrutura remuneratória dos TCO que trabalhavam a tempo completo, no que respeita à remuneração base mensal, permite constatar que mais de metade dos trabalhadores (63,7%) concentrava-se no escalão remuneratório entre os “705,00 e os 999,99 €”. Surgia em seguida o escalão dos “1.000 aos 2.499,9 €”, que reunia 30,2% dos trabalhadores. O escalão entre os “2.500 e os 4.999,99 €” reunia 4,8% e o escalão igual ou superior a “5.000 €”, cerca de 0,8%. Quanto ao escalão inferior à RMMG, e tendo em conta o aumento da RMMG para 705 € em 2022, este abrangeu cerca de 0,5% dos trabalhadores.
- 55.** Analisando as remunerações bases médias mensais tendo em conta o tipo de contrato, e de acordo com a informação dos *Quadros de Pessoal*, constata-se que, em outubro de 2022, no Continente, a remuneração média mensal dos TCO que trabalhavam a tempo completo era de 1.227,00 €, para os contratados sem termo, de 918,35 € para os contratados com termo, (ou seja, cerca de 74,8% da remuneração base média dos contratados sem termo) e de 936,55 €, para os contratados com termo incerto.

¹⁶ Dados consultados em março de 2024.

¹⁷ Para o cálculo dos valores das remunerações são considerados os trabalhadores por conta de outrem (TCO) a tempo completo que no período de referência (outubro) trabalharam o horário completo tendo auferido remuneração completa (não são considerados os TCO a tempo parcial nem os TCO a tempo completo que tiveram ausências não remuneradas pela empresa).

- 56.** Em 2023, de acordo com os dados disponibilizados pelo INE para Portugal, o Índice de custo do trabalho registou um acréscimo de 5,8% face ao ano anterior, tendo aumentado em todos os sectores de atividade, à exceção do da *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* (menos 0,4%).
- 57.** Segundo os dados disponibilizados pela DGAEP, em 2023¹⁸, no Continente, o ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas Administrações Públicas era de 1.967,3 €. Face ao período homólogo, o ganho médio cresceu cerca de 6,3%, o que correspondeu a um acréscimo de 117,4 €. Ao longo dos últimos cinco anos, o ganho médio mensal aumentou 11,1%, tendo passado de 1.771,4€, em 2019, para 1.967,3 €, em 2023, ou seja, um acréscimo de 196 €.

5. Formação profissional e medidas ativas de emprego

- 58.** Em 2023, as ações de formação promovidas pelo IEFP abrangeram 500,8 mil pessoas, das quais se salientam 330,5 mil abrangidos em ações de Formação Contínua (66%), 63,4 mil (12,7%) na Formação Inicial, 24,6 mil (4,9%) na formação para a inclusão, 70,3 mil (14%) abrangidos por outras medidas de formação, incluindo o Cheque-formação e a Formação de Formadores, e cerca de 11,9 mil (2,4%) em Outras atividades dos Centros de Gestão Participada.
- 59.** Em 2023, as medidas de apoio ao emprego promovidas pelo IEFP abrangeram cerca de 95 mil pessoas. Destas, 29,4%, beneficiaram das medidas de *Inserção Profissional – trabalho socialmente necessário*, 38,4% beneficiaram das medidas de *Inserção profissional*¹⁹, 26,7% beneficiaram de *apoios à contratação*, 4% beneficiaram de *Outros Apoios para a Promoção do Emprego* e cerca de 1,5% beneficiaram de *Apoio à criação de emprego e empresas*²⁰.
- 60.** De acordo com os dados *do Relatório anual de formação contínua*²¹, no Continente, em 2022²², 43,4 mil empresas promoveram ações de formação para os seus trabalhadores, ou seja, 16,4% do total de empresas que responderam ao Relatório Único. Houve assim um acréscimo no número e na

¹⁸ Os dados apresentados neste capítulo têm como data de referência o mês de outubro.

¹⁹ As medidas de Inserção Profissional incluem estágios profissionais de diferentes tipos e designações, promovidos pelo IEFP ao longo do período de referência: "Estágios Emprego", "Estágios Profissionais", "Estágios ATIVAR.PT" e "Emprego – Jovem Ativo".

²⁰ Medida dirigida a desempregados beneficiários do subsídio de desemprego ou do subsídio social de desemprego para que desenvolvam trabalho socialmente útil durante um período de até 12 meses, em entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos. Inclui as medidas "Contrato de emprego-inserção e Contrato de emprego inserção +".

²¹ O *Relatório anual de formação contínua* que constitui o anexo C do Relatório Único reúne informação relativa às ações de formação promovidas pelas empresas para os seus trabalhadores. Esse relatório foi publicado pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento a partir de 2010.

²² Dados consultados em junho de 2024. Últimos dados disponíveis, à data.

percentagem de empresas que promoveram ações de formação relativamente a 2021 (mais 6,6 mil empresas).

- 61.** Estas ações de formação, em 2022, abrangeram cerca de 1.185,2 mil trabalhadores (37,6% do total dos trabalhadores ao serviço nas empresas), o que significou um acréscimo de 2 pontos na percentagem de trabalhadores envolvidos em formação (mais 143,3 mil trabalhadores) relativamente ao ano anterior. No decurso dos últimos cinco anos, a percentagem de trabalhadores abrangidos por ações de formação no total dos trabalhadores ao serviço nas empresas oscilou, tendo registado valores mais baixos em 2018 e 2020 (34,7% e 34,6%, respetivamente) e um valor máximo em 2022 (37,6%).
- 62.** De acordo com os dados disponibilizados pelo IEFP, as ofertas de emprego recebidas nos Centros de Emprego aumentaram em 2023, contrariando assim a tendência de decréscimo verificada no último ano. Com efeito, o número de ofertas cresceu 33,3%, atingindo cerca de 172,5 mil em 2023.
- 63.** Por outro lado, face ao período homólogo, o número de colocações efetuadas pelos Centros de Emprego em 2023, apresentou igualmente um crescimento, com mais 4,3%, o que correspondeu a um aumento de cerca de 3,6 mil colocações face a 2022. Deste modo, constata-se que, em 2023, mais de metade das ofertas foram preenchidas através de colocações dos Centros de Emprego (51,7%).

Principais Indicadores

Figura 1. Principais Indicadores

Continente (Milhares)	2023	2023-2022	Varição homóloga (%)
População total	9.814,8	41,6	0,4
<i>Homens</i>	4.636,5	33,5	0,7
<i>Mulheres</i>	5.178,4	8,2	0,2
População ativa	5.061,8	117,1	2,4
<i>Homens</i>	2.534,2	56,6	2,3
<i>Mulheres</i>	2.527,6	60,5	2,5
Taxa de Atividade (16 e mais anos) (%)	60,9	1,1 p.p.	-
<i>Homens</i>	65,1	1,0 p.p.	-
<i>Mulheres</i>	57,2	1,3 p.p.	-
População empregada	4.731,4	89,2	1,9
<i>Homens</i>	2.378,1	39,6	1,7
<i>Mulheres</i>	2.353,3	49,6	2,2
População empregada (16 aos 24 anos)	289,4	28,0	10,7
População empregada (25 aos 34 anos)	896,5	34,6	4,0
População empregada a tempo completo	4.343,5	62,5	1,5
População empregada a tempo parcial	387,9	26,6	7,4
Subemprego de trabalhadores a tempo parcial	142,8	10,2	7,7
Trabalhadores por conta própria (TCP)	671,4	-3,6	-0,5
Trabalhadores por conta de outrem (TCO)	4.035,9	99,5	2,5
TCO contratados sem termo	3.337,8	49,7	1,5
TCO contratados a termo	576,7	35,9	6,6
Emprego na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	133,5	9,6	7,7
Emprego na Indústria, construção, energia e água	1.199,4	12,2	1,0
Emprego nos Serviços	3.381,5	66,8	2,0
Taxa de emprego (16 e mais anos) (%)	56,9	0,8 p.p.	-
<i>Homens</i>	61,1	0,6 p.p.	-
<i>Mulheres</i>	53,3	1,1 p.p.	-
Taxa de emprego (população 16 aos 24 anos) (%)	31,1	3,0 p.p.	-
Taxa de emprego (população 25 aos 34 anos) (%)	84,1	2,0 p.p.	-
Taxa de emprego (população 35 aos 44 anos) (%)	88,8	-0,6 p.p.	-
Taxa de emprego (população 45 aos 54 anos) (%)	86,5	-0,1 p.p.	-
Taxa de emprego (população 55 aos 64 anos) (%)	67,4	2,0 p.p.	-
População desempregada	330,4	28,0	9,3
<i>Homens</i>	156,1	17,1	12,3
<i>Mulheres</i>	174,3	10,9	6,7
População desempregada (16 aos 24 anos)	74,0	12,3	19,9
População desempregada (25 aos 34 anos)	76,3	-0,2	-0,3
Desemprego de longa duração (DLD)	136,8	-11,2	-7,6
Desemprego de muito longa duração (DMLD)	74,0	-7,4	-9,1
Taxa de desemprego (%)	6,5	0,4 p.p.	-
<i>Homens</i>	6,2	0,6 p.p.	-
<i>Mulheres</i>	6,9	0,3 p.p.	-
Taxa de desemprego (população 16 aos 24 anos) (%)	20,4	1,3 p.p.	-
Taxa de desemprego (população 25 aos 34 anos) (%)	7,8	-0,4 p.p.	-
Taxa de desemprego (população 35 aos 44 anos) (%)	5,1	0,3 p.p.	-
Taxa de desemprego (população 45 aos 54 anos) (%)	4,4	0,2 p.p.	-
Taxa de desemprego (população 55 aos 64 anos) (%)	5,5	0,3 p.p.	-

Desemprego registado - fim do período	dez/23	Dez.2023 - Dez. 2022	Varição homóloga (%)
Desemprego registado	305,2	13,8	4,7
Desempregados registados à procura de novo emprego na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	14,2	0,4	2,9
Desempregados registados à procura de novo emprego na Indústria, construção, energia e água	54,5	3,3	6,4
Desempregados registados à procura de novo emprego nos Serviços	201,8	9,5	4,9

Estrutura empresarial	Out. 2022*	Out.2022 - Out. 2021	Varição homóloga (%)
Quadros de Pessoal			
Empresas	284,9	13,1	4,8
TCO nas empresas	3.341,4	235,5	7,6
Sistema Integrado de contas das empresas	2022*	2022-2021	Varição homóloga (%)
Empresas	1.374,9	91,5	7,1
Pessoas ao serviço nas empresas	4.303,3	239,8	5,9
Empresas nos sectores de alta e média alta tecnologia	33,8	4,7	16,2
Pessoas ao serviço nos sectores de alta e média alta tecnologia	291,3	19,8	7,3

Remunerações	Out. 2022*	Out.2022 - Out.2021	Varição homóloga (%)
Ganho médio (€)	1.367,99	73,89	5,7
	<i>Homens</i>	1.476,20	80,51
	<i>Mulheres</i>	1.237,52	65,45
Remuneração base média mensal (€)	1.143,44	60,67	5,6
	<i>Homens</i>	1.217,32	65,09
	<i>Mulheres</i>	1.054,36	55,04

Medidas ativas de emprego do IEFP (inclui Centros de Gestão Participada)	Dezembro 2023	Dez.2023 - Dez. 2022	% total abrangidos 2023
Abrangidos em medidas ativas de emprego do IEFP	595.861	75.022	100,0
Formação profissional	500.754	85.503	84,0
Cursos de Aprendizagem	20.002	-89	3,4
Educação e formação de adultos	39.873	-1.543	6,7
Medida Vida Ativa	138.311	-7.055	23,2
Formação modular	150.108	42.578	25,2

Apoios à inserção do mercado de trabalho	95.107	-10.481	16,0
Inserção profissional	36.483	-1.547	6,1
Apoios à contratação	25.421	589	4,3
Apoio à criação de emprego e empresas	1.446	-328	0,2
Inserção Profissional - Trabalho Socialmente Necessário	27.987	-10.205	4,7

Formação continua nas empresas (GEP)*	Out. 2022*	Out.2022 - Out. 2021	Varição homóloga (%)
Número de trabalhadores em acções de formação contínua	1.185	143,3	13,8
Número de empresas que promoveram acções de formação	43,4	6,6	17,9
% empresas promoveram acções de formação no total empresas	16,4	1,7 p.p.	-
% de trabalhadores em acções de formação contínua no total de trabalhadores ao serviço	37,6	1,9 p.p.	-

* Últimos dados disponíveis à data.

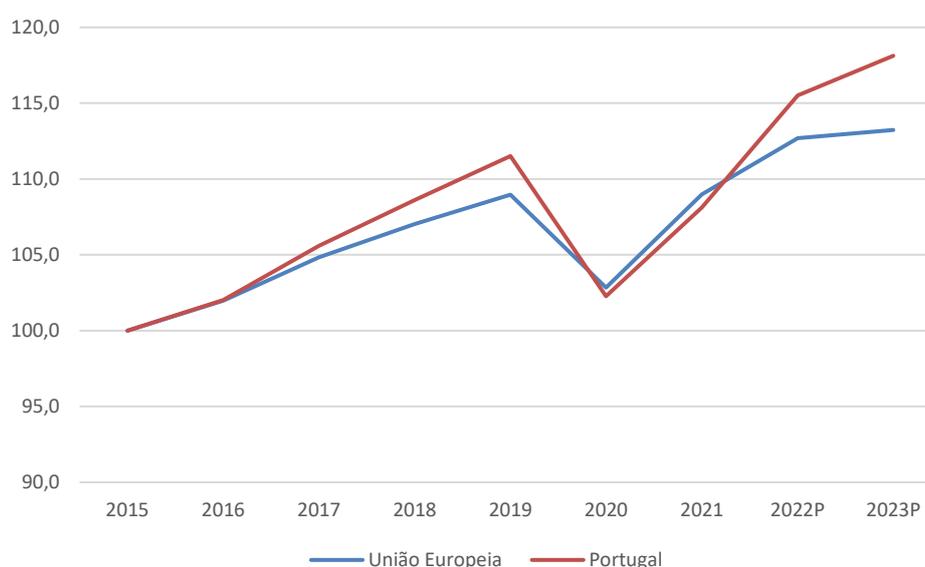
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU²³

Num ano em que se intensificaram os fatores de incerteza associados à conjuntura internacional, com a continuação da guerra na Ucrânia e o início de um novo conflito no Médio Oriente a que se juntou, no último trimestre do ano, a instabilidade política decorrente da demissão do governo, o comportamento da economia portuguesa fica marcado pela desaceleração do ritmo de crescimento e pela desaceleração da inflação que, porém, permanece acima da meta de médio prazo.

No domínio das finanças públicas, regista-se um excedente das contas públicas correspondente a 1,2% do PIB, num ano em que a despesa e a receita pública aumentaram 5,2% e 9,0% respetivamente. O peso da dívida pública no PIB diminuiu 13,3 pontos percentuais (p.p.).²⁴

O país continuou a seguir a trajetória de crescimento iniciada em 2021. Ainda que em desaceleração, o Produto Interno Bruto (PIB) registou, pelo segundo ano consecutivo, um crescimento real significativamente superior ao registado para o conjunto das economias da União Europeia (EU): 2,3% versus 0,5% (Figura 2 e 3).

Figura 2. Evolução do PIB em termos reais (2015=100)

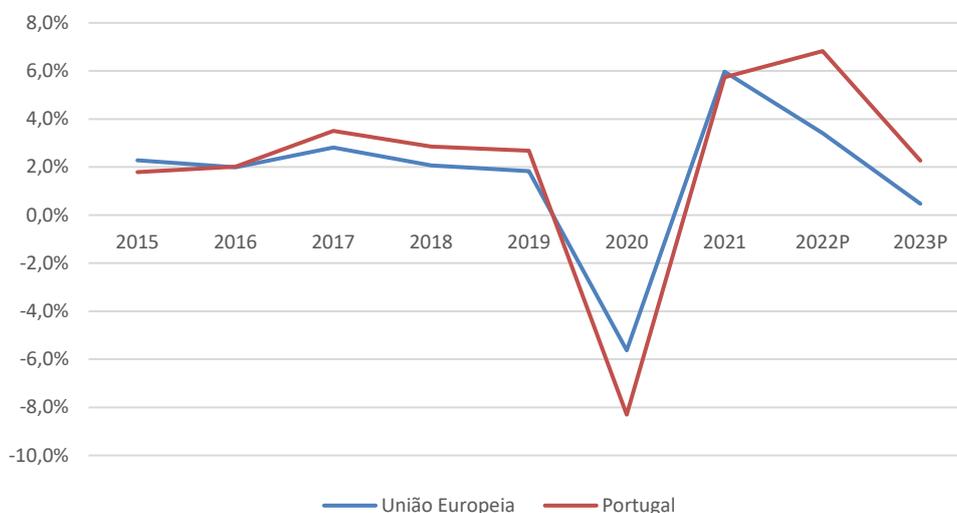


Fonte: Eurostat

²³ Na ausência de referência em contrário, todos os dados são provenientes da Eurostat Database (<https://ec.europa.eu/eurostat/data/database>).

²⁴ Cf. Banco de Portugal (2024), Relatório do Conselho de Administração 2023, pp. 19-20.

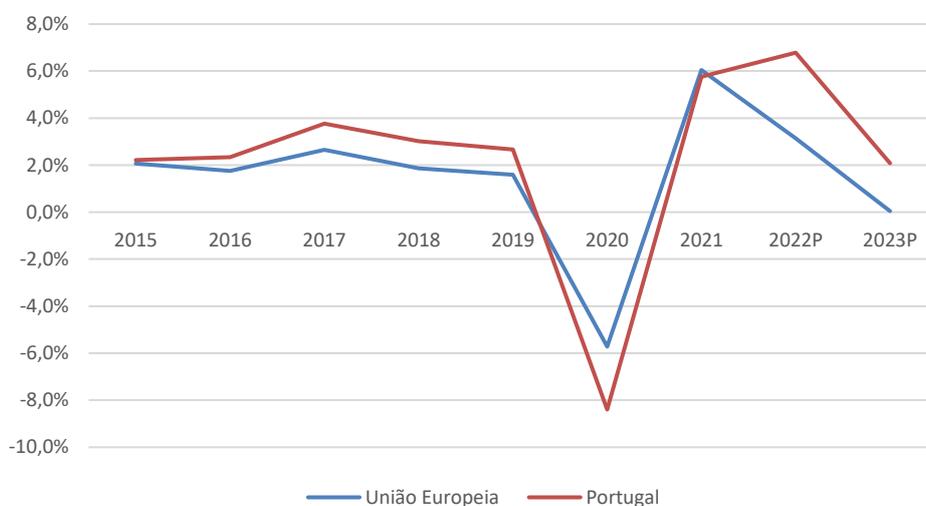
Figura 3. Taxa de crescimento real do PIB



Fonte: Eurostat

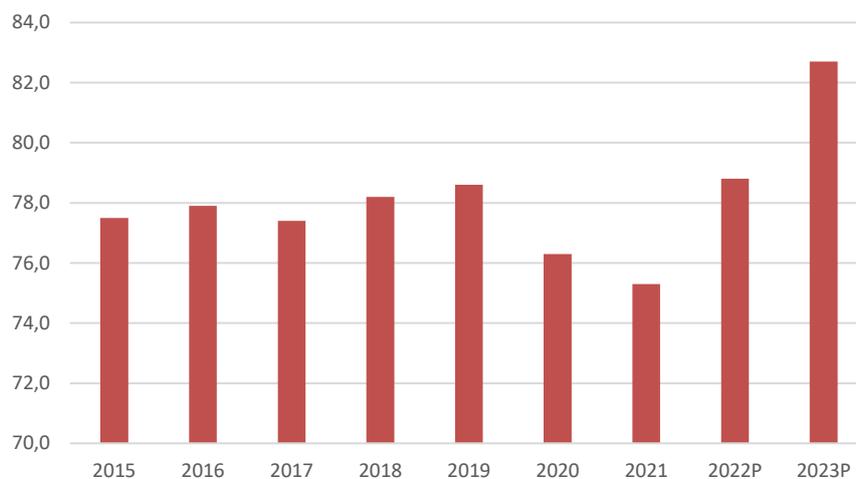
O PIB per capita (PIBpc) apresenta uma evolução semelhante ainda que, devido ao crescimento da população, o crescimento seja ligeiramente menor do que o do PIB. Em 2023, o valor do PIBpc retomou a tendência de aproximação do valor da União Europeia, interrompida em 2020 e revertida em 2021 (Figura 4). No final do ano, o PIBpc (em paridades de poder de compra) em Portugal correspondia a 82,7% do valor da União Europeia, valor que, apesar da evolução favorável, está ainda abaixo dos valores registados no início do século (Figura 5).

Figura 4. Taxa de crescimento real do PIBpc



Fonte: Eurostat

Figura 5. PIBpc de Portugal (em % UE com base em valores em PPP)



Fonte: Eurostat

Para o crescimento observado do PIB contribuíram positivamente, sobretudo, as exportações (+1,85 p.p.) e o consumo privado (+1,0 p.p.).

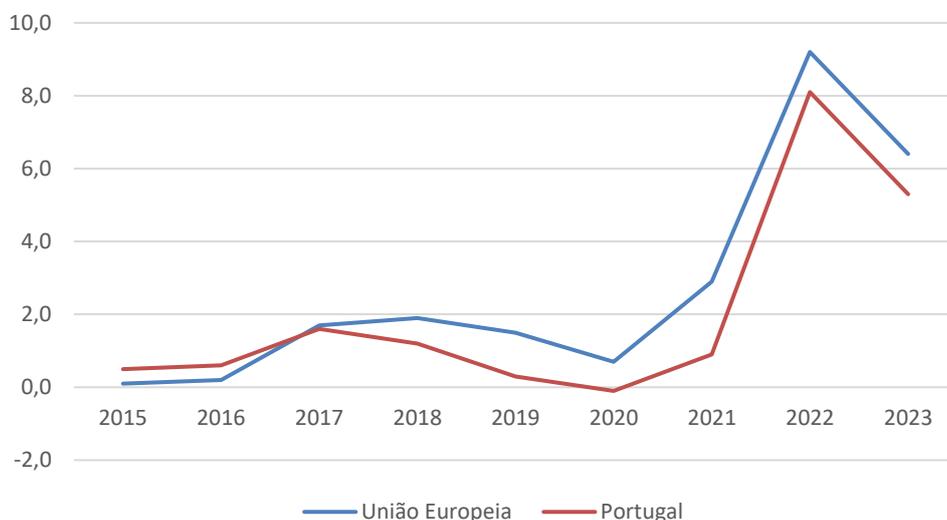
O consumo privado aumentou 1,6%, passando a representar a 60,7% do PIB (62,3% no ano anterior). O consumo público e a formação bruta de capital também cresceram, mas a um ritmo menor (1,0% nos dois casos), resultando também diminuído o seu peso no PIB (17,0% versus 17,6% no caso do consumo público e 19,6% versus 20,7% no caso da formação bruta de capital). Na vertente externa, as exportações de bens e serviços, ainda que em franca desaceleração, aumentaram 4,1%, enquanto que as importações de bens e serviços aumentaram 2,2%.

Num contexto de abrandamento da economia europeia, o dinamismo das exportações fica-se a dever exclusivamente à componente de serviços (e, em especial, dos serviços de turismo), já que se registou uma diminuição das exportações de bens. A evolução do consumo privado reflete o aumento do rendimento real das famílias que resultou do efeito combinado do crescimento do emprego e dos salários. A taxa de poupança das famílias manteve-se estável.²⁵

O comportamento do nível geral de preços em 2023, apesar dos efeitos combinados de medidas fiscais temporárias e de uma política monetária restritiva, continuou a manter-se acima do objetivo de médio prazo (2%), ainda que em desaceleração e abaixo do valor registado no conjunto da União Europeia. O valor da taxa de inflação fixou-se, em 2023, em 5,3% (8,1% em 2022), o que compara com 6,4% (9,2%) na União Europeia (Figura 6).

²⁵ Cf. Banco de Portugal (2024), Relatório do Conselho de Administração 2023, pp. 17-18.

**Figura 6. Taxa de inflação
(IHPC, t.v.a., em %)**



Fonte: Eurostat

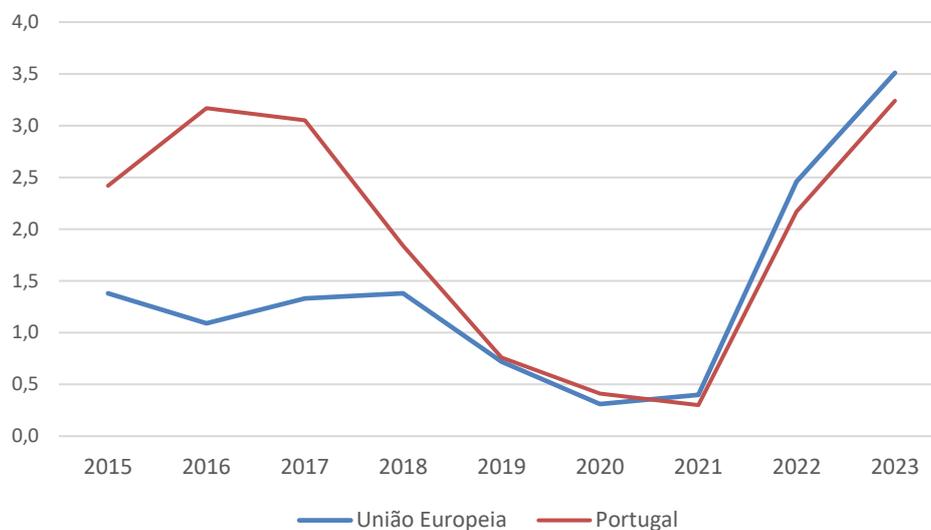
Em dezembro de 2023, o nível médio de preços era superior em 12,8% ao valor registado no mesmo mês de 2021. Ainda relativamente a 2021, o diferencial de níveis de preços era, em dezembro de 2023, de 23,7% na classe de bens alimentares e bebidas não alcoólicas e de -10,5% no conjunto dos produtos energéticos. Em 2023, o valor das rendas de habitação por metro quadrado de área útil aumentou, em média, 4,5% (2,7% em 2022).²⁶

A desaceleração da inflação registada em 2023 reflete, na Área Euro e em Portugal, além dos já referidos efeitos das medidas de política monetária e orçamental, a evolução favorável dos preços da energia, a progressiva normalização das cadeias de abastecimento globais e a desaceleração do crescimento dos preços dos produtos alimentares não transformados.

A persistência da taxa de inflação acima do objetivo de médio prazo (2%) continuou, porém, a ditar a orientação da política monetária e, portanto, a evolução das taxas de juro que continuaram a aumentar durante os três primeiros trimestres do ano. A taxa média anual (critério UEM) situou-se ao nível de 3,2% (1 p.p. acima do valor do ano anterior), com um pico mensal de 3,6% registado em outubro. À semelhança do que já acontecera nos dois anos anteriores, a taxa de juro em referência fixou-se abaixo do valor registado para a média dos países da União Europeia.

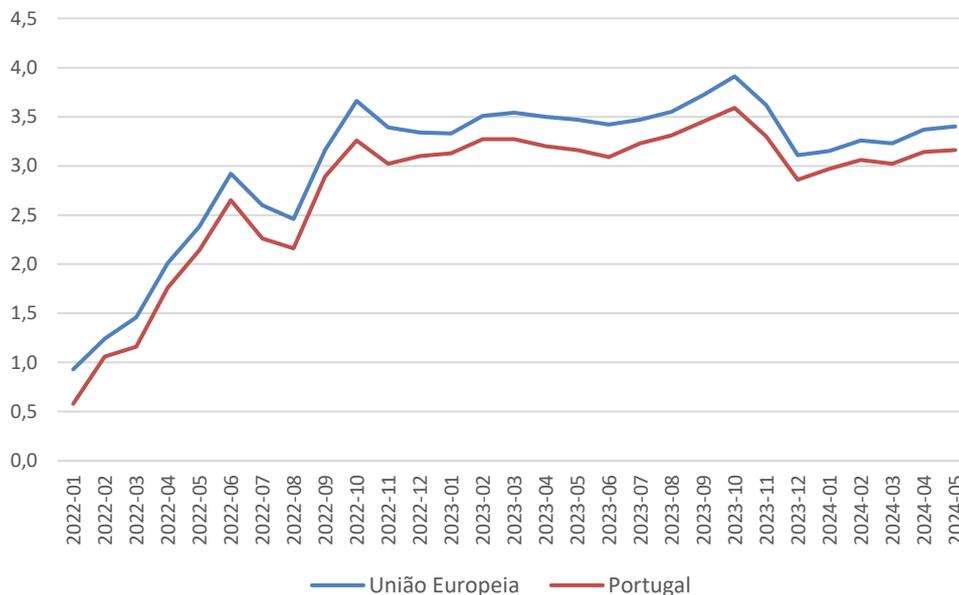
²⁶ Instituto Nacional de Estatística (2024), Destaque – Índice de Preços no Consumidor (pp. 10-12).

**Figura 7. Taxa de Juro, freq. anual
(critério da UEM, em %)**



Fonte: Eurostat

**Figura 8. Taxa de juro, freq. mensal
(critério da UEM, em %)**

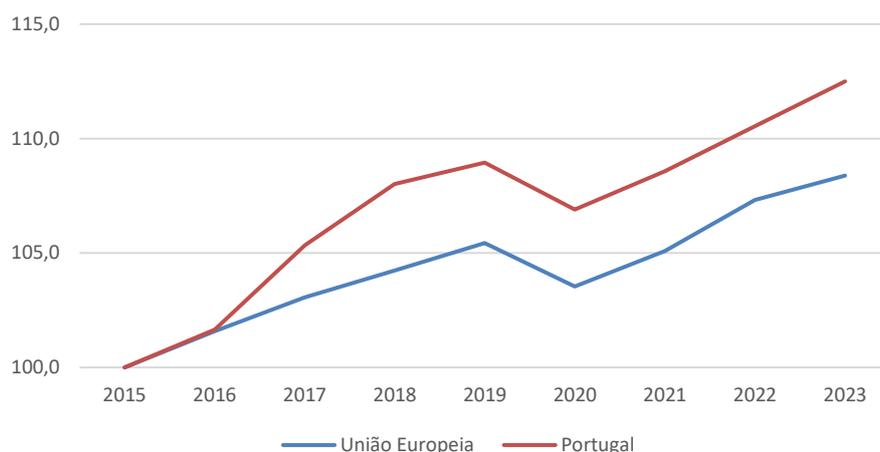


Fonte: Eurostat

Apesar da evolução mais favorável registada no final do ano (a que se seguiu, no início de 2024, uma relativa estabilidade), o ano de 2023 foi ainda um ano de agravamento do custo do financiamento que terá afetado todos os setores da economia.

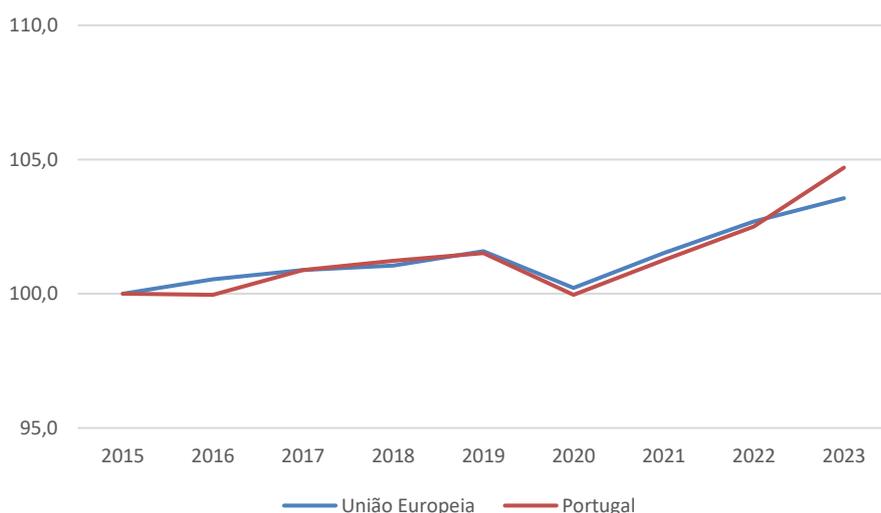
O abrandamento do crescimento do PIB não se repercutiu, de imediato, no emprego que registou um crescimento relativo idêntico ao do ano anterior (+1,8%) e, pela primeira vez no período pós-pandemia, superior ao crescimento médio registado no conjunto da União Europeia (+1,0%) (Figura 9). O aumento do número de trabalhadores empregados foi acompanhado por um aumento da população ativa (+2,1%), num ano em que se intensificou o fluxo de imigração.

Figura 9. Emprego total (15-64 anos)
2015=100



Fonte: Eurostat

Figura 10. População Ativa (15-64 anos)
2015=100

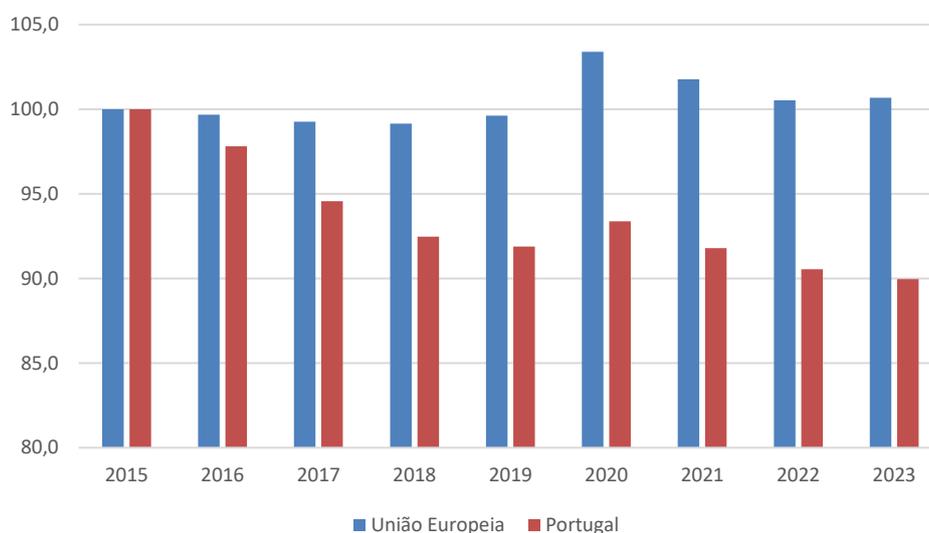


Fonte: Eurostat

Apesar do crescimento do emprego, a taxa de desemprego aumentou para 6,5% (6,2% em 2022), valor superior à média da União Europeia (6,1%), algo que já não acontecia desde 2017.

O diferencial de crescimento relativo de emprego e stock de capital, favorável ao emprego, resultou, tal como nos anos anteriores, numa redução da quantidade de capital por trabalhador empregado que, apesar disso, manteve a distância para a média europeia, com que Portugal compara desfavoravelmente (56%).

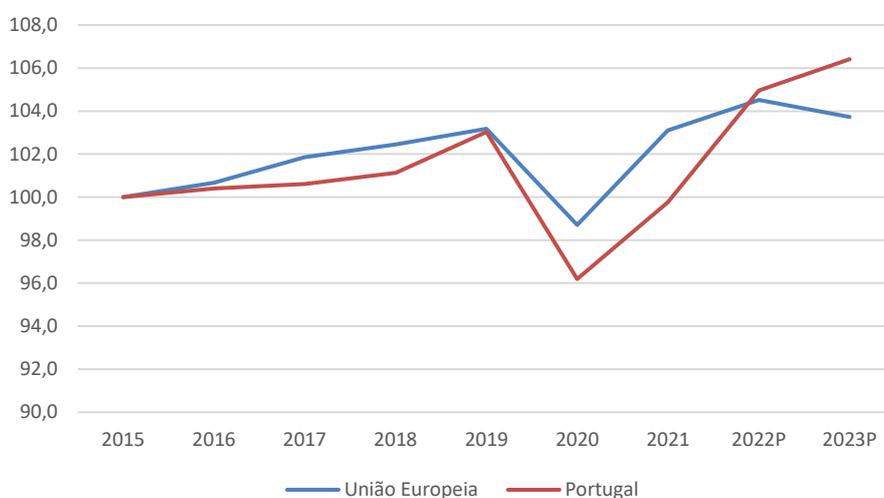
**Figura 11. Stock de capital por trabalhador
(2015=100)**



Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

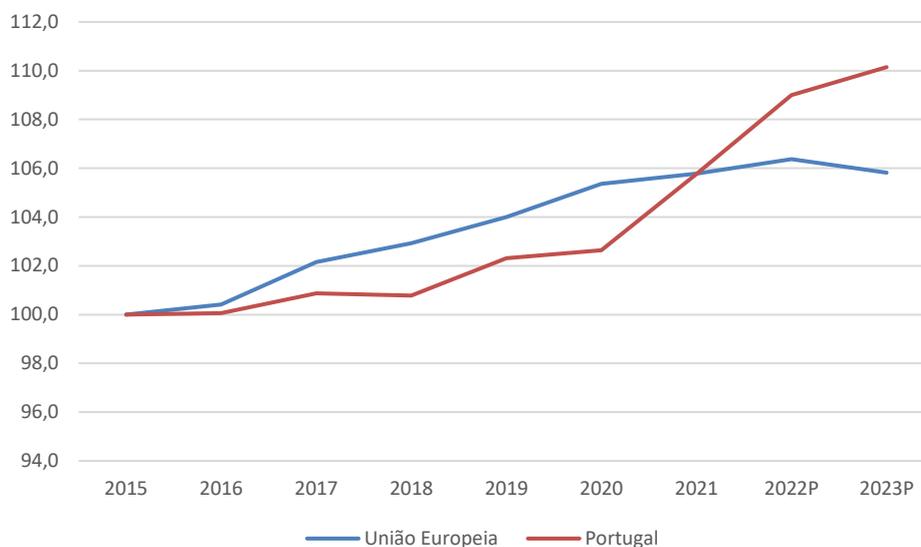
Apesar da evolução do rácio capital/trabalho, a produtividade do trabalho, seja em termos de número de trabalhadores, seja de horas trabalhadas, evoluiu favoravelmente, ainda que em desaceleração, tendo já recuperado, no primeiro caso, da queda ocorrida em 2020 (Figuras 12 e 13).

**Figura 12. Produtividade real do trabalho
(nº de trabalhadores; 2015=100)**



Fonte: Eurostat

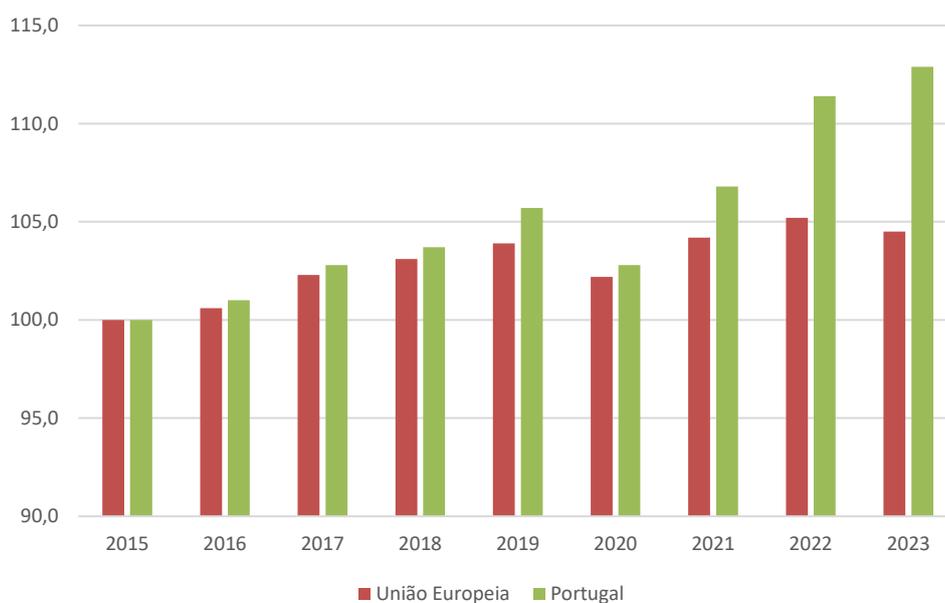
**Figura 13. Produtividade real do trabalho
(horas; 2015=100)**



Fonte: Eurostat

Continuou também a aumentar a produtividade total dos fatores, o que indica um aumento continuado da eficiência produtiva.

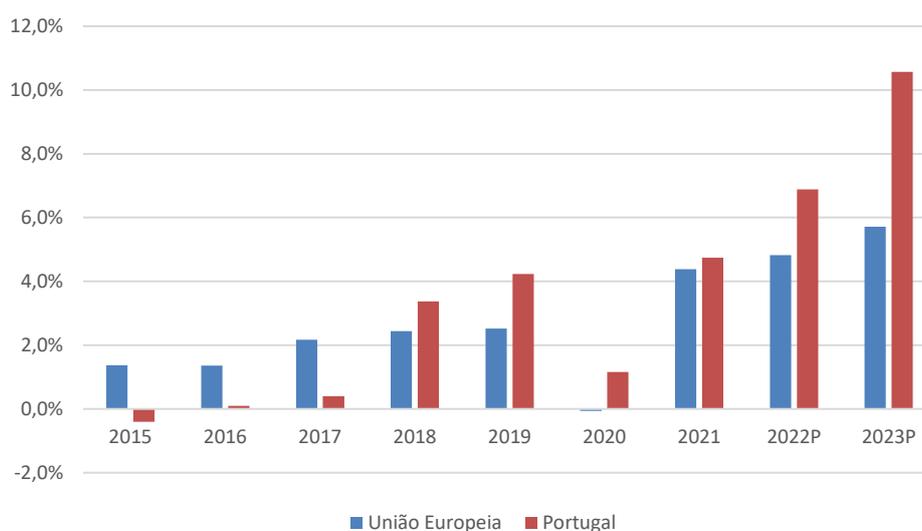
Figura 14. Produtividade Total dos Fatores (2015=100)



Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

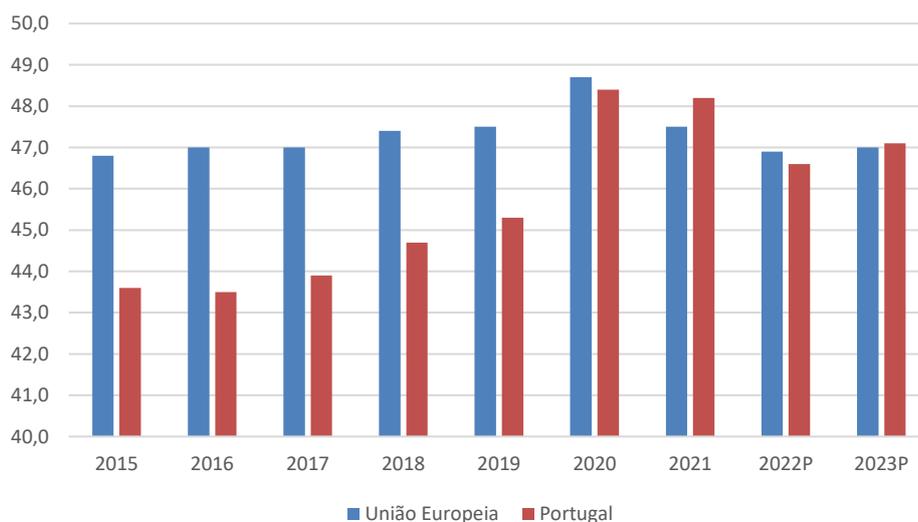
Num contexto de crescimento da produtividade e do emprego, as remunerações por trabalhador cresceram 10,6% em termos nominais, representando o total das remunerações do trabalho (incluindo contribuições sociais a cargo do empregador) 47,1% do PIB, valor muito próximo do que se regista também no conjunto da União Europeia.

Figura 15. Remunerações por trabalhador - (t.v.a. nominal)



Fonte: Eurostat

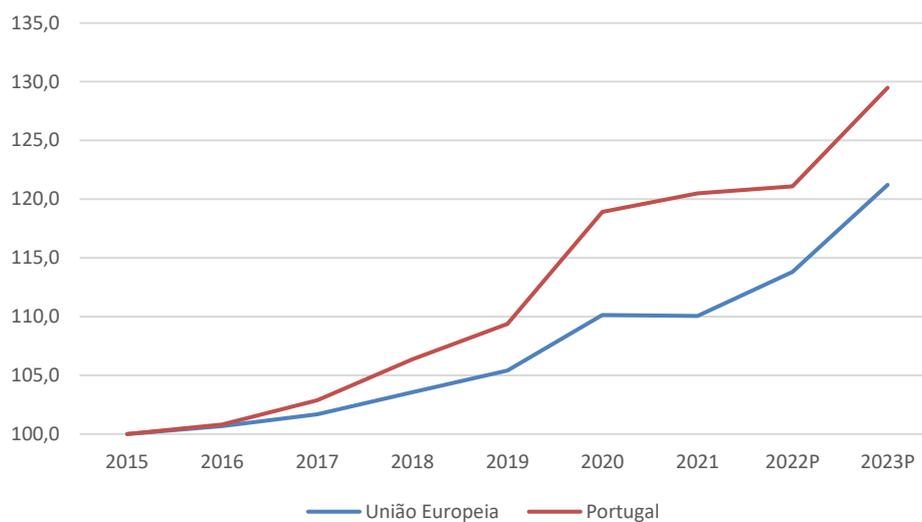
Figura 16. Remunerações do trabalho (em % do PIB)



Fonte: Eurostat

A evolução conjugada da produtividade e das remunerações do trabalho determinaram um crescimento nominal do custo unitário em trabalho da ordem dos 7%, mantendo-se a tendência de crescimento acima da média da União Europeia.

Figura 17. Custo unitário em trabalho (2015=100)



Fonte: Eurostat

2. O MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA

2.0. Nota Introdutória

Neste capítulo descreve-se a evolução da oferta de trabalho, em 2023, considerando a evolução da população e dos fluxos migratórios e os principais indicadores do mercado de trabalho – atividade, emprego, desemprego e fluxos emprego-desemprego-inatividade – tendo em conta diferentes dimensões: sexo, grupos etários, níveis de escolaridade, regiões, setores de atividade, tipo de contratos, duração do desemprego, entre outras.

As principais fontes de informação utilizadas foram os dados do *Inquérito ao Emprego* e das *Estimativas Anuais de Emigração*, publicados pelo INE, das *Estimativas globais da emigração* do Observatório da Emigração e das *Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego* do IEFP, no que diz respeito ao desemprego registado. Para as comparações internacionais, nomeadamente com os países da União Europeia (UE), recorreu-se a dados do Eurostat, nomeadamente ao *Labour Force Survey*.

O capítulo contém também uma análise do emprego nas administrações públicas, com dados fornecidos pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), e do trabalho temporário, com dados dos *Quadros de Pessoal* do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (GEP).

São ainda analisados os dados relativos aos beneficiários do subsídio de desemprego e às entidades empregadoras e beneficiários com prestações de *lay-off*, tendo como fonte a informação disponibilizada pelo Instituto de Informática do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (II/MTSSS), e os dados referentes aos despedimentos coletivos, publicados pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT).

2.1. Oferta de trabalho

2.1.1. População total

Observando os dados do Inquérito ao Emprego do INE, em 2023, residiam, no Continente, 9.814,8 milhares de pessoas, tendo-se verificado um crescimento de 0,4% face a 2022. A população masculina aumentou 0,7% e o número de mulheres residentes também aumentou 0,2% em relação ao ano anterior.

Entre 2022 e 2023, a população de 16 e mais anos teve um aumento de 0,5%. Analisando os diferentes escalões etários, o escalão dos 16 aos 24 anos teve um crescimento de 0,3%, o escalão dos 25 aos 34 anos teve um crescimento de 1,5%. Já o escalão dos 35 aos 44 decresceu 2%, enquanto o escalão dos 65 e mais anos teve um crescimento de 1,1%.

2.1.2. Fluxos migratórios

FLUXOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL

- *Evolução da Emigração portuguesa*

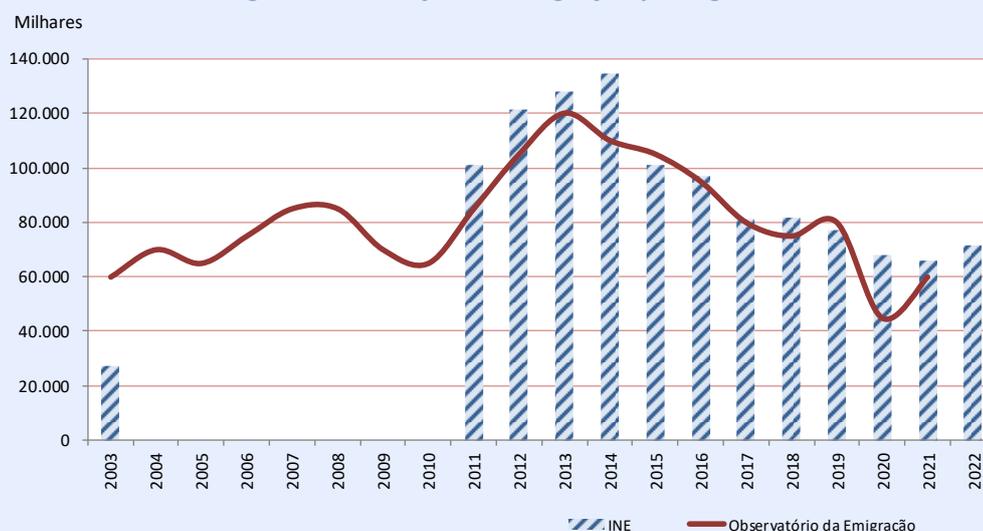
Analisando a informação estatística disponibilizada pelo OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO²⁷ estima-se que, em 2021, cerca de 2,6 milhões de emigrantes portugueses encontravam-se a residir no estrangeiro, o que, tendo por base o total da população portuguesa, correspondeu a uma taxa de 25,7%.

Por outro lado, segundo as *Estimativas anuais de emigração* do INE²⁸, em 2022, verificou-se a existência de um saldo migratório positivo, bastante expressivo (mais 86,9 mil indivíduos), dado que cerca de 31 mil pessoas saíram de Portugal de forma permanente, o que foi compensado pela entrada permanente de 117,8 mil imigrantes (dos quais cerca de 82,7 mil eram oriundos de países extra UE e 35,2 mil provinham de países da União).

²⁷ Dados consultados em maio de 2024. A ausência de informação mais recente, apenas permite uma análise com dados até final de 2021.

²⁸ Dados consultados em maio de 2024. A ausência de informação mais recente, apenas permite uma análise com dados até final de 2022.

Figura 18. Evolução da emigração portuguesa



* A ausência de informação sobre a emigração temporária entre 2004 e 2010, inviabiliza a apresentação dos valores totais da emigração portuguesa para os respetivos anos.

Fonte: INE, *Inquérito aos movimentos migratórios de saída* (1992 a 2007) e *Estimativas anuais de emigração* (desde 2008). OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, Dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

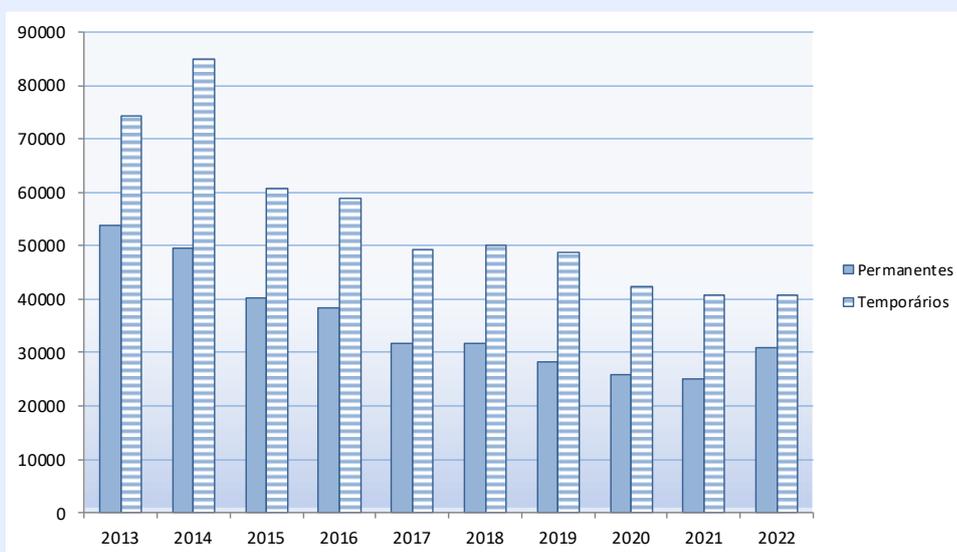
Por outro lado, considerando os valores das estimativas do INE e dos dados do OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO sobre as entradas de portugueses nos países de destino, observa-se uma acentuada subida dos emigrantes portugueses entre 2010 e 2014, verificando-se uma inflexão desta trajetória a partir de 2015, tendência que se manteve até 2021. De notar que, em 2022, segundo as estimativas do INE, o número de emigrantes portugueses registou uma subida de 8,7% (mais 5,7 mil emigrantes) face ao ano anterior, contrariando a tendência de decréscimo que se vinha verificando.

Ainda neste contexto e de acordo com os valores disponibilizados pelas *Estimativas anuais de emigração* do INE, constata-se um decréscimo progressivo da emigração portuguesa, quer permanente²⁹, quer temporária³⁰, a partir de 2014. De referir que, em 2022, a emigração portuguesa permanente evidenciou valores superiores aos do período homólogo, registando um aumento de 23,4% (mais 5,9 mil pessoas), ao contrário da emigração temporária que permaneceu quase inalterada, registando um decréscimo de apenas 141 pessoas. Saliente-se ainda o facto de, ao longo da série em análise, a emigração temporária apresentar sempre uma maior expressividade quando comparada com a emigração permanente.

²⁹ Indivíduos que se ausentaram com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período superior a um ano.

³⁰ Indivíduos que se ausentaram com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período igual ou inferior a um ano.

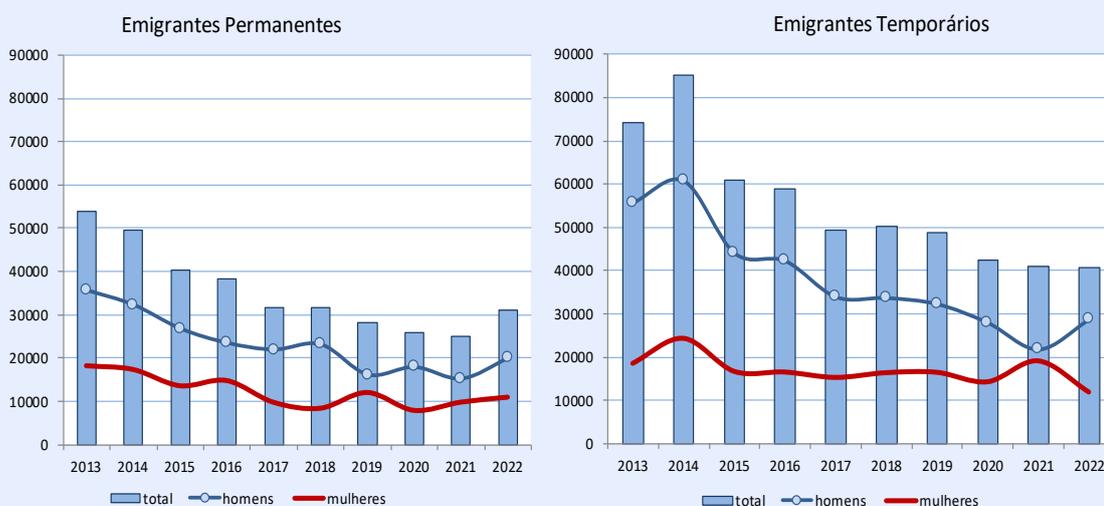
Figura 19. Evolução da emigração portuguesa por tipologia



Fonte: INE, Estimativas anuais de emigração

Analisando esta informação por sexo, constata-se que, ao longo do período em análise, a emigração masculina, quer permanente quer temporária, foi sempre superior à feminina. Com efeito, os homens têm vindo a assumir um peso mais significativo no total dos emigrantes portugueses, ultrapassando, em quase todos os anos, mais do dobro do valor das mulheres emigrantes. De referir que, na emigração temporária, esta diferença de proporções entre homens e mulheres tem vindo a esbater-se, apesar de, em 2022, se ter verificado o inverso.

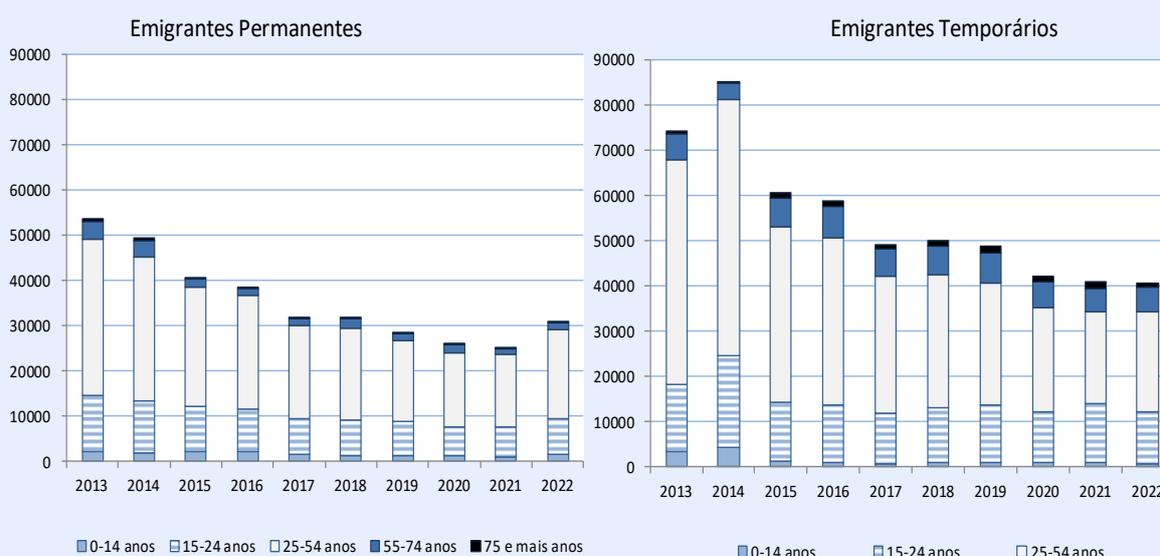
Figura 20. Evolução da emigração portuguesa por sexo



Fonte: INE, Estimativas anuais de emigração

Relativamente à estrutura etária, verificou-se, em 2022, uma concentração da população emigrada no grupo de idades entre os 25 e os 54 anos, cujo peso relativo na emigração, tanto de carácter permanente como temporário, ultrapassou mais de metade do respetivo total da emigração, ou seja, 63,5% da emigração permanente e 54,2% da temporária pertenciam a este grupo de idades.

Figura 21. Evolução da emigração portuguesa por grupo etário

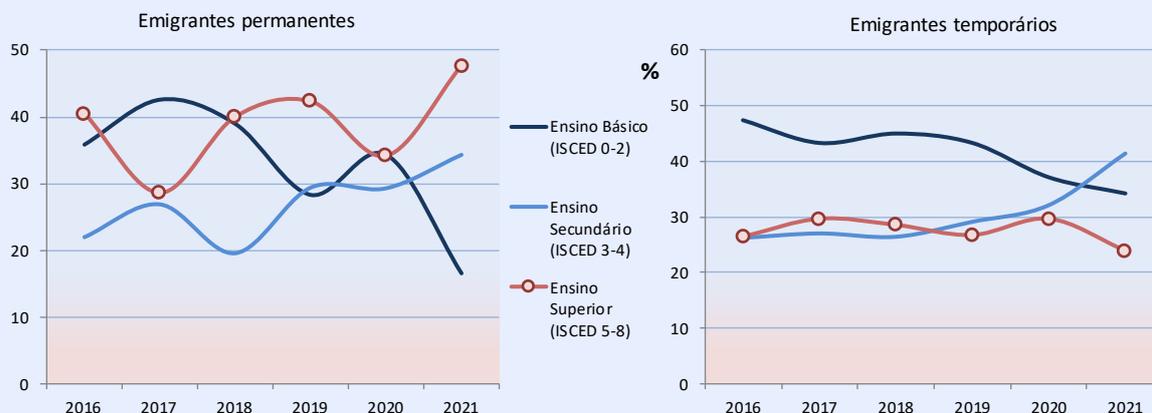


Fonte: INE, *Estimativas anuais de emigração*

Também o grupo etário dos 15 aos 24 anos apresentou valores relevantes, representando, ao longo dos últimos anos em análise, mais de 20% do total da emigração portuguesa. Com efeito, em 2022, mais de 25% dos emigrantes, tanto temporários como permanentes, tinham entre 15 e 24 anos de idade.

Por último, ainda no que concerne à emigração portuguesa, e de acordo com as *Estatísticas demográficas* do INE, constata-se que os emigrantes, tanto permanentes como temporários, com o ensino básico têm vindo a diminuir nos últimos anos, ao invés dos emigrantes com o ensino secundário, que têm apresentado uma trajetória ascendente. Quanto aos emigrantes com o ensino superior, nos últimos anos, os que emigraram de forma permanente evidenciaram oscilações expressivas, contrariamente aos que o fizeram de modo temporário, cuja trajetória tem apresentado variações menos significativas.

Figura 22. Evolução da emigração portuguesa por escolaridade



Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas*

Relativamente aos emigrantes com o nível de escolaridade superior, em 2021³¹, verificou-se um aumento, em particular dos emigrantes permanentes, uma vez que os emigrados temporariamente, após um ligeiro aumento em 2020, viram a sua percentagem diminuir em 2021.

• ***Evolução da Imigração portuguesa***

Considerando alguns dados das *Estimativas anuais de imigração* do INE, relativos à população proveniente de outros países que escolheu Portugal como destino de residência, numa breve caracterização, verifica-se que, a partir de 2013 houve um aumento do valor total de imigrantes, não obstante a quebra registada em 2020. De notar que o número total de entradas de imigrantes em 2022 (117,8 mil pessoas), aumentou 21,3% face ao período homólogo.

Figura 23. Evolução da população imigrada em Portugal

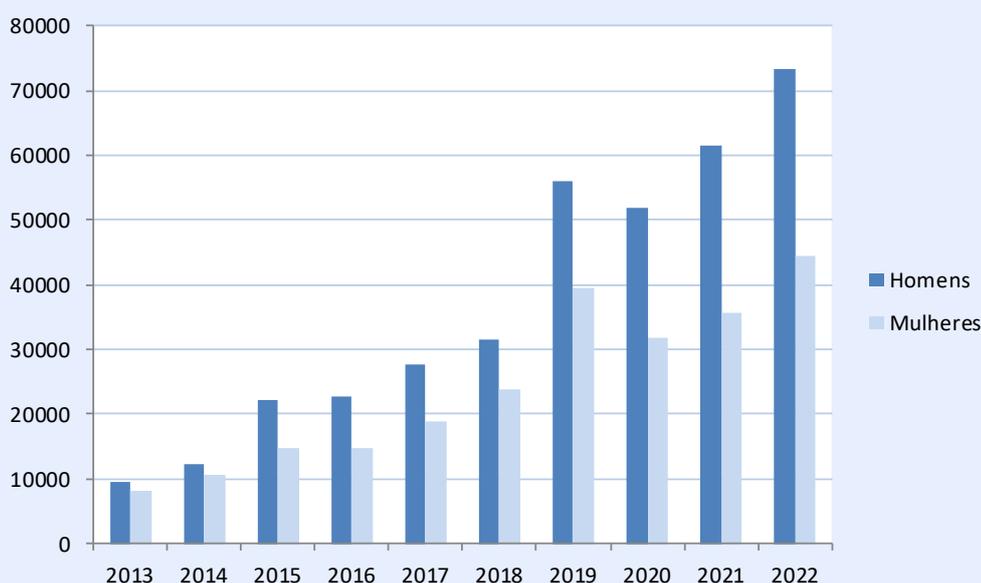


Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

³¹ Últimos dados disponíveis à data. Dados consultados em maio de 2024.

Por outro lado, ao longo da série em análise, esta população estrangeira imigrada em Portugal tem-se repercutido de forma diferenciada em ambos os sexos. Com efeito, nos últimos anos, essa diferença assumiu maior expressividade, com os homens imigrantes a evidenciar diferenças de mais de 24 p.p. face às mulheres imigradas.

Figura 24. Evolução da imigração portuguesa por sexos

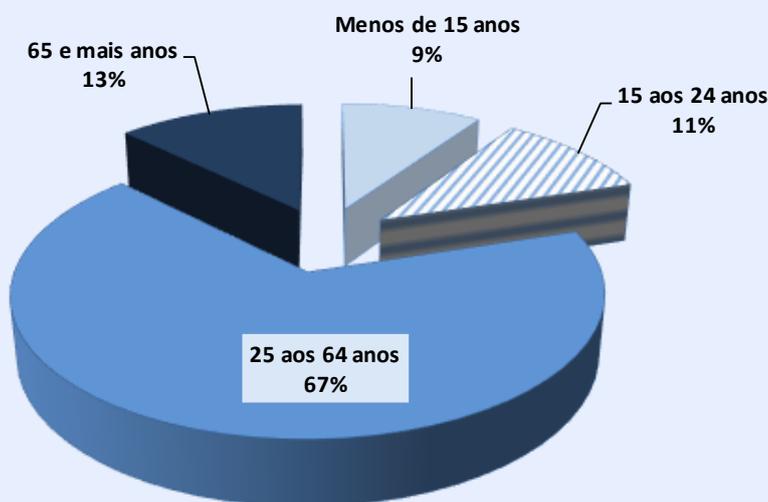


Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

De salientar que, nos primeiros anos da série em análise, em 2013 e 2014, a proporção de imigrantes masculinos era superior em cerca de 9 p.p. e 7 p.p., respetivamente, face à congénere feminina, situação que se alterou a partir de 2014, ano em que aumenta, de forma significativa, a diferença entre o valor percentual dos homens imigrados e o das mulheres estrangeiras a residir no nosso país.

Relativamente à distribuição etária, em 2022, a grande maioria dos imigrantes a residir em Portugal tinha entre 25 a 64 anos de idade (cerca de 67,2%), em contraste com a menor proporção observada nos grupos etários mais jovens, nomeadamente nas idades com menos de 24 anos (cerca de 20%).

Figura 25. Estrutura etária da imigração portuguesa em 2022



Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

2.1.3. População por níveis de escolaridade

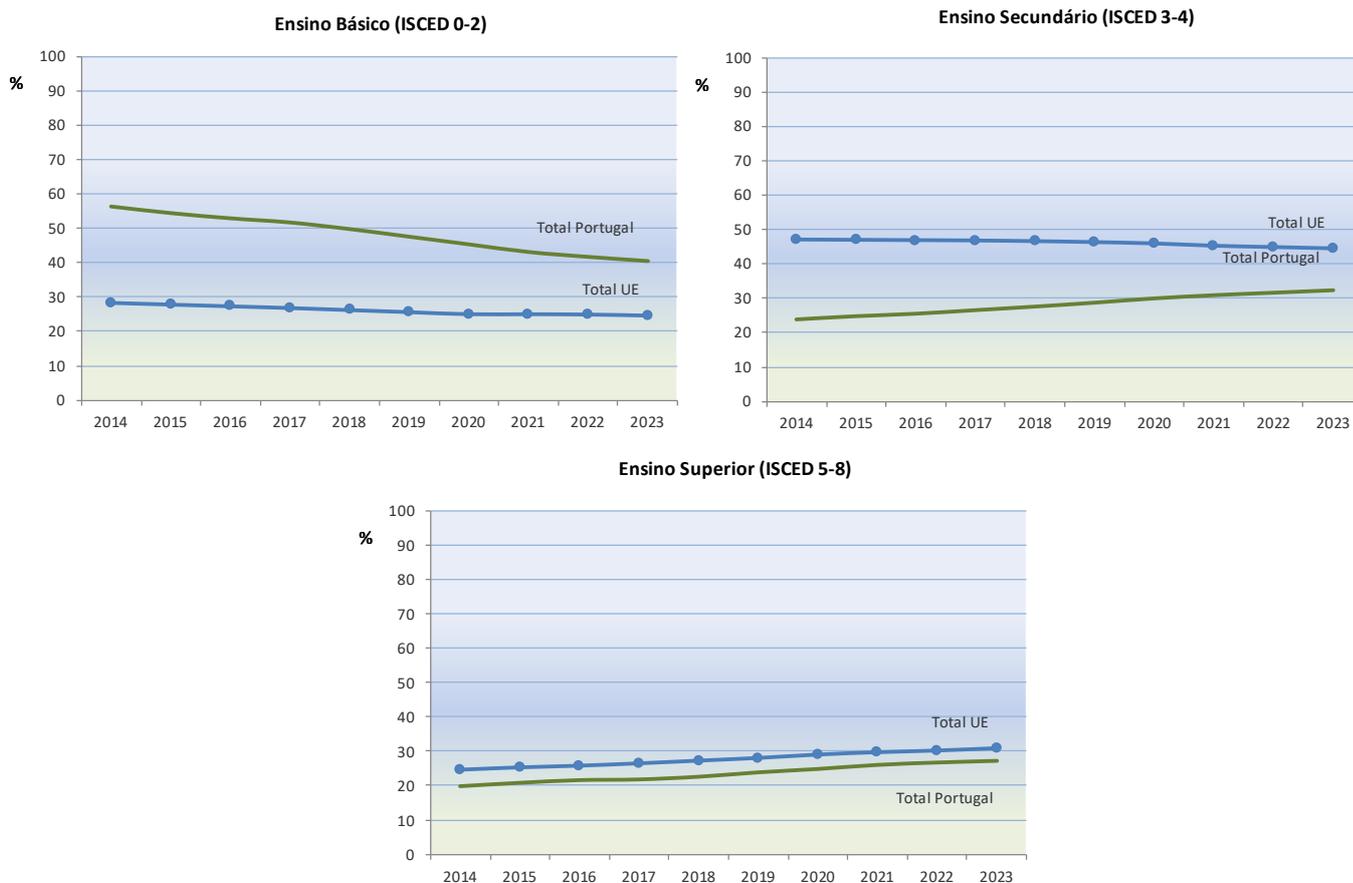
Considerando os dados do INE, em 2023, a população do Continente, de 16 e mais anos, que possuía até ao ensino básico constituía 49,4% do total, o peso da população com o ensino secundário era de 25,9% e o da população com o ensino superior era de 23,2%. Entre 2019 e 2023, o peso da população com 16 e mais anos com o ensino básico decresceu em 7,9%, contudo, a percentagem de indivíduos com o ensino secundário cresceu em 3,1%, bem como os que tinham ensino superior em 3,4%. À semelhança do ano anterior, em 2023, a percentagem de homens e de mulheres, com o ensino secundário é praticamente idêntica, contudo, no que diz respeito à população com o ensino superior, as mulheres representavam 59%.

2.1.3.1. Evolução da população por níveis de educação em Portugal e na UE

Considerando os níveis de escolaridade da população portuguesa dos 15 aos 64 anos, segundo os dados disponibilizados pelo Eurostat³², constata-se que, no decurso da última década, os níveis de escolaridade mais baixos regrediram, em contraponto com os superiores. Com efeito, a população dos 15 aos 64 anos com habilitações literárias até ao 3º Ciclo do Ensino Básico (ISCED 0-2) continua a apresentar uma tendência de decréscimo ao longo dos últimos anos, tendo diminuído 15,7 p.p. entre 2014 e 2023.

³² Dados consultados em maio de 2024.

Figura 26. Evolução dos níveis de educação da população dos 15 aos 64 anos



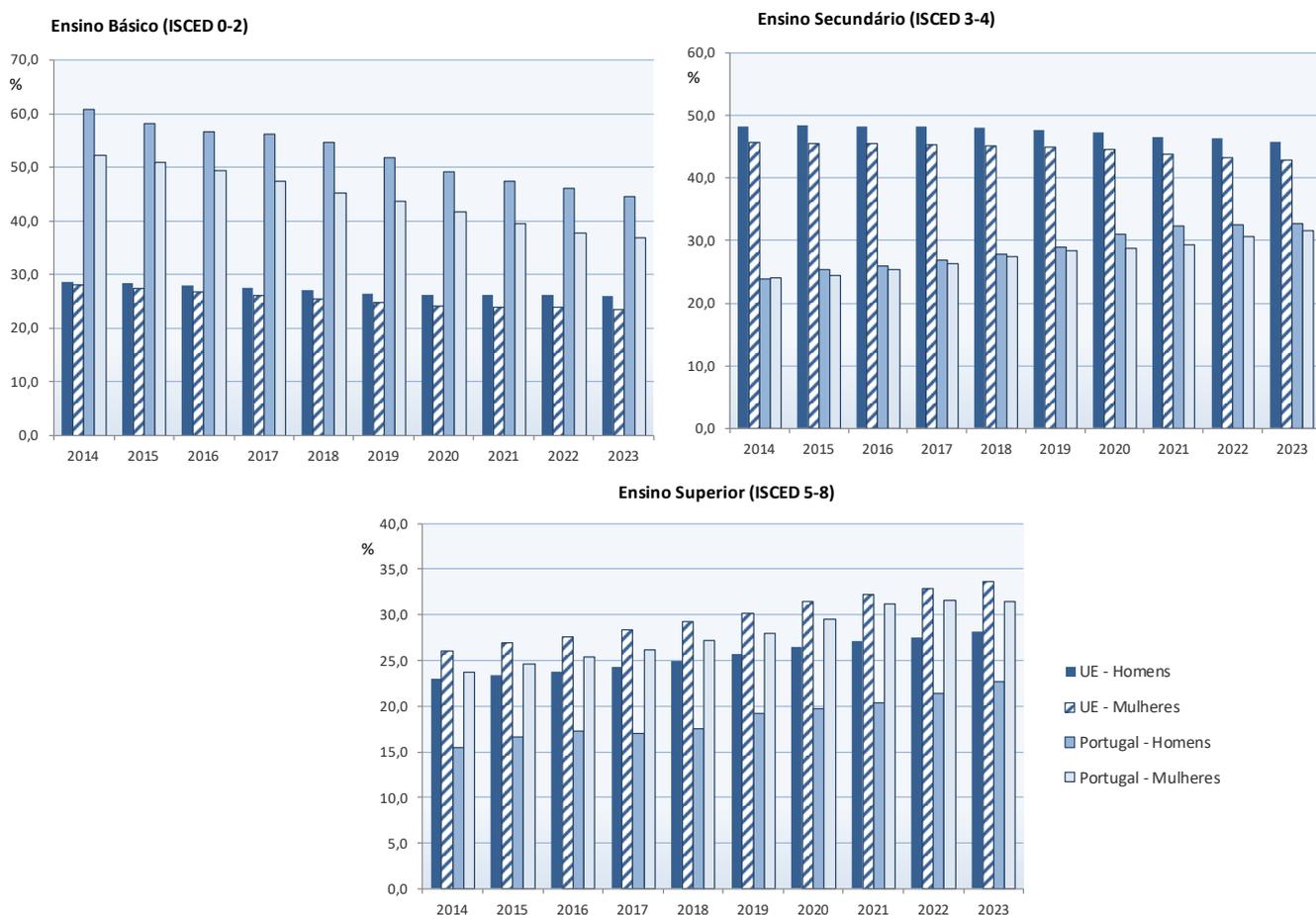
Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Em situação inversa encontra-se, quer a população dos 15 aos 64 anos com o Ensino Secundário (ISCED 3-4), quer a população dos 15 aos 64 anos com o Ensino Superior (ISCED 5-8), que apresentaram acréscimos de 8,2 p.p. e 7,5 p.p. respetivamente, nos últimos dez anos em análise.

Por outro lado, tendo em conta a média dos países da UE, verifica-se que a população europeia dos 15 aos 64 anos de idade com escolaridade mais baixa registou um decréscimo menos expressivo quando comparada com a portuguesa (menos 3,7 p.p. em 2023 face a 2014), tal como a população dos 15 aos 64 anos com o Ensino Secundário que, ao contrário da portuguesa, diminuiu 2,7 p.p. ao longo do período em análise. Quanto à população dos 15 aos 64 anos, com o nível de Ensino Superior, assistiu-se a um aumento (mais 6,4 p.p.), não obstante inferior ao verificado em Portugal.

Ao longo da série em análise, a população dos 15 aos 64 anos com habilitações literárias iguais ou superiores ao Ensino Secundário na UE, assume sempre valores superiores aos da sua congénere portuguesa. Por seu turno, a população dos 15 aos 64 anos da UE com uma escolaridade até ao 3º Ciclo do Ensino Básico continua a apresentar valores inferiores quando comparada com a população portuguesa em igual situação.

Figura 27. Evolução dos níveis de educação da população dos 15 aos 64 anos, por sexo



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

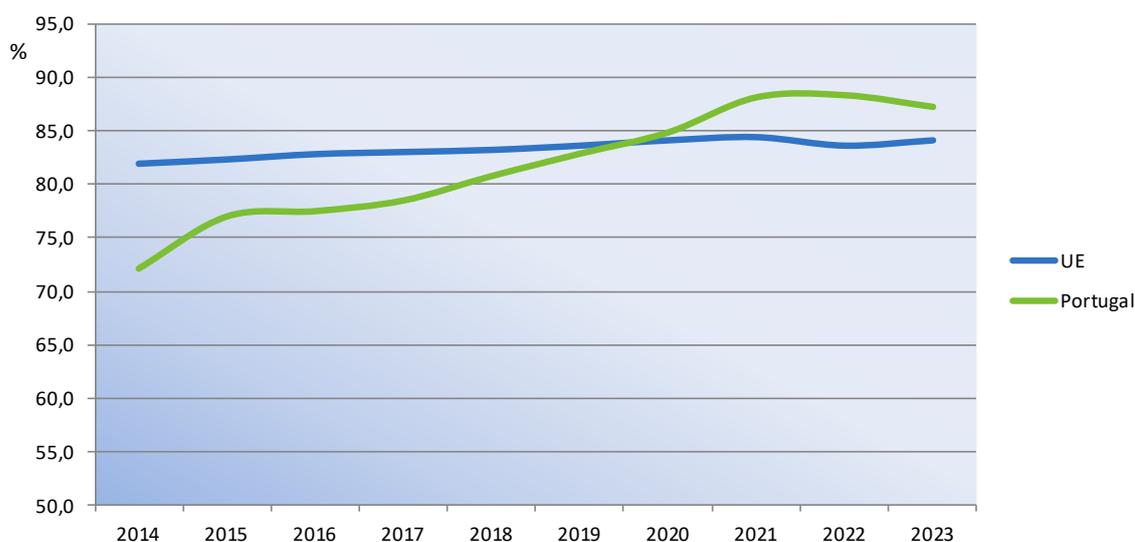
Relativamente à análise por sexo, constata-se que os homens portugueses dos 15 aos 64 anos que detêm, quer uma escolaridade ao nível do 3º Ciclo do Ensino Básico, quer ao nível do Ensino Secundário, têm vindo a apresentar, na última década, valores superiores aos das mulheres nas mesmas condições. Quanto à população europeia, verifica-se igual tendência ao longo do período em análise.

Relativamente às mulheres portuguesas dos 15 aos 64 anos com o Ensino Superior, ao longo da série em análise, estas evidenciaram sempre percentagens superiores às verificadas nos homens, sendo de destacar o facto da distância percentual entre as duas categorias ter vindo a aumentar ao longo dos últimos anos. De salientar que, esta tendência tem sido acompanhada pela média dos países da União.

2.1.3.2. População com níveis de educação secundário em Portugal e na UE

Em 2023, a percentagem da população portuguesa, entre os 20 e os 24 anos com pelo menos o nível de educação secundário (ISCED 3-8) era de 87,3%, cerca de 3,2 p.p. superior à da média da UE. Com efeito, desde o início da série em análise, esta população, em Portugal, tem vindo progressivamente a crescer, tendo aumentado cerca de 37,4 p.p., entre 2014 e 2023.

Figura 28. Evolução da população (20 aos 24 anos) com pelo menos o nível de educação secundário

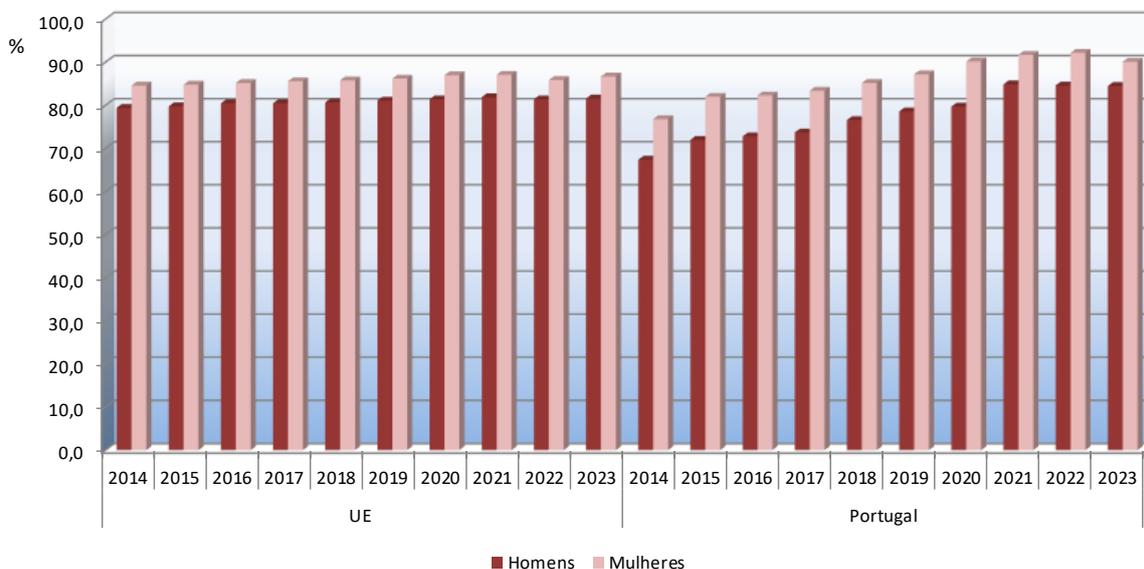


Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Em 2023, a percentagem de mulheres portuguesas jovens (20 a 24 anos) que atingiu pelo menos o nível secundário foi mais expressiva do que a dos homens (90,1% de mulheres para 84,5% de homens), tendência que também se verificou ao longo do período em análise, não obstante se evidenciar, nos últimos anos, uma progressiva aproximação dos valores de ambos os sexos. Por outro lado, importa salientar que, no espaço de uma década, a percentagem de homens jovens com pelo menos o nível secundário cresceu 43,5 p.p., enquanto a proporção de mulheres com pelo menos este nível de ensino aumentou cerca de 31 p.p.

Relativamente ao período homólogo, em 2023, apesar da percentagem de mulheres (90,1%) ter diminuído ligeiramente (menos 2,1 p.p.), esta continuou a ultrapassar a da média europeia (86,7%). Quanto à população masculina portuguesa com este nível habilitacional, apesar do decréscimo de 0,1 p.p. face a 2022, a percentagem de homens que atingiu pelo menos o nível secundário (84,5%) continuou a ser superior à da sua congénere europeia (81,6%).

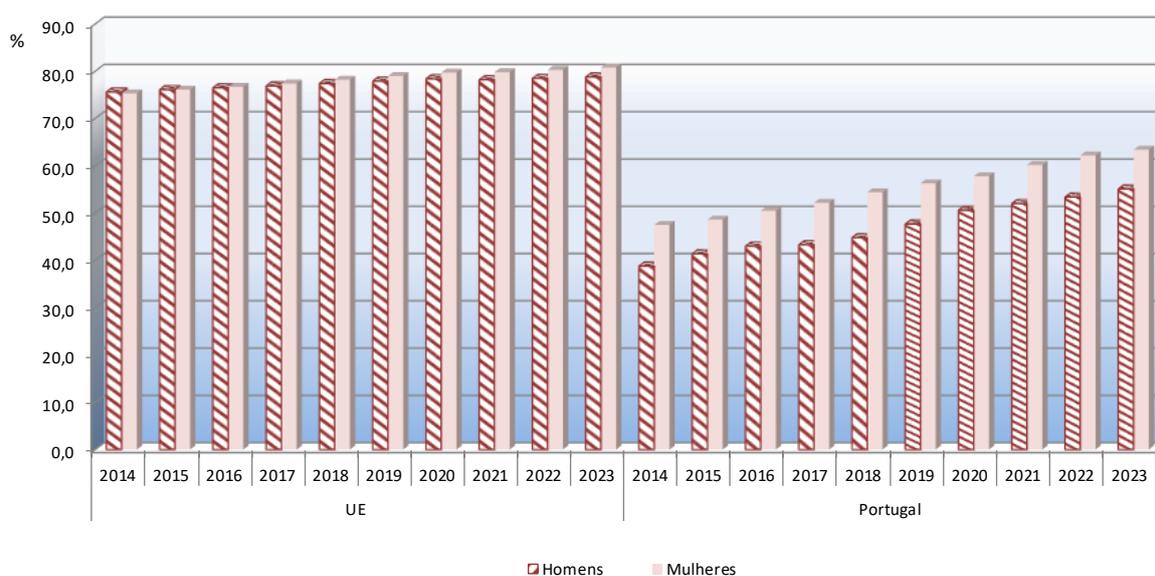
Figura 29. População (20 aos 24 anos) com pelo menos o nível de educação secundário, por sexo



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

No escalão etário dos 25 aos 64 anos, a proporção de pessoas, em Portugal, que possuía pelo menos o nível de educação secundário (ISCED 3-8) era, em 2023, de 59,4%, menos 20,4 p.p. relativamente à proporção registada na média dos países europeus (79,8%). De notar que, no início do período em análise, em Portugal, essa percentagem era 32,2 p.p. inferior à percentagem da média europeia, o que reflete uma melhoria muito significativa no que respeita a este escalão etário no nosso país.

Figura 30. População (25 aos 64 anos) com pelo menos o nível de educação secundário, por sexo



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

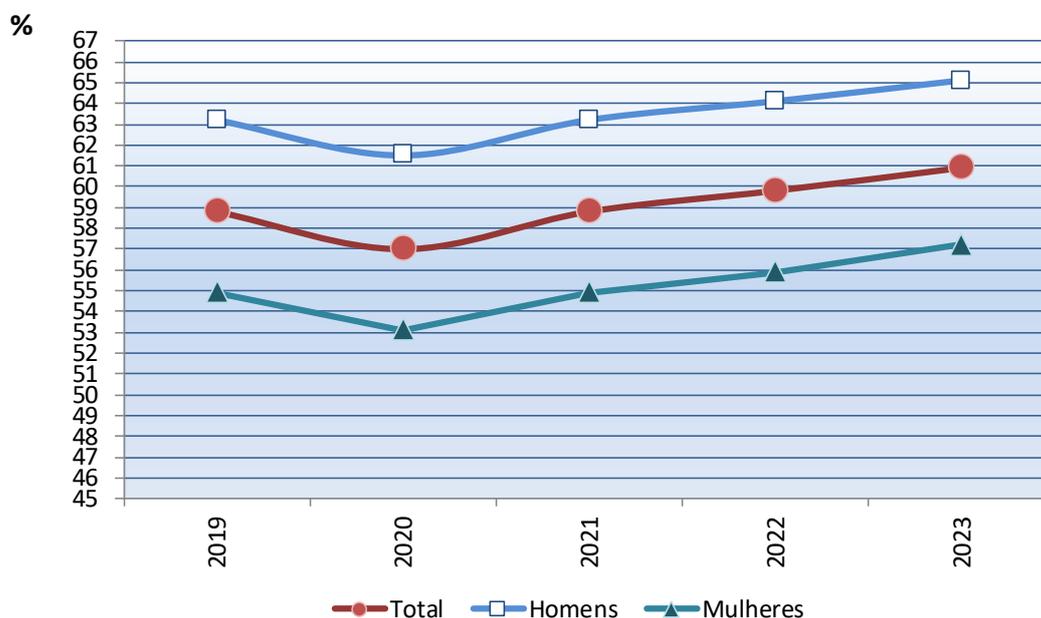
A proporção de mulheres portuguesas com pelo menos o nível de educação secundário era em 2023, tal como no início da série em análise, superior à dos homens. Por outro lado, na média dos países da UE, neste escalão etário a percentagem de homens ultrapassava a de mulheres, tendência que se inverteu a partir de 2016.

2.1.4. População ativa e taxas de atividade

Considerando a população ativa no Continente, em 2023, esta totalizava 5061,8 mil pessoas, tendo crescido 2,4% face ao ano anterior. De salientar, que tanto o número de mulheres ativas, assim como o dos homens cresceu em relação ao ano anterior, no que diz respeito às mulheres em 2,5% e relativamente aos homens em 2,3%.

Em 2023, a taxa de atividade da população com 16 e mais anos, era de 60,9%, o que representou um aumento de 1,1% em relação a 2022. A taxa de atividade masculina, que, em 2023, era de 65,1%, aumentou 1%, e a taxa de atividade feminina, que era de 57,2%, aumentou 1,3%.

Figura 31. Evolução das taxas de atividade masculina e feminina



Fonte: INE, *Inquérito ao emprego*

A diferença entre as taxas de atividade masculina e feminina tem vindo a registar um decréscimo sucessivo ao longo da série, em 2023, a diferença é de 7,9 p.p.

2.1.4.1. População ativa por escalões etários

Em relação à estrutura etária, à exceção do escalão entre os 35 e os 44 anos, a população ativa aumentou em todos os escalões. Verificou-se um acréscimo significativo no escalão 16 aos 24 anos (12,5%), seguido do escalão dos 55 aos 64 anos (4%) e no escalão dos mais de 65 anos (8,4%).

Em 2023, a taxa de atividade, aumentou praticamente em todos os grupos etários, com exceção dos 35 aos 44 anos. O maior acréscimo registou-se no escalão dos 16 aos 24 anos (4,2%). No que diz respeito às mulheres registou-se um decréscimo no escalão dos 35 aos 44 anos (1,3%) e em relação aos homens um decréscimo ligeiro no escalão dos 45 aos 54 anos (0,3%).

2.1.4.2. Taxas de atividade em Portugal e na União Europeia

Relativamente à taxa de atividade, Portugal tem registado, sempre, valores superiores à média dos países da União desde o início da série em análise. Em Portugal, ao longo da última década, a taxa de atividade tem vindo a aumentar de forma gradual, apresentando valores entre os 73% e os 77,6%, à semelhança do que vem sucedendo com a média dos países europeus, que tem registado, igualmente, uma subida gradual da taxa de atividade, tendo passado de 71,6%, em 2014, para 75%, em 2023.

Figura 32. Evolução da taxa de atividade

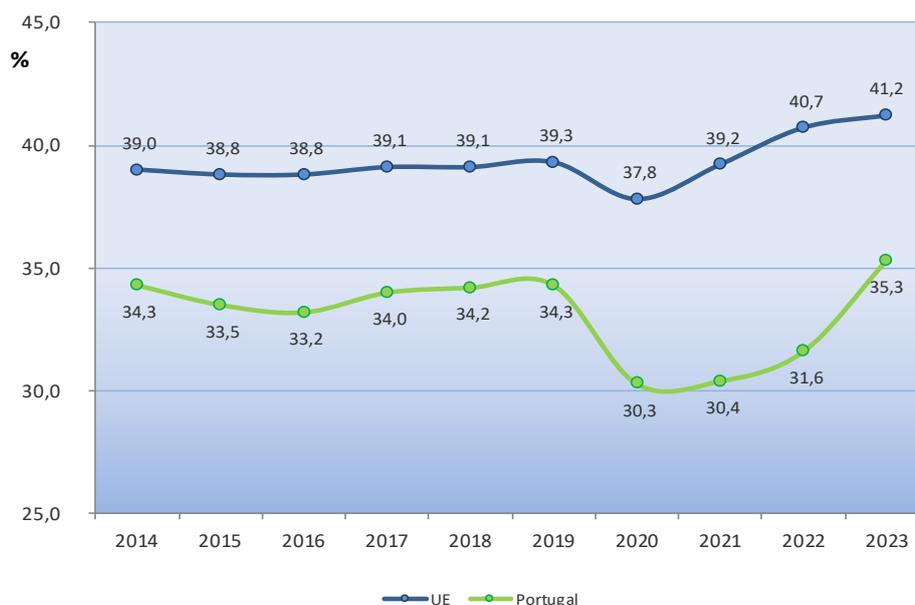


Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

Relativamente à taxa de atividade dos jovens, ao longo da última década, esta acompanha a tendência evidenciada pela taxa de atividade total. Contudo, enquanto a taxa de atividade dos jovens na UE apresenta uma certa estabilidade dos respetivos valores médios, não obstante a quebra em 2020, a taxa

de atividade dos jovens portugueses tem registado alguns decréscimos ao longo da série, nomeadamente em 2015, 2016 e 2020, ano em que se observou a descida mais expressiva. Relativamente a 2023, evidencia-se um acréscimo homólogo desta taxa, tanto em Portugal como na UE. Com efeito, face a 2022, a taxa de atividade jovem portuguesa, em 2023, subiu para os 35,3% (mais 3,7 p.p.) e a europeia para os 41,2% (mais 0,5 p.p.).

Figura 33. Evolução da taxa de atividade dos jovens (15 aos 24 anos)



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

2.1.4.3. População ativa por níveis de escolaridade completos

No Continente, em 2023, 35,3% dos ativos tinham até ao ensino básico, 32,3% tinham o ensino secundário e 32,3% o ensino superior. Os homens representavam 57,4% dos ativos com o ensino básico e as mulheres cerca de 58,7% dos ativos com o ensino superior.

A taxa de atividade da população com o ensino básico era de 42,9% e aumentou em 0,7 p.p. em relação ao ano anterior. De notar que, as taxas de atividade da população com o ensino secundário e superior (que eram 74,8% e 83,5% respetivamente) aumentaram, pese embora com maior expressão no ensino secundário (1,4 p.p.). A taxa de atividade feminina cresceu de forma mais expressiva relativamente à população com o ensino básico.

2.1.4.4. População ativa por regiões

Entre 2022 e 2023, a população ativa cresceu em todas as regiões. Na região do Norte e no Algarve, o número de mulheres ativas cresceu mais do que o número de homens. Com exceção da região do Algarve,

todas as outras regiões registaram um aumento no número de homens ativos. Entre 2019 e 2023, registou-se um crescimento da população ativa em praticamente todas as regiões, com exceção da região do Algarve.

2.1.5. População Inativa

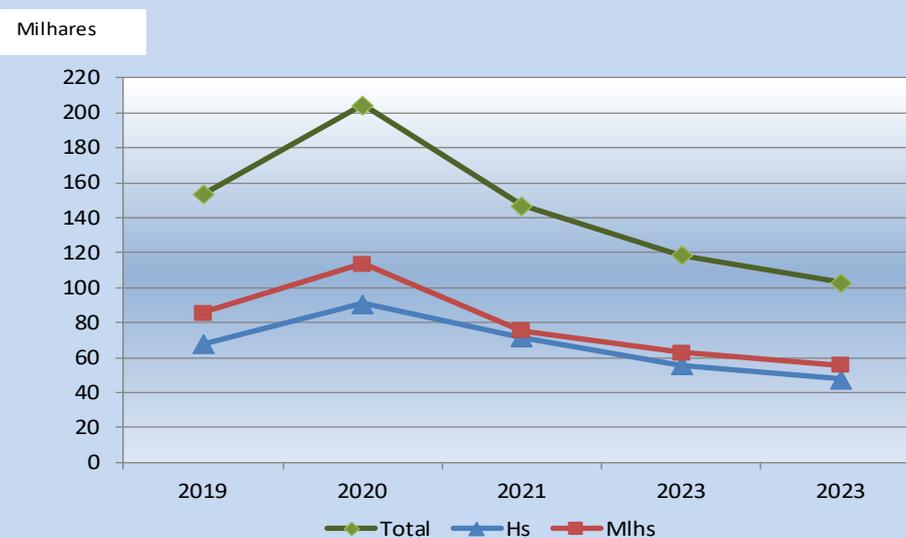
Em 2023, no Continente, a população inativa com 16 e mais anos totalizava cerca de 3.367,7 mil pessoas, menos 2,1% em relação a 2022. Aproximadamente 56,7% destes inativos eram reformados e face ao ano anterior, verificou-se um ligeiro crescimento de 0,2%. Simultaneamente com a categoria de “outros inativos”, foram os que registaram um aumento em relação a 2022. Os estudantes representavam 19,5%. Os “outros inativos” e os “domésticos” constituíam 15,3% e 9,6%, respetivamente. A categoria dos “domésticos” foi a que mais diminuiu, face ao ano anterior (10,84%).

INATIVOS DISPONÍVEIS QUE NÃO PROCURAM EMPREGO

No Continente, em 2023, os inativos “disponíveis que não procuram emprego” (aqueles que, não tendo procurado emprego nas últimas 3 semanas antes do inquérito, não foram contabilizados como desempregados, mas como inativos) constituíam cerca de 3% do total de inativos (cerca de 103,1 mil pessoas). O seu número decresceu 13% em relação ao ano anterior.

O número destes inativos cresceu expressivamente entre 2019 e 2020, no entanto a partir de 2021 tem vindo a diminuir.

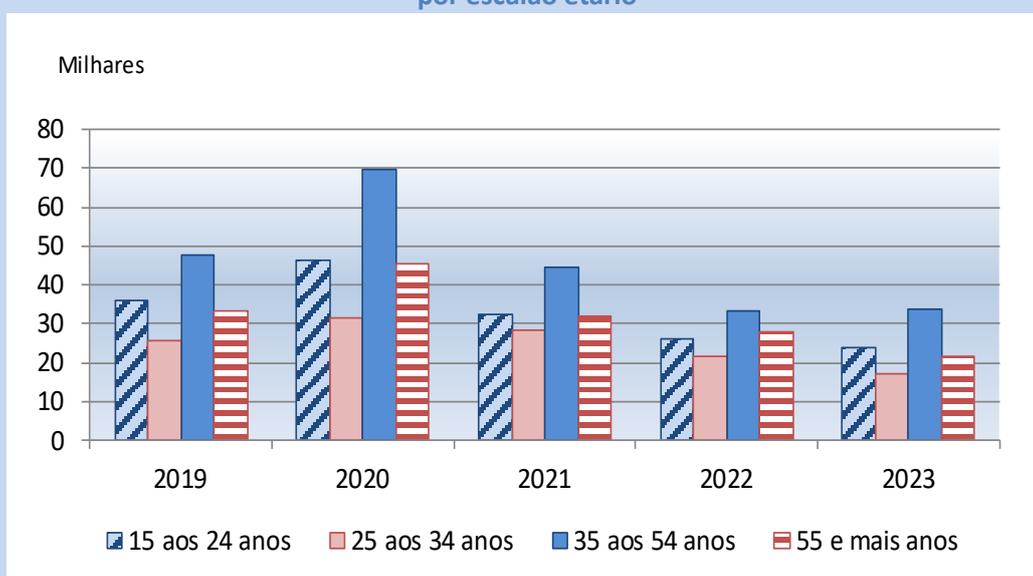
Figura 34. Evolução da população inativa disponível que não procura emprego



Fonte: INE. *Inquérito ao Emprego*

Ao longo do período em análise, o número de mulheres inativas disponíveis que não procuravam emprego tem sido superior ao dos homens. Pese embora em 2019, o número de inativos homens desta categoria assim como o número de mulheres ter diminuído, em 2020 verificou-se um aumento expressivo em ambas as categorias. Contudo, a partir de 2021, o número de mulheres inativas disponíveis que não procuravam emprego tem vindo a aproximar-se ao número de homens.

Figura 35. Evolução da população inativa disponível que não procura emprego por escalão etário



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2023, cerca de 35% destes inativos tinham entre 35 e 54 anos, 24,9% tinham entre 16 e 24 anos, 22,5% tinham 55 anos ou mais e 17,7% tinham entre 25 e 34 anos. Com exceção do escalão etário dos 35 aos 54 anos em que se registou um ligeiro aumento do número de inativos desta categoria em relação ao ano anterior (0,3%), todos os outros escalões etários registaram um decréscimo.

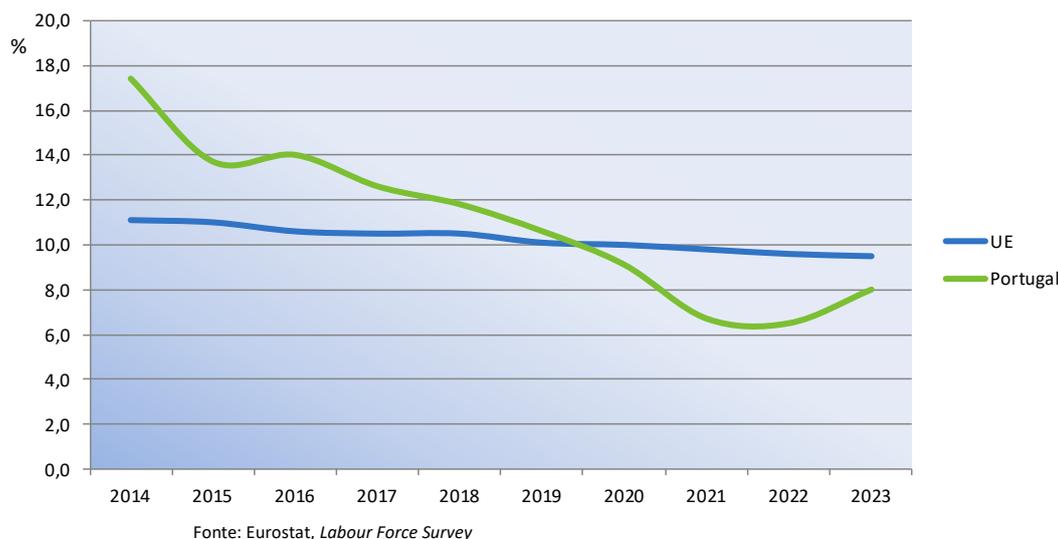
No Continente, em 2023, 46,6% dos inativos disponíveis que não procuravam emprego possuíam o ensino básico, 35,6% tinha o ensino secundário e 17,8%, o ensino superior. Face a 2022, o número dos inativos diminuiu na categoria dos que possuíam o ensino básico e o ensino superior (respetivamente 17,7% e 12,2%), contudo em relação aos inativos que possuíam o ensino superior aumentou (0,5%).

2.1.6. População jovem: abandono escolar precoce e população jovem que não trabalha nem estuda (NEEF) em Portugal e na União Europeia

2.1.6.1. Saída escolar precoce

Em 2023, a proporção de jovens portugueses que saíram precocemente da escola, ou seja, da população de 18 a 24 anos cujo nível de estudos não ultrapassa o 3º ciclo do ensino básico (ISCED 0-2) e que já não frequenta escola ou outro tipo de formação, continuou a ser inferior à da média observada na UE. De salientar que este abandono precoce escolar, que tem vindo a diminuir progressivamente, tem sido mais acentuado em Portugal do que na média dos países europeus.

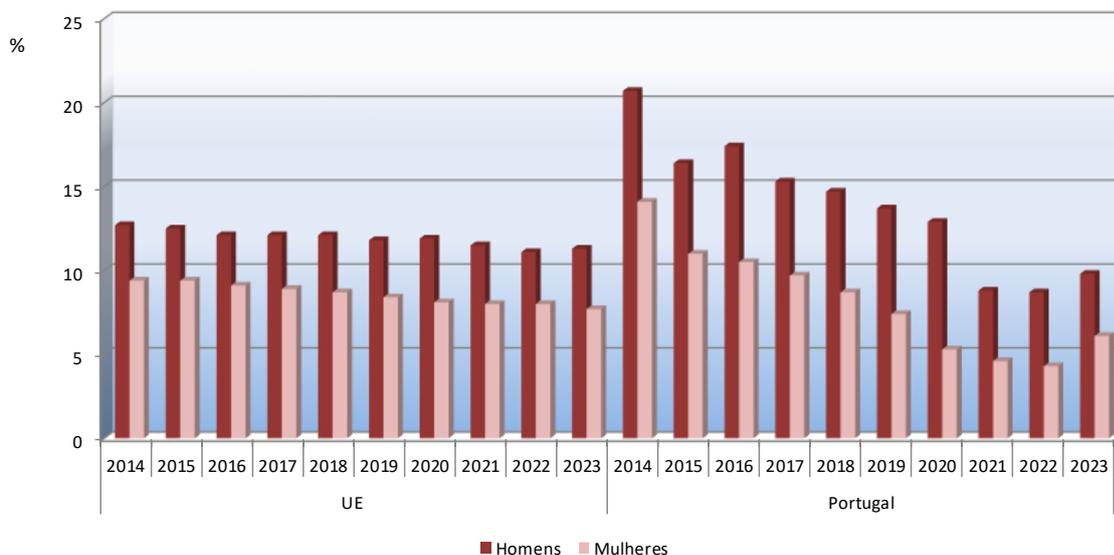
Figura 36. Jovens (18 a 24 anos) que saíram precocemente da escola



Com efeito, em Portugal, a proporção de jovens que saíram precocemente da escola (população de 18 a 24 anos que já não frequenta a escola ou outro tipo de formação e cujo nível de estudos não ultrapassa o 3º ciclo do ensino básico) diminuiu de 17,4% em 2014 para 8% em 2023, tendo sido inferior à da média dos países da UE que, em 2023, registou 9,5%.

Por outro lado, uma análise mais detalhada permite evidenciar que a percentagem de homens que abandona precocemente a escola é superior à percentagem de mulheres, tanto para Portugal como para o conjunto dos países da UE. Ainda assim, em Portugal, esta diferença, entre ambos os sexos, tem vindo a esbater-se nos últimos anos, aproximando-se grandemente, em 2023, da diferença verificada na média europeia (3,6 p.p. na UE e 3,7 p.p. em Portugal).

Figura 37. Jovens (18 a 24 anos) que saíram precocemente da escola, por sexo



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Por outro lado, desde o início da série em análise, a percentagem de homens portugueses que abandonaram precocemente a escola tem diminuído de forma mais acentuada, quando comparada com o decréscimo verificado na percentagem de mulheres. Assim, no espaço de uma década, a percentagem masculina evidenciou uma redução de 10,9 p.p., enquanto na feminina se constatou uma descida de 8 p.p. Refira-se ainda que, no conjunto dos países da UE, estas diferenças assumiram uma menor expressão, tendo a percentagem de homens que saíram precocemente da escola diminuído 1,4 p.p., entre 2014 e 2023, enquanto a das mulheres decresceu 1,7 p.p., no mesmo período de análise.

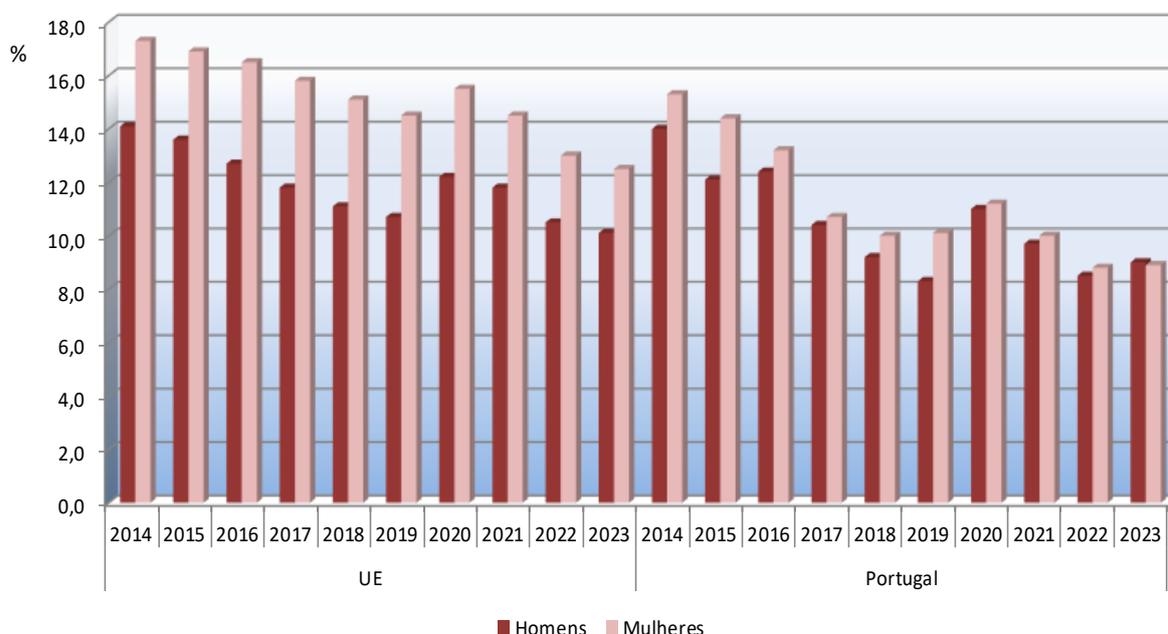
2.1.6.2. População jovem que não trabalha nem estuda (NEEF³³)

Considerando a percentagem de jovens NEEF, entre os 15 e os 29 anos de idade, nos últimos dez anos, evidencia-se um decréscimo deste tipo de população jovem até 2019, quer em Portugal, quer na UE. Em 2020, constata-se uma subida desta população que, desde então, tem vindo novamente a diminuir, registando, em 2023, valores na ordem dos 8,9% em Portugal e 11,2% na UE. De salientar que, em 2023, a percentagem de população portuguesa, entre os 15 e os 29 anos, que não se encontrava a trabalhar, nem a estudar ou a frequentar outro tipo de formação, permaneceu inferior à da média europeia (menos 2,3 p.p.).

³³ NEEF – *Jovens Não Empregados que não estão em Educação ou Formação*. Dados consultados em abril de 2024.

Por outro lado, analisando esta informação por sexo, constata-se que, em geral, tanto em Portugal como na UE, a população feminina NEEF apresenta percentagens superiores quando comparada com a população masculina nas mesmas condições. De notar que, relativamente a estes jovens NEEF, dos 15 aos 29 anos, a diferença percentual entre as mulheres e os homens é mais expressiva no conjunto dos países da UE do que em Portugal. Com efeito, no que concerne à população jovem NEEF, nos últimos anos em Portugal, verificou-se uma aproximação dos valores percentuais de ambos os sexos, que, em 2023, continuaram a registar um diferencial de 0,1 p.p. (9% para os homens e 8,9% para as mulheres).

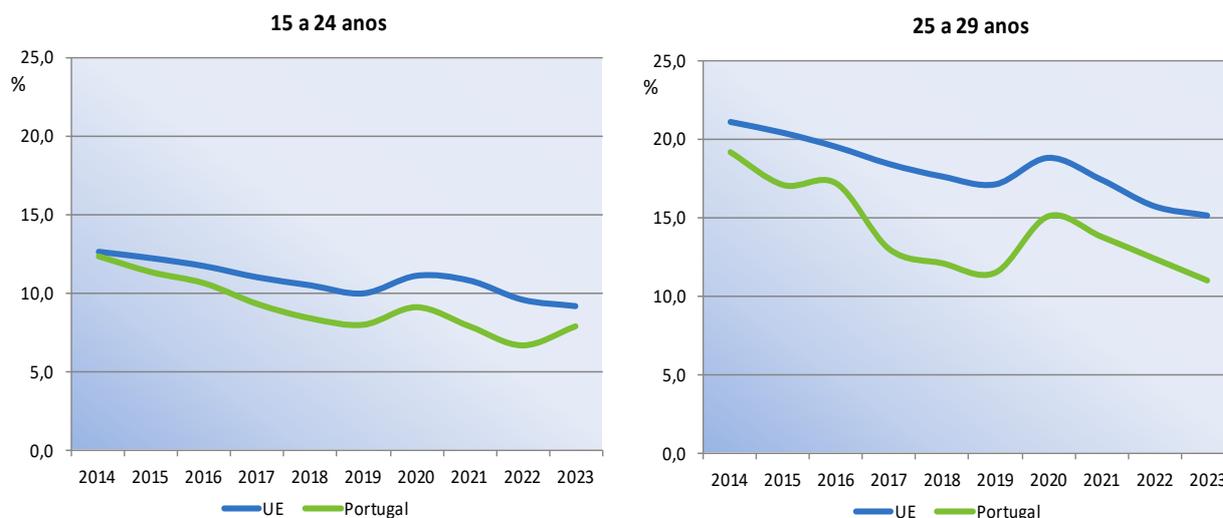
Figura 38. População jovem NEEF (15 a 29 anos), por sexo



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Numa análise mais desagregada deste tipo de população por escalão etário, em 2023, verifica-se que a população jovem NEEF é mais elevada nas idades entre os 25 e os 29 anos, tanto em Portugal (11%), como a nível europeu (15,1%), tendo, na última década, diminuído de forma gradual, apesar de algumas oscilações. Refira-se ainda que, neste grupo etário, a percentagem de mulheres, em 2023, continuou a ser superior à dos homens, quer em Portugal (mais 2,1 p.p.), quer sobretudo no conjunto dos países da UE (mais 7,5 p.p.).

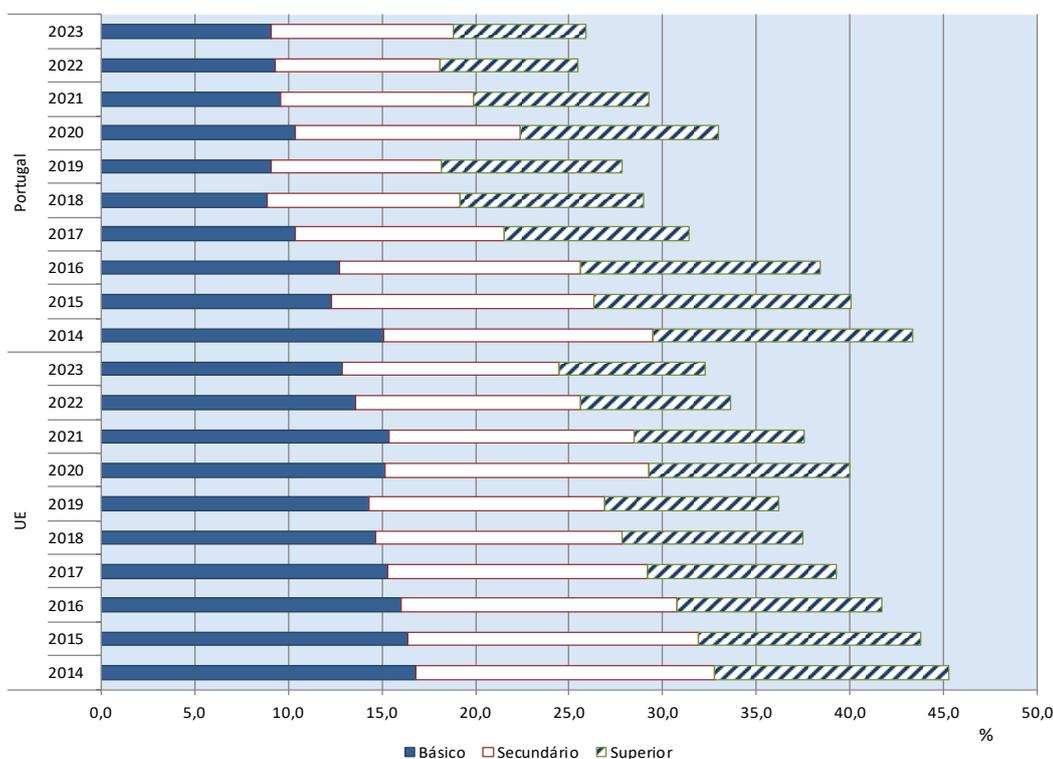
Figura 39. População jovem NEEF



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

Por último, considerando a população jovem NEEF por níveis de ensino, observa-se que, em 2023, em Portugal, o nível de escolaridade do ensino secundário (9,7%) apresentou uma percentagem ligeiramente superior, dado que a proporção da população entre os 15 e os 29 anos que não trabalha nem estuda e que detém o ensino básico ou o ensino superior registaram 9,1% e 7,1%, respetivamente.

Figura 40. População jovem NEEF, por níveis de ensino



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

Em relação à média dos países da União, em 2023, verificou-se uma tendência diferente, com os jovens NEEF de 15 a 29 anos que apenas têm o ensino básico a registar a percentagem mais elevada (12,9%), logo seguida pelos jovens NEEF com o ensino secundário (11,6%) e pelos do ensino superior que apresentaram o valor com menor expressão (7,8%). Na UE, tal como em Portugal, a percentagem de jovens NEEF diminui à medida que o nível de escolaridade aumenta.

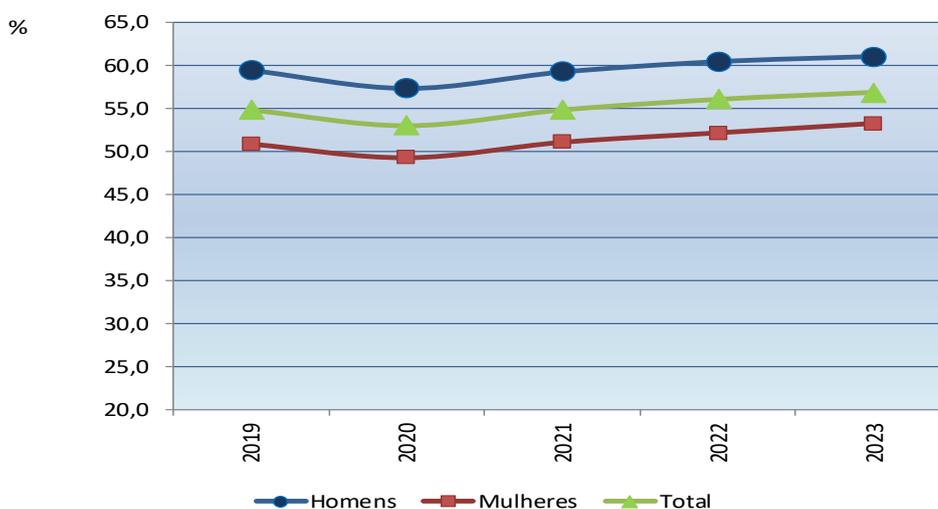
2.2. Emprego

2.2.1. Emprego e taxas de emprego

De acordo com os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE, em 2023, no Continente, estavam empregadas 4.731,4 mil pessoas, o que representa um aumento de 89,2 mil empregados em relação a 2022. Os homens empregados constituíam 50,3% do total, contudo, o número de mulheres empregadas aumentou mais (2,2%).

A taxa de emprego (16 e mais anos), em 2023, era de 56,9%. A taxa de emprego masculina era de 61,1% e a taxa de emprego feminina de 53,3% e nas duas categorias registou-se crescimento face ao ano anterior. Observando o período em análise, verificou-se que a taxa de emprego após ter decrescido em 2020 em todas as categorias, tem vindo a registar um crescimento progressivo.

Figura 41. Taxa de Emprego por sexo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

2.2.1.1 Emprego por escalões etários

No Continente, entre 2022 e 2023, a população empregada, com exceção do escalão dos 35 aos 44 anos, aumentou nos restantes escalões etários. O grupo etário em que o emprego mais cresceu, em termos percentuais, foi o grupo dos 16 aos 24 anos (10,7%), seguido pelo grupo dos 65 e mais anos (7,2%) e por último o escalão dos 25 aos 34 anos (4%).

Em 2023, registou-se um crescimento expressivo do emprego nos grupos etários mais jovens. Em relação aos escalões mais velhos, o único escalão onde se verificou um decréscimo foi no escalão dos 35 aos 44 anos.

Figura 42. Variação da População Empregada por escalões etários



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

A taxa de emprego cresceu em quase todos os grupos etários, aumentou mais no escalão dos 16 aos 24 anos (10,7%), seguindo-se o escalão dos 25 aos 34 anos (4%) e por último o escalão dos 55 aos 64 anos (3,7%).

2.1.1.2. Taxas de Emprego em Portugal e na União Europeia

De acordo com os dados do EUROSTAT, ao longo dos últimos anos, Portugal tem evidenciado taxas de emprego superiores às da média do conjunto de países da UE.

Figura 43. Evolução da taxa de emprego



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

Analisando os últimos dez anos, a taxa de emprego portuguesa, que, em 2014, registara o valor mais baixo do período em análise (62,6%), tem vindo a subir gradualmente, não obstante a quebra registada em 2020. De salientar que, este crescimento da taxa de emprego portuguesa tem sido mais expressivo do que o da sua congénere europeia, pelo que, em 2017, esta taxa em Portugal ultrapassou a da média da Europa, situação que se tem mantido. Em 2023, tanto a taxa de emprego portuguesa como a europeia registaram uma subida face ao período anterior, com acréscimos de 1,1 p.p. e 0,6 p.p., respetivamente.

Figura 44. Evolução da taxa de emprego dos jovens (15 aos 24 anos)



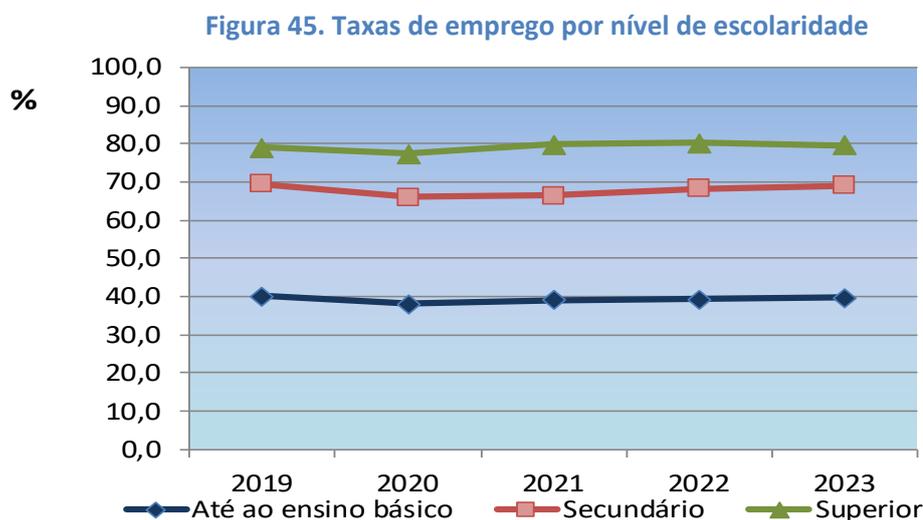
Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

Quanto à evolução da taxa de emprego dos jovens (15 aos 24 anos), esta apresenta algumas semelhanças com a evolução registada para a população em geral. Com efeito, os valores médios da taxa de emprego dos jovens na UE têm apresentado maior estabilidade, contrariamente aos valores relativos a Portugal que têm evidenciado oscilações mais acentuadas. Em 2020, observa-se uma quebra em ambas as taxas, que, no caso de Portugal, ao invés do que aconteceu nos países da UE, se prolongou em 2021. Em 2023, verificou-se um crescimento homólogo destas taxas, com a europeia a fixar-se nos 35,2% (mais 0,4 p.p.) e a portuguesa nos 28,2% (mais 2,7 p.p.).

2.2.1.3. População empregada por níveis de escolaridade

No Continente, em 2023, a população empregada com o ensino básico constituía 35,3% do total, sendo o peso da população empregada com o ensino secundário e com o ensino superior igual (32,3%).

Entre 2022 e 2023, o número de pessoas empregadas com o ensino básico diminuiu em 1,3%, enquanto a população empregada com o ensino secundário aumentou em 4,6%, enquanto no que se refere à população com o ensino superior registou-se um aumento de 3%.



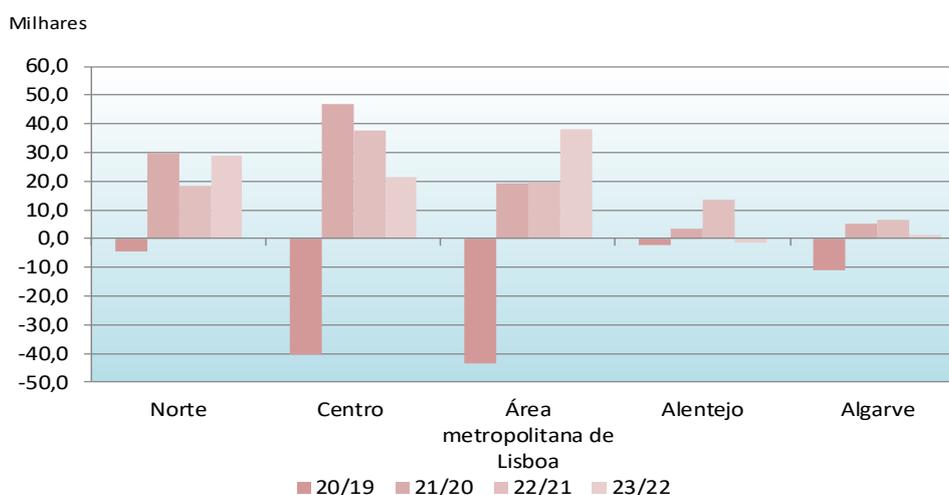
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

A taxa de emprego dos indivíduos que possuíam o ensino básico, em 2022, era 38,8%, tendo aumentado muito pouco face a 2021. A taxa de emprego dos indivíduos com o ensino secundário era de 67,8% e cresceu 2,1%. Já a dos indivíduos com o ensino superior, que era 79,6%, cresceu 1%.

Analisando a taxa de emprego masculina e como se tem vindo a verificar em anos anteriores, em 2022, era superior à feminina em todos os níveis de escolaridade, contudo, quanto mais elevado o nível de habilitações menor a diferença. Assim sendo, no que se refere à população empregada com o ensino básico, a diferença era de 15,5 p.p., enquanto que na população empregada com o ensino superior era de apenas 1,0 p.p.

2.2.1.4. Emprego por regiões

Figura 46. Variação do emprego por regiões do Continente



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

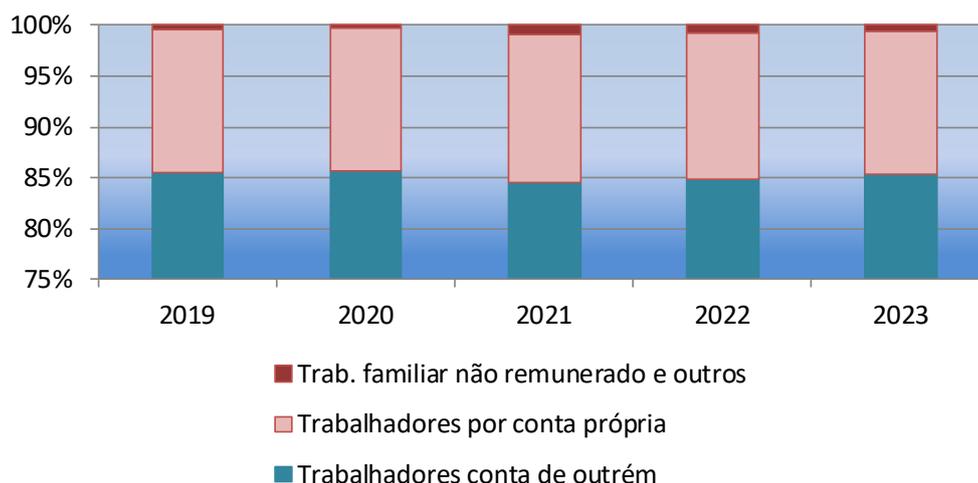
Tal como em anos anteriores, em 2023, o Norte continuava a ser a região com a maior percentagem da população empregada no Continente (36,7%), seguindo-se a Área metropolitana de Lisboa (28,7%) e a região Centro (23,2%). O Alentejo registava 6,9% da população empregada e o Algarve, 4,4%. Em relação a 2022, a população empregada cresceu sobretudo em Lisboa (2,9%), no Centro (2%), no Norte (1,7%), no Algarve também se registou um ligeiro crescimento (0,7%) e no Alentejo a população empregada decresceu (0,4%).

2.2.1.5. População empregada por situação na profissão

Em 2023, no Continente, cerca de 4.035,9mil indivíduos trabalhavam por conta de outrem, constituindo 85,3% do total de empregados, 671,4 mil trabalhavam por conta própria, representando 14,2% do total e 24,1 mil eram trabalhadores familiares não remunerados. Cerca de 67% dos trabalhadores por conta própria (TCP) trabalhavam isoladamente.

No que diz respeito ao número de trabalhadores por conta de outrem (TCO), entre 2022 e 2023, aumentou em 2,5% (cerca de mais 99,5 mil pessoas), tendo o número de trabalhadores por conta própria (TCP) diminuído em 0,5% (cerca de menos 3,6 mil pessoas), enquanto os TCP que trabalhavam isolados registaram mais 12,8 mil pessoas.

Figura 47. Evolução da População Empregada por situação na profissão



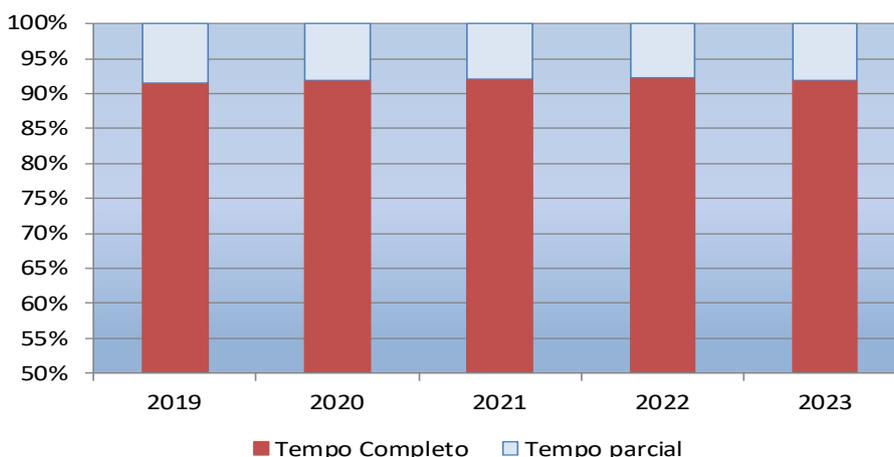
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Desde 2019, verificou-se que o número dos TCP tem vindo a aumentar e a percentagem de cada uma das categorias no total de empregados equilibrou. Em 2020, registou-se uma quebra em ambas as categorias. Já em 2021, verificou-se um aumento em todas as categorias, em 2022 observa-se uma ligeira quebra dos TCO e um aumento dos TCP e em 2023 os TCO voltam a crescer ligeiramente.

2.2.1.6. População empregada por tempo de duração de trabalho

Em 2023, no Continente, a população empregada a tempo completo representava 4.343,5 mil pessoas, constituindo 91,8% do total e aumentou 1,5% relativamente a 2022 (mais 62,5 mil pessoas). Os homens que trabalhavam a tempo inteiro constituíam 51,6% do total e aumentaram mais do que as mulheres, face ao ano anterior. A população empregada a tempo parcial cresceu expressivamente, tendo aumentado 7,4% (mais 26,6 mil pessoas), sendo de salientar que entre 2022 e 2023, e o número de mulheres nesta categoria aumentou em 23,6 mil.

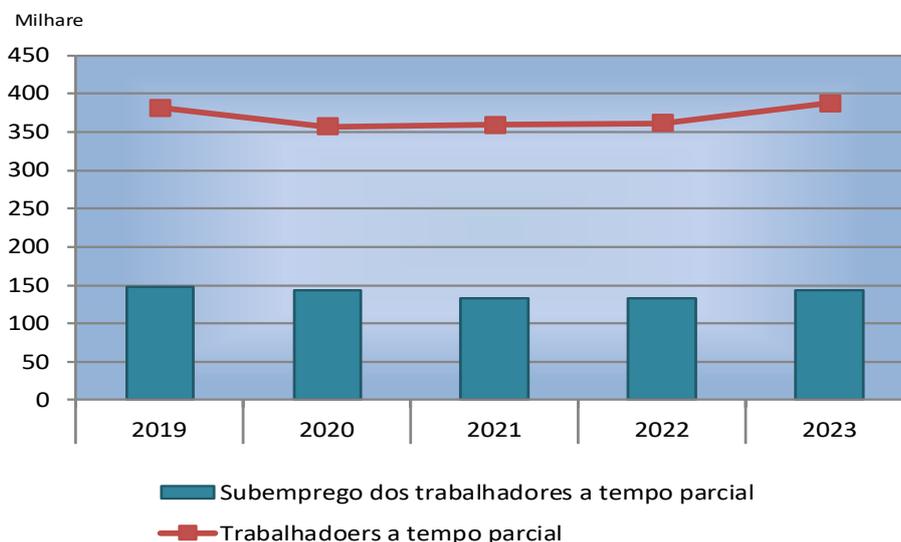
Figura 48. Percentagem da população empregada por tempo de duração do trabalho



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2019 e 2023, o peso da população empregada a tempo completo no total do emprego aumentou 0,2 p.p.. No entanto, a população empregada a tempo parcial, depois de um decréscimo entre 2020 e 2022, voltou a crescer em 2023. Ao longo do período em análise, os homens continuam a constituir a maioria dos trabalhadores a tempo completo e as mulheres a maioria dos trabalhadores a tempo parcial.

Figura 49. Evolução do emprego a tempo parcial e do subemprego a tempo parcial



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No Continente, em 2023, das 387,9 mil pessoas que trabalhavam a tempo parcial, 36,8% estavam disponíveis para trabalhar mais horas. 66,8% destes subempregados eram mulheres. O número de trabalhadores subempregados cresceu em 7,7%, entre 2022 e 2023.

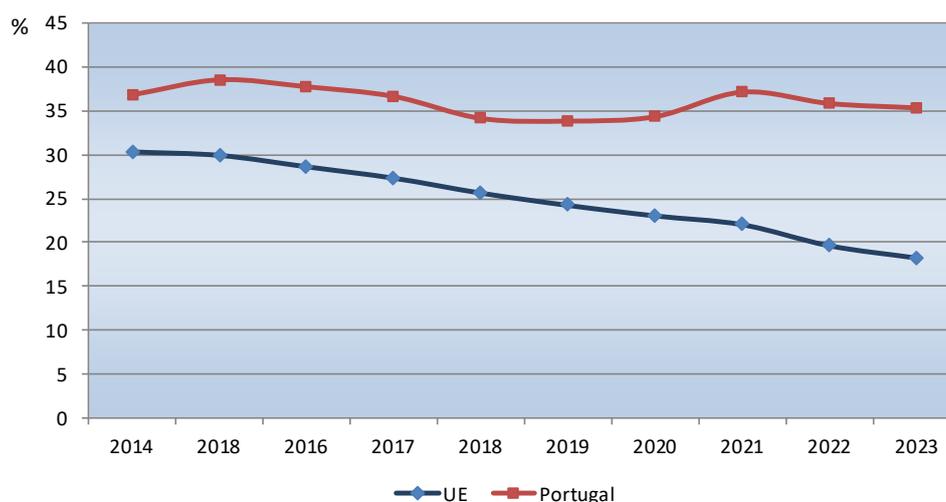
Entre 2019 e 2023, o número de trabalhadores a tempo parcial que estava subempregado decresceu cerca de 3,2%, no entanto o número de trabalhadores a tempo parcial cresceu 1,7% no mesmo período.

2.2.1.7. Percentagem da população subempregada no total da população empregada a tempo parcial em Portugal e na UE

Analisando a percentagem de pessoas empregadas involuntariamente a tempo parcial (15 e mais anos), ou seja, em situação de subemprego³⁴ em Portugal e na média dos países da UE entre 2014 e 2023, constata-se que essa percentagem se manteve sempre mais elevada em Portugal, tendo essa diferença aumentado, ao longo do período em análise.

Com efeito, na UE, e ao contrário de Portugal, a percentagem de pessoas empregadas em situação de subemprego tem vindo a registar uma tendência de decréscimo progressivo, passando de 30,4%, em 2014, para 18,3%, em 2023, enquanto que, em Portugal, essa percentagem, apesar de algumas oscilações, manteve-se praticamente constante no decurso da última década, passando de 36,9%, em 2014, para 35,4%, em 2023.

Figura 50. Percentagem do emprego a tempo parcial involuntário no total do emprego a tempo parcial (15 e mais anos)

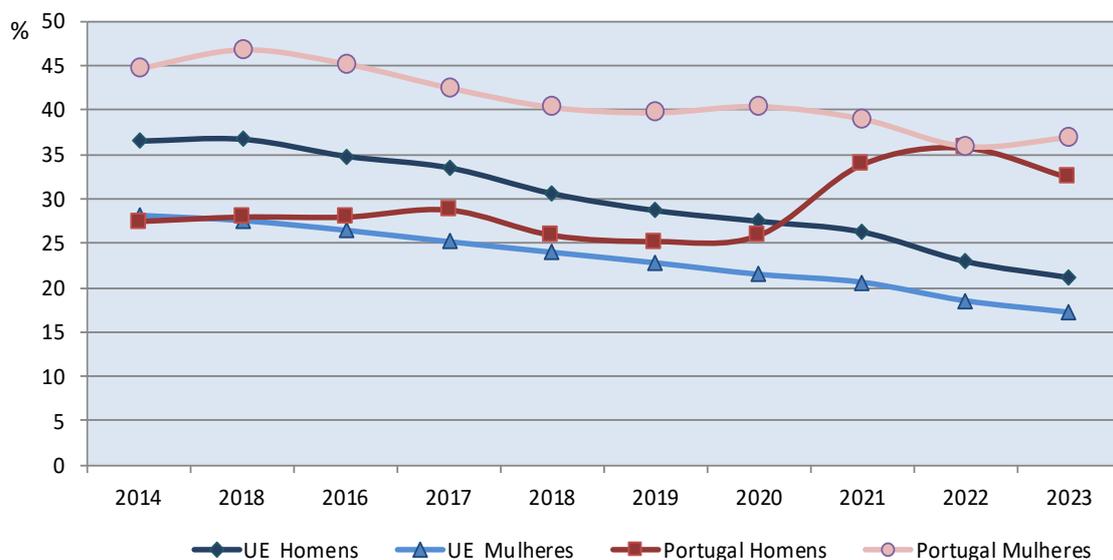


Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

No que se refere às diferenças entre sexos, em Portugal, a evolução da percentagem de homens em situação de subemprego tem vindo a apresentar uma trajetória ascendente, contrariamente à percentagem de mulheres em igual situação, cujo valor tem vindo a diminuir de forma gradual. De notar que, ao longo da série em análise, a percentagem de mulheres em situação de subemprego foi sempre superior à dos homens, apesar dessa diferença ter vindo a esbater-se até 2022, ano a partir do qual a percentagem feminina volta a distanciar-se da masculina.

³⁴ Na designação do Eurostat: "Emprego a tempo parcial involuntário". Dados consultados em junho de 2024.

Figura 51. Percentagem do emprego a tempo parcial involuntário no total do emprego a tempo parcial, por sexo



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Por outro lado, no que se refere à UE, e ao contrário de Portugal, a percentagem de mulheres em situação de subemprego, tem sido sempre inferior à dos homens, não obstante, nos últimos anos se verificar uma tendência de convergência de ambas as percentagens. Por último, importa referir que, na última década, verificou-se um decréscimo progressivo, quer da percentagem de mulheres em situação de subemprego, quer da dos homens.

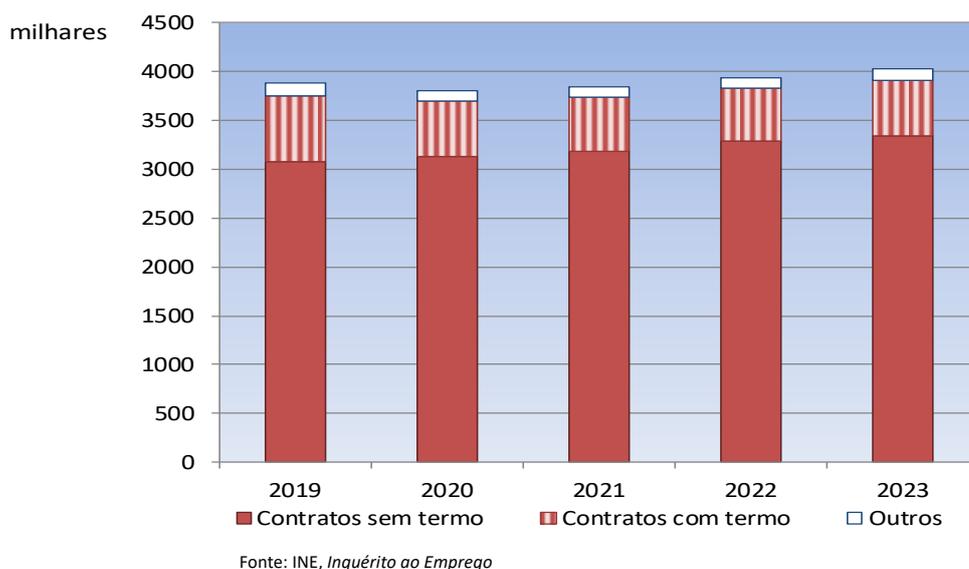
2.2.1.8. Trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato

Em 2023, no Continente, das 4.035,9 mil pessoas que trabalhavam por conta de outrem (TCO), 82,7% (cerca de 3.337,8 mil pessoas) tinham contratos sem termo, tendo o seu número aumentado em cerca de 49,7 mil, em relação ao ano anterior. Relativamente aos TCO com contratos a termo, estes representavam 14,3% (576,7 mil pessoas), tendo aumentado relativamente ao ano anterior, em cerca de 35,9 mil pessoas. Quanto aos TCO com outro tipo de contratos³⁵, estes representavam 3% (121,3 mil pessoas) e cresceram cerca de 13,9 mil.

Entre 2019 e 2023, os TCO decresceram relativamente a todos os tipos de contrato, exceto no que se refere aos “Contratos sem termo”. Os TCO com contratos sem termo foi a categoria que mais aumentou durante o período em análise (cerca de 8,4%). O conjunto dos contratados a termo e dos outros contratados diminuíram 13,1% no mesmo período.

³⁵ Incluem contratos sazonais e ocasionais.

Figura 52. TCO com contratos a termo e sem termo



2.2.1.9. Contratos a Termo em Portugal e na União Europeia

No decurso da última década, no conjunto dos países da UE, a percentagem de contratos a termo no emprego total apresentou alguma constância até 2019, registando valores em torno dos 15%. Em 2020, após uma quebra de 1,5 p.p., a percentagem de contratos a termo na União fixou-se nos 13,5%, valor que se voltou a registar em 2023, não obstante um ligeiro decréscimo em 2021 e 2022.

Figura 53. Contratos a termo (% no emprego total)



Em Portugal, a percentagem de contratos a termo no emprego total tem vindo a evidenciar um comportamento similar, oscilando entre 21% e 22% até 2018, ano a partir do qual se verificou um decréscimo expressivo, que se manteve até 2023 (17,3%).

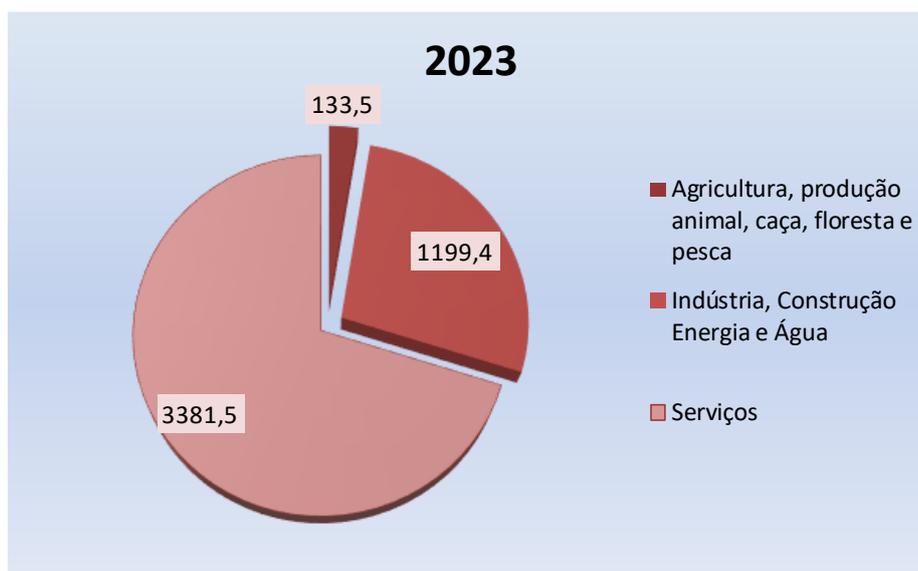
Por outro lado, a percentagem de contratos a termo em Portugal, que, desde o início da série em análise, vinha apresentando uma diferença significativa face aos valores registados no conjunto dos países da UE, a partir de 2020, começou a evidenciar uma trajetória de aproximação à da média europeia, ficando, em 2023, 3,8 p.p. acima do valor observado para a UE.

2.2.1.10. População empregada por setores de atividade

No Continente, em 2023, 71,5% das pessoas empregadas (3.381,5 mil) trabalhavam na área dos *Serviços*, 25,3% (1.199,4 mil) trabalhavam no sector da *Indústria, construção, energia e água* e 2,8% (133,5 mil) na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*.

Entre 2022 e 2023, o peso do emprego cresceu na área dos *Serviços* em cerca de 66,8 mil pessoas (2%). Registou-se também um aumento de 9,6 mil pessoas (7,7%) na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* e de 12,2 mil pessoas (1%) na *Indústria, construção, energia e água*.

Figura 54. Emprego por grandes setores de atividade
(milhares de indivíduos)



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

O peso do emprego, entre 2019 e 2023, no setor da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* cresceu 16,9 p.p., na *Indústria, construção, energia e água* cresceu 1,0 p.p. e nos *Serviços* também cresceu 0,5 p.p.. Ao longo da série, verificou-se um aumento de 144,3 mil indivíduos empregados nos *Serviços*, 37,2 mil trabalhadores na *Indústria, construção, energia e água* e 14,5 mil pessoas na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*.

Relativamente ao emprego nos subsetores mais significativos da *Indústria, construção, energia e água*, em 2023, verificou-se um aumento na *Construção* (5,9%, ou seja, mais 18 mil trabalhadores). Já nas *Indústrias Transformadoras* registou-se um decréscimo (1,5%, ou seja, menos 12,1 mil trabalhadores).

Figura 55. Variação do emprego nas Indústrias Transformadoras e na Construção



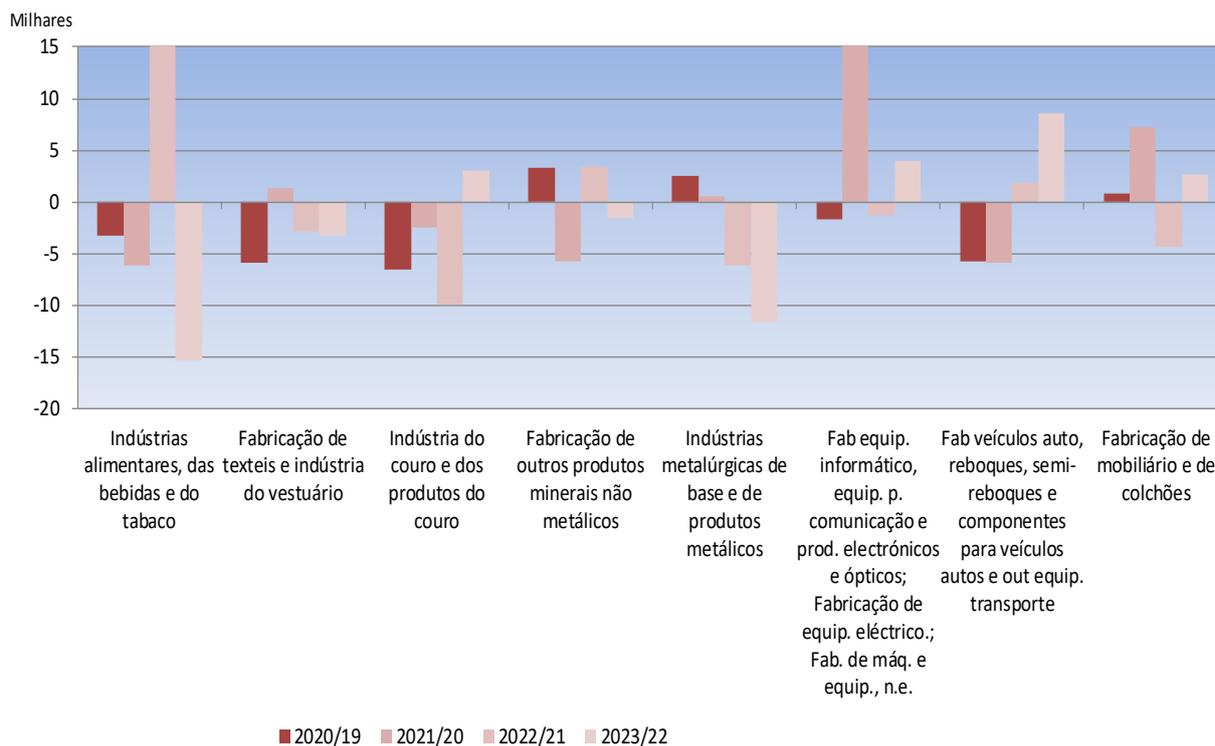
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2018 e 2019, o emprego nas *Indústrias Transformadoras* aumentou ligeiramente, voltou a decrescer em 2020, cresceu novamente em 2021 e desde 2022 tem vindo a diminuir. Relativamente à *Construção*, registou-se um aumento em 2021, voltou a decrescer em 2022 e em 2023 registou um aumento novamente. Analisando os dados, em 2023, na *Construção* registavam-se mais 36,9 mil trabalhadores do que em 2019, enquanto nas *Indústrias Transformadoras* verificavam-se menos 8,8 mil trabalhadores.

Em relação aos subsetores das *Indústrias Transformadoras* mais significativos em termos de emprego, entre 2022 e 2023, no Continente, o emprego cresceu no subsetor da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (mais 8,5 mil trabalhadores), seguido pelo da *Fabricação de equipamento informático, equipamento para comunicação e produtos eletrónicos e óticos* (mais 4 mil trabalhadores), depois pela *Indústria do couro e dos produtos do couro* (mais 3,1 mil) e por último pelo da *Fabricação de mobiliário e de colchões* (mais 2,6

mil trabalhadores). Em todos os restantes subsectores com mais peso no emprego, o número de trabalhadores diminuiu, mais expressivamente no subsector das *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (menos 15,3 mil trabalhadores), seguido pelas *Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos* (menos 11,7), depois pelo da *Fabricação de têxteis e indústria do vestuário* (menos 3,2 mil) e por último o subsector da *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos* (menos 1,5 mil).

Figura 56. Variação do emprego por subsectores das Indústrias Transformadoras

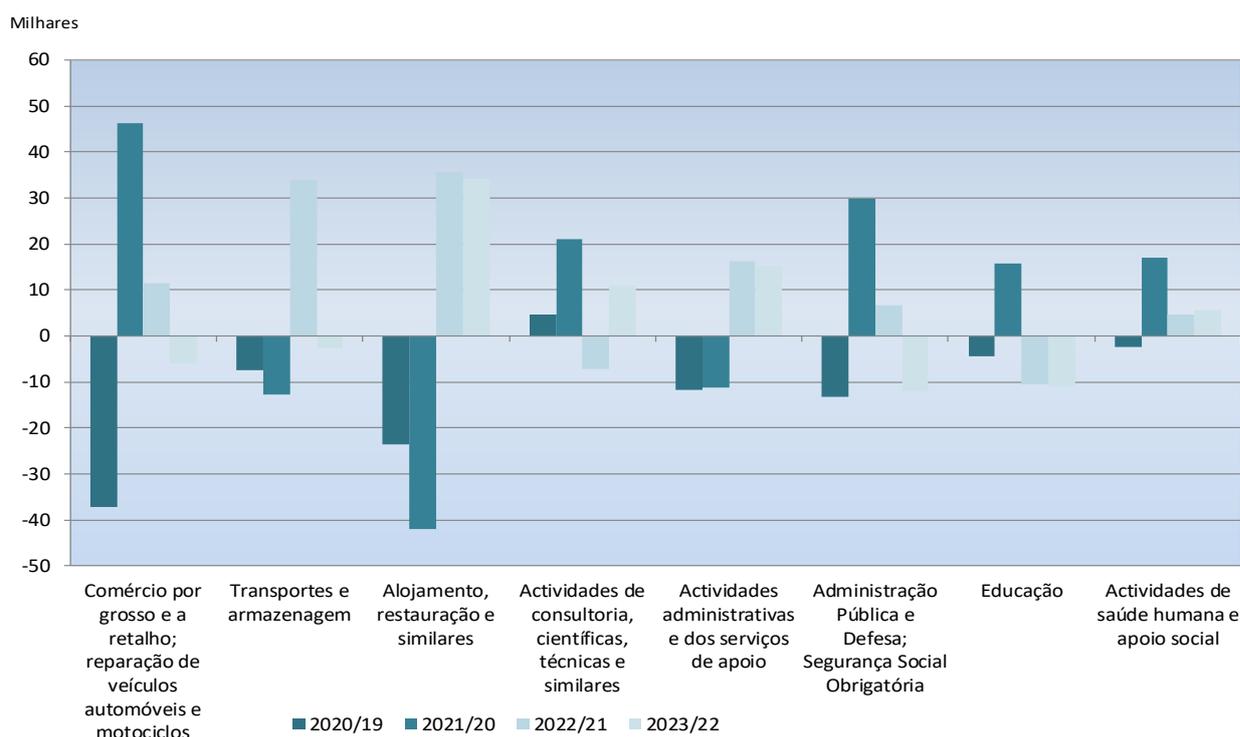


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2019 e 2023, o emprego aumentou em três dos subsectores mais representativos da *Indústria Transformadora*, no da *Fabricação de equipamento informático, equipamento para comunicação e produtos electrónicos e óticos*, que registou mais 20,1 mil pessoas, no das *Outras Indústrias Transformadoras*, com mais 7,3 mil trabalhadores e no subsector da *Fabricação de mobiliário e colchões*, onde se verificou mais 6,3 mil trabalhadores. Ao longo do período em análise, os subsectores onde o emprego mais decresceu, foram o da *Indústria do couro e dos produtos do couro*, com menos 15,8 mil trabalhadores, o das *Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos*, onde registou menos 14,9 mil pessoas, o da *Fabricação de têxteis e indústria vestuário*, com menos 10,5 mil, o das *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco*, onde se verificou menos 8,2 mil trabalhadores e o da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte*, com menos 1,2 mil trabalhadores.

No que diz respeito aos subsetores mais significativos dos *Serviços*, no Continente, entre 2022 e 2023, os que mais cresceram foram o do *Alojamento, restauração e similares*, com mais 34,3 mil trabalhadores, o das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio*, onde se registou mais 15,2 mil pessoas, as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*, com mais 11 mil e as *Atividade de saúde humana e apoio social*, onde verificou mais 5,7 mil trabalhadores.

Figura 57. Variação do emprego nos serviços

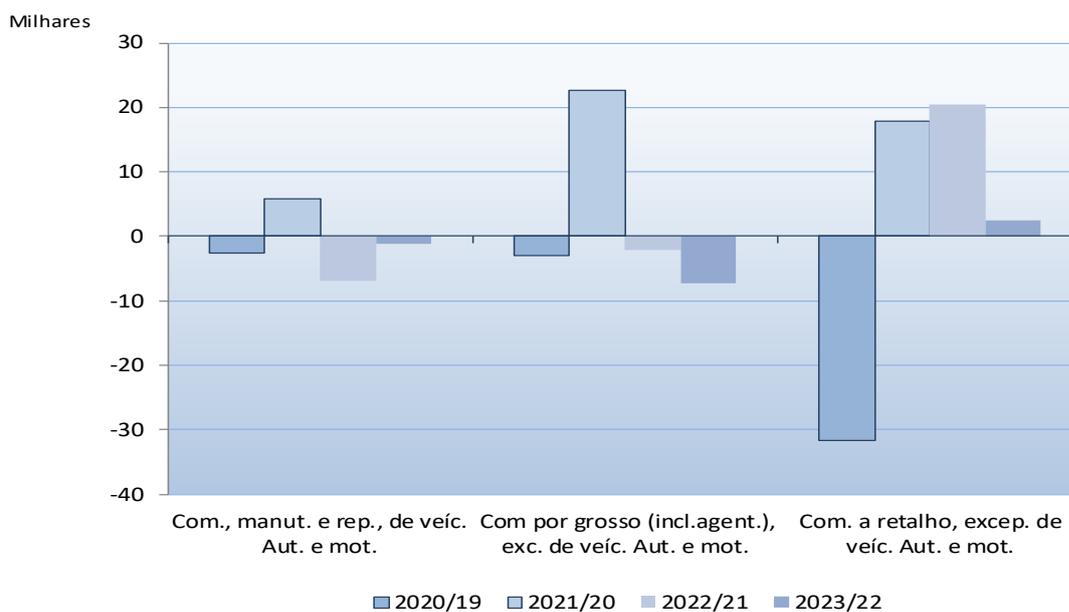


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Por outro lado, o emprego diminuiu mais expressivamente na *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, com menos 12 mil trabalhadores, na *Educação*, menos 10,9 mil, no *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos*, onde se registou menos 5,9 mil pessoas e nos *Transportes e Armazenagem*, com menos 2,7 mil.

Entre 2019 e 2023, em quase todos os subsectores mais representativos dos *Serviços*, o emprego cresceu, sendo que se registou um aumento mais expressivo nas *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (mais 29,7 mil trabalhadores), nas *Atividade de saúde humana e apoio social* (mais 25,1 mil) e no *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* (mais 14,8 mil pessoas).

Figura 58. Variação do emprego nos subsectores do comércio



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Analisando a evolução do emprego no setor do *Comércio* por subsectores, entre 2022 e 2023, o único subsector onde o emprego cresceu, foi o do *Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos* (mais 2,5 mil trabalhadores).

Entre 2019 e 2023, o emprego no subsector do *Comércio por grosso* aumentou em 10,2 mil pessoas, no *Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos*, registou-se também um aumento de 9,2 mil pessoas. Já no subsector do *Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos*, verificou-se um decréscimo de 4,6 mil trabalhadores.

EMPREGO NAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO³⁶

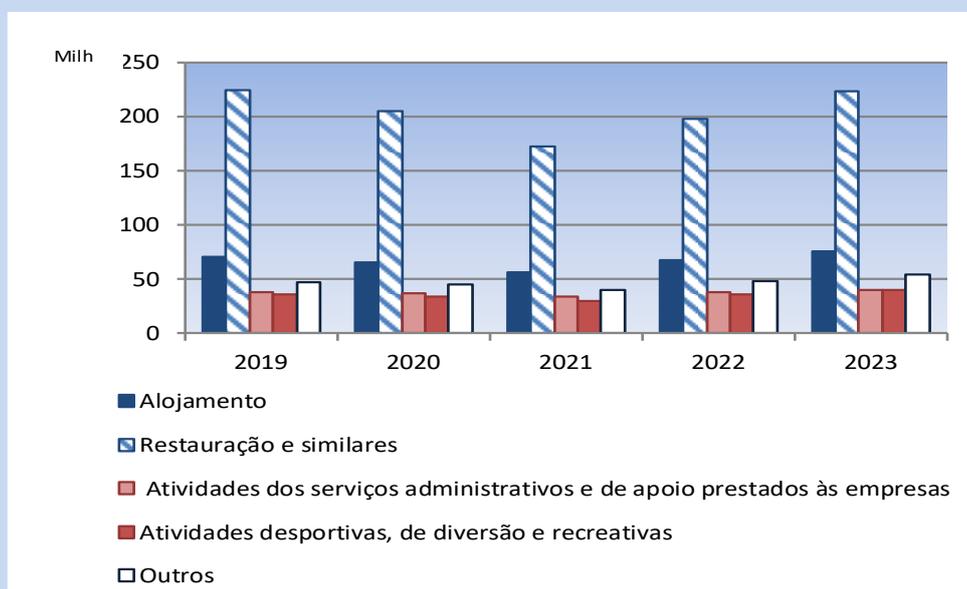
Não obstante uma parte considerável (75,9%) das atividades do Turismo se enquadrar no setor do *Alojamento e restauração*, existe um conjunto de outras atividades, classificadas, segundo a CAE, noutros setores de atividade, mas igualmente relacionadas com o Turismo, como por exemplo: os *Transportes aéreos*; as *atividades de aluguer* e as *atividades das agências de viagem, operadores turísticos*, etc.³⁷

³⁶ De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, são aqui analisadas as seguintes atividades: *Transportes aéreos, Alojamento, Restauração e similares, Atividades de aluguer, Agências de viagens, operadores turísticos, e outros serviços de reservas e atividades relacionadas, Atividades dos serviços administrativos e de apoio prestados às empresas, Atividades de saúde humana, Atividades de bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais, Atividades desportivas, de diversão e recreativas.*

³⁷ As atividades classificadas como “relacionadas com o Turismo” consideradas no relatório deste ano não incluem, como em 2016, a área da saúde humana e apoio social, uma vez que, este setor não consta da “Conta Satélite do Turismo”.

Na continuidade dos relatórios anteriores, procurou-se observar a evolução do emprego no conjunto de atividades relacionadas com esse setor, tendo se verificado que estas empregavam, no Continente, em 2023, cerca de 434,4 mil pessoas. O emprego neste conjunto de atividades cresceu 15,5%, entre 2022 e 2023. O subsetor *restauração e similares* representava 51,5% do emprego nestas atividades, seguindo-se o do *Alojamento* (17,5%), o das *Atividades dos serviços administrativos e de apoio prestados às empresas* (9,8%) e o das *Atividades desportivas, de diversão e recreativas* (9,3%). Todos estes subsectores de atividades relacionadas com o Turismo cresceram, entre 2022 e 2023, no caso da Restauração verificou-se um crescimento mais expressivo (mais 25,7 mil pessoas).

Figura 59. Evolução do emprego nas atividades relacionadas com o Turismo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

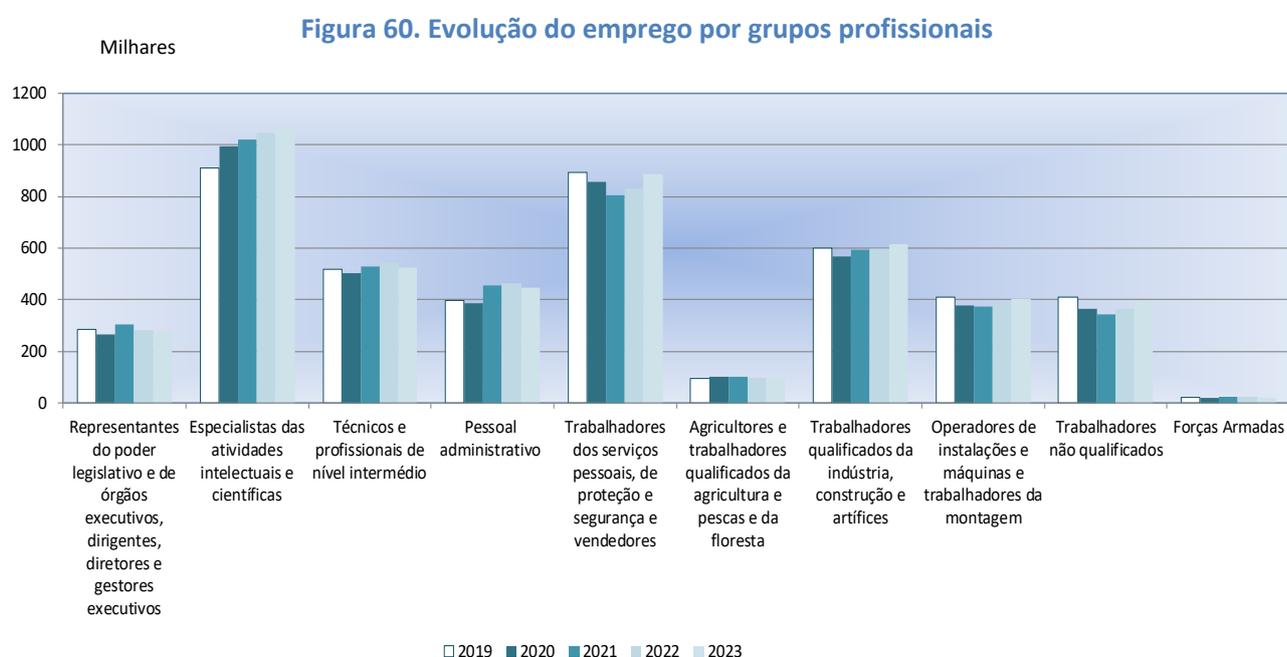
Entre 2019 e 2023, o emprego cresceu no *Alojamento* (mais 5,5 mil trabalhadores), nas *Atividades desportivas, de diversão e recreativas* (mais 4 mil trabalhadores) e nas *Atividades dos serviços administrativos e de apoio prestados às empresas* (mais 1,3 mil trabalhadores). Em relação ao subsector da *Restauração e similares* registou-se um decréscimo (menos 1,2 mil trabalhadores).

2.2.1.11. População empregada por grupos profissionais

Em 2023, no Continente, os grupos profissionais mais representativos em termos da população empregada, tal como em anos anteriores, continuavam a ser os *Especialistas das atividades intelectuais e científicas*, que constituíam 22,5% do total de empregados, os *Trabalhadores dos serviços pessoais, de*

proteção e segurança e vendedores (18,8%) e os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (13%).

Entre 2022 e 2023, o grupo que mais cresceu foi o dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* (cerca de 56 mil trabalhadores), seguido pelos *Trabalhadores não qualificados* (27,7 mil pessoas), depois pelos *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem* (20,8 mil), pelo dos *Especialistas das atividades intelectuais e científicas* (15,2 mil) e por último os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (14,6 mil trabalhadores). Por outro lado, os grupos em que o emprego decresceu de modo mais evidente face ao ano anterior, foi no dos *Técnicos e profissionais de nível intermédio* (menos de 21,9 mil trabalhadores), seguido pelo *Pessoal administrativo* (menos 15 mil pessoas).



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Observando o peso dos diferentes grupos profissionais no emprego, entre 2019 e 2023, verificou-se que o grupo dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores*, o dos *Especialistas das atividades intelectuais e científicas*, assim como o dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* cresceram expressivamente e praticamente de forma constante. Nos grupos dos *Técnicos e profissionais de nível intermédio* e *pessoal administrativo*, o emprego também tem crescido, mas de forma comedida. Em relação ao grupo dos *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pescas e floresta* e o das *Forças armadas* o emprego tem vindo a decrescer.

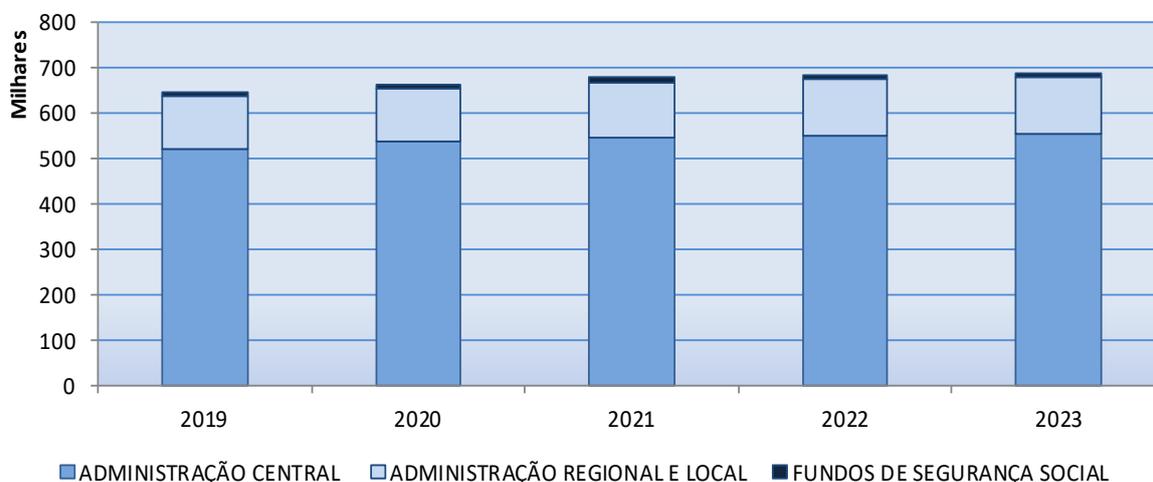
2.2.2. Emprego nas administrações públicas

2.2.2.1. Postos de trabalho nas administrações públicas

Segundo os dados da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), em dezembro de 2023, no Continente, havia 689,6 mil postos de trabalho ocupados³⁸ nas administrações públicas, mais 3,4 mil face ao período homólogo. Cerca de 62,2% desses postos de trabalho eram ocupados por mulheres, que tiveram um acréscimo de 4,9 mil relativamente ao ano anterior, enquanto os homens registaram um decréscimo de 1,5 mil postos.

Nos últimos cinco anos, o número de postos de trabalho ocupados nas administrações públicas evidenciou um crescimento gradual. Com efeito, em 2023, havia mais cerca de 43 mil postos de trabalho ocupados face ao início da série em análise. Os postos de trabalho ocupados por homens evidenciaram uma subida mais moderada. Deste modo, entre 2019 e 2023, os postos de trabalho ocupados por homens apresentaram um aumento de cerca de 5,8 mil enquanto os postos de trabalho ocupados por mulheres cresceram cerca de 37,2 mil.

Figura 61. Postos de trabalho nas Administrações Públicas



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

O peso dos postos de trabalho relativos à administração central, à administração regional e local e aos fundos da segurança social, no total, praticamente não se alterou relativamente a 2022. O número de postos de trabalho na administração regional e local cresceu percentualmente mais (2,3%) do que na

³⁸ A DGAEP publica dados relativos a postos de trabalho ocupados. Alguns postos de trabalho podem ser ocupados por mais do que uma pessoa e, por outro lado, designadamente nos setores da educação e da saúde humana, a mesma pessoa pode ocupar mais do que um posto de trabalho.

administração central (0,2%). De notar que, o número de postos de trabalho nos fundos da segurança social evidenciou uma quebra (menos 3,2%).

Saliente-se ainda o facto de, no último quinquénio, o número de postos de trabalho na administração central ter crescido 6% (mais 31,2 mil), na administração regional e local ter aumentado 10,3% (mais 11,9 mil) e nos fundos da segurança social ter diminuído 1,4% (menos 122 postos).

- **Por escalões etários**

Analisando o emprego nas administrações públicas por escalões etários constata-se que, em 2022³⁹, 32,6% dos postos de trabalho eram ocupados por pessoas com *entre 45 e 54 anos*, e 28,5% por indivíduos *entre os 55 aos 64 anos*, tendo o peso deste escalão etário ultrapassado o dos *35 aos 44 anos*, que representavam 21,7%. Os postos de trabalho ocupados por indivíduos *até aos 34 anos* constituíam 13,1%. Face ao período homólogo, em 2022, o número de postos de trabalho ocupados cresceu em todos os escalões etários, exceto no dos *35 aos 44 anos*, que diminuiu 3,6%, o que representou menos 5,6 mil postos. O número de postos de trabalho ocupados por indivíduos *com mais de 44 anos* cresceu cerca de 11,7 mil e os postos de trabalho ocupados por indivíduos *até aos 34 anos* aumentou de forma mais moderada (mais cerca de 2 mil postos).

Considerando os últimos anos em análise, entre 2018 e 2022, todos os escalões etários registaram aumentos no que se refere aos postos de trabalho ocupados, à exceção do escalão dos *35 aos 44 anos* (menos 9,5%), que evidenciou uma descida no número de postos de trabalho (menos 15,6 mil).

- **Por níveis de escolaridade**

Em dezembro de 2022⁴⁰, no Continente, 55,7% dos postos de trabalho nas administrações públicas eram ocupados por trabalhadores com o ensino superior e 27,2% por trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário não superior. Os postos de trabalho ocupados por indivíduos com o 3º ciclo do ensino básico representavam 9,9% e 7,3% eram ocupados por indivíduos com menos que o 3º ciclo do ensino básico.

³⁹ A informação relativa a 2023 referente ao emprego nas administrações públicas por níveis etários e níveis de habilitações não se encontra ainda disponível.

⁴⁰ Ver nota anterior.

Figura 62. Variação dos postos de trabalho nas Administrações Públicas por níveis de habilitações



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Em termos homólogos, em 2022, o número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino secundário ou mais aumentou (4,6 mil relativamente aos trabalhadores com o ensino secundário ou pós-secundário e 7,3 mil no que se refere aos trabalhadores com o ensino superior). O número de postos de trabalho dos trabalhadores com habilitações mais baixas diminuiu cerca de 3,3 mil postos de trabalho.

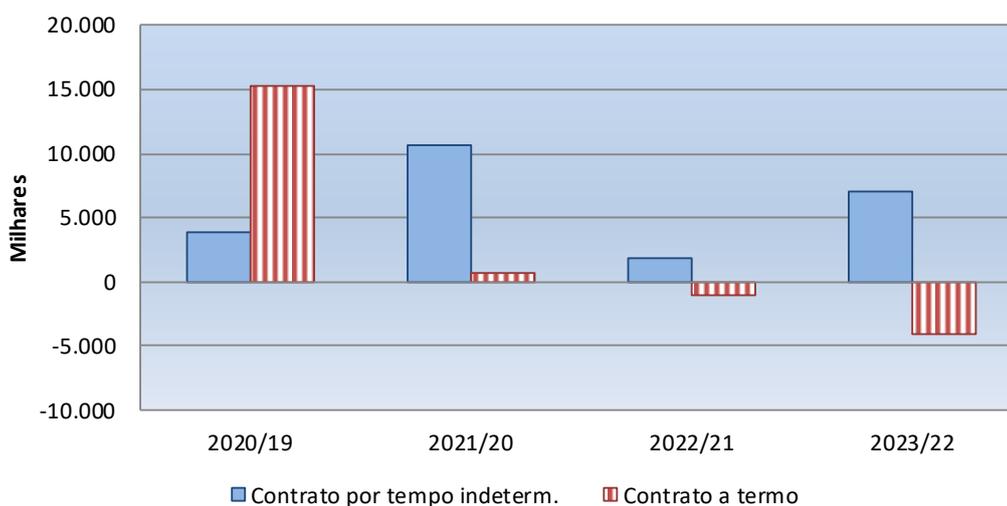
Nos últimos cinco anos, o número de postos de trabalho nas administrações públicas ocupados por trabalhadores com o ensino secundário, pós-secundário ou superior cresceu, tendo esse aumento se manifestado de forma mais acentuada no que respeita aos trabalhadores com o ensino superior. Os postos de trabalho ocupados por trabalhadores de habilitações mais baixas têm vindo a decrescer ao longo do período em análise, embora de forma progressiva. Em 2022 havia assim, mais cerca de 45 mil postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino superior do que em 2018, mais 25,2 mil postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino secundário ou pós-secundário, menos 3,1 mil postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o 3º ciclo do ensino básico e menos 13,2 mil postos de trabalho ocupados por trabalhadores com menos do que este nível de habilitações.

- **Por tipo de vínculo**

Em dezembro de 2023, no Continente, 73,8% dos postos de trabalho das administrações públicas, ou seja, 509,3 mil, eram ocupados por indivíduos com contratos por tempo indeterminado e 11,7% (80,4 mil) por contratados a termo. Os postos de trabalho de indivíduos que tinham sido nomeados somavam cerca de 77 mil (11,2%) e os postos de trabalho de indivíduos em comissão de serviço, mandato ou cargos políticos,

totalizavam cerca de 23 mil (3,3%). Entre 2022 e 2023, o número total de postos de trabalho ocupados aumentou, não obstante na categoria dos contratos a termo e na das nomeações, se terem verificado quebras de 4,8% e de 0,7%, respetivamente (menos 4 mil e menos 538 postos de trabalho).

Figura 63. Postos de trabalho nas Administrações Públicas – evolução dos contratos a termo e sem termo



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Entre 2019 e 2023, o número de postos de trabalho aumentou relativamente a todas as categorias, em particular nos ocupados por contratados por tempo indeterminado e nos ocupados por contratados a termo. Deste modo, em 2023, havia mais 23,4 mil postos de trabalho ocupados por contratados por tempo indeterminado do que em 2019, mais 10,9 mil ocupados por contratados a termo, mais 4,6 mil postos de trabalho ocupados por indivíduos nomeados e mais 4,2 mil ocupados por indivíduos em comissão de serviço, mandato ou cargos políticos.

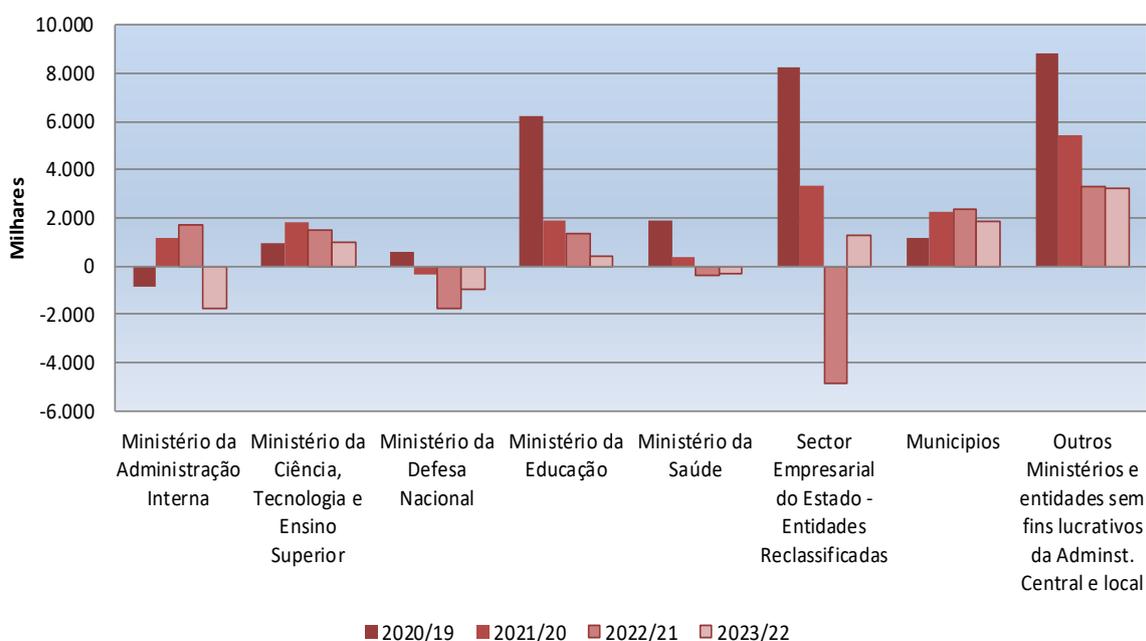
- **Por área governativa**

De acordo com os dados da DGAEP, no Continente, em dezembro de 2023, na administração central, a *Educação* concentrava 27,4% do total dos postos de trabalho, a *Saúde* 22,2%, o *Setor empresarial do Estado – entidades reclassificadas* 18,6%, a *Ciência tecnologia e ensino superior* 6,9%, a *Administração Interna*, 6,8%, e a *Defesa Nacional* 4,1%. No que se refere à administração local, os *Municípios* representavam 15,2% do total dos postos de trabalho nas administrações públicas.

Face ao período homólogo, em 2023, o número de postos de trabalho ocupados aumentou em grande parte das áreas governativas, com destaque para o *Setor empresarial do Estado – entidades reclassificadas* que registou mais 1,3 mil postos de trabalho ocupados, para a *Ciência, tecnologia e ensino superior* (mais

990) e para a *Saúde* (mais 827). Os maiores decréscimos verificaram-se nos postos de trabalho ocupados na área da *Administração interna* (menos 1,8 mil), na *Defesa Nacional* (menos 985) e nas *Finanças* (menos 327). No que respeita à administração local, os *Municípios* somaram mais 1,8 mil postos de trabalho ocupados.

Figura 64. Variações dos postos de trabalho na Administração pública por áreas governativas



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

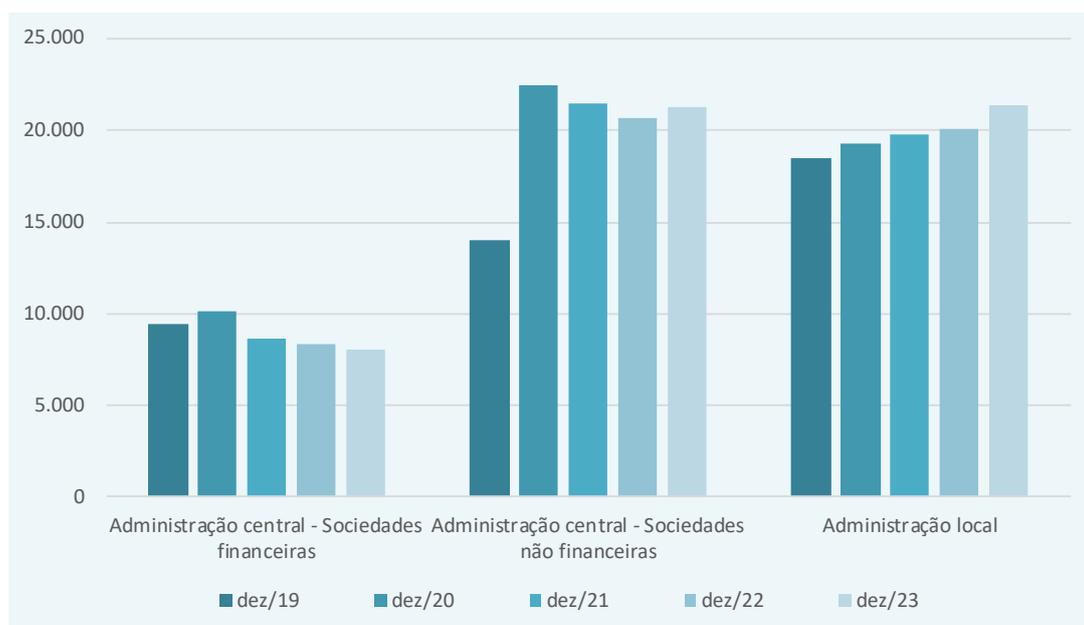
Analisando a evolução do número de postos de trabalho na administração pública no Continente, nos últimos cinco anos, constata-se que, na generalidade, estes aumentaram na administração central, não obstante terem decrescido na área da *Defesa nacional* (menos 2,5 mil), na das *Finanças* (menos 1,4 mil), na da *Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural* (menos 596) e na dos *Negócios Estrangeiros* (menos 148). Por outro lado, ao longo do período em análise, o *Setor empresarial do Estado – entidades reclassificadas* teve um acréscimo de cerca de 8 mil postos de trabalho ocupados e a área da *Educação* aumentou em 9,9 mil postos. Já na administração regional e local o número de postos de trabalho ocupados aumentou, sobretudo nos *Municípios* (mais 7,6 mil postos).

2.2.2.2. Emprego nas entidades do setor público, exceto administrações públicas (AP)

Segundo os dados disponibilizados pela DGAEP, em 2023, no Continente, as empresas e demais entidades públicas (exceto AP) somavam 50,8 mil postos de trabalho ocupados, mais 1,7 mil postos do que em 2022.

Cerca de 57,8% desses postos de trabalho respeitavam a empresas e demais entidades detidas pela administração central (29,4 mil) e os restantes 21,4 mil a empresas e demais entidades detidas pela administração local. As sociedades não financeiras representavam 72,5% dos postos de trabalho ocupados nas empresas e demais entidades detidas pela administração central.

Figura 65. Postos de trabalho nas entidades do setor público, exceto AP, por subsetor



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Em 2023, e face ao período homólogo, verificou-se um aumento do número de postos de trabalho, quer nas empresas e demais entidades públicas (exceto AP) detidas pela administração central, quer nas detidas pela administração local. De notar que, o acréscimo de postos de trabalho verificado nas empresas e entidades detidas pela administração local foi superior ao registado nas empresas e entidades detidas pela administração central (mais 6,3% e mais 1,3%, respetivamente). Todavia, observa-se que o emprego nas Sociedades financeiras detidas pela administração central sofreu um decréscimo de 3%, o que se traduziu em menos 250 postos de trabalho.

Por outro lado, uma análise mais detalhada relativa à caracterização do emprego nas empresas e demais entidades públicas (exceto AP), em 2023, permite constatar que os postos de trabalho são maioritariamente ocupados por homens (cerca de 62%), com exceção das sociedades financeiras detidas pela administração central, onde 60,2% dos postos de trabalho eram ocupados por mulheres.

- **Por escalões etários**

Em dezembro de 2022⁴¹, nas empresas e demais entidades, os postos de trabalho ocupados por indivíduos com idades entre 45 e 64 anos constituíam cerca de 53,5% do total e os postos de trabalho ocupados por indivíduos com entre 35 a 44 anos, cerca de 29%. Por outro lado, entre 2021 e 2022, o número de postos de trabalho diminuiu de forma mais expressiva no escalão etário dos 35 aos 44 anos (menos 7,6%), embora o número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com entre os 25 e os 34 anos também tenha decrescido (menos 2,5%). De salientar que, ao contrário das empresas e demais entidades detidas pela Administração central, onde o emprego decresceu 3,8%, as detidas pela Administração local viram o seu número de postos de trabalho aumentar cerca de 1,6%, o que se repercutiu por quase todos os escalões etários, com exceção do grupo de idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos.

- **Por níveis de escolaridade**

Relativamente aos níveis de habilitações dos trabalhadores das empresas e demais entidades, em dezembro de 2022⁴², 53,6% dos postos de trabalho nas empresas detidas pela administração central eram ocupados por trabalhadores com o ensino superior, 33,6% por trabalhadores com o ensino secundário e 12,8% por trabalhadores com o ensino básico. No que respeita aos postos de trabalho nas empresas e demais entidades detidas pela administração local, 47,4% dos postos de trabalho eram ocupados por trabalhadores com o ensino básico, os trabalhadores com o ensino secundário ocupavam 32,7% dos postos de trabalho e os trabalhadores com o ensino superior, cerca de 20%.

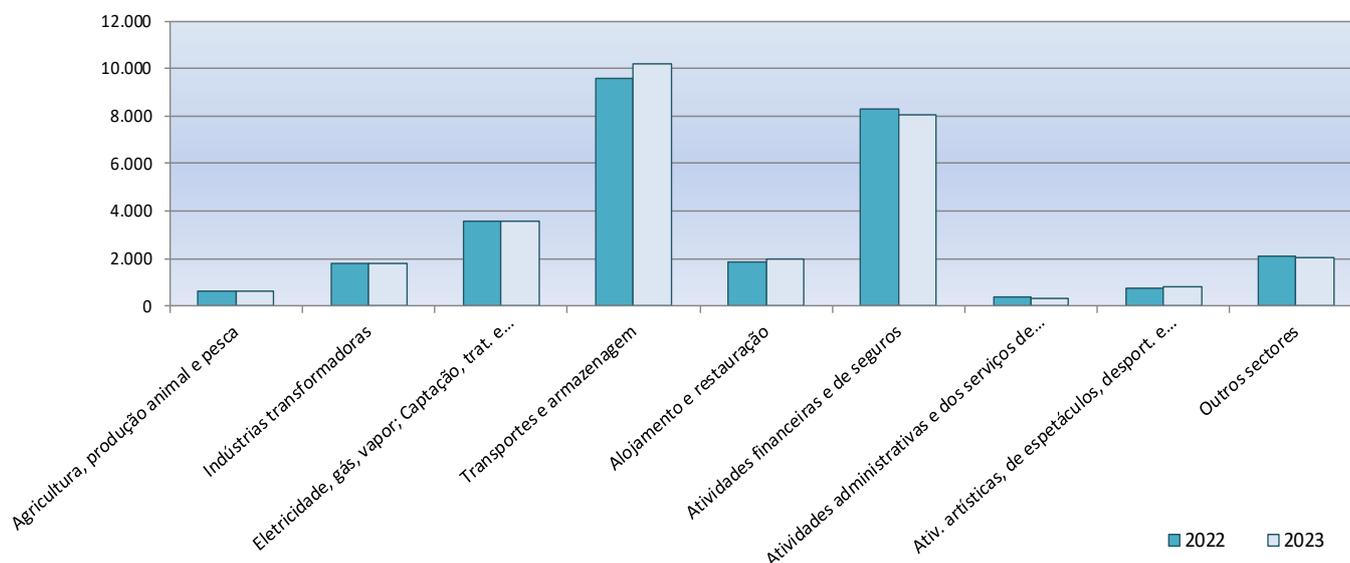
- **Por setores de atividade**

Os setores que concentravam o maior número de postos de trabalho nas empresas e outras entidades detidas pela administração central, no Continente, em dezembro de 2023, continuavam a ser os *Transportes e armazenagem* (34,8% do total dos postos de trabalho), tendo o seu peso relativo aumentado face ao ano anterior. Seguiam-se os sectores das *Atividades financeiras e de seguros* (27,5%), da *Eletricidade, gás, vapor; Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento; construção* (12,2%), do *Alojamento e restauração* (6,6%) e das *Indústrias transformadoras* (6,1%).

⁴¹ A informação relativa a 2023 referente ao emprego nas empresas e demais entidades do setor público (exceto administrações públicas) por níveis etários e níveis de habilitações ainda não se encontra disponível.

⁴² Ver nota anterior.

Figura 66. Emprego nas empresas e demais entidades detidas pela Administração Central, exceto AP, por CAE



Fonte: DGAEP, Síntese estatística do emprego público

No que se refere às empresas e demais entidades públicas detidas pela administração local, o setor da *Eletricidade, gás, vapor; Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento; construção* era o que agregava maior número de postos de trabalho (69,4% do total) continuando a ser o setor que mais cresceu, em valores absolutos, relativamente ao período homólogo. Seguiu-se-lhe o setor agregado do *Comércio, Transportes e Armazenagem* (19,3%).

2.2.3. Trabalho temporário

2.2.3.1. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários

De acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal*, em 2022⁴³, havia 79,8 mil trabalhadores por conta de outrem (TCO) com contratos de trabalho temporário, constituindo 2,5% do total dos TCO. Estes trabalhadores sofreram um aumento de 13,5%, relativamente a 2021, o que correspondeu a mais 9,5 mil TCO com contratos de trabalho temporário.

Ao longo da série em análise, entre 2018 e 2022, os trabalhadores com contratos temporários têm vindo a evidenciar uma trajetória de progressivo decréscimo, tendência esta que foi invertida em 2022. Com

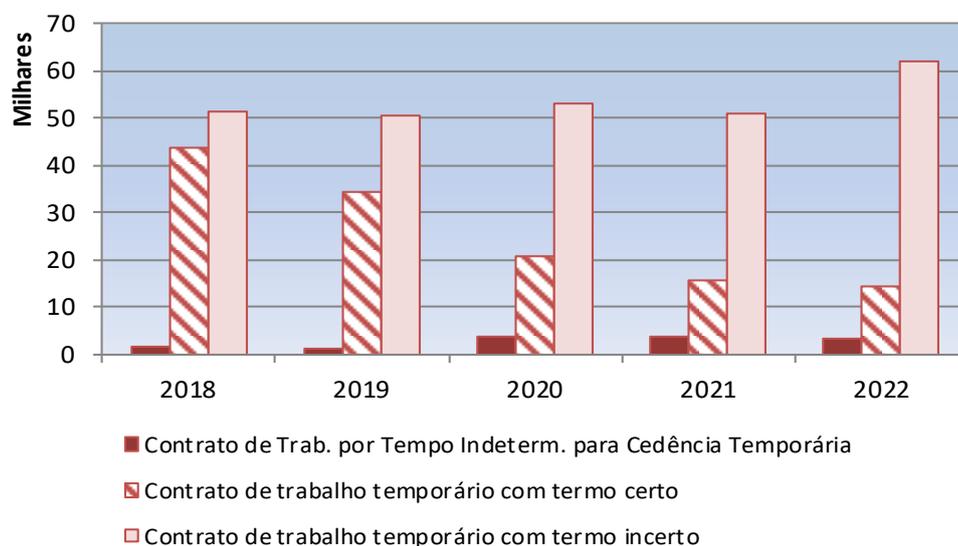
⁴³ Último ano disponível.

feito, apesar deste aumento no último ano em análise, estes trabalhadores, em 2022, ainda assim, evidenciaram uma diminuição de 17,2% face a 2018, com menos 16,6 mil TCO.

- **Por tipo de contrato**

Em 2022, 77,8%, ou seja, 62,1 mil dos TCO com contratos de trabalho temporários tinham contratos de trabalho a tempo incerto, 18,1% tinha contratos com termo certo (14,5 mil) e os restantes 3,3 mil (4,1%) tinham contratos por tempo indeterminado para cedência temporária. Relativamente a 2021, todos os TCO com contratos temporários, em 2022, evidenciaram decréscimos, à exceção dos contratos de trabalho temporário com termo incerto, que registaram um aumento de 22,2% (mais 11,3 mil contratos).

Figura 67. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários por tipo de contrato



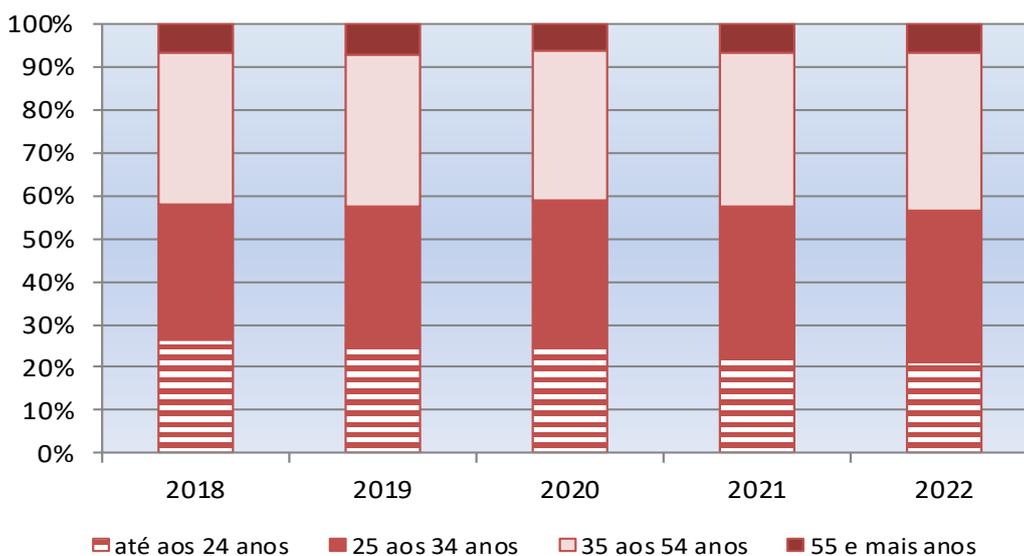
Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Entre 2018 e 2022, os TCO com contratos de trabalho temporários a termo certo, registaram uma quebra de cerca de 67%, ao contrário dos contratados a termo incerto, a categoria mais numerosa dos TCO com contratos de trabalho temporários, que mantiveram um valor praticamente constante ao longo da série em análise, não obstante o expressivo aumento em 2022. Por último, de notar que, o número de TCO com contratos de trabalho por tempo indeterminado por cedência temporária, cujo peso relativo tem assumido valores muito pouco expressivos, cresceu no decurso dos últimos cinco anos, passando de 1,7% em 2018, para 4,1% em 2022.

- *Por sexo e escalão etário*

Desde o início da série em análise, os homens constituem a maioria dos TCO com contratos temporários. Em 2022, representavam 58,3% do total.

Figura 68. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários por escalões etários



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

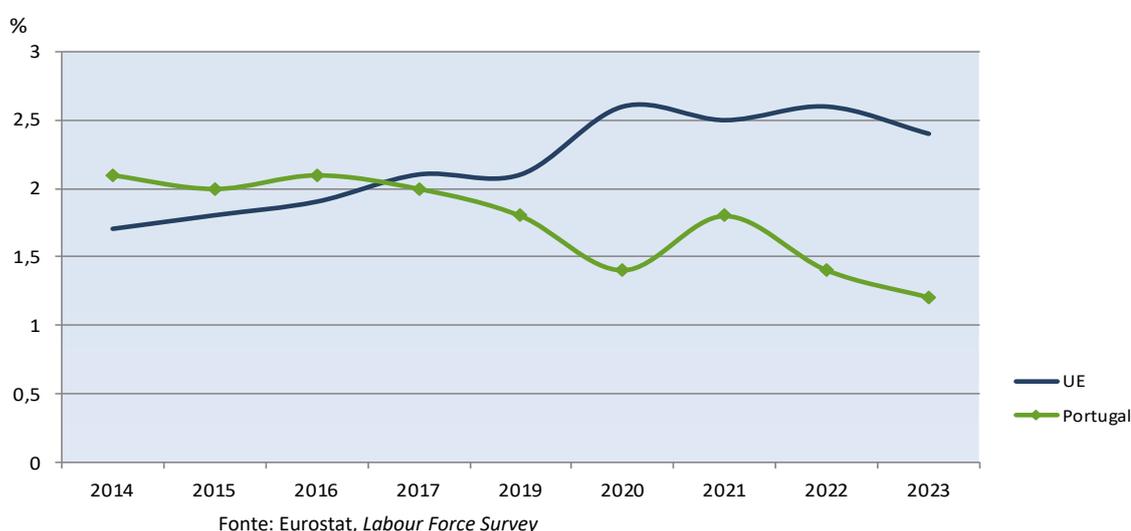
No que se refere aos escalões etários, em 2022, cerca de 37% dos TCO com contratos temporários tinha entre 35 e 54 anos, 35,2% tinha entre 25 e 34 anos e 21,2% tinha até 24 anos. O escalão dos 55 e mais anos representava 6,5%. Face ao período homólogo, o número de contratados a termo, em 2022, subiu relativamente a todos os escalões etários, em particular no grupo dos trabalhadores com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos.

Por último, importa destacar que, entre 2018 e 2022, constata-se que o escalão entre os 35 e os 54 anos manteve-se sempre maioritário, tendo sido logo seguido de perto pelo escalão dos trabalhadores com idades entre os 25 e os 34 anos. O número TCO com contratos de trabalho temporários diminuiu em todos os escalões etários, com maior expressão nos grupos etários dos trabalhadores até aos 24 anos e dos que têm entre 35 e 54 anos.

2.2.3.2. Percentagem de trabalhadores das empresas de trabalho temporário no total da população empregada em Portugal e na UE

De acordo com os dados do Eurostat, em 2023, os trabalhadores das empresas de trabalho temporário, na média dos países da UE, constituíam 2,4% da população empregada (15 e mais anos), ultrapassando, assim, a percentagem destes trabalhadores em Portugal, que foi de 1,2%. De realçar que, em Portugal, essa percentagem foi superior nas mulheres (1,5% face a 0,9%), ao contrário da UE, onde a percentagem dos trabalhadores masculinos das empresas de trabalho temporário foi superior à das mulheres (2,8% face a 2,1%).

Figura 69. Percentagem de trabalhadores de agências de trabalho temporário no total da população empregada



SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO EM PORTUGAL

Considerando a informação estatística disponibilizada pelo *Inquérito ao Emprego* do INE, estima-se que, em 2023, Portugal tenha tido uma taxa de subutilização do trabalho de cerca de 11,7%.

Este indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego, mas não disponíveis e os inativos disponíveis, mas que não procuram emprego, tem vindo a evidenciar um decréscimo desde o início da série em análise. Com efeito, no espaço de uma década, a taxa de subutilização do trabalho registou uma quebra de 12 p.p., tendo passado de 23,7% em 2014, para 11,7% em 2023.

Analisando esta informação por sexo verifica-se que, em 2023 e face ao ano anterior, não só esta taxa se manteve praticamente inalterada, mas continuam a ser as mulheres quem apresenta taxas de subutilização do trabalho superiores (13,2% nas mulheres face a 10,2% nos homens).

Figura 70. Evolução da taxa de subutilização do trabalho por sexo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Por outro lado, considerando este indicador por grupo etário, observa-se que são sobretudo os mais novos, com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos, quem apresenta valores mais elevados, com taxas de subutilização laboral quase sempre bastante superiores a 30%, ao longo de toda a série em análise, não obstante nos últimos anos se ter vindo a observar uma tendência de decréscimo desta taxa neste grupo, que em 2022 foi de 31,9%.

Figura 71. Evolução da taxa de subutilização do trabalho por grupo etário

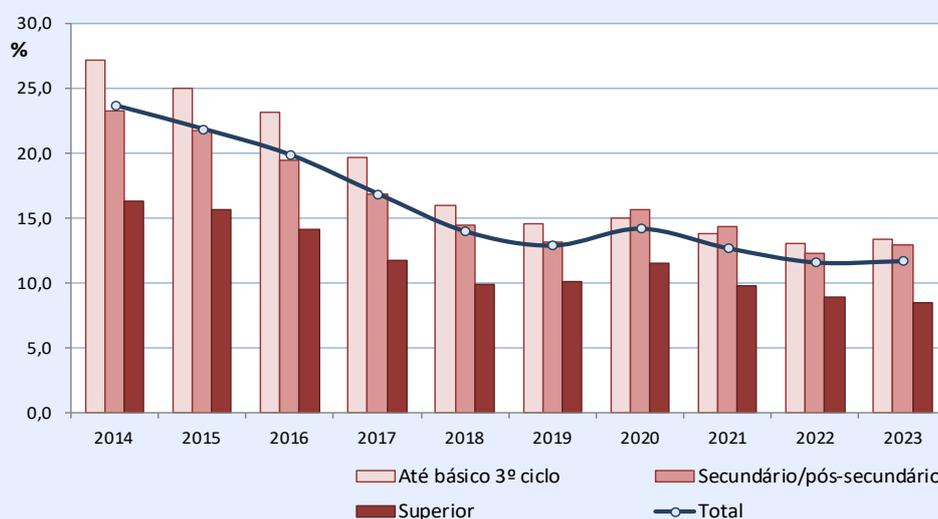


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No que diz respeito aos restantes grupos da estrutura etária, a incidência desta taxa tem oscilado em torno de valores menos expressivos e, à semelhança da taxa do grupo de idades dos 16 aos 24 anos, têm apresentado uma tendência de decréscimo ao longo da década em análise.

Por último, considerando o indicador em análise, por nível de escolaridade, observa-se que a taxa de subutilização do trabalho diminui à medida que a escolaridade aumenta, com exceção de 2020 e 2021, anos em que a taxa de subutilização dos trabalhadores com o ensino secundário foi ligeiramente superior aos com o ensino básico. Ainda assim, os indivíduos com o ensino superior apresentam consistentemente, ao longo de todo o período em análise, uma taxa de subutilização do trabalho inferior.

Figura 72. Evolução da taxa de subutilização do trabalho por escolaridade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Com efeito, não obstante esta taxa apresentar uma tendência de decréscimo em todas as categorias escolares, a diferença percentual entre o nível de habilitações inferior e o superior tem vindo a diminuir ao longo da série, evidenciando uma gradual aproximação dos respetivos valores.

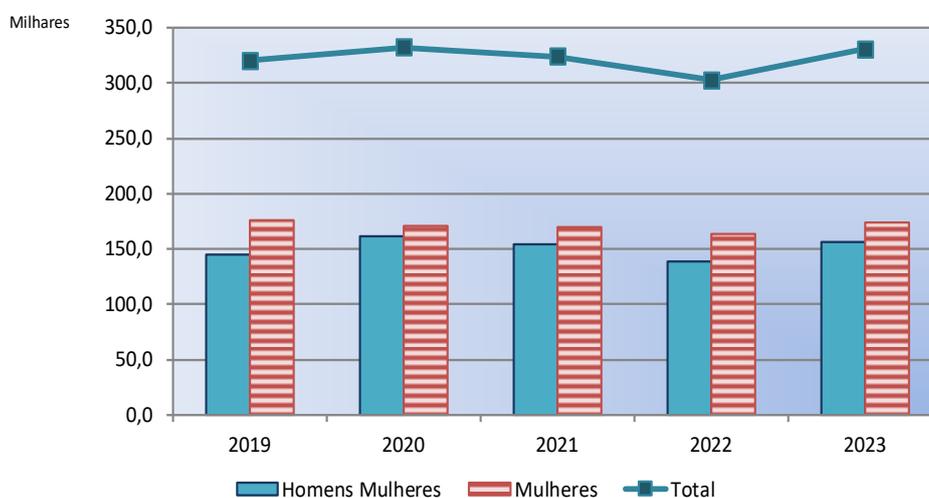
Quanto à taxa da população com o ensino secundário e pós-secundário que se encontra numa situação de subutilização laboral, constata-se uma maior proximidade com a taxa da população que não foi além do ensino básico do 3º ciclo. De facto, ao longo da série, a distância entre a taxa de subutilização com o ensino secundário e pós-secundário e a taxa de quem tem o ensino superior é maior (cerca de 4,8 p.p. em média) do que a distância entre a taxa de subutilização com o ensino secundário e pós-secundário e a taxa de quem apenas tem o ensino básico do 3º ciclo (cerca de 1,7 p.p. em média).

2.3. Desemprego

2.3.1. Desemprego e taxas de desemprego

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, no Continente, em 2023, estavam desempregadas 330,4 mil pessoas, o que revelou um aumento de 28 mil pessoas face a 2022 (9,3%). As mulheres desempregadas constituíam 52,8% do total, tendo aumentado 6,7%, entre 2022 e 2023, também os homens desempregados cresceram expressivamente em relação ao período homólogo (12,3%).

Figura 73. Variação do número de desempregados



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

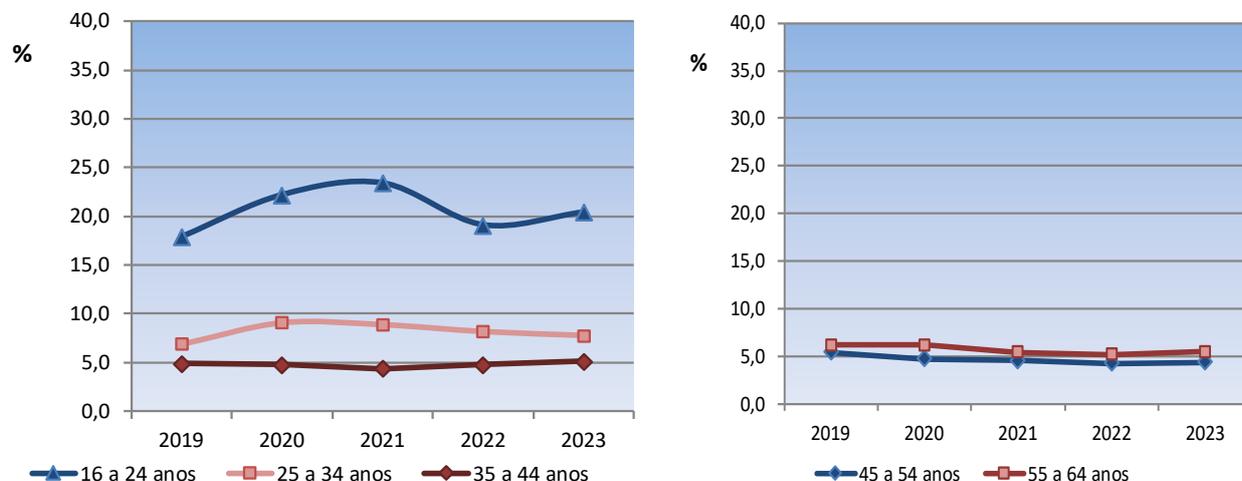
Não obstante um ligeiro crescimento em 2020, o desemprego decresceu nos dois últimos anos, contudo em 2023 voltou a registar-se um aumento. Ao longo do período em análise, o número de mulheres desempregadas continua a ser superior em relação aos homens.

A taxa de desemprego, em 2023, era de 6,5%, tendo aumentado em relação a 2022. A taxa de desemprego masculina era de 6,2% e a taxa de desemprego feminina de 6,9%.

2.3.1.1. Desemprego por escalões etários

Entre 2022 e 2023, o desemprego aumentou em todos os grupos etários, com exceção do grupo dos 25 aos 34 anos, que diminuiu 0,3%. O número de homens desempregados aumentou expressivamente no grupo dos 16 aos 24 anos (29,7%), assim como no grupo etário dos 55 a 74 anos (20%). Relativamente às mulheres desempregadas, foi no grupo dos 16 a 24 anos que se registou um aumento significativo (9,9%), seguido pelo escalão dos 45 a 54 anos (8,6%).

Figura 74. Taxas de desemprego por escalão etário



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Ao longo do último quinquénio, os grupos etários mais jovens têm sido os que registaram taxas de desemprego mais elevadas. Em 2023, a taxa de desemprego no escalão dos 16 aos 24 anos era de 20,4% e no escalão dos 25 aos 34 anos de 7,8%. Entre 2022 e 2023, a taxa de desemprego cresceu em todos os escalões etários, exceto no escalão dos 25 aos 34 anos que registou um ligeiro decréscimo de 0,4%.

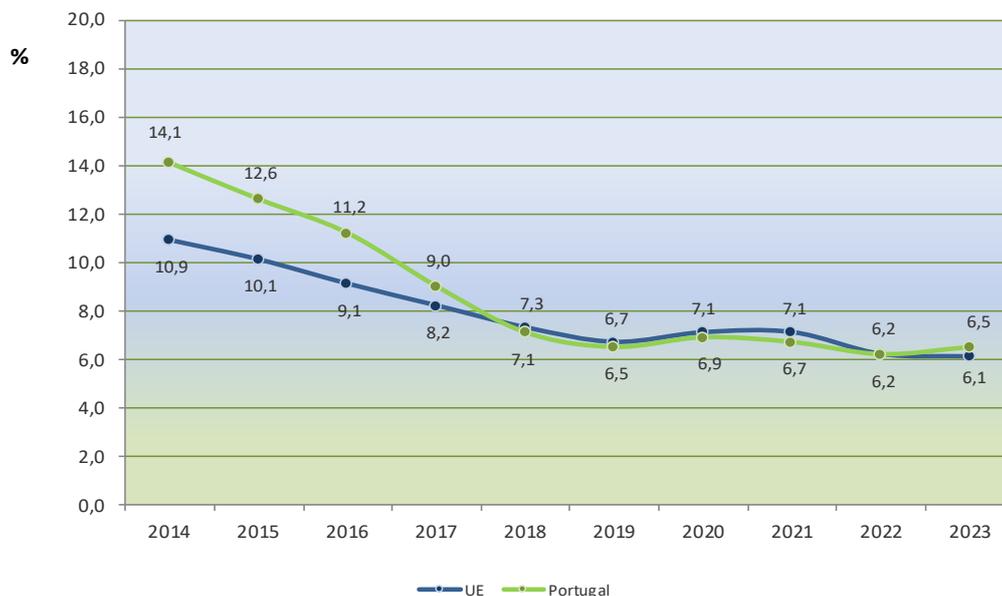
Entre 2019 e 2023, a taxa de desemprego cresceu no escalão dos 16 aos 24 anos até 2021, decresceu em 2022 e voltou a crescer em 2023. Relativamente ao escalão dos 55 a 64 anos, verificou-se um ligeiro decréscimo da taxa de desemprego (1%).

2.3.1.2. Taxas de desemprego em Portugal e na União Europeia

A taxa de desemprego portuguesa tem evidenciado um decréscimo progressivo ao longo da última década, tendo chegado aos 14,1% em 2014, ano em que o desemprego em Portugal atingiu o ponto máximo desta série e a partir do qual se inverteu a tendência com um decréscimo progressivo da taxa de desemprego que, em 2023, registou 6,5%.

Quanto à taxa europeia, que, nos primeiros anos do período em análise, rondava os 11%, verificou-se uma descida gradual até 2023, ano em que registou 6,1%. De notar que, a distância entre a taxa portuguesa e a europeia, observada no início da série, esbateu-se progressivamente, verificando-se, a partir de 2018, uma convergência de ambas as taxas que, em 2023, se distanciam apenas por 0,4 p.p.

Figura 75. Evolução da taxa de desemprego



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Quanto à taxa de desemprego dos jovens entre os 15 e os 24 anos, esta apresentou um comportamento muito semelhante ao da taxa de desemprego do total da população. Com efeito, a taxa de desemprego jovem portuguesa, que, à semelhança da taxa de desemprego geral, atingiu o valor máximo desta série em 2014 (34,8%), diminuiu gradualmente até 2019, ano em que registou 18,3% (menos 16,5 p.p. face ao valor máximo registado em 2014). De salientar que, em 2023, esta taxa fixou-se nos 20,3%, não obstante, entre 2020 e 2022, ter registado uma trajetória com oscilações.

Figura 76. Evolução da taxa de desemprego jovem



Fonte: Eurostat, *Labour Force Survey*

Em relação à média dos países da UE, a taxa de desemprego dos jovens atingia, em 2014, o valor mais elevado da série em análise (23,5%), ano a partir do qual se observou uma inversão da tendência de crescimento. De notar que, tal como a taxa de desemprego geral europeia, também a da população jovem entrou em declínio a partir de 2014, tendo registado o valor mais baixo, da série, em 2022 e 2023 (14,5%).

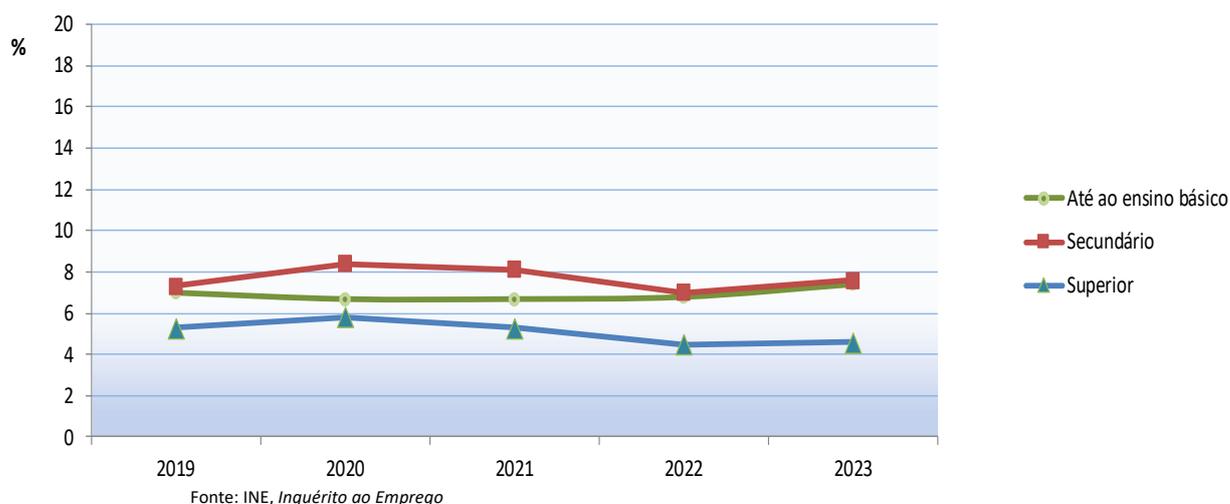
2.3.1.3. Desemprego por níveis de escolaridade

Em 2023, no Continente, 39,9% do total dos desempregados tinham o ensino básico, 37,4% o ensino secundário e 25,8% o ensino superior. O desemprego, entre 2022 e 2023, cresceu em todos os níveis de escolaridade, no caso do ensino secundário foi um aumento expressivo em que se registou mais 15,2 mil pessoas, em relação ao ensino básico foram mais 9,6 mil e no que diz respeito ao ensino superior verificou-se um aumento de 3,3 mil pessoas.

A taxa de desemprego da população ativa com até ao ensino básico era de 7,4%, a taxa de desemprego da população ativa com o ensino secundário era de 7,6% e a taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior era de 4,6%. Em relação a 2022, a taxa de desemprego cresceu na população ativa em todos os níveis de escolaridade, tendo sido um crescimento ligeiro no caso da população ativa com o ensino superior (0,1 p.p.).

Em 2023, a taxa de desemprego das mulheres era superior à dos homens nos níveis de habilitações básico e secundário e igual à dos homens, relativamente ao nível de habilitação superior.

Figura 77. Taxas de desemprego por níveis de escolaridade



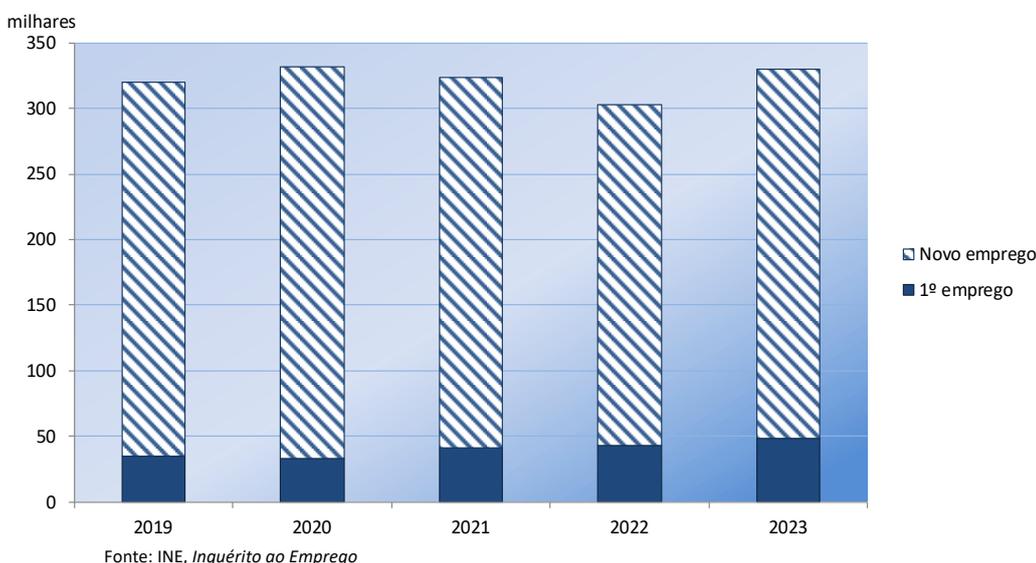
Ao longo do período em análise, a taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior tem sido sempre inferior à dos restantes níveis de habilitações. Entre 2019 e 2023, a taxa de desemprego da população ativa aumentou, quer em relação à taxa da população ativa com o ensino básico (0,4 p.p.), como na taxa da população ativa com o ensino secundário (0,3 p.p.). Já em relação à taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior diminuiu (0,7 p.p.).

2.3.1.4. Desemprego por experiência anterior de trabalho

No Continente, em 2023, a população desempregada à procura de novo emprego representava 85,4% do total dos desempregados (cerca de 282,3 mil pessoas). Os desempregados à procura do 1º emprego totalizavam 14,6% (cerca de 48,1 mil pessoas). O desemprego cresceu em ambas as categorias face a 2022. O número de mulheres desempregadas era superior ao número de homens na categoria dos desempregados à procura de novo emprego. Já na categoria dos desempregados à procura do 1º emprego, as mulheres decresceram 0,5% e os homens por sua vez cresceram 27,5%.

Entre 2019 e 2023, o desemprego cresceu na categoria dos desempregados à procura do 1º emprego e decresceu ligeiramente na categoria à procura do novo emprego.

Figura 78. Desemprego por experiência anterior de trabalho



O número de mulheres desempregadas à procura do 1º emprego manteve-se superior ao dos homens até 2022, em 2023 essa situação inverteu-se. No que se refere aos desempregados à procura de novo emprego, o número de homens desempregados foi sempre menor em relação ao número de mulheres entre 2019 e 2023.

Em relação aos desempregados à procura do primeiro emprego, o escalão dos 16 aos 24 anos, constituía 68,2% do total. Já no que se refere aos desempregados à procura de novo emprego, o escalão entre os 25 e os 54 anos constituía 64,1% do total. De salientar que, nos desempregados à procura de novo emprego, o peso dos desempregados entre 55 e 64 anos continuou a ser superior ao peso do escalão dos 16 aos 24 anos .

2.3.1.5. Desempregados à procura de novo emprego

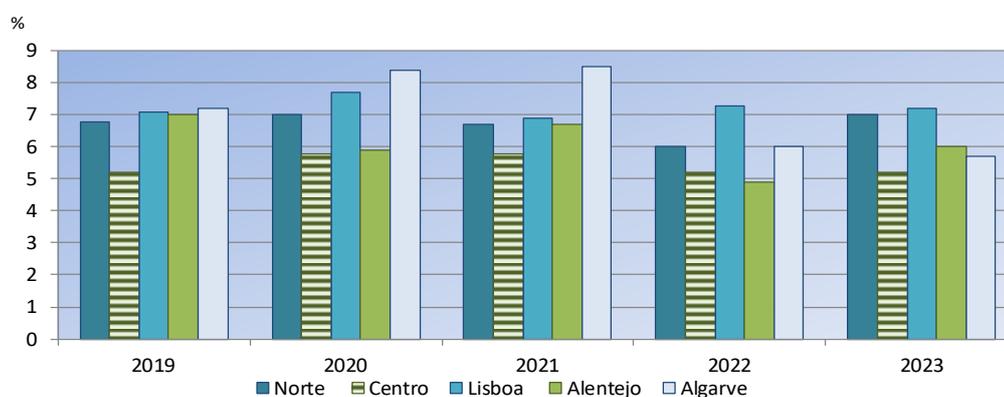
- **Por regiões**

Considerando os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE, em 2023, o Norte continuava a ser a região do Continente com maior número de desempregados (131,3 mil). Seguiu-se-lhe a Área Metropolitana de Lisboa com 104,6 mil desempregados. Face a 2022, o desemprego aumentou expressivamente no Norte, que registou mais 20,1% de desempregados e na Área Metropolitana de Lisboa verificou-se um aumento ligeiro de 0,6%. O Centro, totalizou 60,6 mil desempregados e o desemprego aumentou 3,1%. O Alentejo foi a região onde o desemprego mais cresceu (24,1%) com 21,1 mil desempregados e o Algarve foi a única região onde o desemprego decresceu (4,5%) somando 12,7 mil desempregados.

No que se refere à taxa de desemprego, em 2023, esta era mais elevada na Área Metropolitana de Lisboa (7,2%) e no Norte (7%), não obstante Lisboa tenha diminuído face ao ano anterior, e o Norte tenha aumentado, ainda que ligeiramente (0,1%).

O Centro, com uma taxa de 5,2%, foi a região onde a taxa era mais baixa e manteve-se em relação ao ano anterior. O Algarve registava uma taxa de desemprego de 5,7% e foi onde se verificou um maior decréscimo relativamente a 2022 (0,3%). O Alentejo, com uma taxa de 6%, foi a região onde o desemprego mais cresceu em relação ao período homólogo.

Figura 79. Evolução da taxa de desemprego por regiões



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

A região Centro manteve-se como a região com a taxa de desemprego mais baixa entre 2019 e 2023. Ao longo deste período, a taxa de desemprego decresceu nas regiões do Alentejo e Algarve. Em 2023, a Área Metropolitana de Lisboa e o Norte eram as regiões onde se verificava uma taxa de desemprego mais elevada.

2.3.1.6. Desempregados de longa duração

Taxa de desemprego de longa duração em Portugal e na UE

Após o acentuado decréscimo verificado nos primeiros anos da série em análise, a taxa de desemprego de longa duração para Portugal tem vindo a apresentar uma certa constância de valores entre os 2% e os 3%. Com efeito, no espaço de uma década, assiste-se ao recuo desta taxa, que passa de 8,7%, em 2014, para 2,5%, em 2023.

Quando comparada com a taxa da média dos países da UE, a taxa portuguesa apresenta um valor superior, apesar de, desde 2014, a diferença ter-se vindo a esbater e, em 2023, Portugal apresentar uma taxa de desemprego de longa duração muito aproximada da da sua congénere europeia, apenas separada por um diferencial de 0,4 p.p.

Figura 80. Taxa de desemprego de longa duração (% na população ativa)

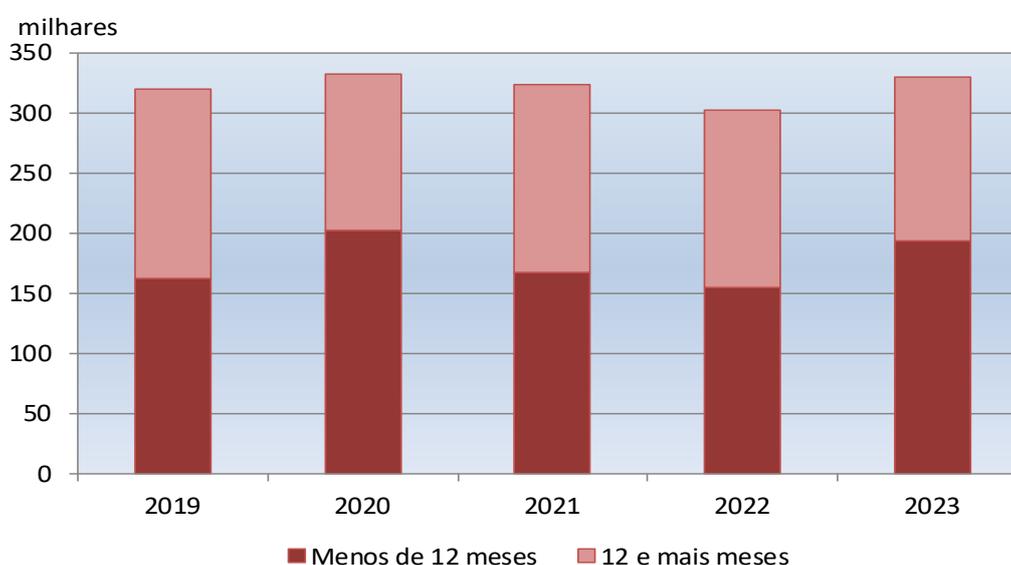


Fonte: Eurostat, Labour Force Survey

No Continente, em 2023, dos 330,4 mil desempregados, cerca de 136,8 mil (41,4% do total) estavam desempregados há 12 e mais meses, isto é, eram desempregados de longa duração (DLD). Entre 2022 e 2023, o número de desempregados de longa duração diminuiu em cerca de 11,2 mil pessoas. Contudo, os desempregados até 12 meses aumentaram de forma bastante expressiva em cerca de 39,1 mil.

Em 2023, as mulheres representavam 52,7% dos DLD, tendo o seu peso decrescido em cerca de 2,2 p.p. face ao ano anterior.

Figura 81. Desemprego de Longa Duração



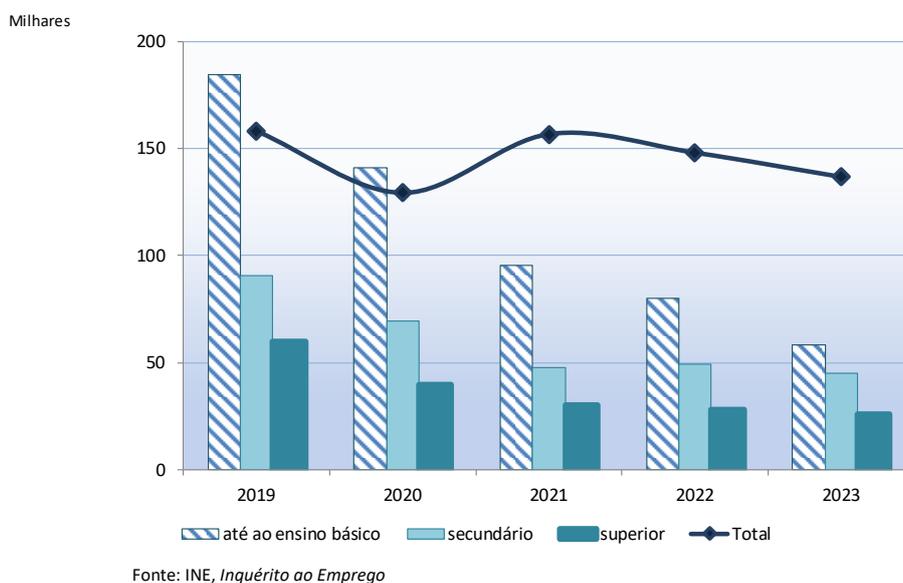
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2019, os DLD representavam 49,3% do total dos desempregados e o seu peso tem vindo a diminuir ao longo da série, registando em 2023, 41,4%. Os desempregados até 12 meses aumentaram, entre 2019 e 2020, diminuíram entre 2021 e 2022 e em 2023 voltaram a aumentar.

Entre 2019 e 2023, a percentagem de mulheres DLD foi sempre superior à dos homens.

Em relação à escolaridade dos DLD, no Continente, em 2023, os DLD com o ensino básico representavam cerca de 42,6% do total dos desempregados de longa duração. Os DLD com o ensino secundário constituíam 33% e os DLD com o ensino superior, 19%. Entre 2022 e 2023, o número de DLD decresceu em todos os níveis de habilitações, mais expressivamente nos DLD com o ensino superior.

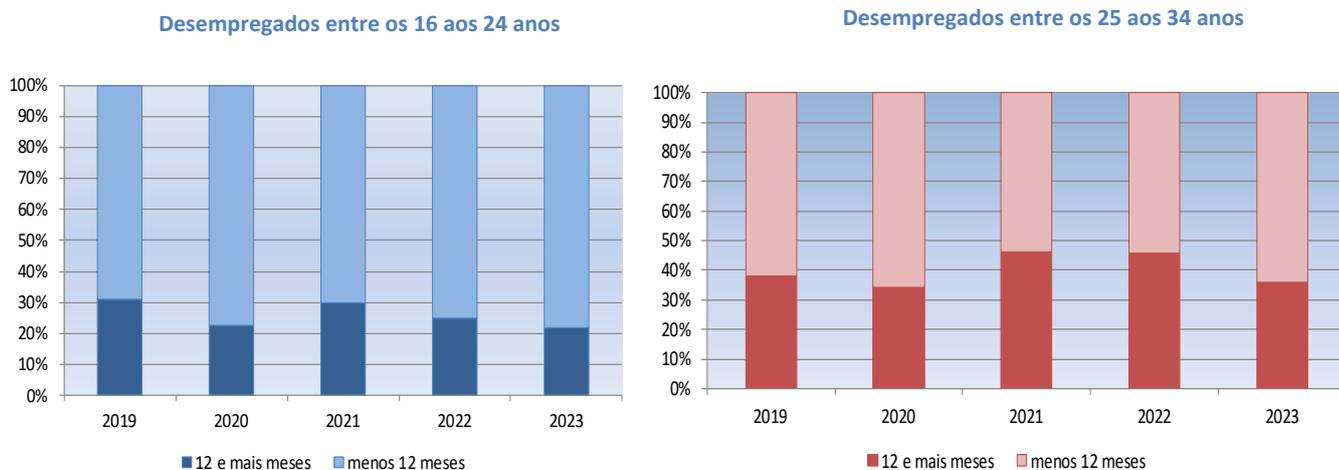
Figura 82. Desempregados há 12 e mais meses por níveis de habilitações



No que diz respeito ao escalão etário, no Continente, em 2023, os DLD entre 16 e 34 anos totalizavam 65,5 mil pessoas, representando 47,9% do total dos DLD, tendo o seu peso crescido 13,9 p.p., relativamente ao ano anterior. O escalão de DLD entre os 16 e 24 anos somava 16,3 mil pessoas, constituindo 24,9% dos DLD entre os 16 e os 34 anos.

Considerando os desempregados entre 16 e 24 anos, constatamos que, em 2023, o peso dos DLD no total dos desempregados desse escalão etário era de 22%, tendo decrescido 3,0 p.p. face a 2022.

Figura 83. Desempregados entre os 16 e os 34 anos por duração da procura de emprego



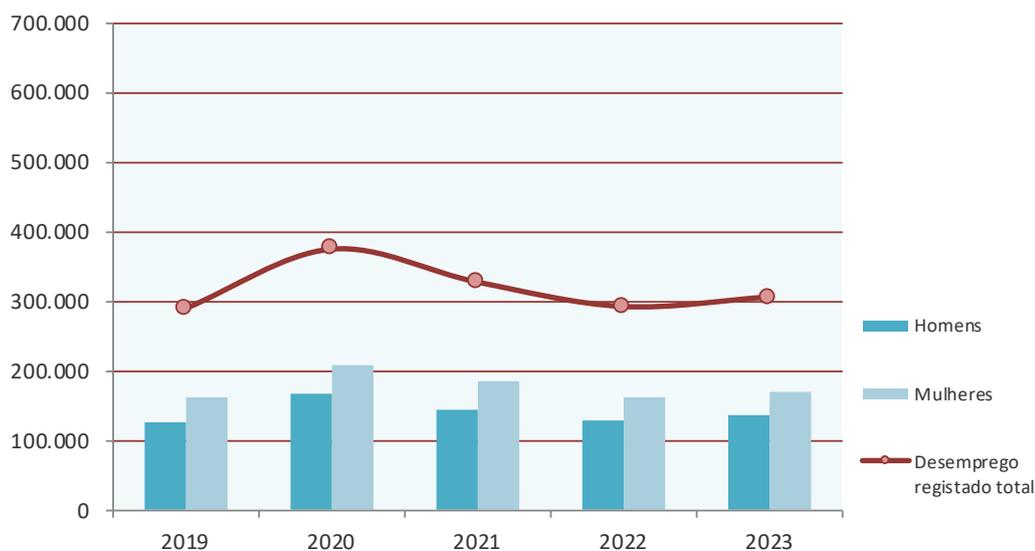
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2023, no escalão dos 25 aos 34 anos, os desempregados há 12 e mais meses constituíam 45,8% do total dos desempregados daquele escalão etário, tendo esta percentagem decrescido 9.7 p.p. em relação 2022. Ao longo do período em análise, os DLD no escalão dos 25 aos 34 anos, têm sempre registado um valor abaixo dos 50%. Em 2023, a percentagem de DLD no escalão dos 16 aos 24 anos, bem como no escalão dos 25 aos 34 anos decresceu.

2.3.2 Desemprego registado e pedidos de emprego nos Centros de Emprego

De acordo com as *Estatísticas mensais do mercado de emprego*, disponibilizadas pelo IEFP,⁴⁴ no final de dezembro de 2023, o número de inscritos nos Centros de Emprego de Portugal continental totalizava 305,2 mil desempregados, o que representou um acréscimo de cerca de 13,9 mil indivíduos face ao período homólogo. De notar que, esta subida do desemprego registado repercutiu-se, de forma aproximada em ambos os sexos, não obstante o aumento do número de homens inscritos nos Centros de Emprego ter sido ligeiramente superior (mais 5,7% nos homens face a mais 4% nas mulheres). Todavia, o peso relativo feminino continuou a ser superior ao masculino (55,3% do total de inscritos no final de dezembro de 2023, eram do sexo feminino).

Figura 84. Evolução do Desemprego registado por sexo

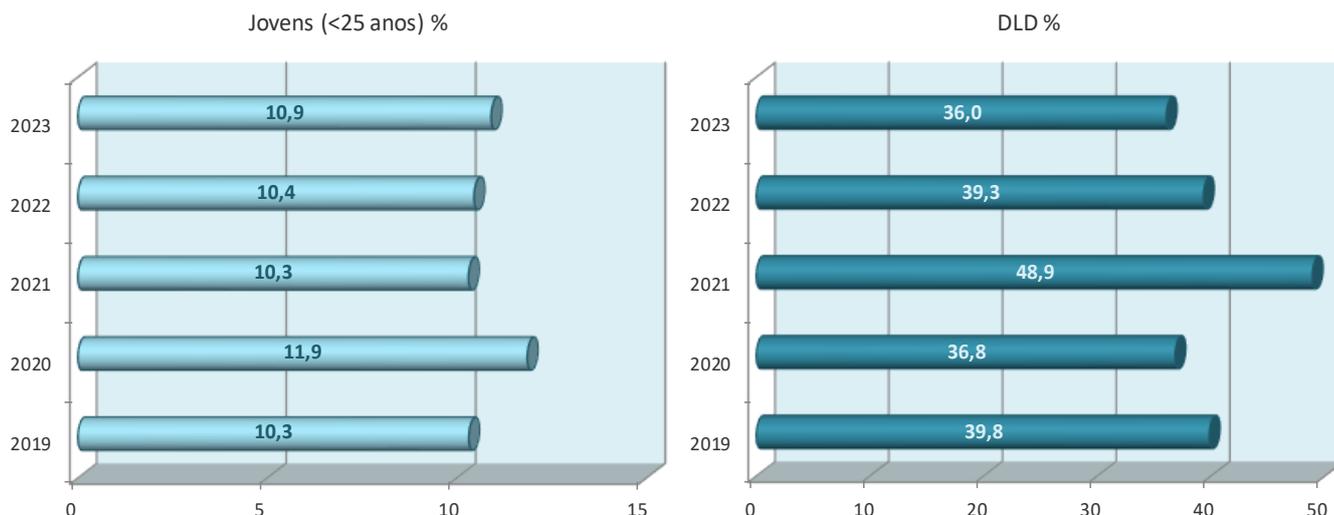


Fonte: IEFP, *Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego*

⁴⁴ Dados consultados em fevereiro de 2024.

Relativamente ao número de desempregados de longa duração (DLD) registados, em 2023, constatou-se uma descida de 3,9% face a dezembro de 2022 (menos 4,5 mil pessoas), tendo o respetivo peso relativo no total de inscritos diminuído cerca de 3 p.p., passando de 39,3%, em 2022, para 36%, em 2023. Quanto ao número de jovens inscritos, registou-se um acréscimo (mais 9,3%, ou seja, mais 2,8 mil indivíduos registados), mantendo-se, contudo, quase inalterado o seu peso relativo face a 2022 (10,9%).

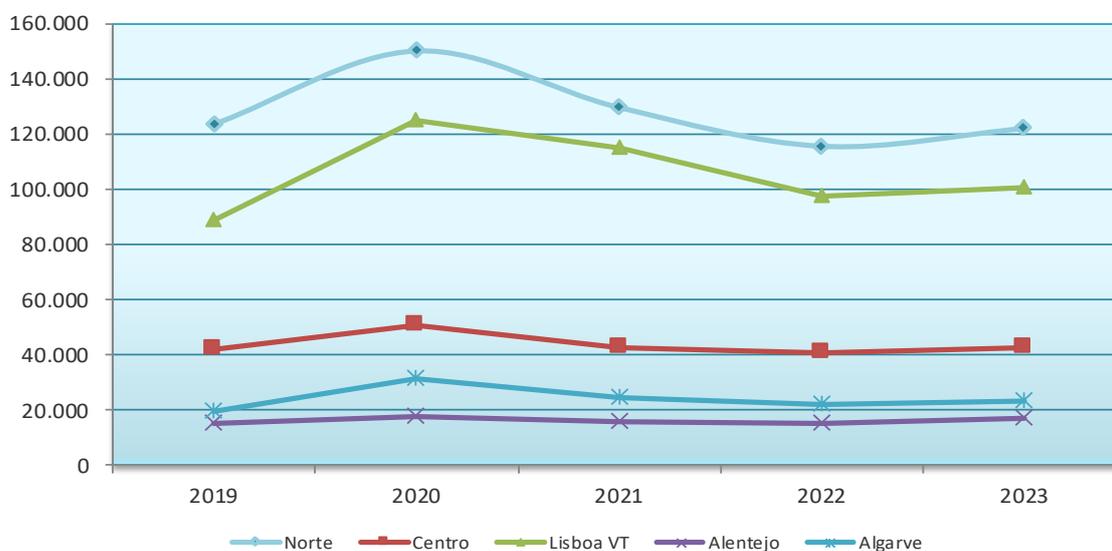
Figura 85. Percentagem do Desemprego Jovem e do DLD no Desemprego Registrado



Fonte: IEFP, *Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego*

Analisando a evolução do desemprego registado por regiões, constata-se que, a tendência de decréscimo anual do desemprego, que se vinha verificando nos últimos anos, inverteu-se em 2023, com o aumento do número de desempregados inscritos na generalidade das regiões.

Figura 86. Evolução do Desemprego registado por regiões



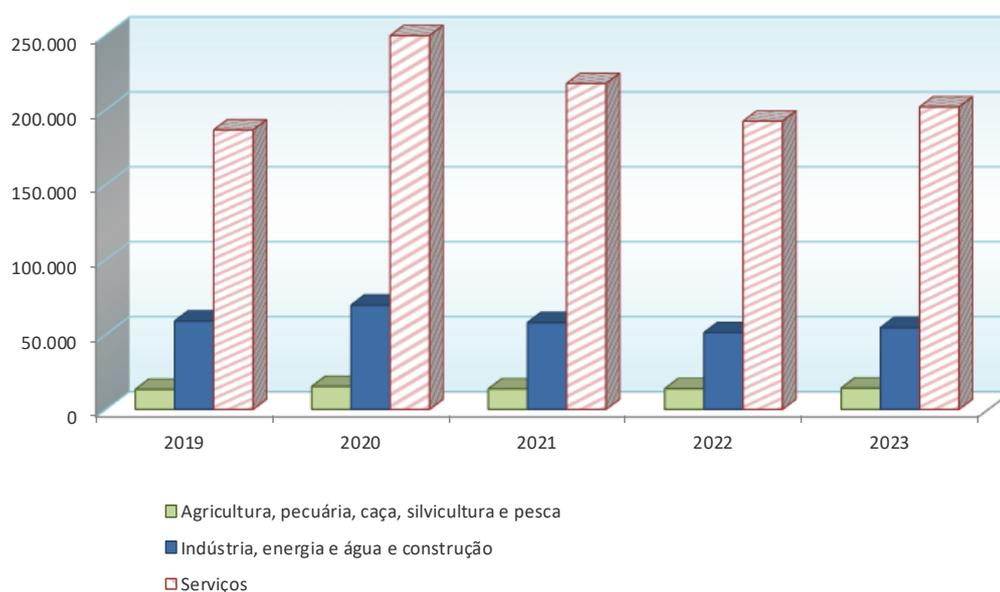
Fonte: IEFP, *Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego*

O Norte continuou a ser a região mais afetada pelo desemprego, com cerca de 121,8 mil desempregados inscritos, tendo evidenciado, em 2023, uma subida de 5,7% face ao período homólogo, logo seguido por Lisboa e Vale do Tejo, com mais 2,6% de registos, totalizando cerca de 100 mil desempregados.

De salientar que o Norte, só por si, no final de 2023, representava 39,9% do total de registos de desemprego e, conjuntamente com as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Centro, representavam 86,7% do desemprego registado no Continente. No que respeita às restantes regiões, tanto o Centro como o Alentejo e o Algarve registaram igualmente variações positivas, com um aumento do número de desempregados na ordem dos 5,1%, 9,6% e 5,7%, respetivamente, embora, em termos absolutos, se tenham traduzido nos acréscimos menos expressivos (mais 2,1 mil registos no Centro, mais 1,5 mil registos na região alentejana e mais 1,3 mil registos na região algarvia).

Relativamente ao desemprego registado por setores de atividade, em 2023, a maior proporção de desempregados inscritos à procura de novo emprego continuou a provir do setor dos *Serviços* (72,8%), seguindo-se a *Indústria, Energia e Água e Construção* (19,6%) e a *Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca* (5,1%).

Figura 87. Desemprego registado por setores de atividade



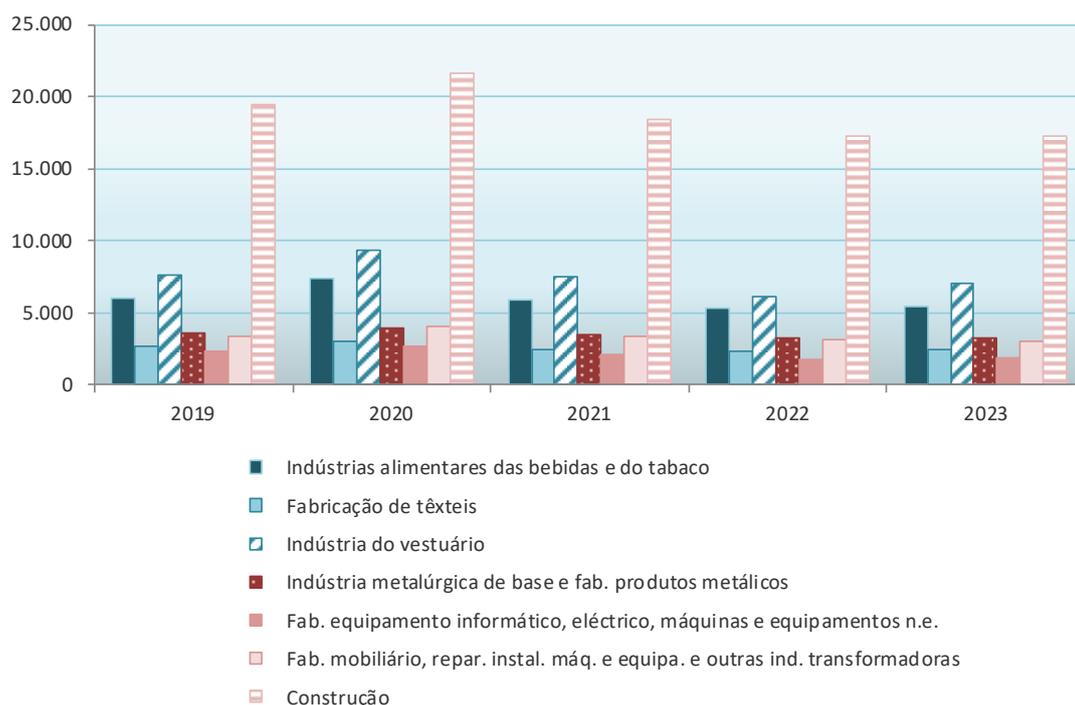
Fonte: IEFP, *Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego*

De realçar que, no final de 2023, todos os setores de atividade evidenciaram um aumento do número de desempregados inscritos face ao período homólogo. O setor da *Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca* registou o menor acréscimo (mais 2,9%), o que se traduziu, dada a sua menor

representatividade no total dos setores, num aumento de 402 registos de desemprego. Os restantes setores, *Indústria, Energia e Água e Construção* e *Serviços*, evidenciaram igualmente uma subida do número de desempregados inscritos face a 2023 (6,4% e 4,9%, respetivamente). O setor dos *Serviços* que continuou a registar, em dezembro de 2023, o maior peso relativo no conjunto dos setores de atividade, foi o setor que apresentou o maior aumento absoluta relativamente ao período homólogo (cerca de mais 9,5 mil inscritos).

Numa análise mais detalhada do setor da *Indústria, Energia e Água e Construção*, observa-se que o subsetor da *Construção* continuou a assumir o maior peso relativo no total de desempregados inscritos provenientes da *Indústria* (31,6%), logo seguido da *Indústria do Vestuário* (12,9%) e das *Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco* (10,1%). De salientar que, em termos absolutos, no final de 2023, os subsectores da *Indústria do couro e dos produtos do couro* e da *Indústria do Vestuário* registaram os maiores acréscimos homólogos, com 1.839 e 914 desempregados inscritos, respetivamente.

Figura 88. Desemprego registado na Indústria

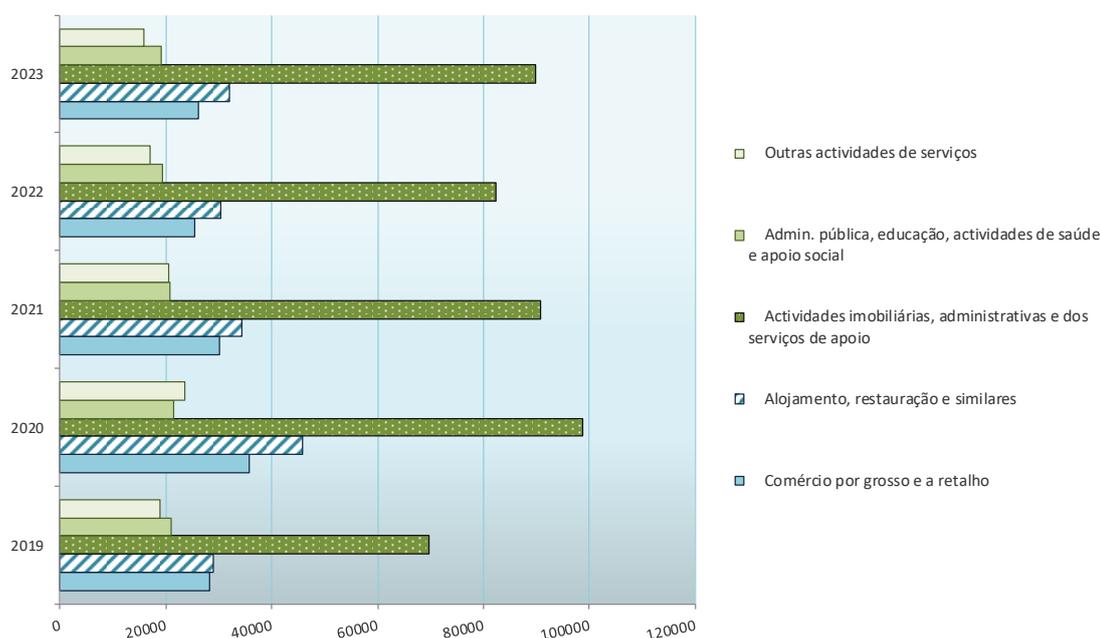


Fonte: IEFP, *Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego*

Quanto ao setor dos *Serviços*, o subsetor com maior peso relativo em 2023, continuou a ser o das *Atividades Imobiliárias, Administrativas e dos Serviços de Apoio* (44,5%), que registou um aumento do desemprego em relação ao período homólogo (mais 9%), o que, em termos absolutos, se traduziu no registo de mais 7,5 mil desempregados. Relativamente ao subsetor que, em 2023, apresentou a segunda maior representatividade, o do *Alojamento, restauração e similares* com 15,9% do total do desemprego

registado, verificou-se uma subida de 6%, que se traduziu num aumento de 1,8 mil inscrições, em termos absolutos, logo seguido pelo subsetor do *Comércio por Grosso e a Retalho*, que evidenciou a terceira maior representatividade (13%), após um acréscimo de 776 desempregados inscritos. De salientar o facto dos subsectores de *Outras atividades de serviços* e da *Administração pública, educação, atividades de saúde e apoio social* terem evidenciado descidas do número de desempregados registados, com menos 1.018 e menos 204 respetivamente.

Figura 89. Desemprego registado nos Serviços

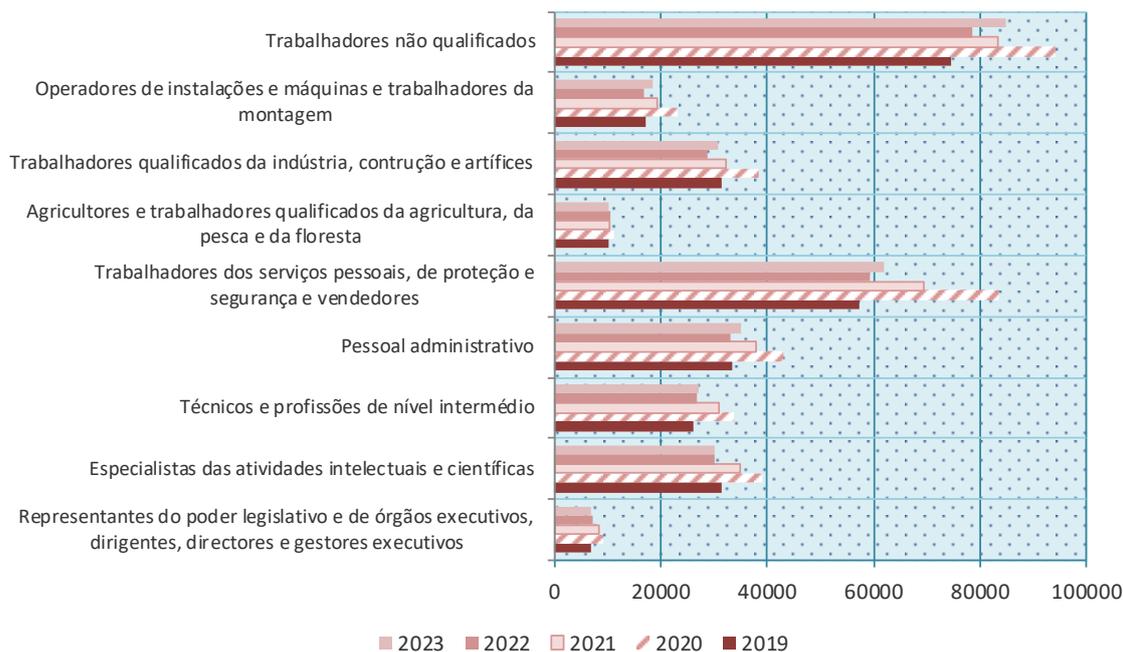


Fonte: IEFP, *Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego*

No final de 2023, as profissões mais representadas nos ficheiros dos Centros de Emprego do Continente continuaram a ser os *Trabalhadores não qualificados* (27,8%) e o *Pessoal dos serviços de proteção e segurança* (20,3%), sucedendo-se o *Pessoal administrativo* (11,5%) e os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* e os *Especialistas das atividades intelectuais e científicas* (ambos com cerca de 10%).

Quando comparado com o período homólogo, o ano de 2023 evidenciou uma subida em praticamente todas as profissões, tendo-se constatado os maiores aumentos do número de inscritos nas profissões dos *Trabalhadores não qualificados* (mais 6,4 mil), dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* (mais 2,6 mil) e do *Pessoal administrativo* (mais cerca de 2 mil).

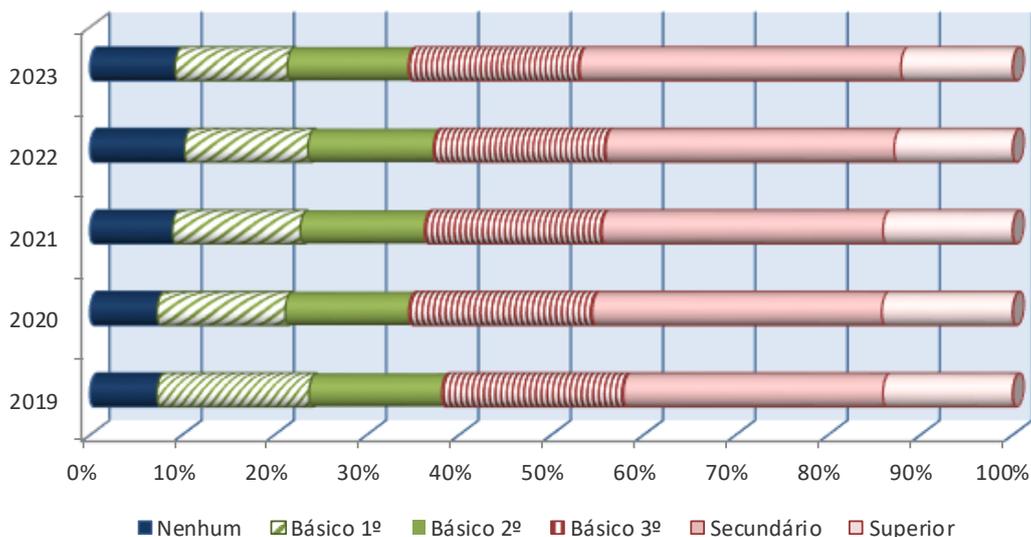
Figura 90. Desemprego registado (novo emprego) por profissões



Fonte: IEFP, *Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego*

Considerando o nível de habilitações, em 2023, os desempregados com o Ensino Secundário, tendo registado a subida mais acentuada face a 2022 (mais 16,7%, ou seja, mais 15,2 mil registos), continuaram a assumir o maior peso no desemprego total (34,8%). De notar que, à semelhança destes últimos, também os desempregados com o 2º e o 3º Ensino Básico apresentaram uma subida do número de registos face a 2022 (mais 393 e 2.279 registos).

Figura 91. Evolução do desemprego registado por níveis de habilitações (%)



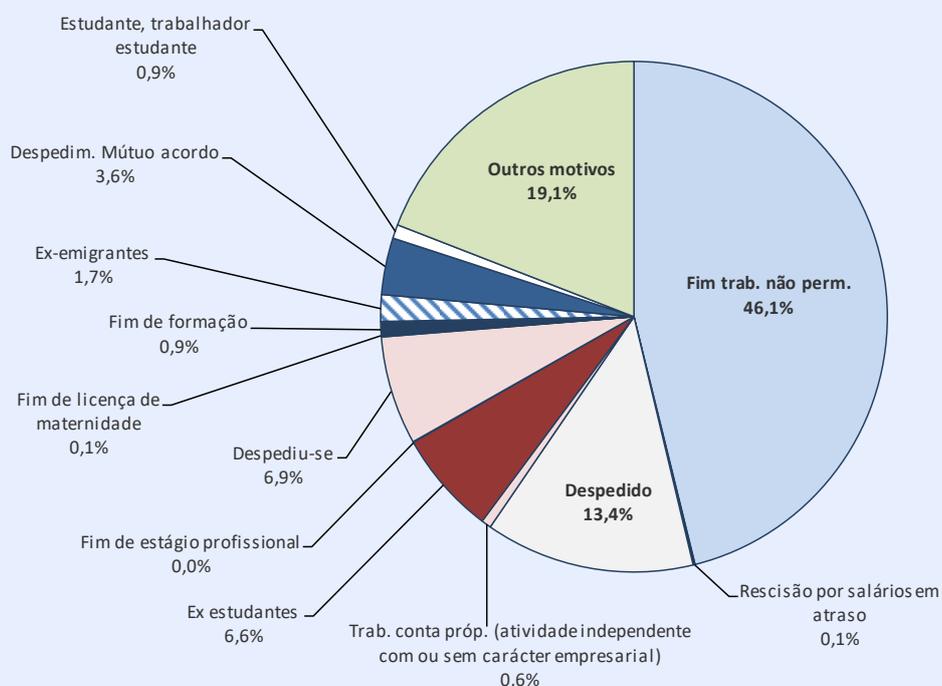
Fonte: IEFP, *Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego*

Quanto às restantes habilitações, verificou-se uma quebra homóloga do seu número de desempregados, quebra essa que foi superior nos escalões com menor escolaridade. Com efeito, os desempregados com o 1º Ensino Básico ou sem escolaridade registaram decréscimos maiores (menos 1,8 mil e menos 1,7 mil, respetivamente) face aos desempregados com o ensino superior (menos 469 registos). Por último, saliente-se ainda o facto de, à exceção dos desempregados com o Ensino Secundário, todos os restantes viram o seu peso relativo diminuir, em termos homólogos.

MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS NO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO

Em 2023, de acordo com a informação estatística disponibilizada pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP, o principal motivo de inscrição dos desempregados nos Centros de Emprego foi o *Fim de trabalho não permanente*, que representou cerca de 46,1% do total dos registos de desemprego, seguido, apesar de com menor representatividade, pelas categorias dos *Despedidos* (13,4%), dos *Despediu-se* (6,9%) e dos *Ex-estudantes* (6,6%).

Figura 92. Motivos de inscrição dos desempregados em 2023
Movimento ao longo do ano



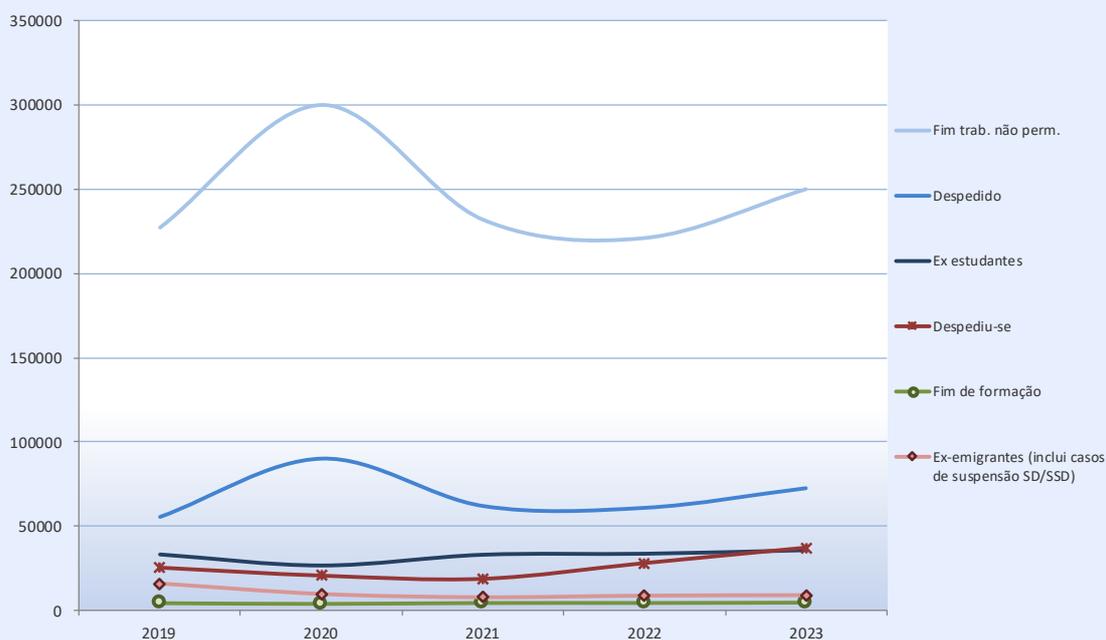
Fonte: IEFP, Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo

Considerando a evolução dos motivos de inscrição dos desempregados ao longo dos últimos anos, constata-se que a categoria mais representada, *Fim de trabalho não permanente*, que vinha apresentando uma tendência de declínio após uma subida expressiva em 2020, em 2023, inverteu a sua trajetória com um aumento de 13,2%, ou seja, cerca de mais 29,2 mil inscrições de desempregados.

Quanto à segunda categoria mais representada, a dos desempregados inscritos por terem sido *Despedidos*, a sua evolução ao longo dos últimos cinco anos, evidencia um comportamento semelhante ao da categoria *Fim de trabalho não permanente*. Com efeito, após uma subida expressiva em 2020, esta categoria evidenciou nos anos seguintes uma redução no volume de inscrições, redução essa que se inverteu em 2023, com um acréscimo de 11,7 mil registos (mais 19,3%).

Figura 93. Evolução dos motivos de inscrição dos desempregados

Total dos movimentos ao longo dos meses

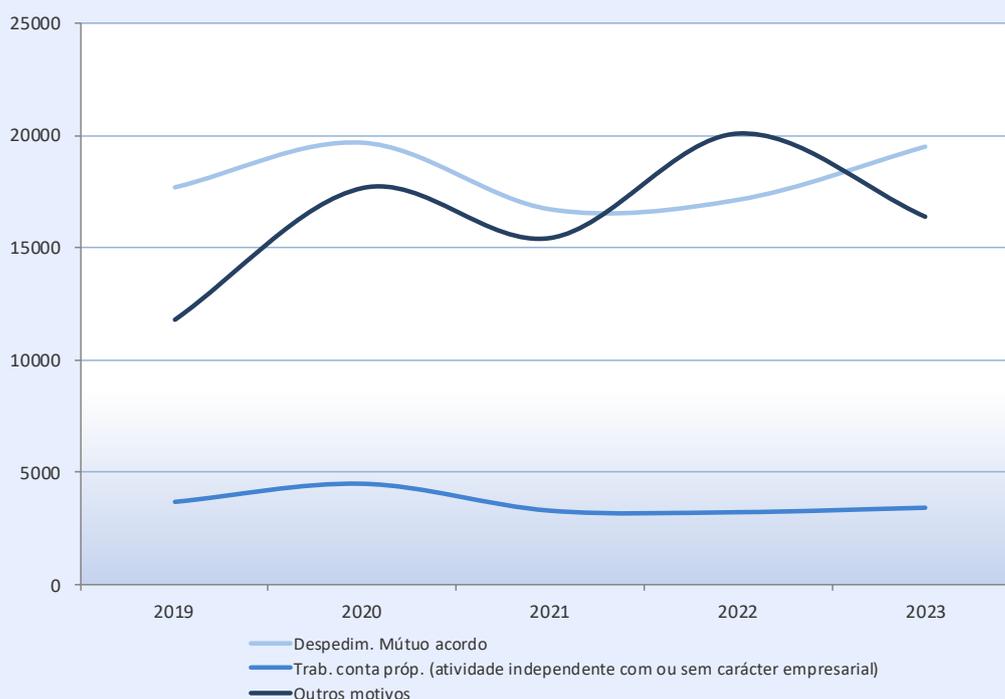


Fonte: IEF, Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo

Em relação à terceira categoria na escala dos motivos de inscrição, a dos *Ex-estudantes*, o número de registos, ao longo dos últimos anos, tem apresentado alguma constância, não obstante, em 2023, os *Ex-estudantes* inscritos como desempregados terem registado um aumento de 6,1%, o que se traduziu num acréscimo de cerca de 2 mil pessoas.

No que respeita aos motivos de inscrição *Despediu-se, Fim de formação e Ex-emigrantes (incluindo casos de suspensão SD/SSD)*, constatam-se oscilações pouco expressivas, no decurso dos últimos cinco anos.

Figura 94. Evolução dos motivos de inscrição dos desempregados
Movimentos ao longo dos meses



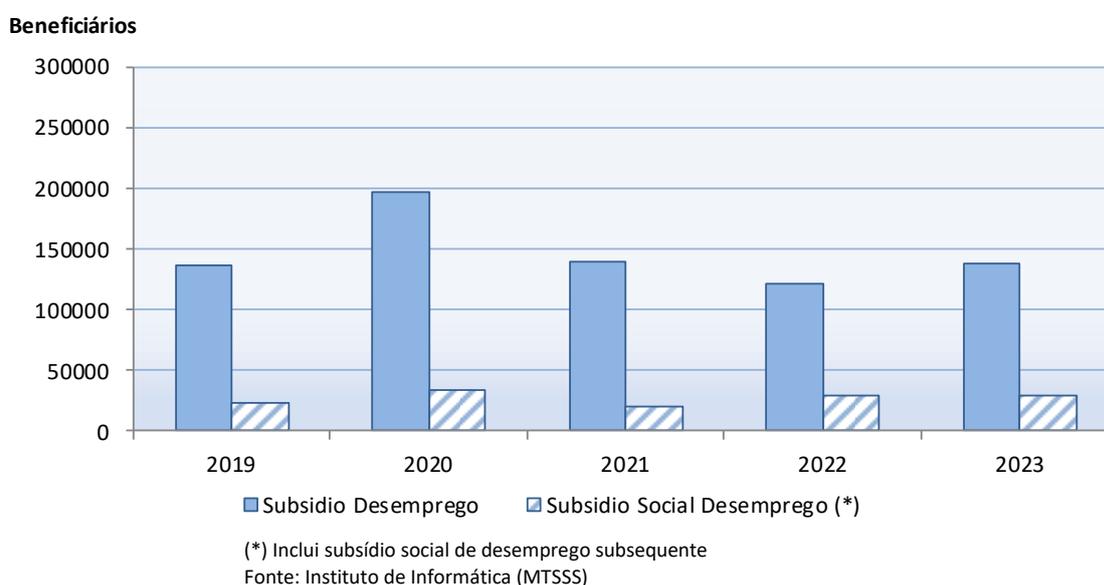
Fonte: IEFP, Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo

Por último, no que concerne aos motivos de inscrição que concentram um menor número de desempregados registados, nomeadamente o *Despedimento por mútuo acordo* e as inscrições dos *Trabalhadores por conta própria*, ambas as categorias registaram um acréscimo, em 2023, com mais 2,4 mil e mais 203 registos, respetivamente, contrariando, assim, a tendência de decréscimo que vinham evidenciando desde 2020. Quanto às inscrições originadas por *Outros motivos*, em 2023, estas apresentaram um decréscimo homólogo significativo, com uma quebra de 18,4%, o que correspondeu a menos 3,7 mil inscritos.

2.3.3. Situação do desemprego subsidiado

Em Portugal continental, de acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto de Informática do MTSSS, no final de 2023, havia cerca de 167,3 mil beneficiários com processamento de prestações de desemprego. Destes, 635 indivíduos beneficiavam de subsídio por cessação de atividade, ou seja, eram trabalhadores independentes.

Figura 95. Beneficiários com processamento de prestações de desemprego

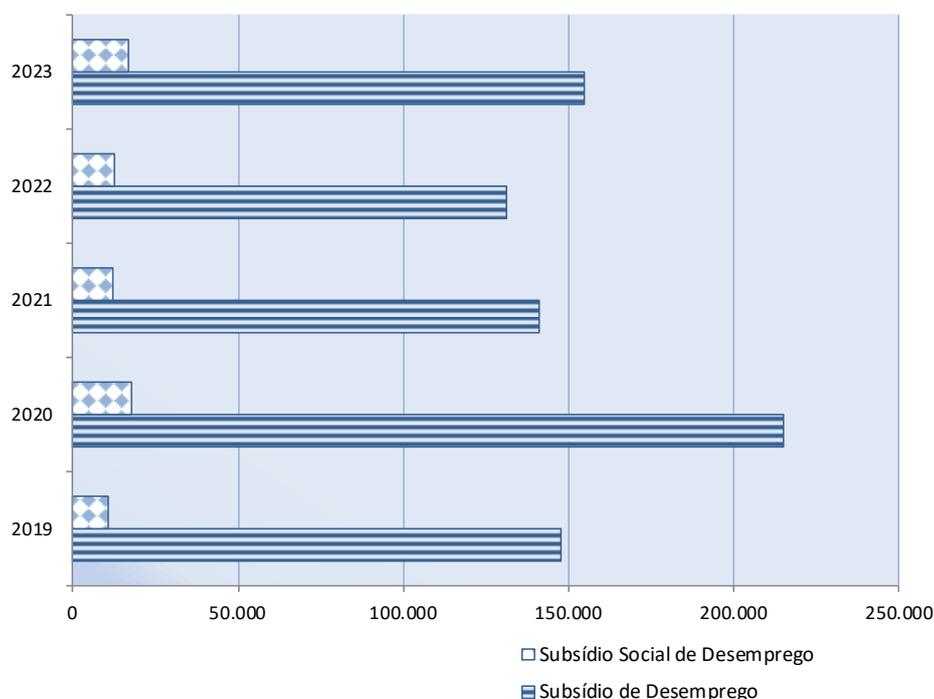


Relativamente aos anos anteriores, o número de beneficiários com processamento de prestações de desemprego, em 2023, contrariou a tendência de decréscimo com uma variação positiva de 11,7%, o que correspondeu, em termos absolutos a um aumento de cerca de 17,5 mil beneficiários. Esta tendência foi idêntica no que se refere aos beneficiários do subsídio de desemprego (SD), cuja variação, face a 2022, registou um acréscimo de 14,1% (mais 17 mil beneficiários). Quanto ao subsídio social de desemprego (SSD) (incluindo o subsídio social de desemprego subsequente), o número de beneficiários com processamento de prestações aumentou 1,6%, o que se traduziu num acréscimo de 463 beneficiários.

Quando comparado com o período homólogo, o ano de 2023 continuou a apresentar uma maior representatividade do número de beneficiárias femininas com processamento de prestações (57,2% de mulheres face a 42,8% de homens), tendo esse peso relativo permanecido praticamente estável quando comparado com o do ano anterior. No que respeita aos grupos de idades, em 2023, a maioria dos

beneficiários com processamento de prestações continuava a situar-se no escalão dos 25 aos 54 anos (64,2% do total dos beneficiários dependentes), logo seguido pelo escalão dos 55 aos 64 anos (28,3%).

Figura 96. Beneficiários com prestações de desemprego deferidas



(*) inclui subsídio social de desemprego subsequente
Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

Ao longo de 2023, foram deferidos cerca de 172,8 mil processos de desemprego, designadamente 154,7 mil relativos a subsídio de desemprego e 16,6 mil relativos a subsídio social de desemprego.

No que se refere ao subsídio por cessação de atividade e por cessação de atividade empresarial foram deferidos 938 e 97 processos, respetivamente. Quanto ao subsídio por cessação de atividade profissional dos membros de órgãos estatutários (MOE), foram deferidos 405 processos.

Face ao período homólogo, o número de processos de desemprego deferidos aumentou 19,2%, o que se traduziu num acréscimo de 27,8 mil processos. De referir que, entre 2022 e 2023, o número de processos deferidos relativos ao subsídio de desemprego registou, igualmente, uma variação positiva (mais 17,9%), tendência que também se verificou com os processos deferidos relativos ao subsídio social de desemprego, que registaram uma subida de 33% (mais 4,1 mil processos deferidos).

Figura 97. Processos de desemprego deferidos por tipo de subsídio

	2019	2020	2021	2022	2023
	Número beneficiários				
TOTAL	159.083	234.368	154.629	145.043	172.827
Subsídio por Cessação de Atividade	514	1.010	798	801	938
Subsídio por Cessação de Atividade Empresarial	107	146	124	92	97
Subsídio por Cessação de Atividade Profissional MOE	554	529	506	409	405
Subsídio de Desemprego	147.500	214.947	140.929	131.189	154.714
Subsídio Social de Desemprego	10.375	17.666	12.201	12.492	16.610
Subsídio Parcial por Cessação de Atividade	14	56	59	47	49
Subsídio Parcial por Cessação de Atividade Profissional MOE	19	14	12	13	14

Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

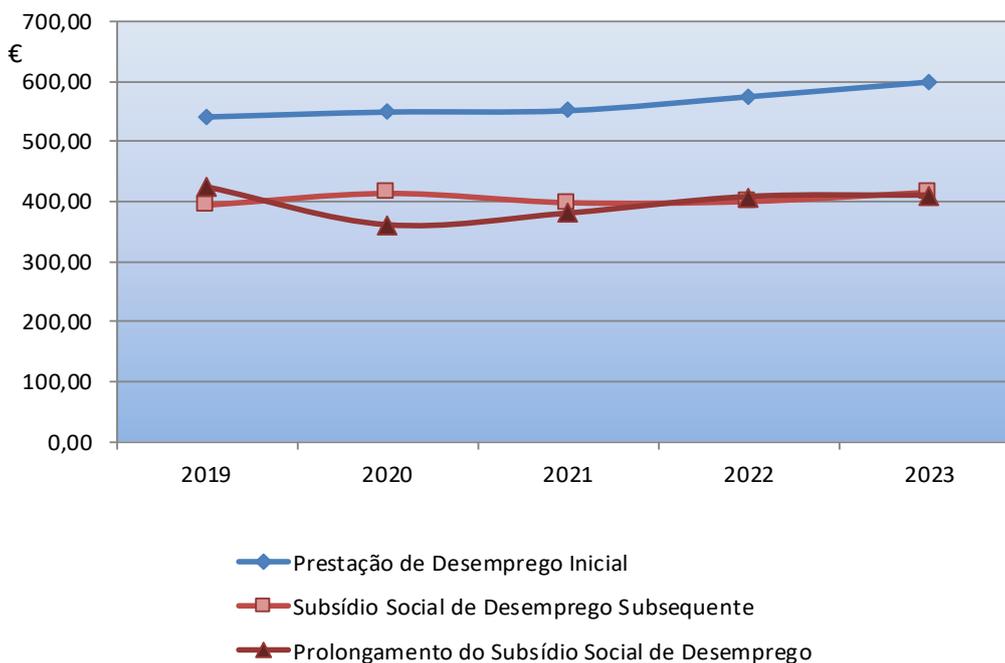
Por último, importa referir que, em 2023, no que respeita aos subsídios por cessação de atividade profissional dos membros de órgãos estatutários, verificou-se uma ligeira quebra homóloga no número de processos de desemprego deferidos, ao contrário dos processos de desemprego por cessação de atividade e por cessação de atividade empresarial que viram o respetivo número de processos deferidos aumentar.

- **Montantes médios mensais das prestações de desemprego**

Segundo os dados da Segurança social, disponibilizados pelo Instituto de Informática do MTSSS, no continente, em 2023, o montante médio mensal das prestações de desemprego para os trabalhadores por conta de outrem era de 600,90€, no que se refere às prestações de desemprego inicial⁴⁵, de 417,10€ no que se refere ao subsídio social de desemprego subsequente, de 410,05€ no que respeita ao prolongamento do subsídio social de desemprego e de 339,93€ relativamente à medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração (DLD). Já no que respeita ao valor médio do montante único do subsídio de desemprego, este foi de 10.468€. De salientar que, em relação a 2022, o montante médio mensal destas diferentes prestações manteve-se ou aumentou ligeiramente em relação a todas, exceto no que respeita à medida extraordinária de apoio aos DLD.

⁴⁵ Inclui subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego inicial.

Figura 98. Evolução do valor médio mensal das prestações de desemprego (TCO)



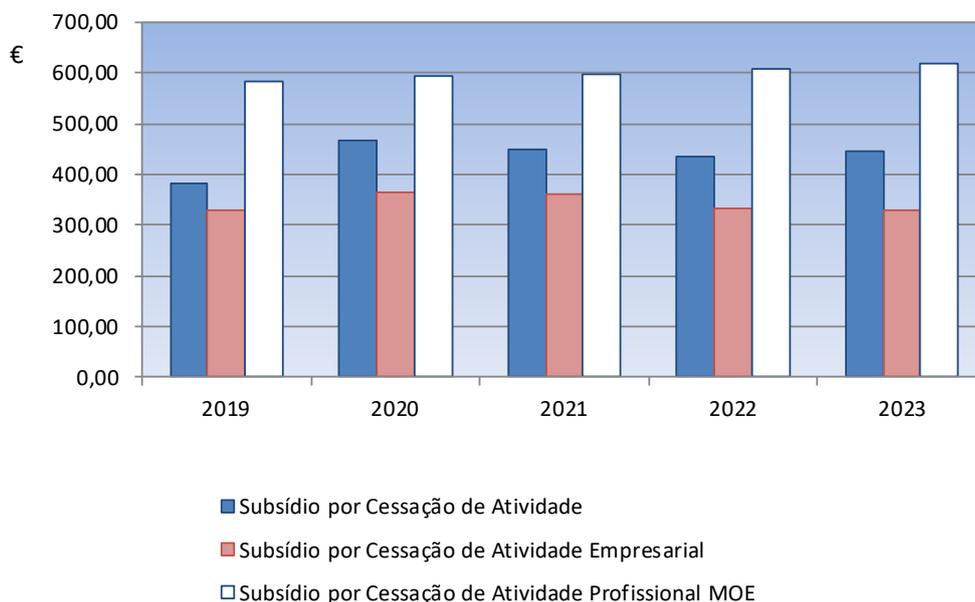
Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

Em relação a esta medida extraordinária de apoio ao DLD, o valor médio mensal da sua prestação, que evidenciou sucessivos acréscimos no início da série em análise, registou uma quebra de 15,2%, em 2023, tendo descido de 400,82€, em 2022, para o montante de 339,93€, em 2023.

No que respeita às prestações dirigidas aos trabalhadores por conta própria, ou seja, aos subsídios por cessação de atividade, em 2023 e face ao período homólogo, o subsídio por cessação de atividade subiu para os 447,40€ (mais 2,5%), o subsídio por cessação de atividade dos membros dos órgãos estatutários (MOE) registou igualmente um acréscimo (mais 1,6%), tendo passado para 608,45€ para 618,29€, ao contrário do subsídio por cessação de atividade empresarial que sofreu uma ligeira quebra com uma variação negativa de 0,7% (registando 329,82€ em 2023). Quanto ao montante único dos membros dos órgãos estatutários (MOE), em 2023, constatou-se um decréscimo de cerca de 12,4%, ao diminuir de 7550,66€, em 2022, para 6613,07€, em 2023.

Analisando a evolução das prestações por cessação de atividade e por cessação de atividade empresarial, em ambas se verificaram decréscimos, entre 2020 e 2022, ao contrário das prestações por cessação de atividade profissional MOE que, com ligeiros aumentos, tem vindo a evidenciar alguma estabilidade ao longo da série em análise.

Figura 99. Evolução do valor médio mensal dos subsídios por cessação de atividade



Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

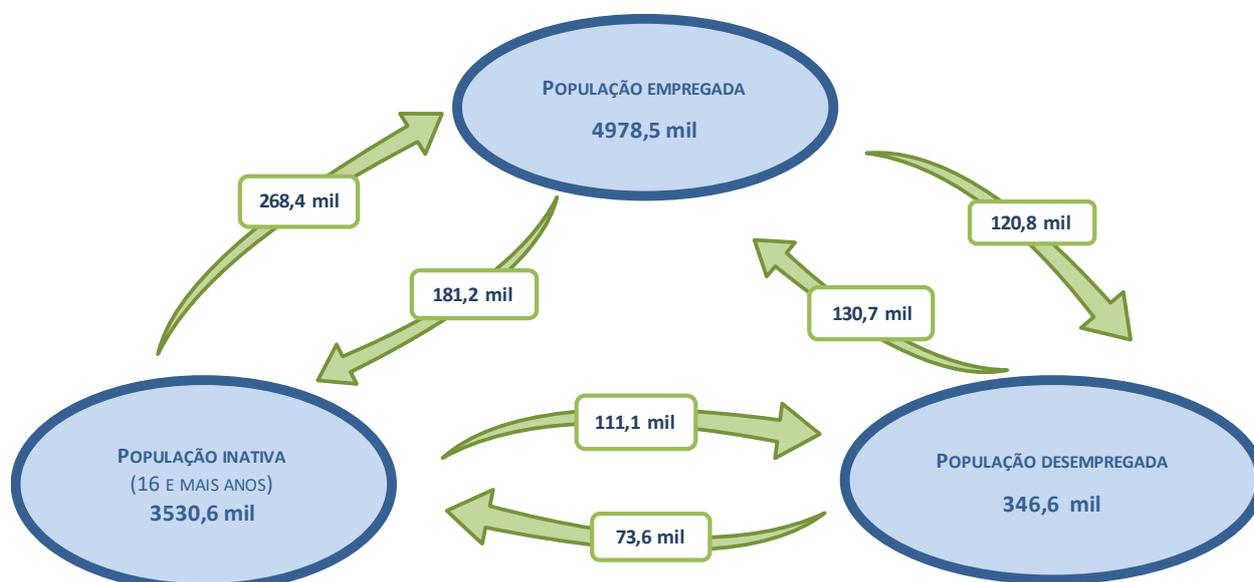
Por último, de referir que, o valor médio mensal do subsídio por cessação de atividade profissional MOE manteve-se sempre bastante superior ao das outras prestações. No que se refere aos valores médios dos montantes únicos por cessação de atividade e relativo aos MOE, estes têm vindo a registar valores muito variáveis de ano para ano, ao longo do período em análise.

2.4. Fluxos de mão de obra entre emprego, desemprego e inatividade

De acordo com os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE relativos a Portugal, em 2023⁴⁶, o número de pessoas que passaram de uma situação de desemprego para uma situação de emprego, foi de cerca de 130,7 mil. No sentido inverso, 120,8 mil transitaram do emprego para o desemprego. Assim, o saldo emprego-desemprego foi de 9,9 mil pessoas.

⁴⁶ As estimativas do 2.º trimestre de 2020 ao 2.º trimestre de 2023 foram adicionalmente revistas na sequência dos resultados da análise do impacto da suspensão do modo de recolha presencial (CAPI), que ocorreu devido às medidas de salvaguarda da saúde pública adotadas durante o período pandémico COVID-19. Para mais detalhes, sugere-se a consulta da nota explicativa constante no Destaque "Estatísticas do Emprego - 3.º trimestre de 2023", divulgado no Portal do INE. Todas as estimativas relativas à série de 2011 (em vigor do 1.º trimestre de 2011 ao 4.º trimestre de 2020) foram revistas no âmbito do exercício de reconciliação com a série de 2021, possibilitando assim a comparação das estimativas entre as duas séries.

Figura 100. Fluxos de mão de obra em 2023



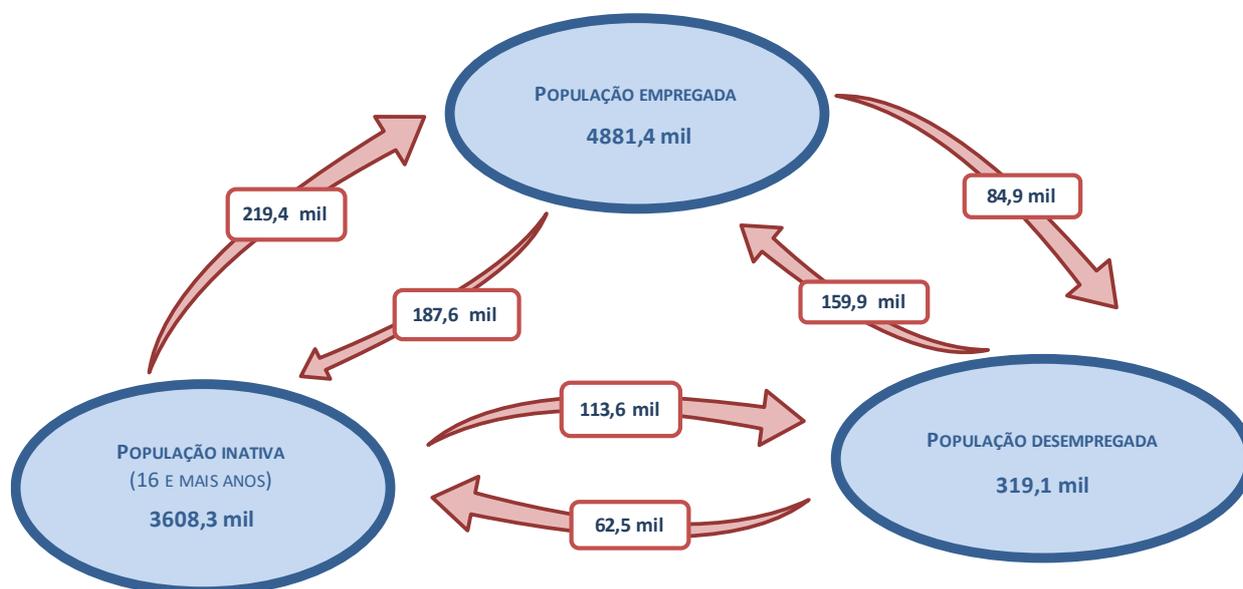
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Por seu turno, cerca de 268,4 mil pessoas passaram da inatividade para o emprego, enquanto 181,2 mil saíram do emprego para a inatividade. Deste modo, o saldo emprego-inatividade foi positivo (mais 87,2 mil pessoas). No que respeita ao fluxo de saída do desemprego para a inatividade, este foi de 73,6 mil pessoas, enquanto o fluxo de passagem da inatividade para o desemprego foi de cerca de 111,1 mil indivíduos. O saldo desemprego-inatividade foi, portanto, positivo (mais 37,5 mil pessoas).

Em resumo, em 2023, a população empregada continuou a apresentar um saldo positivo (mais 97,1 mil pessoas), que resultou da entrada de indivíduos vindos, tanto de uma situação de inatividade como de desemprego. A população inativa, em contrapartida, evidenciou um decréscimo de cerca de 124,7 mil pessoas, sobretudo devido ao número de transitados da inatividade para o emprego. Quanto ao número de desempregados, verificou-se igualmente uma quebra, que apesar de menor (menos 27,6 mil), ficou a dever-se à saída de desempregados para o emprego.

Analisando os fluxos de mão de obra no período homólogo, constata-se que o saldo emprego-desemprego foi positivo (mais 75 mil pessoas) uma vez que cerca de 159,9 mil pessoas transitaram do desemprego para o emprego e 84,9 mil passaram do emprego para o desemprego.

Figura 101. Fluxos de mão de obra em 2022



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

O saldo emprego-inatividade foi igualmente positivo (mais 31,8 mil pessoas), já que cerca de 187,6 mil indivíduos passaram do emprego para a inatividade e 219,4 mil saíram da inatividade para a situação de emprego. No que se refere ao saldo desemprego-inatividade, este foi também positivo (mais 51,1 mil indivíduos), dado que cerca de 62,5 mil pessoas transitaram do desemprego para a inatividade, enquanto 113,6 mil passaram da situação de inatividade para a de desemprego.

Assim, em 2022, a população empregada teve um aumento de cerca de 106,8 mil pessoas, devido aos transitados, tanto do desemprego como da inatividade para o emprego. Por outro lado, a população desempregada conheceu um decréscimo de 23,9 mil pessoas em virtude da passagem de desempregados para a situação de emprego. Em relação à inatividade, verificou-se também um decréscimo (menos 82,9 mil pessoas), devido à entrada de inativos, quer para o emprego, quer para o desemprego

Por último, importa salientar o facto dos fluxos do mercado de trabalho em 2023, quando comparados com os do período homólogo, continuarem a apresentar um saldo positivo do emprego e negativo da inatividade.

Figura 102. Fluxos de mão de obra

Fluxos de mão de obra		
Saldos Finais (milhares)		
	2022	2023
Emprego	106,8	97,1
Desemprego	-23,9	27,6
Inatividade	-82,9	-124,7

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

2.4.1. Emprego nas administrações públicas – fluxos de entradas e saídas

De acordo com a informação disponibilizada pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, em dezembro de 2023, no Continente, entraram nas Administrações Públicas cerca de 126 mil trabalhadores, dos quais cerca de 63 mil, ou seja, metade, constituíam novos recrutamentos⁴⁷ e os restantes provinham da mobilidade e outras situações⁴⁸.

Por outro lado, 122,6 mil trabalhadores saíram das Administrações Públicas, dos quais, cerca de 55,4%, ou seja, 67,9 mil, em definitivo⁴⁹. Destes, 15,1 mil saíram por reforma/aposentação.

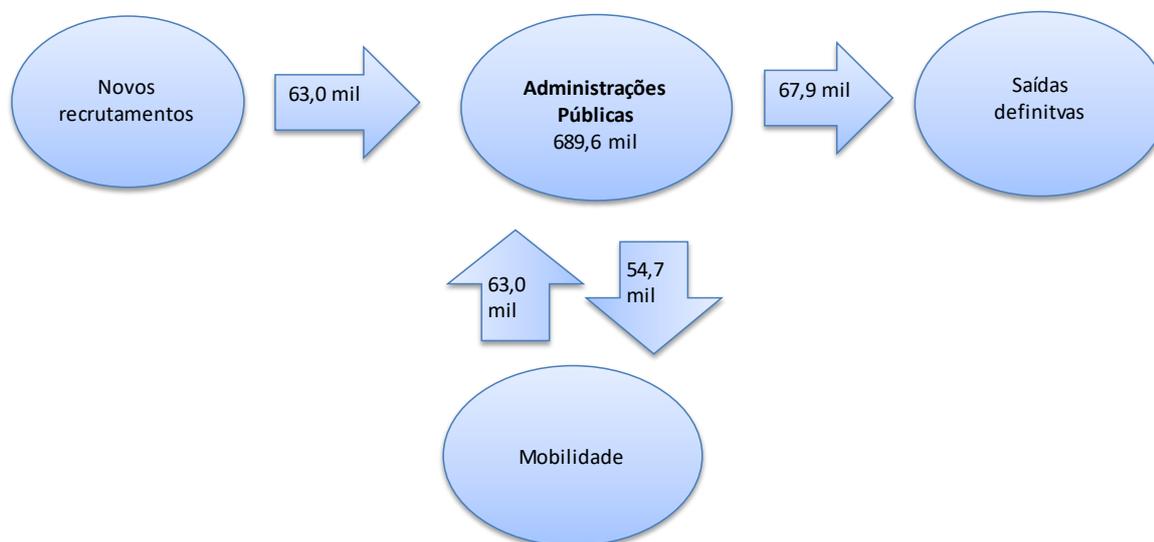
Assim, destes movimentos de trabalhadores resultou um acréscimo de cerca de 3,4 mil trabalhadores nas Administrações públicas no final do ano, dos quais 8,3 mil provinham do saldo dos trabalhadores em mobilidade e outras situações, o que compensou o saldo negativo entre novos recrutamentos e saídas definitivas, que correspondeu a menos 4,9 mil trabalhadores.

⁴⁷ inclui os trabalhadores das entidades que entraram no subsector por reclassificação.

⁴⁸ Inclui recrutamento interno, mobilidade, cedência, regresso de licença sem vencimento ou de período experimental, comissão de serviço (início ou regresso), outras situações.

⁴⁹ As saídas definitivas incluem aposentação/reforma, caducidade (termo) de contrato, extinção da relação de emprego por causa imputável ao trabalhador ou à entidade empregadora, morte.

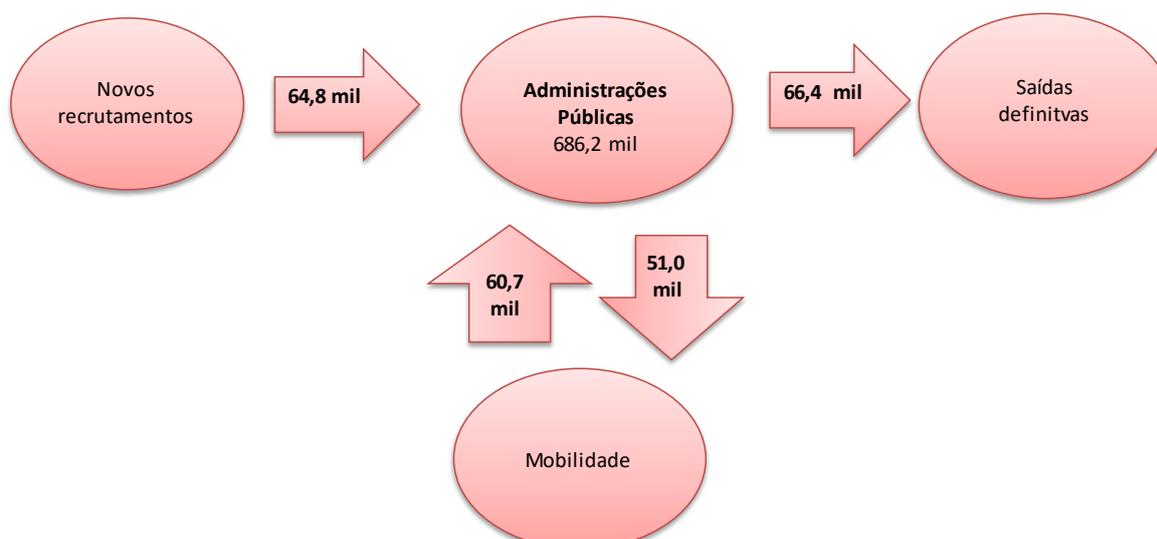
Figura 103. Fluxos de entradas e saídas das administrações públicas – 2023



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Analisando o período homólogo, em 2022, o número de entradas e saídas de trabalhadores nas Administrações Públicas foi superior, tendo-se verificado um saldo anual mais elevado quando comparado com 2023, ou seja, cerca de mais 8,1 mil trabalhadores, em 2022, face a mais 3,4 mil, em 2023.

Figura 104. Fluxos de entradas e saídas das administrações públicas – 2022



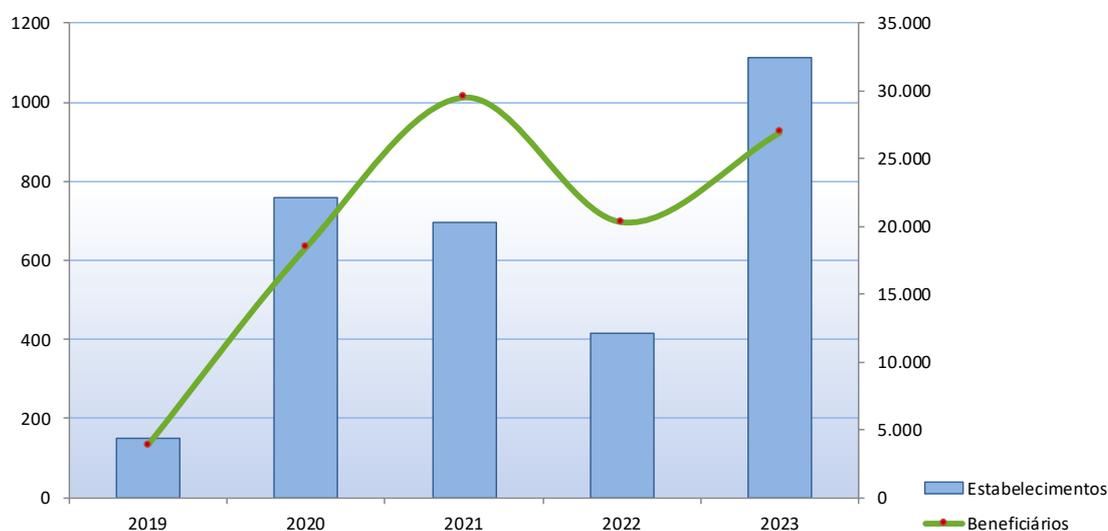
Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Considerando os últimos anos, designadamente a partir de 2019, constata-se que o saldo anual de entradas e saídas de trabalhadores na Administração pública tem sido sempre positivo, não obstante, a partir de 2020, se evidenciar uma trajetória descendente, com sucessivas diminuições até ao último ano em análise.

2.4.2. Entidades empregadoras e beneficiários com prestações de lay-off

Analisando as *Estatísticas da Segurança Social*, disponibilizadas pelo Instituto de Informática do MTSSS através do *Boletim estatístico* do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), em 2023, 1.113 entidades empregadoras estiveram em situação de *Lay-off*, o que correspondeu a um aumento de cerca de 169% face ao período homólogo. De notar que, em 2023, inverteu-se a tendência de decréscimo que se verificava desde 2020, ano em que se registou uma subida expressiva no número de entidades nessa situação⁵⁰.

Figura 105. Entidades empregadoras e beneficiários em situação de Lay-off



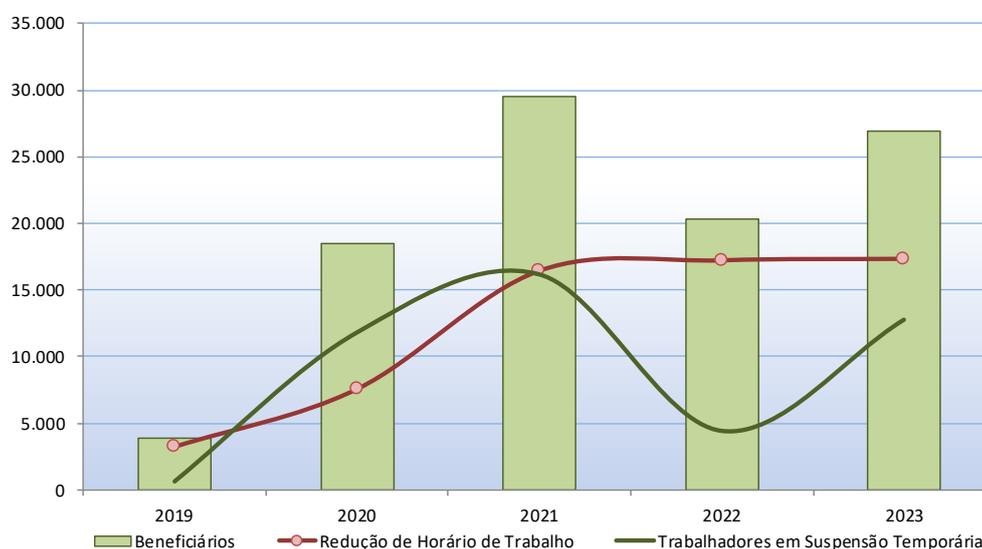
Por outro lado, considerando os beneficiários com prestações de *Lay-off*, constata-se que, a partir de 2020, o aumento acentuado do número de entidades empregadoras em situação de *Lay-off* (mais 405%, passando de 150, em 2019, para 758, em 2020), foi igualmente acompanhado por um acréscimo

⁵⁰ Este aumento expressivo poderá estar relacionado com o contexto pandémico vivido a partir de março de 2020.

significativo de beneficiários envolvidos (mais 378%, o que correspondeu a mais 14,6 mil). Todavia, em 2021, apesar da diminuição do número de entidades empregadoras em situação de *Lay-off*, os beneficiários com prestações de *Lay-off* viram o seu número ainda a aumentar de forma significativa, tendência que apenas foi invertida em 2022, ano em que, tanto o número de entidades como o dos beneficiários registaram decréscimos significativos. Importa ainda salientar que, relativamente ao ano anterior, em 2023, apesar do aumento expressivo do número de entidades em *Lay-off* (mais 169%), o número de beneficiários com prestações de *Lay-off* aumentou, mas a um ritmo menor (mais 32,5%), passando de 20,3 mil beneficiários, em 2022, para cerca de 27 mil, em 2023.

Por último, ainda no que concerne aos beneficiários com prestações de *Lay-off*, importa destacar duas situações diferenciadas: por um lado, os trabalhadores com redução de horário de trabalho e, por outro, os trabalhadores em suspensão temporária de trabalho. De salientar que, ambas as situações evidenciavam uma tendência semelhante no início da série em análise, não obstante, em 2020, os trabalhadores em suspensão temporária de trabalho terem registado um acréscimo bastante mais expressivo (mais 1706%, passando de 654 para cerca de 11,8 mil) quando comparado com os trabalhadores com redução de horário de trabalho (que aumentaram 133,8%, passando de 3,2 mil para 7,5 mil).

Figura 106. Beneficiários com prestações de Lay-off, por tipologia



Fonte: Instituto de Informática (MTSSS), *Estatísticas da Segurança Social*

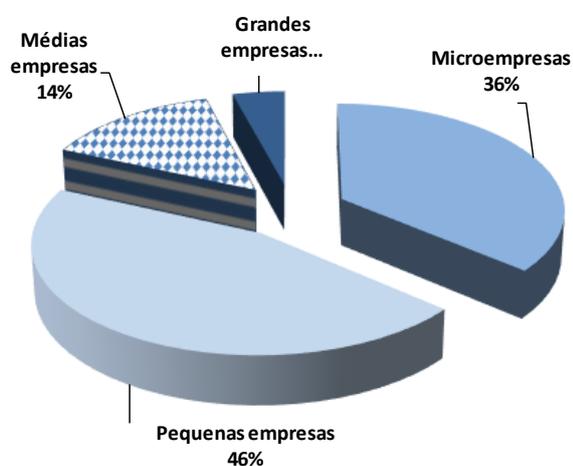
Relativamente a 2023, e em termos homólogos, constata-se que o número de trabalhadores em suspensão temporária de trabalho voltou a subir (mais 188%), passando de 4,4 mil beneficiários para 12,8 mil. Quanto aos trabalhadores com redução de horário de trabalho (17,3 mil), em 2023, o seu número permaneceu quase inalterado (mais 0,6%), tendo abrangido mais 111 beneficiários face ao ano anterior.

2.4.3. Despedimentos coletivos

Analisando os dados estatísticos disponibilizados pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT)⁵¹, em 2023, foram comunicados 431 processos de despedimento coletivo que abrangeram um total de cerca de 3,6 mil trabalhadores despedidos⁵² (menos 19,4% face ao ano anterior). Relativamente ao período homólogo, em 2023, constatou-se um aumento de 30,6% do número de despedimentos coletivos comunicados, o que correspondeu a mais 101 processos de despedimento.

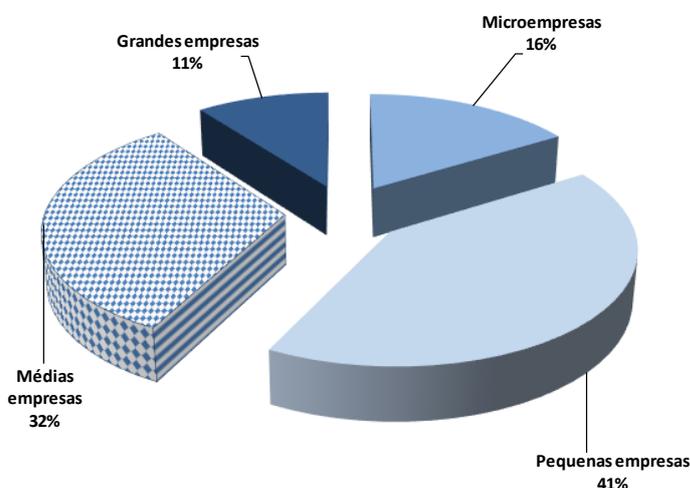
Quanto ao número de despedimentos coletivos por dimensão de empresa, verifica-se que, em 2023, as pequenas empresas e as microempresas continuaram a concentrar mais de metade dos despedimentos coletivos comunicados, com 45,5% e 36,2%, respetivamente, o que correspondeu a 196 pequenas empresas e 156 microempresas. Relativamente ao número de trabalhadores despedidos, estes provinham sobretudo das pequenas e médias empresas, categorias que representaram 41,3% e 32,1%, do total de despedimentos, abrangendo cerca de 1,6 mil trabalhadores de pequenas empresas e 1,2 mil trabalhadores de médias empresas.

Figura 107. Despedimentos coletivos comunicados por tipologia de empresa, em 2023



Fonte: DGERT, Relatório anual

Figura 108. Trabalhadores despedidos por tipologia de empresa, em 2023

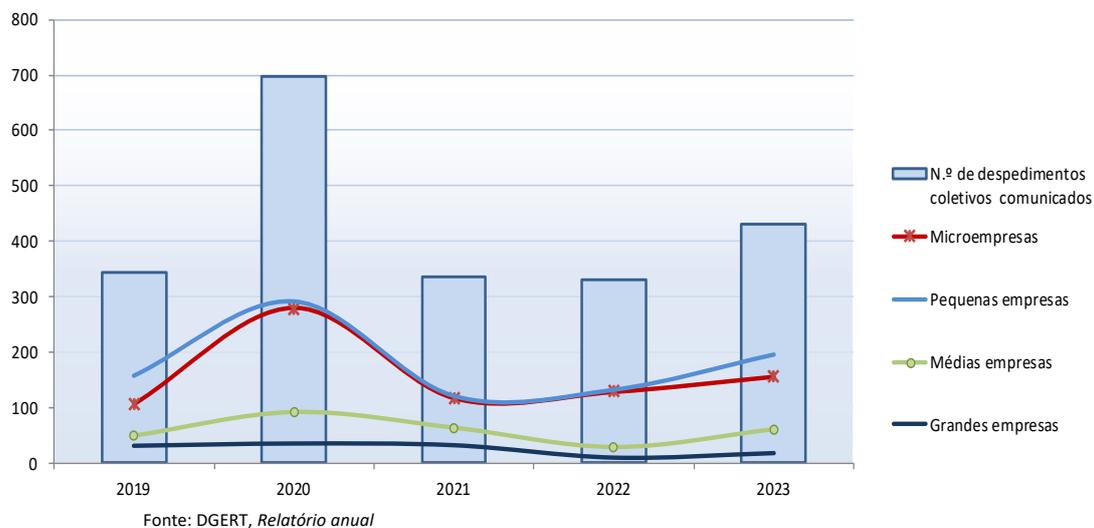


De salientar que, este acréscimo, em 2023 face a 2022, repercutiu-se por toda a tipologia de empresas, em particular pelas pequenas e médias empresas, que apresentaram aumentos na ordem dos 47,4% (mais 63 despedimentos comunicados) e 117,9% (mais 33 despedimentos comunicados), respetivamente.

⁵¹ Dados consultados em maio de 2024.

⁵² Inclui trabalhadores despedidos no âmbito de procedimentos iniciados em 2022 que só foram objeto de decisão em 2023.

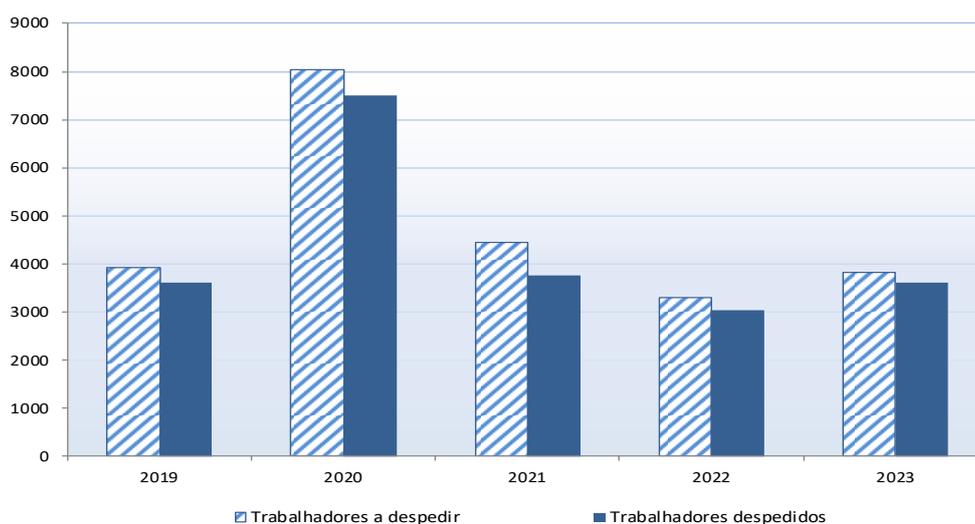
Figura 109. Evolução do número de despedimentos coletivos por tipologia de empresa



Por outro lado, a análise dos últimos anos, evidencia um aumento bastante expressivo em 2020, ano em que se atingiu o expoente máximo do período em análise, com 698 despedimentos coletivos comunicados, tendo esse valor decrescido, posteriormente, para valores anteriores a 2020.

Por último, importa ainda referir que, em 2023, o número de trabalhadores a despedir abrangeu mais de 3,8 mil trabalhadores, apesar de, na prática, se terem efetivado cerca de 3,6 mil despedimentos, 19 revogações⁵³ e 178 trabalhadores terem sido abrangidos por outras medidas⁵⁴.

Figura 110. Total de trabalhadores a despedir e total de trabalhadores despedidos, em 2023



⁵³ Cessação do contrato de trabalho por mútuo acordo.

⁵⁴ Suspensão de contratos de trabalho, redução de períodos normais de trabalho, reconversão ou reclassificação profissional e reformas antecipadas ou pré-reformas.

3. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES NAS EMPRESAS

3.0. Nota introdutória

Este capítulo analisa a estrutura empresarial e do emprego nas empresas, tendo como fontes principais os dados de natureza administrativa dos *Quadros de Pessoal* (QP), do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e a informação proveniente do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) do INE. O número total de empresas difere entre as fontes consideradas já que os QP consideram as empresas com pessoal ao serviço (empresas que preenchem o *Anexo A* do *Relatório Único*), enquanto que o SCIE, que resultou de um processo de integração da informação estatística sobre empresas baseado em dados administrativos, inclui também empresas individuais (empresários em nome individual e trabalhadores independentes), recebidos por via do protocolo estabelecido entre o INE e a AT, e outra informação proveniente do Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE) do INE.

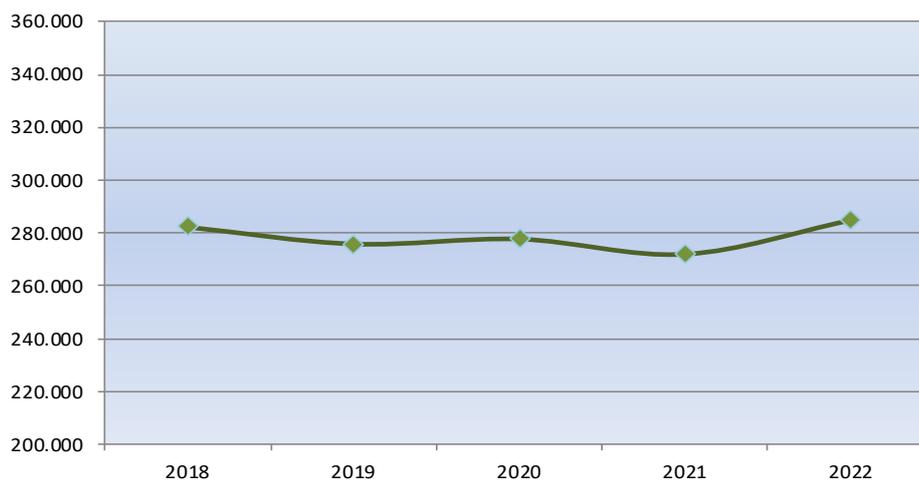
Nas três primeiras secções do capítulo analisa-se a estrutura empresarial, o emprego nas empresas e trabalhadores estrangeiros nas empresas, com base nos *Quadros de Pessoal* procedendo-se depois à análise da estrutura empresarial e do emprego por nível de tecnologias recorrendo aos dados do SCIE.

Na última secção do capítulo procede-se à análise da sinistralidade e do absentismo laboral. No primeiro caso a fonte utilizada foi a informação disponibilizada pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do MTSSS. Na análise do absentismo apenas se identificaram dados para o absentismo motivado por baixas por doença, publicados nas *Estatísticas da Segurança Social* do MTSSS.

3.1. Estrutura empresarial

De acordo com os dados disponibilizados pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do MTSSS, em 2022, responderam aos *Quadros de Pessoal*⁵⁵ 284,9 mil empresas, mais cerca de 13 mil empresas, face ao ano anterior, contrariando-se assim a tendência de decréscimo verificada nos últimos anos.

Figura 111. Evolução do número de empresas



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

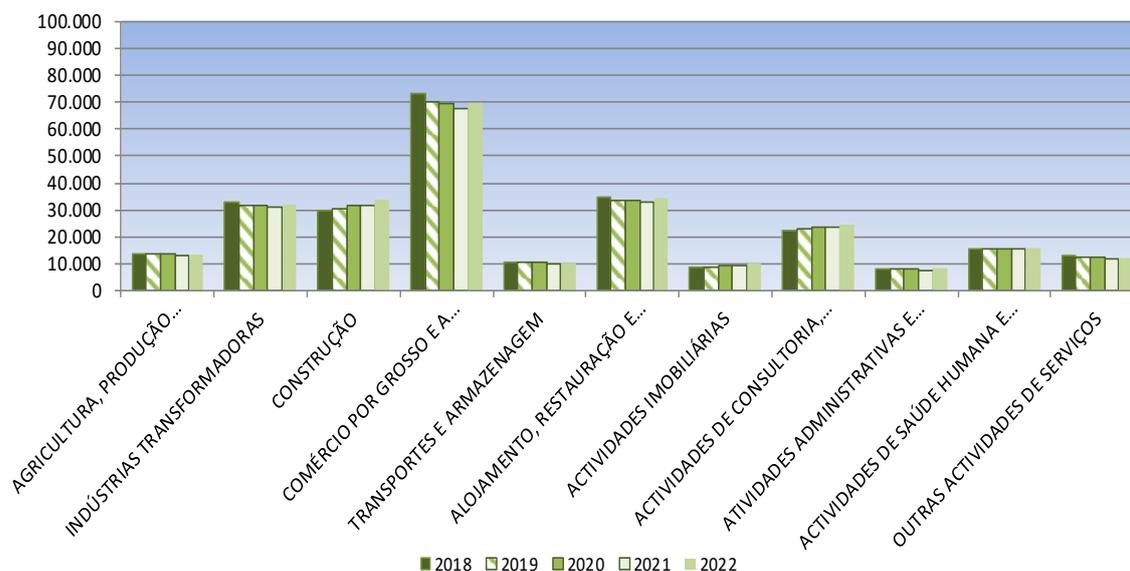
3.1.1. Por setores de atividade

Entre 2021 e 2022, este aumento do número de empresas repercutiu-se por todos os setores, tendo-se registado os maiores acréscimos nos setores da *Construção* (mais 2,3 mil empresas), do *Alojamento, Restauração e similares* (mais 1,8 mil empresas), do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (mais 1,7 mil empresas), das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (mais 1,1 mil empresas).

A análise dos últimos anos, evidencia que, entre 2018 e 2022, o número de empresas no *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* diminuiu de forma expressiva (menos cerca de 3,6 mil empresas), seguido do setor das *Indústrias transformadoras* (menos 1,4 mil empresas) e do setor das *Outras atividades de serviços*, que apresentou igualmente uma diminuição (menos 1,3 mil). Por seu turno, e ao contrário destes setores, o da *Construção* (mais cerca de 4 mil empresas), o das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (mais 1,9 mil) e o das *Atividades imobiliárias* (mais 1,9 mil) registaram os maiores acréscimos no período em análise.

⁵⁵ Últimos dados disponíveis à data.

Figura 112. Evolução do número de empresas por CAE



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

3.1.2. Por dimensão da empresa

A estrutura empresarial por dimensão de empresas manteve-se praticamente inalterável ao longo dos últimos cinco anos. Assim, em 2022, as empresas com até 9 trabalhadores representavam 82,1% do total, as empresas com entre 10 e 49 trabalhadores, 14,8%, as empresas com entre 50 e 99 trabalhadores, 1,8% e as empresas com 100 ou mais trabalhadores, 1,4%. Todavia, tem-se verificado um ligeiro decréscimo na percentagem de empresas com até 9 trabalhadores (cujo peso diminuiu 1,2 p.p. desde o início da série em análise) a favor sobretudo das empresas com entre 10 e 49 trabalhadores (cujo peso cresceu 0,9 p.p.).

Os setores com maior peso de empresas no escalão até 9 trabalhadores continuavam a ser as *Atividades imobiliárias* e as *Outras atividades de serviço* (ambos com mais de 90%), bem como o subsetor da *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; silvicultura e exploração florestal* (com 89,6 %).

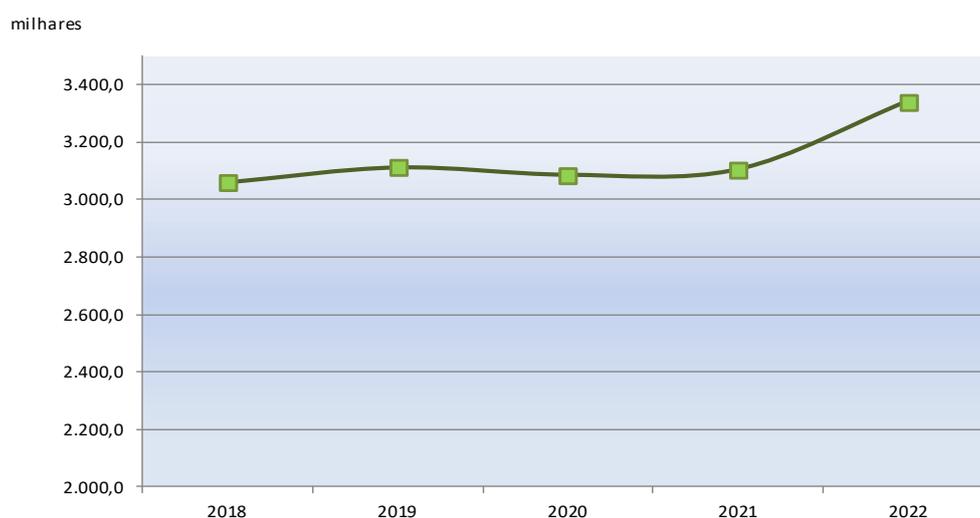
No segmento das empresas com entre 10 a 49 trabalhadores, destacava-se, para além do setor da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* (com 63,3%), o setor das *Indústrias extrativas* (com 32,4%), o das *Indústrias transformadoras* (com 27,6%) e, neste, o subsetor da *Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas* (com 41%).

Nos escalões de empresas com 50 e mais trabalhadores evidenciam-se os subsectores do *Fabrico de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas*, da *Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas* e da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte*.

3.2. Emprego nas empresas

Em 2022, de acordo com os *Quadros de Pessoal*, havia 3.341,4 mil trabalhadores ao serviço nas empresas, mais cerca de 235,5 mil pessoas do que no ano anterior. De salientar que, em 2022, o número de trabalhadores ao serviço das empresas era já bastante superior ao registado em 2018 (mais cerca de 277 mil trabalhadores).

Figura 113. Evolução do número de pessoas ao serviço nas empresas



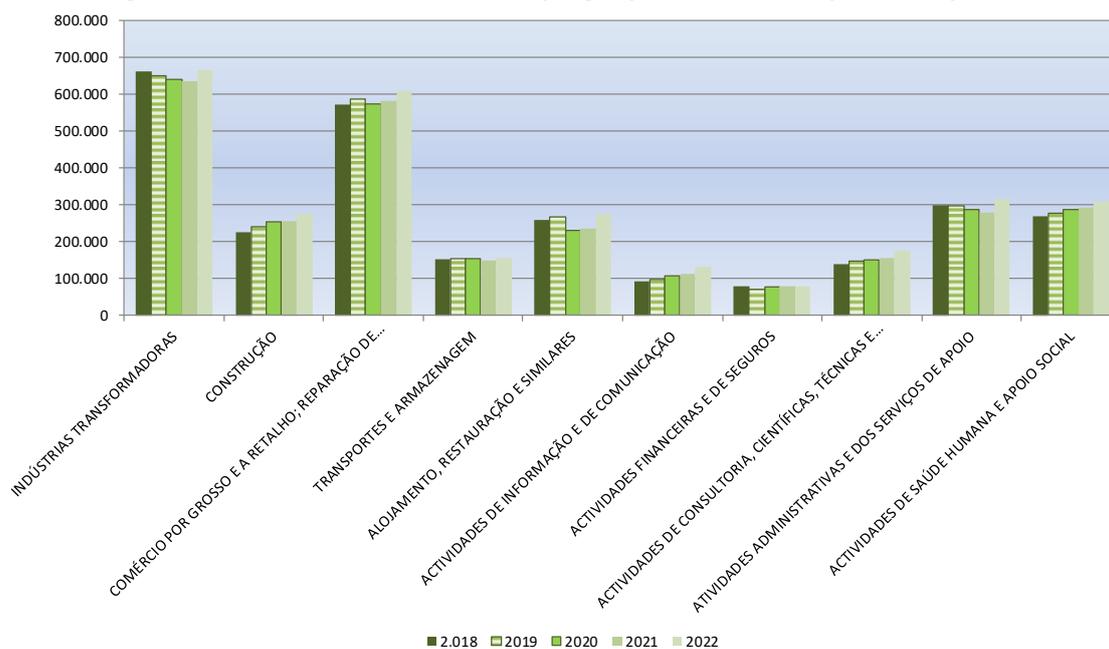
Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

3.2.1. Por setores de atividade

Os setores de atividade mais significativos em termos da estrutura do emprego (pessoas ao serviço nos estabelecimentos) não sofreram grandes alterações desde o início da série. Em 2022, as *Indústrias Transformadoras* mantinham-se como o setor mais representativo (20% do total dos trabalhadores). Seguiam-se os setores do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos* (18,2%), as *Atividades administrativas e os serviços de apoio* (9,4%), as *Atividades de saúde humana e apoio social* (9,2%), a *Construção* (8,3%) e o *Alojamento, restauração e similares* (8,3%). De notar que, o peso de todos estes setores manteve-se praticamente inalterado em termos homólogos.

Face ao ano anterior, o número de trabalhadores ao serviço nos estabelecimentos em 2022, aumentou em todos os setores de atividade, em particular no *Alojamento, restauração e similares* (mais 39,4 mil), nas *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (mais 34,2 mil), nas *Indústrias transformadoras* (mais 30,2 mil), no *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos* (mais 27,3 mil) e na *Construção* (mais 20,7 mil).

Figura 114. Estrutura setorial do emprego (pessoas ao serviço nas empresas)

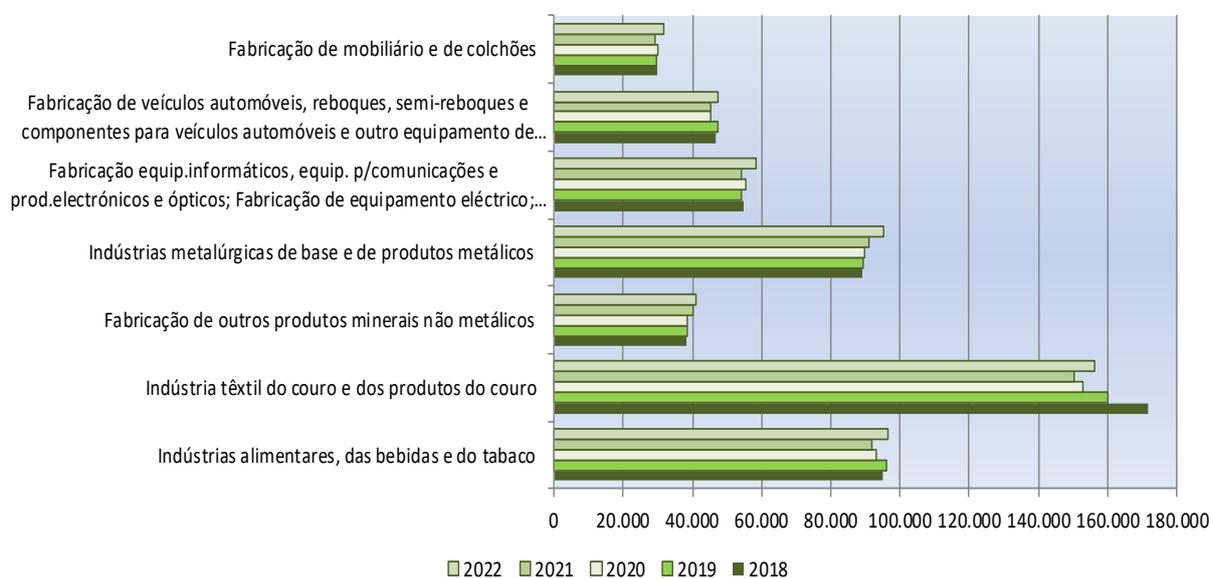


Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Nos últimos cinco anos, o número de trabalhadores ao serviço nos estabelecimentos aumentou em todos os setores, nomeadamente no da *Construção* (mais cerca de 50 mil), no das *Atividades de informação e de comunicação* (mais 40,9 mil), no das *Atividades de saúde humana e apoio social* (mais 38,3 mil trabalhadores), no das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (mais 37,2 mil) e no do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos* (mais cerca de 36 mil).

Entre 2021 e 2022, todos os subsetores mais representativos das *Indústrias transformadoras* evidenciaram um crescimento do emprego em termos de número de trabalhadores, sobretudo nos subsetores da *Indústria têxtil do couro e dos produtos do couro* (mais 6,2 mil trabalhadores), das *Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos* (mais 4,4 mil trabalhadores), das *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (mais 4,4 mil trabalhadores) e da *Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicações e produtos eletrónicos e óticos; Fabricação de equipamento elétrico; Fabricação de máquinas e de equipamentos n. e.* (mais 4,3 mil trabalhadores).

Figura 115. Trabalhadores ao serviço nas empresas nos principais subsectores de atividade das Indústrias Transformadoras

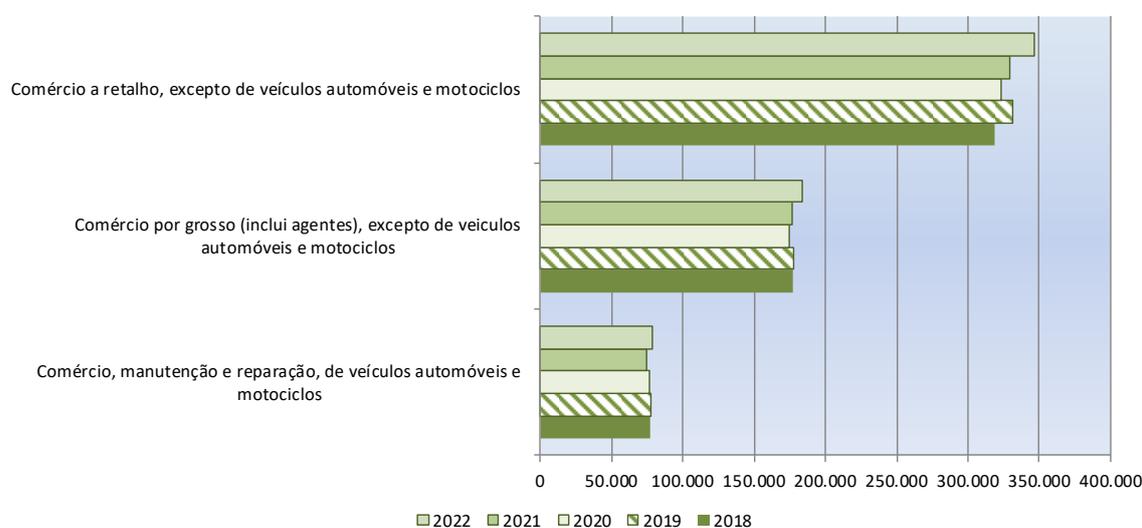


Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Considerando o último quinquénio, em 2022, o número de trabalhadores era superior ao registado em 2018 em praticamente todos estes subsectores, exceto no subsector da *Indústria têxtil do couro e dos produtos do couro* (menos 15,3 mil trabalhadores). Os restantes subsectores, no decurso dos últimos cinco anos, aumentaram o número dos seus trabalhadores, em particular o subsector das *Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos* (mais 6,5 mil trabalhadores), o da *Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicações e produtos eletrónicos e óticos; Fabricação de equipamento eléctrico; Fabricação de máquinas e de equipamentos, n. e.* (mais 3,7 mil trabalhadores) e o da *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos* (mais 2,9 mil trabalhadores).

Considerando o setor do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos*, entre 2021 e 2022, o número de trabalhadores ao serviço aumentou em todos os subsectores, sobretudo no *Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos* (mais 17,3 mil pessoas) e no *Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos* (mais 6,9 mil pessoas). Relativamente ao início da série em análise, verifica-se igualmente um acréscimo do emprego em todos os subsectores, com destaque para uma subida mais expressiva no *Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos* (mais 28,6 mil pessoas).

Figura 116. Trabalhadores ao serviço nas empresas nos subsetores do Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

3.2.2. Por dimensão de empresas

Em 2022, as empresas com 100 e mais trabalhadores continuavam a empregar mais de 40% do total dos trabalhadores (43,2%) tendo esta percentagem aumentado, em termos homólogos, em virtude da redução da percentagem das pessoas ao serviço nas empresas de 1 a 9 trabalhadores (21,7%, em 2022, face a 22,3%, em 2021). Entre 2018 e 2022, a percentagem de trabalhadores das empresas com 100 e mais trabalhadores no total dos trabalhadores registou um acréscimo de 1,5 p.p., ao contrário das empresas com entre 1 a 9 trabalhadores, onde o peso do emprego decresceu 1,6 p.p.

Em termos setoriais, as atividades que reuniam maior percentagem de trabalhadores no escalão de empresas até 9 trabalhadores eram as *Atividades imobiliárias*, as *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, e o subsector do *Comércio e reparação de veículos automóveis e motociclos*.

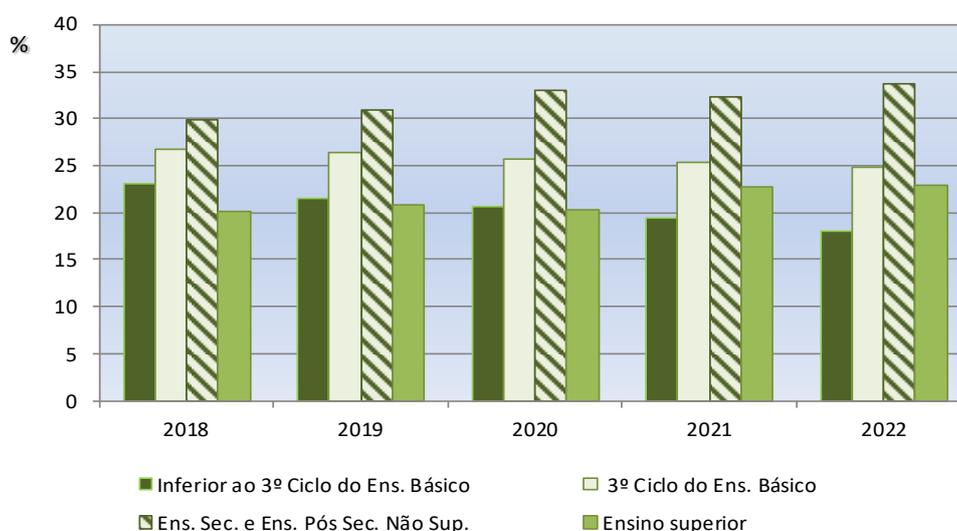
No segmento das empresas entre os 10 e os 49 trabalhadores destacava-se o peso do emprego nos setores da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória*, das *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, da *Construção*, das *Indústrias extrativas* e no subsector da *Pesca e aquicultura*.

No escalão de empresas com 100 ou mais trabalhadores, sublinhe-se o setor das *Atividades administrativas e serviços de apoio*, e ainda os subsectores, da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte*, das *Telecomunicações* e da *Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas*.

3.2.3. Por níveis de habilitação e de qualificação

Em 2022, os trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário não superior constituíam 33,8% dos TCO, os trabalhadores com o 3º ciclo do ensino básico 24,8%, os trabalhadores com menos do que o 3º ciclo do ensino básico, 18,1% e os trabalhadores com o ensino superior, 23%. Relativamente ao período homólogo, os únicos escalões de habilitações que aumentaram, percentualmente, foram o dos TCO com o o ensino secundário e pós-secundário não superior (mais 1,5 p.p.) e o ensino superior (mais 0,3 p.p.).

Figura 117. Evolução da estrutura dos TCO por nível de habilitação



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Entre 2018 e 2022, a estrutura de habilitações dos TCO alterou-se consideravelmente. Em 2018, os TCO com habilitações inferiores ao 3º ciclo do ensino básico constituíam 23,1% do total e o peso do emprego diminuía sobretudo nos TCO com um nível de habilitações mais elevado. Em 2022, o nível de habilitações com menor peso no total dos TCO são os habilitados com menos que o 3º ciclo do ensino básico (18,1%). Ao longo do período em análise, a categoria que mais aumentou foi a dos TCO habilitados com o ensino secundário e pós-secundário não superior (mais cerca de 4 p.p.), logo seguido pela categoria de TCO com o ensino superior (2,8 p.p.).

Relativamente à estrutura dos TCO por nível educativo e por setores de atividade, em 2022, 47,9% dos trabalhadores do subsetor da *Pesca e aquicultura* e 41% dos trabalhadores do subsetor da *Indústria têxtil do couro e dos produtos de couro* tinham menos do 3º ciclo do ensino básico. O setor da *Construção, do Alojamento, restauração e similares*, da *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; Silvicultura e exploração florestal* e da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* tinham as percentagens mais elevadas de TCO com o 3º ciclo do ensino básico e as *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, o *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos*, o *Alojamento, restauração e similares* e as *atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* foram os setores que concentraram maior percentagem de TCO com o ensino secundário e pós-secundário não superior.

Em contrapartida, nos setores das *Atividades de informação e comunicação*, das *Atividades financeiras e dos seguros*, das *Atividades de consultoria, científicas técnicas e similares* e da *Educação*, bem como nos subsetores da *Consultoria e programação informática e atividades relacionadas; atividades dos serviços de informação* e das *Atividades de edição, cinematográficas, vídeo, produção de televisão, gravação de som e edição de música, rádio e televisão*, mais de 58,5% dos TCO tinham o ensino superior.

Entre 2018 e 2022, o peso dos TCO com o ensino superior aumentou na maioria dos setores de atividade, em particular nos setores da *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio*, das *Atividades de informação e comunicação*, das *Atividades financeiras e de seguros*, da *Educação* e das *Atividades de consultoria, científicas técnicas e similares*.

A estrutura do emprego por níveis de qualificação manteve-se sem grandes alterações relativamente aos anos anteriores. Os grupos mais representativos continuavam a ser os grupos de Profissionais qualificados (36,2%), semiquualificados (19,1%) e não qualificados (12,6%). Entre 2018 e 2022, as categorias profissionais que mais cresceram foram a dos Profissionais não qualificados, dos Quadros Superiores e dos Profissionais altamente qualificados.

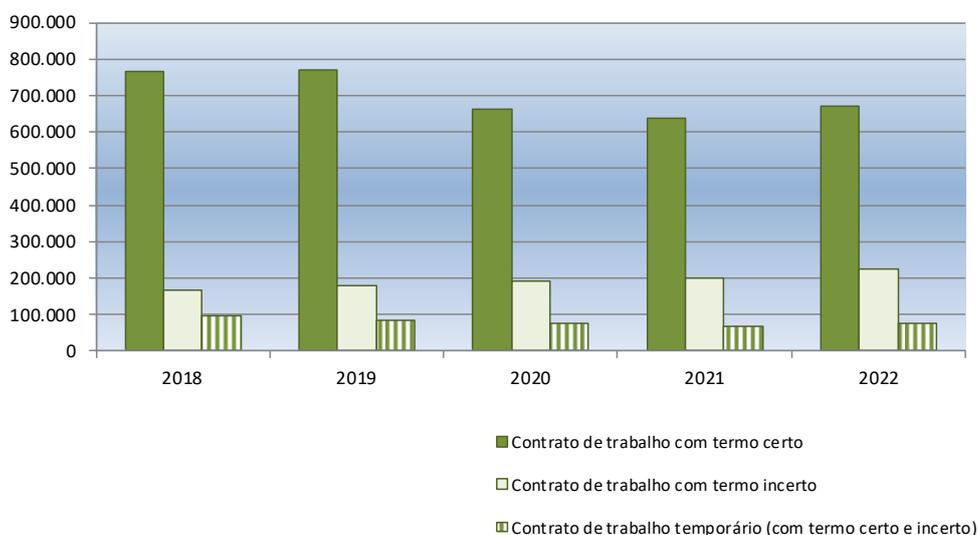
Ainda segundo os dados dos Quadros de Pessoal, em 2022, 83,3% dos Quadros Superiores e 66% dos Quadros Médios tinham o ensino superior. No que respeita aos Profissionais altamente qualificados, 77,1% possuía o ensino secundário ou mais. Nas categorias de Profissionais qualificados, semiquualificados e não qualificados mais de 66% dos trabalhadores tinham entre 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário e pós-secundário não superior.

3.2.4. Por tipo de contrato

Segundo os dados dos *Quadros de Pessoal*, em 2022, 2.158,7 mil trabalhadores tinham contratos de trabalho sem termo, representando 68,6% do total dos TCO e 976,5 mil tinham contratos com termo (31%). Entre 2021 e 2022, o número de TCO aumentou relativamente ao número de contratados sem termo, que cresceu cerca de 7,7% (mais 154,3 mil contratados sem termo), não obstante o peso dos contratados sem termo no total de TCO ter permanecido inalterado.

No que se refere aos TCO com contratos com termo, que também evidenciaram um acréscimo (7,9%, o que se traduziu em mais 71,7 mil contratos), 68,8% tinham contratos de trabalho com termo certo e 23,2% tinham contratos de trabalho com termo incerto. Os contratos de trabalho temporários (a termo certo ou incerto) representavam 7,8%.

Figura 118. Evolução dos TCO com contratos a termo por tipo de contrato



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Relativamente a 2018, em 2022, o peso dos contratados a termo permaneceu inalterado na maioria das categorias, com exceção dos Contrato de trabalho com termo certo e dos Contratos de trabalho temporário com termo certo, que evidenciaram um decréscimo (menos 5,2 p.p. e menos 1,1 p.p., respetivamente) e dos Contratos de trabalho com termo incerto, cujo peso relativo, em 2022, aumentou 1,4 p.p. face ao início do período em análise.

3.2.4.1. Por tipo de contrato e escalão etário

Em 2022, no escalão etário até aos 24 anos, os contratados a termo representavam cerca de 58% dos TCO e no escalão dos 25 aos 34 anos, 41,2%. Já no escalão dos 35 anos aos 54 anos, os contratados sem termo constituíam 74,4% e, no escalão dos 55 e mais anos, 80,3%. Relativamente ao ano anterior, o peso dos contratados sem termo permaneceu inalterado na maioria dos escalões etários, com exceção do grupo etário até aos 24 anos e do grupo dos 55 e mais anos que viram a sua proporção aumentar 0,7 p.p. e 0,6 p.p., respetivamente).

Figura 119. Evolução dos TCO até aos 24 anos por tipo de contrato

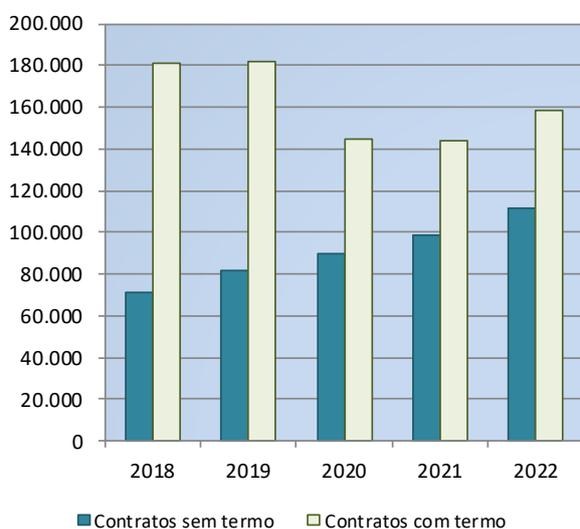


Figura 120. Evolução dos TCO entre os 25 e os 34 anos por tipo de contrato

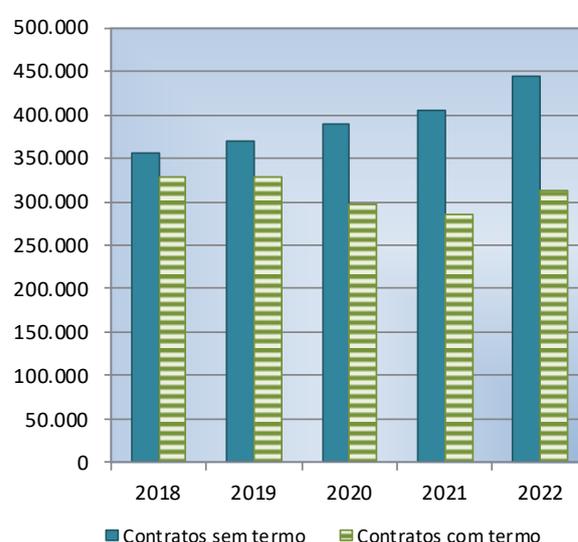


Figura 121. Evolução dos TCO entre os 35 e os 54 anos por tipo de contrato

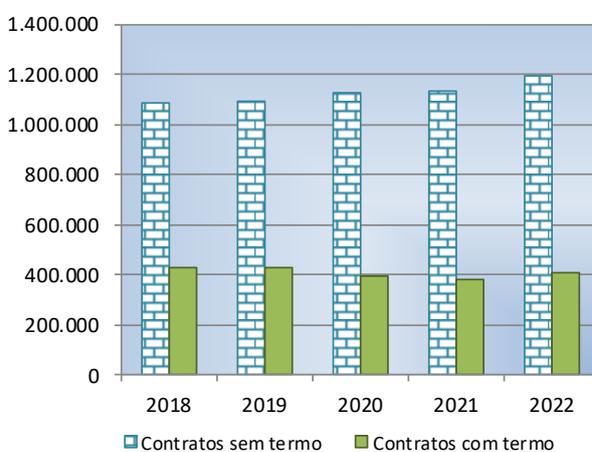
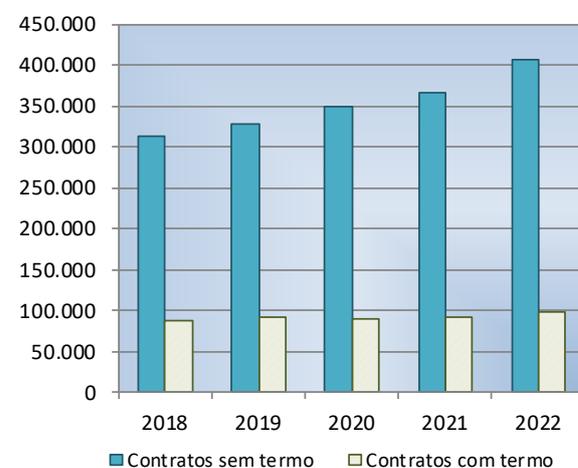


Figura 122. Evolução dos TCO com 55 e mais anos por tipo de contrato



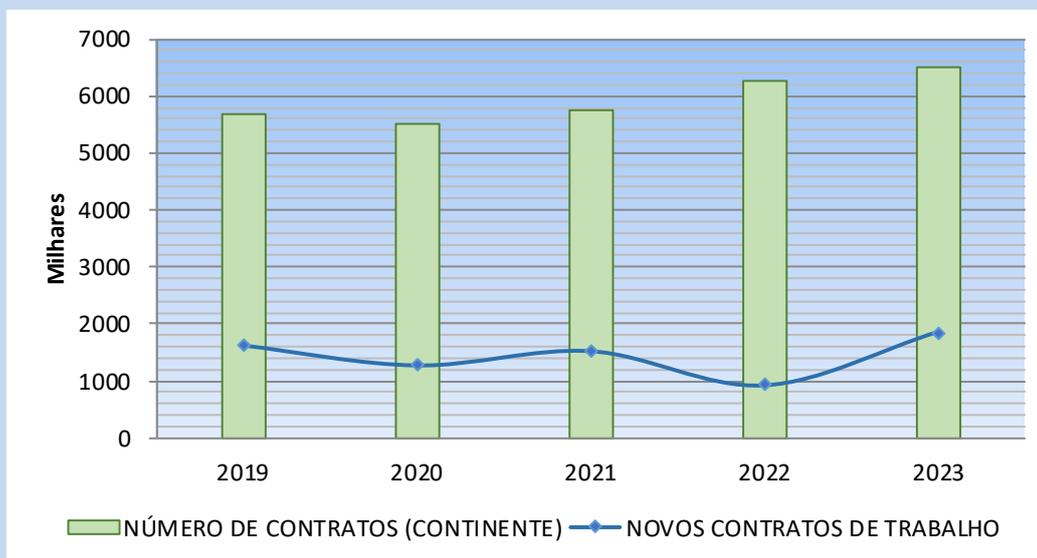
Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Analisando a evolução do número de TCO por tipo de contrato e escalão etário, nos últimos anos, constata-se que, em todos os escalões etários, os contratados com termo que evidenciavam uma tendência de decréscimo gradual nos últimos anos, em 2022, apresentaram uma inflexão dessa trajetória, com uma subida que se repercutiu por todos os grupos etários. Quanto aos contratados sem termo, a tendência de subida progressiva que se vinha registrando nos últimos anos, em todos os escalões de idades, manteve-se em 2022.

CONTRATOS DE TRABALHO REGISTRADOS NA SEGURANÇA SOCIAL

Segundo dados do Instituto de Informática da Segurança Social, em dezembro de 2023 estavam registados 6.520,4 mil contratos de trabalho⁵⁶. Destes, 1.861,1 mil, ou seja 28,5%, eram novos contratos⁵⁷. Entre 2022 e 2023 o número de contratos registados na segurança social evidenciou uma subida de 4,1%, tendo o número de novos contratos praticamente duplicado, com uma subida na ordem dos 98,4%.

Figura 123. Evolução do número de contratos e do número de novos contratos de trabalho registados na Segurança Social



Fonte: Instituto de Informática (MTSS)

⁵⁶ Contrato no ano = Qualificação de pessoa singular (Trabalhador por Conta de Outrem ou Membro de Órgão Estatutário) numa entidade empregadora (estabelecimento sede com morada em Portugal Continental) com pelo menos um dia no ano.

⁵⁷ Novo Contrato = Qualificação de pessoa singular (Trabalhador por Conta de Outrem ou Membro de Órgão Estatutário) numa entidade empregadora (estabelecimento sede com morada em Portugal Continental) com data de início no ano.

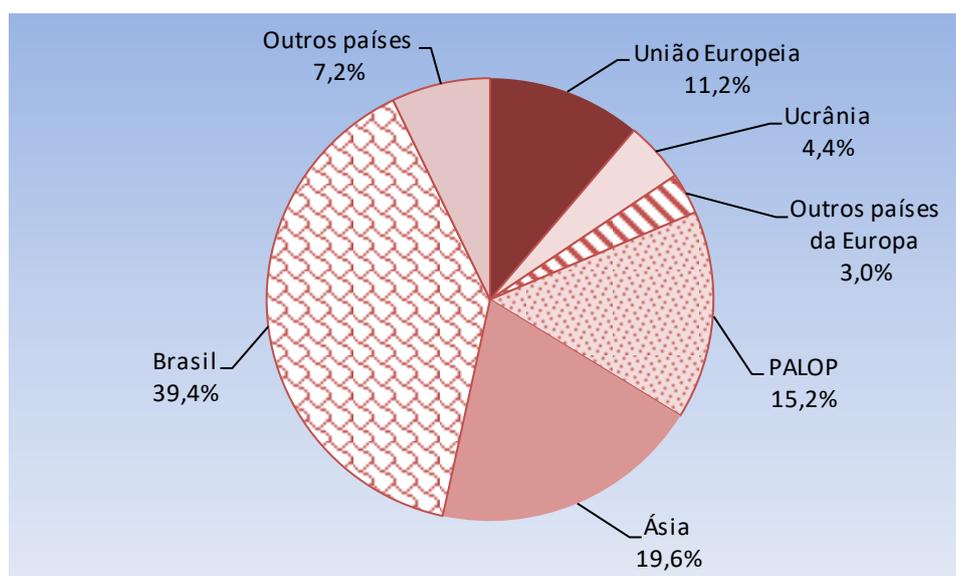
Entre 2019 e 2023, o número de contratos registados na segurança social aumentou cerca de 15,1%, à semelhança do número de novos contratos que evidenciou igualmente um acréscimo expressivo (mais 14,3%). De notar que, nos últimos anos, o número total de contratos tem vindo a apresentar uma tendência de ligeira subida, à exceção do ano de 2020. Quanto ao número de novos contratos, ao longo do período em análise, estes têm registado valores com ligeiras oscilações, não obstante a quebra mais acentuada em 2022.

3.3. Trabalhadores estrangeiros nas empresas

De acordo com os *Quadros de Pessoal*, em 2022, havia cerca de 331,5 mil estrangeiros nas empresas no Continente, dos quais cerca de 322 mil (97,1%) eram trabalhadores por conta de outrem e 8,9 mil eram empregadores, representando 2,7% do total de estrangeiros. Face ao período homólogo, os TCO estrangeiros, em 2022, aumentaram cerca de 40,9% (mais 93,5 mil pessoas), enquanto os empregadores subiram de forma menos expressiva (9,6%, o que se traduziu em mais 786 empregadores).

Analisando esta população de forma mais detalhada, e considerando a respetiva nacionalidade, em 2022, cerca de 39,4% dos estrangeiros nas empresas, no Continente, provinha do Brasil, 19,6% da Ásia, 15,2% dos PALOP, e 11,2% da União Europeia.

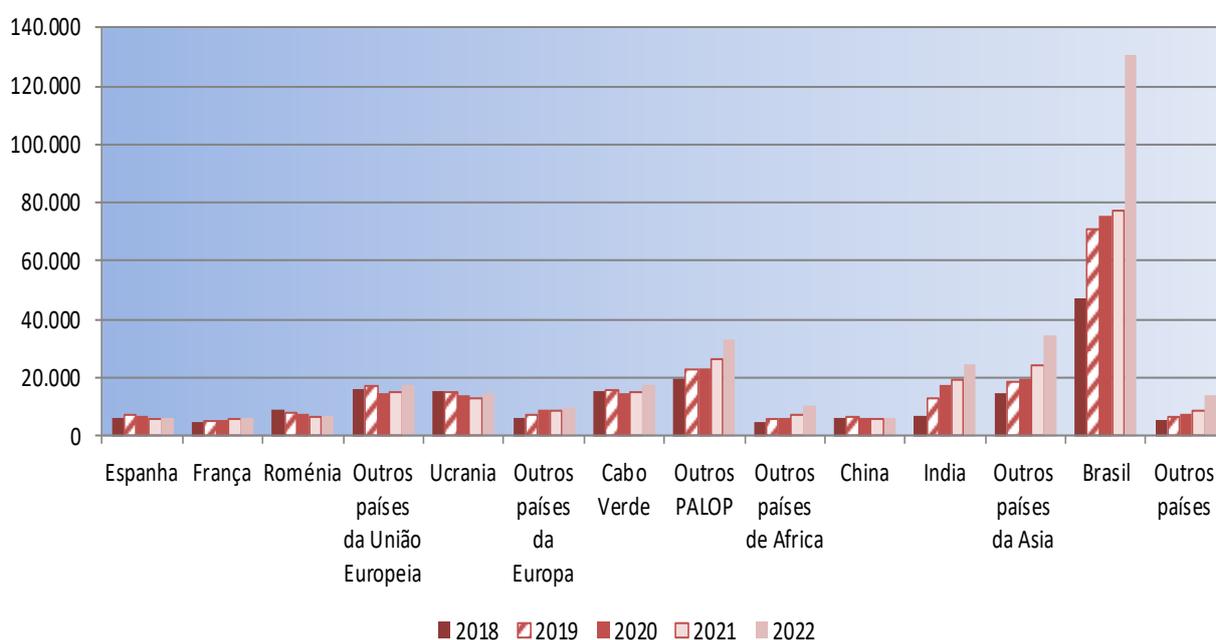
Figura 124. Estrangeiros nas empresas por nacionalidade em 2022



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Em 2022, no Continente, o número total de estrangeiros nas empresas, apesar de ter aumentado cerca de 40% face a 2021, não se repercutiu de igual forma no que respeita às diversas nacionalidades. Com efeito, as nacionalidades com maior peso no total de estrangeiros registaram, na sua totalidade, acréscimos, em particular as provenientes do Brasil (mais 53,6 mil pessoas), da Índia (mais 5,8 mil pessoas), de Cabo Verde (mais 2,5 mil pessoas), da Ucrânia (mais 1,8 mil pessoas), de Angola (mais 2,5 mil pessoas), da Guiné Bissau (mais 2,3 mil pessoas).

Figura 125. Evolução do número de estrangeiros nas empresas por nacionalidade

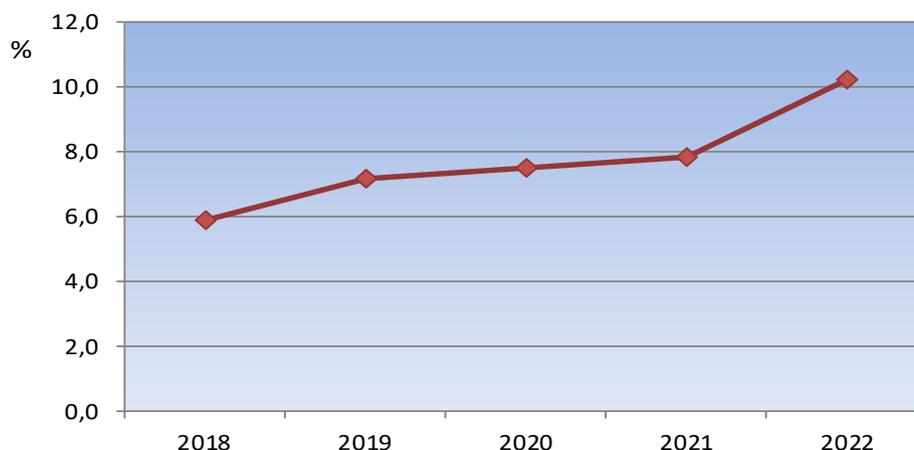


Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Por outro lado, verificou-se igualmente um aumento no que respeita aos oriundos de países europeus com maior representação, designadamente da Roménia (mais 109 pessoas), de Espanha (mais 536 pessoas) e de França (mais 658 pessoas).

Em 2022, no Continente, os TCO estrangeiros representavam cerca de 10,2% do total dos TCO. No decurso dos últimos cinco anos, entre 2018 e 2022, o número de TCO estrangeiros nas empresas aumentou de forma progressiva, pelo que, em 2022, havia mais 152,7 mil TCO estrangeiros nas empresas do que em 2018.

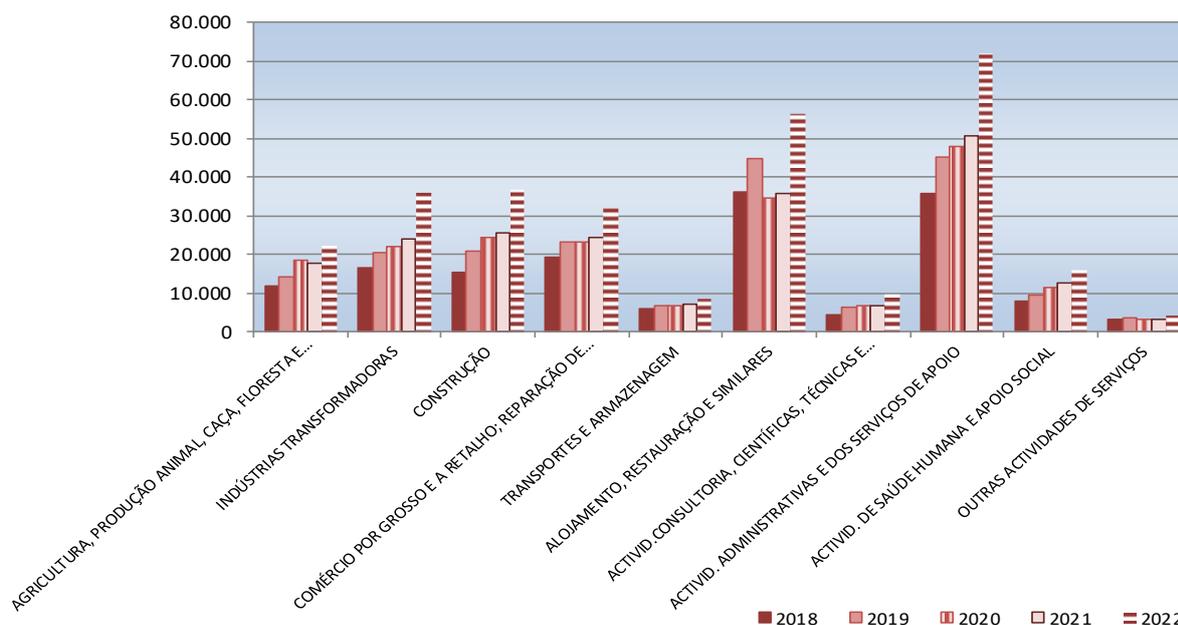
Figura 126. Evolução da percentagem de TCO estrangeiros no total dos TCO



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

No que se refere à sua distribuição por setores de atividade, em 2022, 22,4% destes estrangeiros trabalhava no setor das *Atividades administrativas e dos Serviços de Apoio*, logo seguido pelo setor do *Alojamento, restauração e similares* (17,6%), da *Construção* (11,4%), do *Comércio por grosso e a retalho* (9,9%) e das *Indústrias Transformadoras* (11,2%). Relativamente ao ano anterior, o número de TCO estrangeiros aumentou em todos os setores económicos, em particular nas *Atividades administrativas e dos Serviços de Apoio* e no *Alojamento, restauração e similares* (mais 21,2 mil e 20,7 mil TCO estrangeiros, respetivamente).

Figura 127. Evolução do número de TCO por setor de atividade



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Entre 2018 e 2022, os trabalhadores estrangeiros aumentaram em todos os setores económicos, sem exceção, tendo esse aumento sido mais significativo nas atividades em que o seu número era mais expressivo, nomeadamente nas *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (mais 36,1 mil pessoas), na *Construção* (mais 21,4 mil), no *Alojamento, restauração e similares* (mais 20,4 mil pessoas) e nas *Indústrias transformadoras* (mais 19,4 mil pessoas).

Por último, e no que respeita ao nível de habilitações, em 2022, cerca de 37% dos TCO estrangeiros tinha o ensino secundário ou pós-secundário, 29,1% tinha o 3º ciclo do ensino básico e 16,5% tinha uma escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico. Cerca de 15% dos TCO estrangeiros tinha o ensino superior.

3.4. Estrutura Empresarial – Setores intensivos em tecnologia e conhecimento

Neste capítulo do relatório pretende-se analisar a repartição das empresas e do emprego por nível de tecnologia, recorrendo aos dados constantes do *Sistema Integrado de Contas das Empresas* do INE⁵⁸. Adicionalmente, porque estes dados incluem as empresas individuais (que não respondem ao *Relatório Único*, e, portanto, não constam da análise realizada no capítulo anterior), a informação constante do *Sistema Integrado de Contas das Empresas* permite complementar os dados dos *Quadros de Pessoal* no que se refere à estrutura empresarial e do emprego nas empresas.

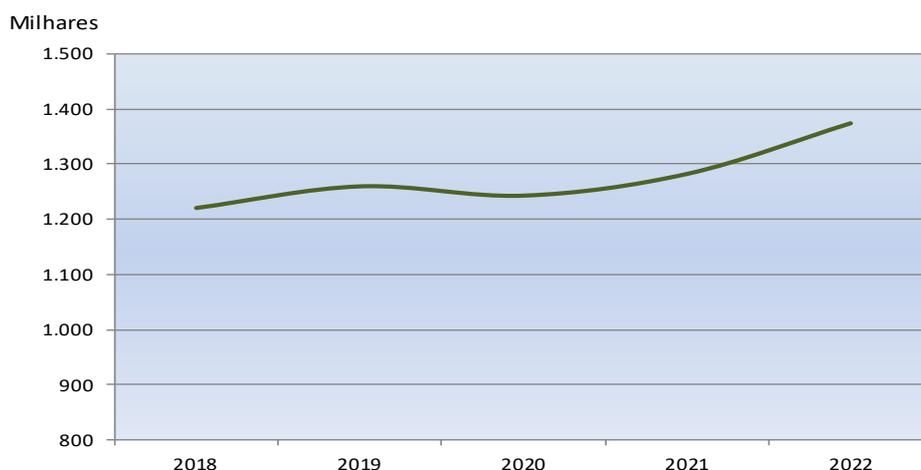
Assim, e de acordo com os dados do *Sistema de Contas Integradas das empresas* do INE, em 2022⁵⁹, existiam, no continente, cerca de 1.375 mil empresas⁶⁰, mais 7,1%, o que correspondeu a mais 91,5 mil empresas, face a 2021. Analisando os últimos cinco anos, verifica-se que a trajetória ascendente do número de empresas que se vinha evidenciando, manteve-se em 2022, apesar da ligeira quebra verificada em 2020.

⁵⁸ Dados consultados em abril de 2024.

⁵⁹ Os últimos dados disponíveis respeitam a 2022.

⁶⁰ À data de publicação, e em virtude da implementação da NUTS 2024 pelo INE, este número foi atualizado para 1.430 mil empresas, das quais 905 mil (63,3%) são empresas individuais e 525 mil (36,7%) são sociedades.

Figura 128. Evolução do número de empresas

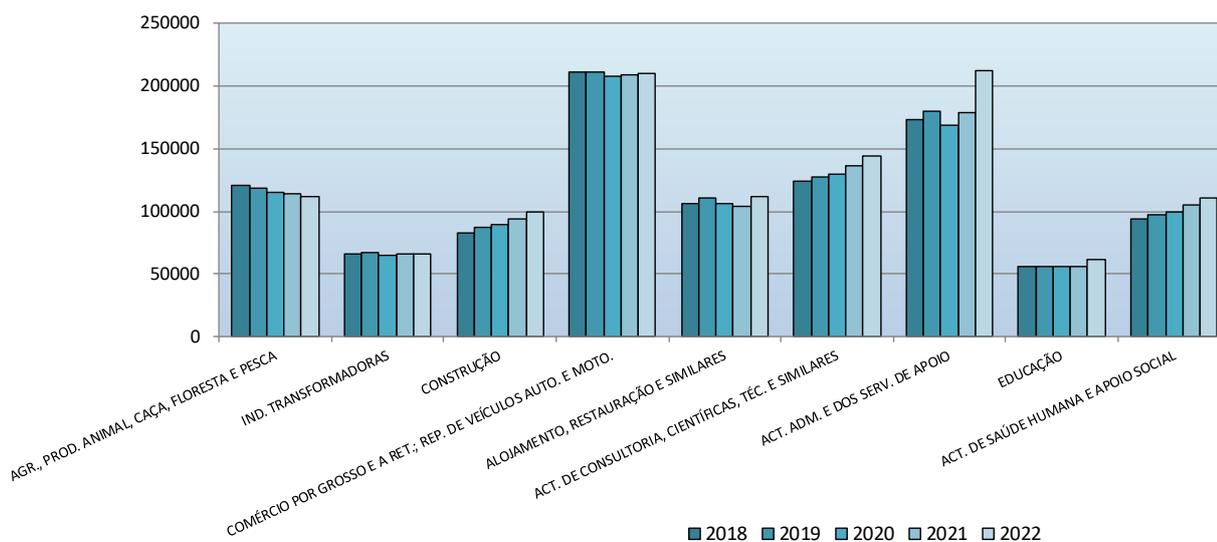


Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

3.4.1. Por setores de atividade

Tendo em conta os dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas do INE, em 2022, no continente, os setores mais significativos em termos da estrutura empresarial eram as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (15,4%), o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motocicletas* (15,3%) e as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (10,5%).

Figura 129. Evolução do número de empresas nos setores de atividade mais significativos



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

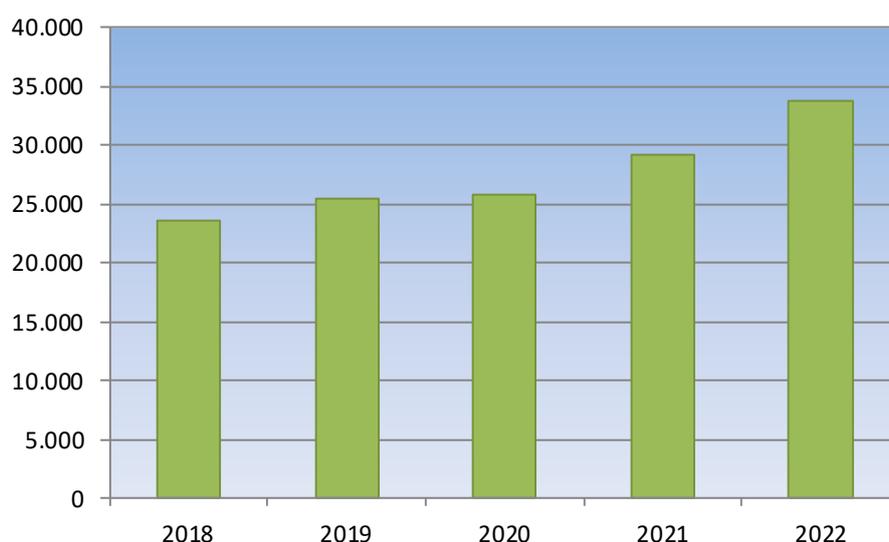
Face ao período homólogo, em 2022, o número de empresas aumentou, de forma expressiva, nos setores das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (mais 34 mil empresas), das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (mais 7,4 mil) e do Alojamento, restauração e similares (mais 6,8 mil), ao contrário da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, único setor a registar um decréscimo (menos 2,6 mil empresas).

De notar que, no decurso do últimos cinco anos, todos os setores de atividade apresentaram um acréscimo do número das suas empresas, à exceção da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* e do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* que registaram variações negativas na ordem dos 7,5% e dos 0,3%, respetivamente, o que se traduziu em menos 9 mil empresas no setor agrícola e menos 619 empresas no setor do comércio.

3.4.1.1. Empresas nos setores de alta e média alta tecnologia

Em 2022, no continente, as empresas nos setores de alta e média alta tecnologia⁶¹ eram cerca de 33,8 mil e representavam cerca de 2,5% do total de empresas do continente. Relativamente a 2021, o número destas empresas cresceu 16%, mantendo-se, assim, a tendência que se vem verificando nos últimos cinco anos. Deste modo, em 2022, havia cerca de mais 10,2 mil empresas nos setores de alta e média alta tecnologia face ao início da série em análise.

Figura 130. Evolução das empresas dos setores de alta e média alta tecnologia



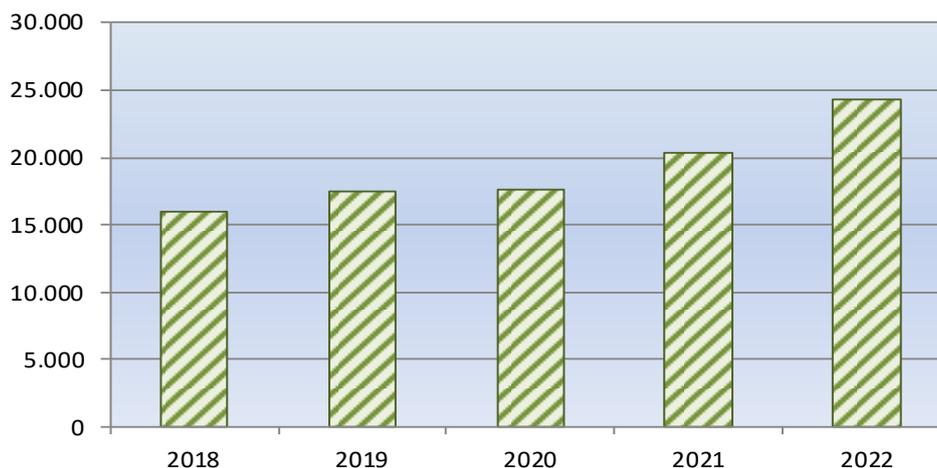
Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

⁶¹ Os setores de alta e média alta tecnologia incluem as indústrias de alta e média alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 21 a 26 e grupo 303; divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 e divisões 59,60,61,62,63 e 72 da CAE, Rev3). (Ver anexo no final deste subcapítulo).

3.4.1.2. Empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)

Em 2022, as empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)⁶², eram 24,4 mil (mais cerca de 4 mil do que em 2021). Estas empresas de TIC, em 2022, representavam 1,8% do total de empresas do continente.

Figura 131. Evolução das empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

Considerando o último quinquénio, o número de empresas com atividades de tecnologia de informação aumentou de forma progressiva, pelo que, em 2022, havia mais cerca de 8,5 mil empresas com atividades de TIC face a 2018. Porém, o peso desta categoria de empresas no total de empresas não tem sofrido alterações muito expressivas, tendo passado de 1,3%, em 2018, para 1,8%, em 2022.

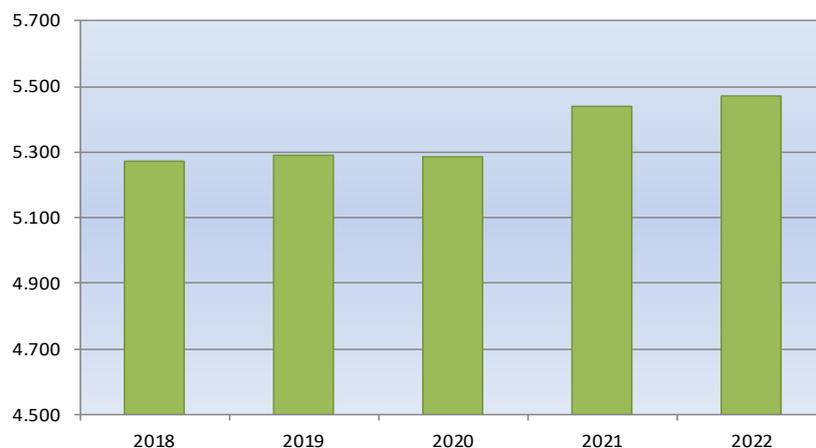
3.4.1.3. Empresas das indústrias transformadoras de alta e média alta tecnologia

Relativamente ao setor das *Indústrias Transformadoras*, em 2022, no continente, o número de empresas das indústrias de alta e média alta tecnologia⁶³ totalizava cerca de 5,5 mil e manteve-se praticamente inalterado face ao ano anterior. Estas empresas representavam 8,2% do total das empresas do setor das *Indústrias Transformadoras* do continente. De notar que o número destas empresas aumentou nos últimos cinco anos, apesar da ligeira oscilação verificada em 2020, cuja variação negativa, pouco expressiva, se traduziu em menos 5 empresas.

⁶² Correspondem às divisões 61 e 62 e aos grupos 261,262,263,264,268,465,582,631 e 951 da CE Ver.3 (Ver anexo no final deste subcapítulo).

⁶³ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 21 a 26 e grupo 303 da CAE, Rev.3 (Indústrias de alta tecnologia); e às divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 da CAE, Rev. 3) (indústrias de média-alta tecnologia) EUROSTAT, "High technology" and "Knowledge based services" aggregations (Ver anexo no final deste subcapítulo).

Figura 132. Evolução das empresas das Indústrias de alta e média alta tecnologia



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

3.4.1.4. Empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados

Em 2022, as empresas das *Indústrias Transformadoras* com factores competitivos avançados⁶⁴ somavam 29,2 mil e representavam 43,8% do total de empresas do setor, no continente. Relativamente ao ano anterior, o número de empresas das *Indústrias Transformadoras* com factores competitivos avançados teve um aumento de 1,1%, o que correspondeu a mais 313 empresas.

Figura 133. Evolução das empresas das Indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

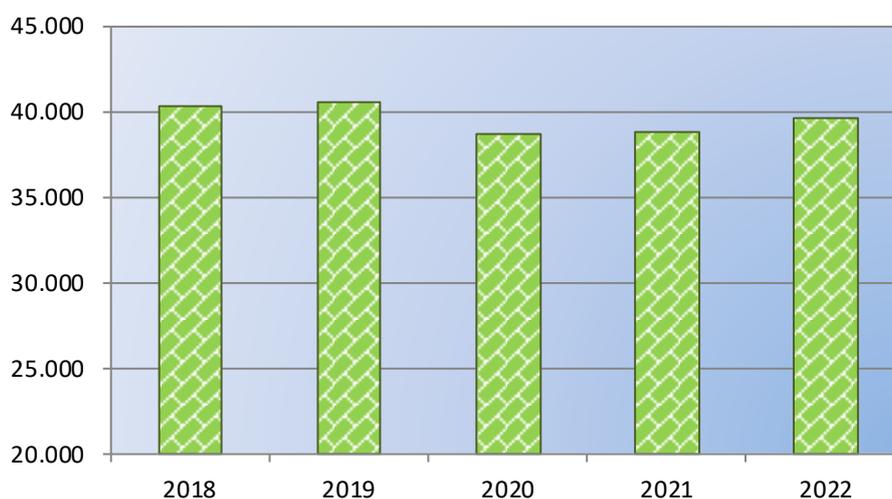
⁶⁴ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 33 e ao grupo 325 das indústrias transformadoras (CAE Rev. 3). Inclui as indústrias de alta e média alta tecnologia e praticamente todas as indústrias de média-baixa tecnologia (Ver anexo no final deste subcapítulo).

Por outro lado, considerando os últimos cinco anos, o número de empresas das *Indústrias Transformadoras* com factores competitivos avançados aumentou entre 2018 e 2022 (mais 815 empresas), tendo o respetivo peso relativo, no total do setor, crescido de forma progressiva ao longo da série em análise.

3.4.1.5. *Indústrias transformadoras de baixa tecnologia*

Quanto às Indústrias de baixa tecnologia Industrial⁶⁵, em 2022, no continente, estas totalizavam 39,6 mil e representavam cerca de 60% do total de empresas das *Indústrias Transformadoras*, no continente. O seu número subiu 2% relativamente ao ano anterior, o que se traduziu em mais 774 empresas. Por outro lado, saliente-se que, no decurso da série em análise, o aumento do número destas empresas não tem sido acompanhado por um aumento da proporção deste tipo de empresas no total do setor, dado que, desde 2018, que estas empresas têm vindo a perder peso no total das *Indústrias Transformadoras*, no continente.

Figura 134. Evolução das empresas das indústrias de baixa tecnologia das Indústrias transformadoras



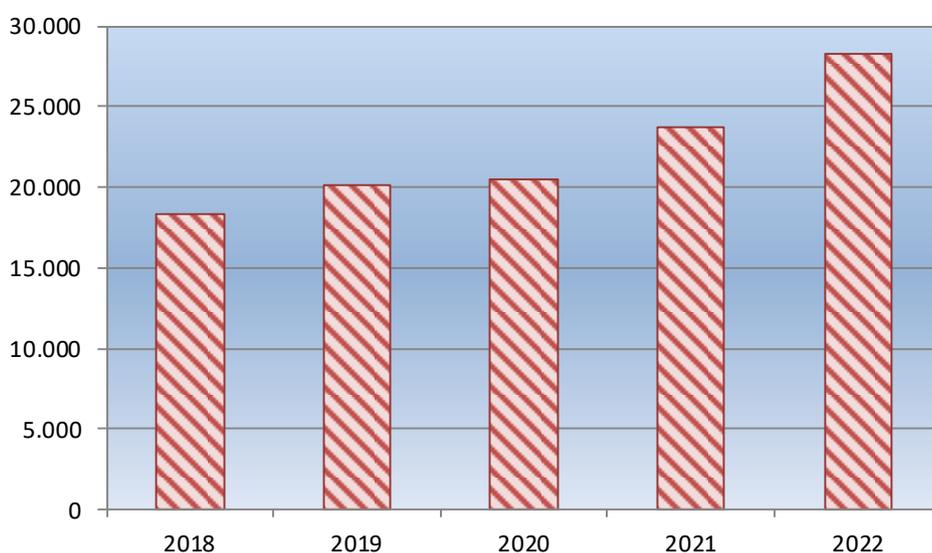
Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

⁶⁵ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 31 e grupos 181, 321, 322, 323, 324 e 329 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, “High technology” and “Knowledge based services” aggregations (Ver anexo no final deste subcapítulo).

3.4.1.6. Empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia

Relativamente ao setor dos serviços, as empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia⁶⁶ totalizavam, em 2022, no continente, 28,3 mil empresas e constituíam 2,6% do total das empresas do setor, no continente. Entre 2021 e 2022, estas empresas cresceram cerca de 19,5%, o que se traduziu em mais 4,6 mil empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia.

Figura 135. Evolução das empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

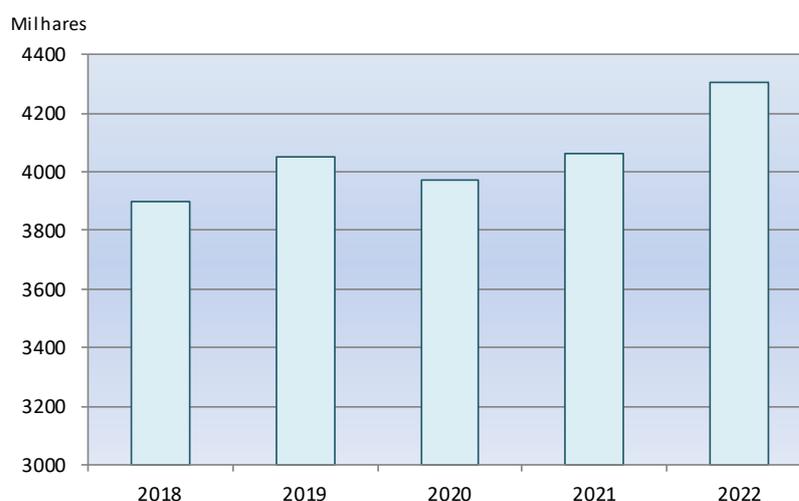
As empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia têm vindo a aumentar de forma expressiva nos últimos anos, pelo que, em 2022, havia mais 10 mil empresas desta categoria do que no início da série em análise. Em termos percentuais, a proporção de empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia, no total dos serviços, tem vindo, igualmente, a aumentar gradualmente, passando de 1,9%, em 2018, para 2,6%, em 2022.

⁶⁶ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 59, 60, 61, 62, 63 e 72 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, “High technology” and “Knowledge based services” aggregations (Ver anexo no final deste subcapítulo).

3.5. Emprego nas empresas – Setores Intensivos em tecnologia e conhecimento

Em 2022, no continente, segundo os dados do *Sistema Integrado de Contas das Empresas* do INE, havia 4.303,3 mil pessoas ao serviço nas empresas, mais 5,9%, o que se traduziu num acréscimo de 239,8 mil pessoas, face a 2021.

Figura 136. Evolução do número de pessoas ao serviço nas empresas



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

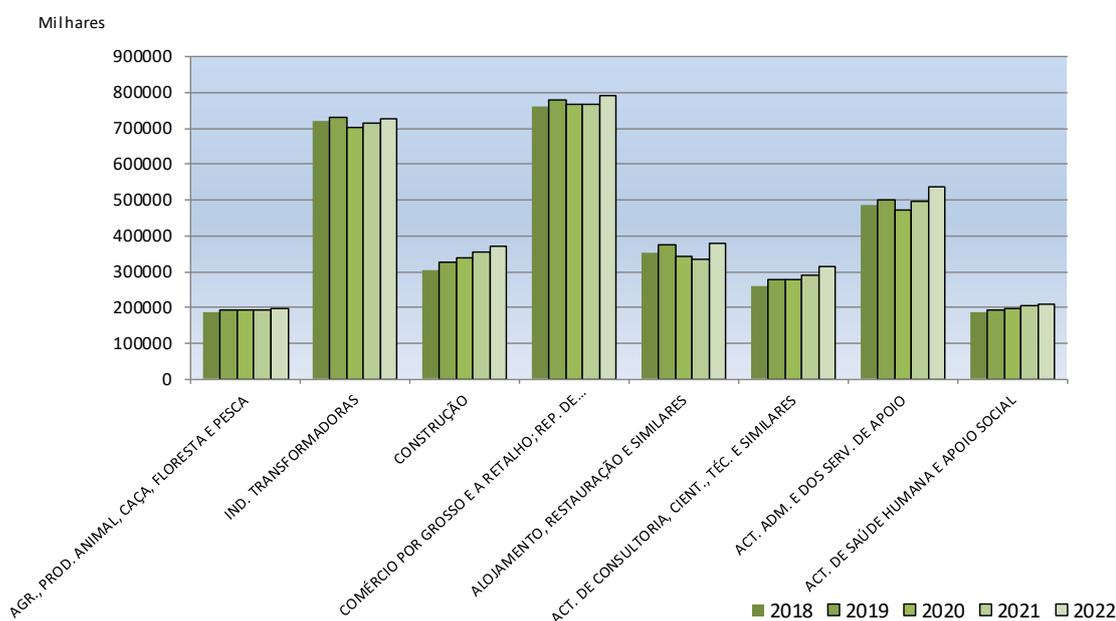
De salientar que, nos últimos anos, o emprego nas empresas tem aumentado de forma expressiva, não obstante, em 2020, ter evidenciado uma diminuição. Com efeito, considerando o quinquénio em análise, constata-se um aumento de 10,5% do pessoal ao serviço nas empresas, ou seja, mais 407,7 mil pessoas em 2022, face a 2018.

3.5.1. Por setores de atividade

Segundo os dados do *Sistema Integrado de Contas das Empresas*, e tal como no ano anterior, em 2022, no continente, o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos* era o setor de atividade mais representativo em termos do emprego, representando 18,4% do total das pessoas ao serviço nas empresas. Seguiam-se as *Indústrias Transformadoras* (16,9%), as *Atividades administrativas e os serviços de apoio* (12,5%), o *Alojamento, restauração e similares* (8,8%) e a *Construção* (8,7%).

Entre 2018 e 2022, o número de trabalhadores ao serviço nas empresas aumentou na maioria dos setores mais representativos em termos de emprego, com destaque para os setores da *Construção* (mais 69,2 mil trabalhadores), das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (mais 53,3 mil trabalhadores), das *Atividades de informação e de comunicação* (mais 51,5 mil trabalhadores), das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (mais 48,7 mil trabalhadores), do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos* (mais 29,2 mil trabalhadores) e do *Alojamento, restauração e similares* (mais 27,6 mil trabalhadores).

Figura 137. Estrutura setorial do emprego (pessoas ao serviço nas empresas)



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

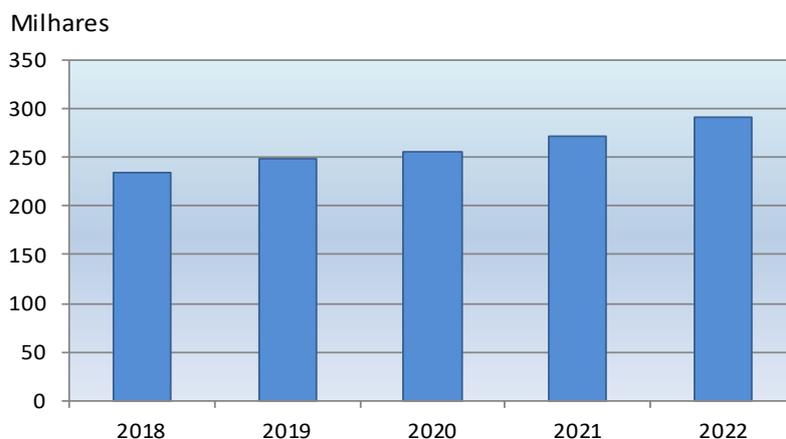
3.5.1.1. Pessoas ao serviço nas empresas nos setores de alta e média alta tecnologia

Em 2022, no continente, havia 291,3 mil pessoas ao serviço nas empresas nos setores de alta e média alta tecnologia⁶⁷, que representavam 6,8% do total de trabalhadores ao serviço nas empresas, no continente. O número de pessoas ao serviço nas empresas destes setores aumentou 7,3%, o que correspondeu a um acréscimo de 19,8 mil pessoas, face ao período homólogo.

De salientar que, entre 2018 e 2022, houve um aumento expressivo e gradual do número de pessoas ao serviço nas empresas destes setores (mais 57,1 mil trabalhadores).

⁶⁷ Os setores de alta e média alta tecnologia incluem as indústrias de alta e média alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 21 a 26 e grupo 303; divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 e divisões 59,60,61,62,63 e 72 da CAE, Rev3). (Ver anexo no final deste subcapítulo).

Figura 138. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas dos setores de alta e média alta tecnologia

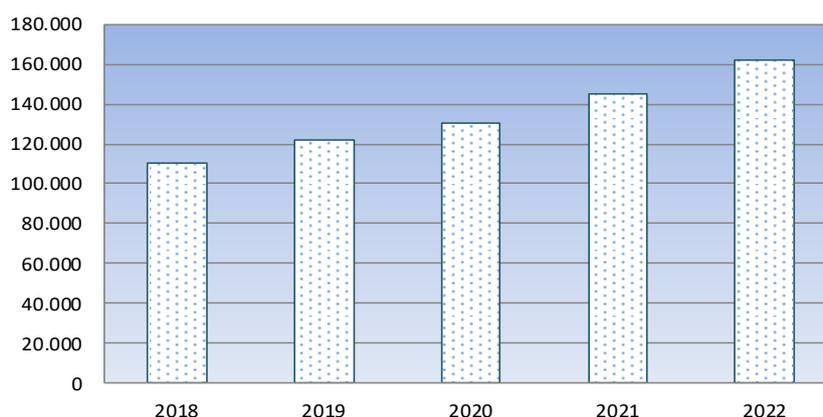


Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

3.5.1.2. Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)

Relativamente ao pessoal ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)⁶⁸, em 2022, no continente, este totalizava cerca de 162 mil pessoas (mais 17,1 mil do que em 2021), representando 3,8% do total de pessoas ao serviço nas empresas, no continente. De referir que, ao longo dos últimos cinco anos, o número de pessoas ao serviço aumentou de forma significativa, tendo evidenciado um acréscimo de 51,8 mil pessoas, entre 2018 e 2022.

Figura 139. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)



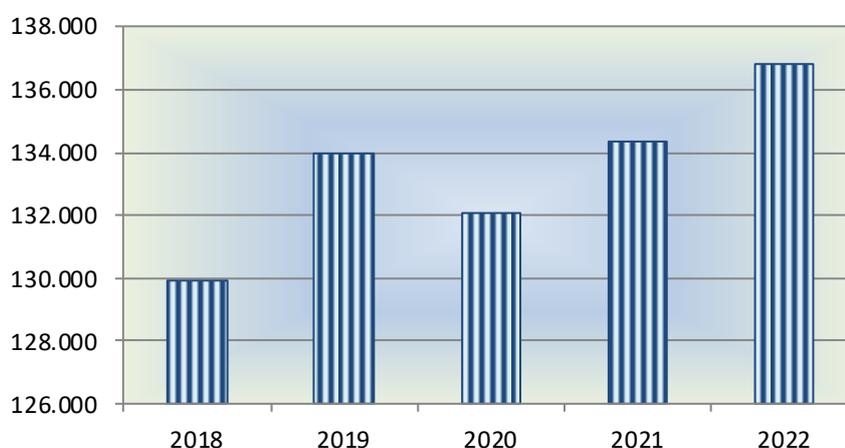
Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

⁶⁸ Correspondem às divisões 61 e 62 e aos grupos 261,262,263,264,268,465,582,631 e 951 da CE Ver.3 (Ver anexo no final deste subcapítulo).

3.5.1.3. Pessoas ao serviço nas empresas das Indústrias de alta e média alta tecnologia

No que se refere ao setor das *Indústrias Transformadoras*, em 2022, as indústrias de alta e média alta tecnologia⁶⁹ empregavam cerca de 136,8 mil pessoas, tendo este número registado uma subida homóloga de 1,8%, ou seja, mais 2,5 mil trabalhadores. De referir que, as pessoas ao serviço nestas empresas representavam 18,8% do total do pessoal ao serviço no setor das *Indústrias Transformadoras*, no continente.

Figura 140. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas das indústrias de alta e média alta tecnologia



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

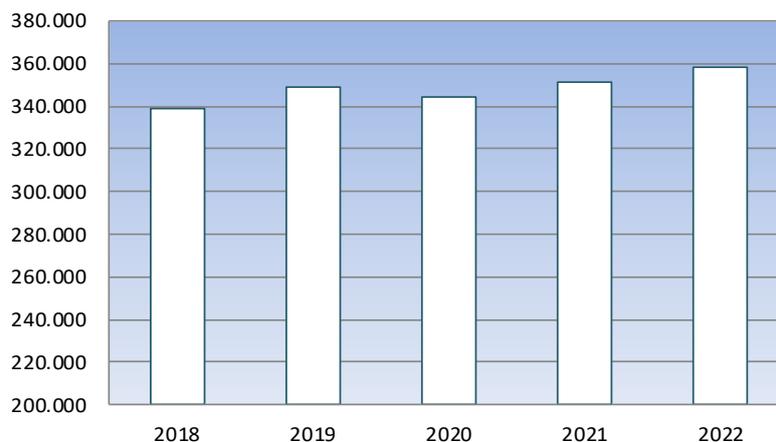
Refira-se ainda que, apesar do decréscimo verificado em 2020, ao longo da série em análise, o pessoal ao serviço nestas empresas apresentou sucessivos aumentos, pelo que, em 2022, havia mais 6,9 mil trabalhadores, face a 2018.

3.5.1.4. Pessoas ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados

Em 2022, no continente, o pessoal ao serviço nas empresas das Indústrias transformadoras com factores competitivos avançados, apresentou uma subida homóloga de 1,8%, ou seja, mais 6,5 mil trabalhadores, passando a representar 49,3% (351,7 mil pessoas) do total do emprego no setor das *Indústrias Transformadoras*, no continente.

⁶⁹ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 21 a 26 e grupo 303 da CAE, Rev.3 (Indústrias de alta tecnologia); e às divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 da CAE, Rev. 3) (indústrias de média-alta tecnologia) EUROSTAT, “High technology” and “Knowledge based services” aggregations (Ver anexo no final deste subcapítulo).

Figura 141. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados



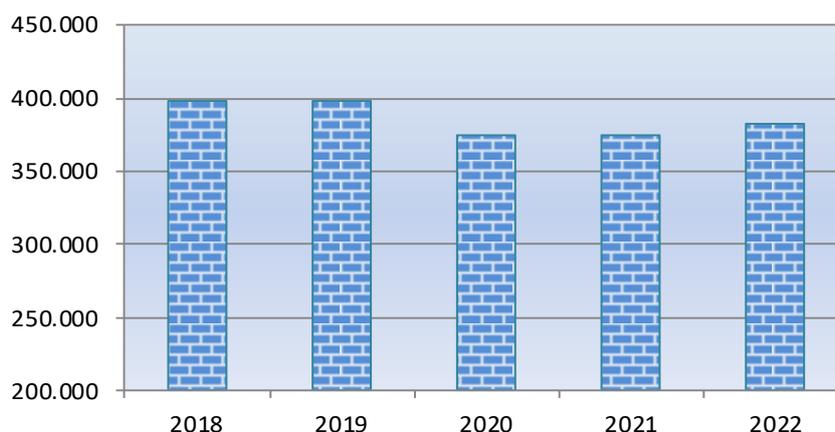
Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

Ao longo dos últimos anos, a análise do emprego nesta categoria de empresas evidencia o progressivo aumento de trabalhadores. Com efeito, em 2022, havia mais 19,4 mil pessoas ao serviço, face a 2018.

3.5.1.5. Pessoal ao serviço nas empresas das Indústrias de baixa tecnologia

Em 2022, as Indústrias de baixa tecnologia industrial⁷⁰ reuniam 383,1 mil pessoas ao serviço, ou seja, 52,7% do total do emprego nas *Indústrias Transformadoras*, no continente. De notar que, apesar do acréscimo do número de pessoas ao serviço nestas empresas nos últimos anos, em 2022, havia menos 15,1 mil trabalhadores nas empresas das Indústrias de baixa tecnologia industrial, face a 2018.

Figura 142. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas das indústrias de baixa tecnologia das Indústrias transformadoras



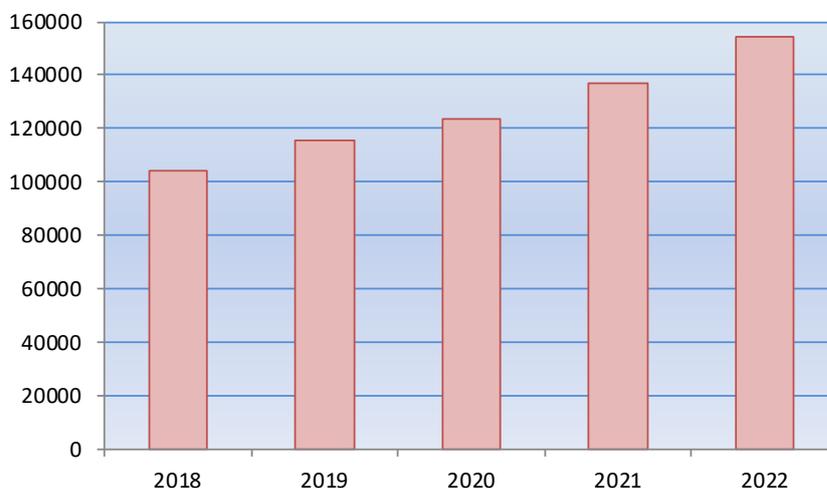
Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

⁷⁰ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 31 e grupos 181, 321, 322, 323, 324 e 329 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, “High.technology” and “Knowledge based services” aggregations (Ver anexo no final deste subcapítulo).

3.5.1.6. Pessoal ao serviço nas empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia

No que se refere ao emprego nas empresas de serviços, em particular nas empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia⁷¹, em 2022, no continente, havia 154,5 mil trabalhadores, que representavam 3,6% do total de trabalhadores no setor dos serviços, no continente. De referir que o número de pessoas ao serviço nestas empresas tem vindo a aumentar, de forma progressiva, ao longo dos últimos anos.

Figura 143. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresa

⁷¹ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 59, 60, 61, 62, 63 e 72 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, “High.technology” and “Knowledge based services” aggregations (Ver anexo no final deste subcapítulo).

Figura 144. Setores intensivos em tecnologia ou conhecimento

Intensidade Tecnológica - Indústria Transformadora

CAE (Ver.3)		Intensidade Tecnológica	Factores competitivos avançados	Empresas com actividades de tecnologias da informação e da comunicação (TIC)
21	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	Alta tecnologia industrial	X	
26	Fabricação de equipamento informático, equip. p. comunicação e prod. electrónicos e ópticos;	Alta tecnologia industrial	X	
261	Fabricação de componentes e de placas, electrónicos			X
262	Fabricação de computadores e de equipamento periférico			X
263	Fabricação de aparelhos e de equipamentos para comunicações			X
264	Fabricação de receptores de rádio e de televisão e bens de consumo similares			X
268	Fabricação de suportes de informação magnéticos e ópticos			X
30	Fabricação de outros equipamentos de transporte		X	
303	Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado	Alta tecnologia industrial		
20	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos	Média-alta tecnologia	X	
25	Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos			
254	Fabricação de armas e munições	Média-alta tecnologia	X	
27	Fabricação de equipamento eléctrico	Média-alta tecnologia	X	
28	Fabricação de máquinas e equipamentos n.e.	Média-alta tecnologia	X	
29	Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte	Média-alta tecnologia	X	
30	Fabricação de outro equipamento de transporte			
302	Fabricação de material circulante para caminhos de ferro	Média-alta tecnologia	X	
304	Fabricação de veículos militares de combate	Média-alta tecnologia	X	
309	Fabricação de equipamento de transporte, n.e.	Média-alta tecnologia	X	
32	Outras indústrias transformadoras			
325	fabricação de instrumentos e material médico-cirúrgico	Média-alta tecnologia	X	
18	Impressão e reprodução de suportes gravados		X	
182	Reprodução de suportes gravados	Média-baixa tecnologia	X	
19	Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados e combustíveis	Média-baixa tecnologia		
22	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	Média-baixa tecnologia	X	
23	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	Média-baixa tecnologia	X	
24	Indústrias metalúrgicas de base	Média-baixa tecnologia	X	
25	Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos		X	
251	Fabricação de elementos de construção em metal	Média-baixa tecnologia	X	
252	Estufas, recipientes, caldeiras e radiadores metálicos para aquecimento central	Média-baixa tecnologia	X	
253	Fabricação de geradores de vapor (excepto caldeiras para aquecimento central)	Média-baixa tecnologia	X	
255	Fabricação de produtos forjados, estampados e laminados; metalurgia dos pós	Média-baixa tecnologia	X	
256	Tratamento e revestimento de metais; actividades de mecânica geral	Média-baixa tecnologia	X	
257	Fabricação de cutelaria, ferramentas e ferragens	Média-baixa tecnologia	X	
259	Fabricação de outros produtos metálicos diversos n.e.	Média-baixa tecnologia	X	
30	Fabricação de outro equipamento de transporte			
301	Construção naval	Média-baixa tecnologia	X	
33	Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	Média-baixa tecnologia	X	
10	Indústrias alimentares	Baixa tecnologia industrial		
11	Indústria das bebidas	Baixa tecnologia Industrial		
12	Indústria do tabaco	Baixa tecnologia Industrial		
13	Fabricação de têxteis	Baixa tecnologia Industrial		
14	Indústria do vestuário	Baixa tecnologia Industrial		
15	Indústria do couro e de produtos do couro	Baixa tecnologia Industrial		
16	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário;	Baixa tecnologia Industrial		
17	fabricação de obras de cestaria e de espartaria	Baixa tecnologia Industrial		
17	Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos	Baixa tecnologia Industrial		
18	Impressão e reprodução de suportes gravados			
181	Impressão e actividades dos serviços relacionados com a impressão	Baixa tecnologia Industrial	X	
31	Fabricação de mobiliário e de colchões	Baixa tecnologia Industrial		
32	Outras indústrias transformadoras			
321	Fabricação de joalheria, ourivesaria, bijuteria e artigos similares; cunhagem de moedas	Baixa tecnologia Industrial		
322	Fabricação de instrumentos musicais	Baixa tecnologia Industrial		
323	Fabricação de artigos de desportos	Baixa tecnologia Industrial		
324	Fabricação de jogos e brinquedos	Baixa tecnologia Industrial		
329	Indústrias transformadoras, n.e.	Baixa tecnologia Industrial		

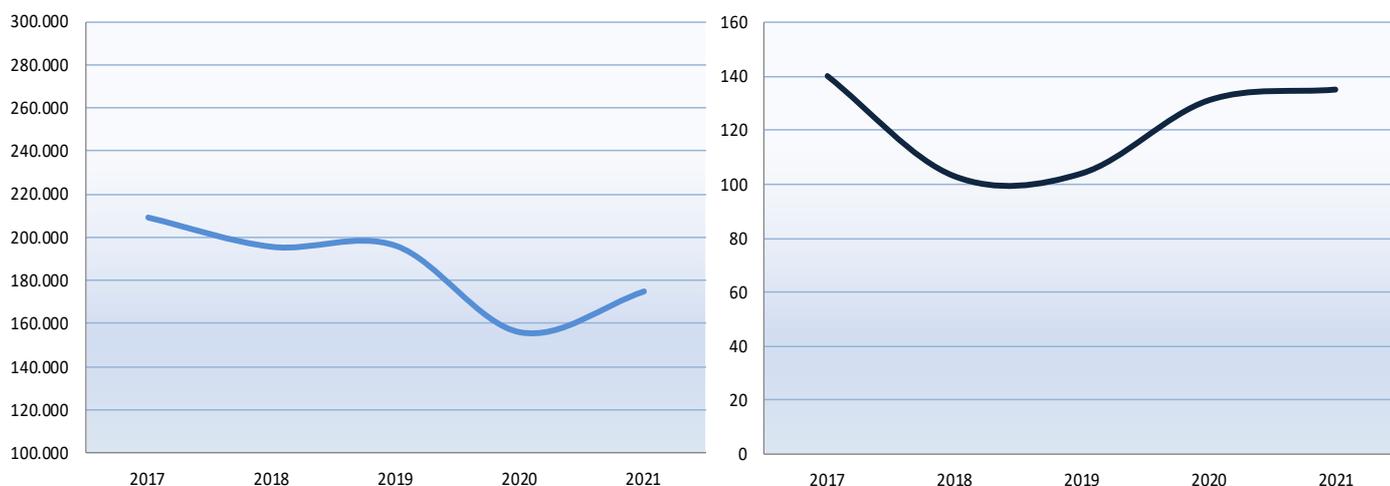
Fontes: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas; EUROSTAT, "High.technology" and "Knowledge based services" aggregations

3.6. Sinistralidade e absentismo laboral

3.6.1. Sinistralidade laboral

Em 2021⁷², de acordo com a informação disponibilizada pelo Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do MTSSS, ocorreram, em Portugal, cerca de 175 mil acidentes de trabalho, entre os quais se contabilizaram 135 acidentes mortais, mais 4 mortes e mais 19 mil acidentes em relação ao ano anterior. Porém, considerando a evolução da sinistralidade laboral no último quinquénio, verifica-se uma tendência de decréscimo do número de acidentes, mais acentuada em 2020, não obstante, o número de acidentes ter aumentado em 2021. Quanto aos acidentes mortais, a partir de 2020, evidenciou-se um aumento do seu número. Com efeito, nos últimos cinco anos, o número total de participações de acidentes laborais registou uma quebra de 16,4% (menos 34,3 mil acidentes), tendo-se igualmente verificado uma quebra no número de acidentes mortais (menos 3,6%, o que correspondeu a menos 5 mortes).

Figura 145. Evolução dos acidentes de trabalho

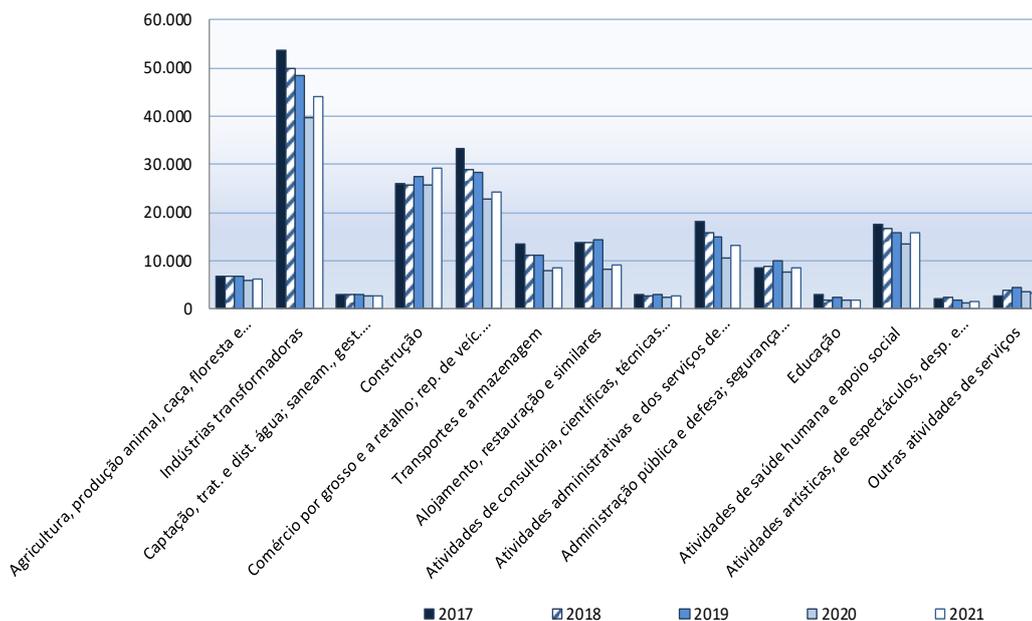


Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Uma análise mais detalhada dos acidentes de trabalho por atividade económica, em 2021, permite constatar que os sectores que continuaram a registar o maior número de participações foram as *Indústrias transformadoras* (25,2%), a *Construção* (16,7%), o *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* (13,9%), as *Atividades de saúde humana e apoio social* (9,1%), as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (7,5%) e o *Alojamento, restauração e similares* (5,2%).

⁷² Dados consultados em maio de 2024. A ausência de informação mais recente, apenas permite uma análise com dados até final de 2021.

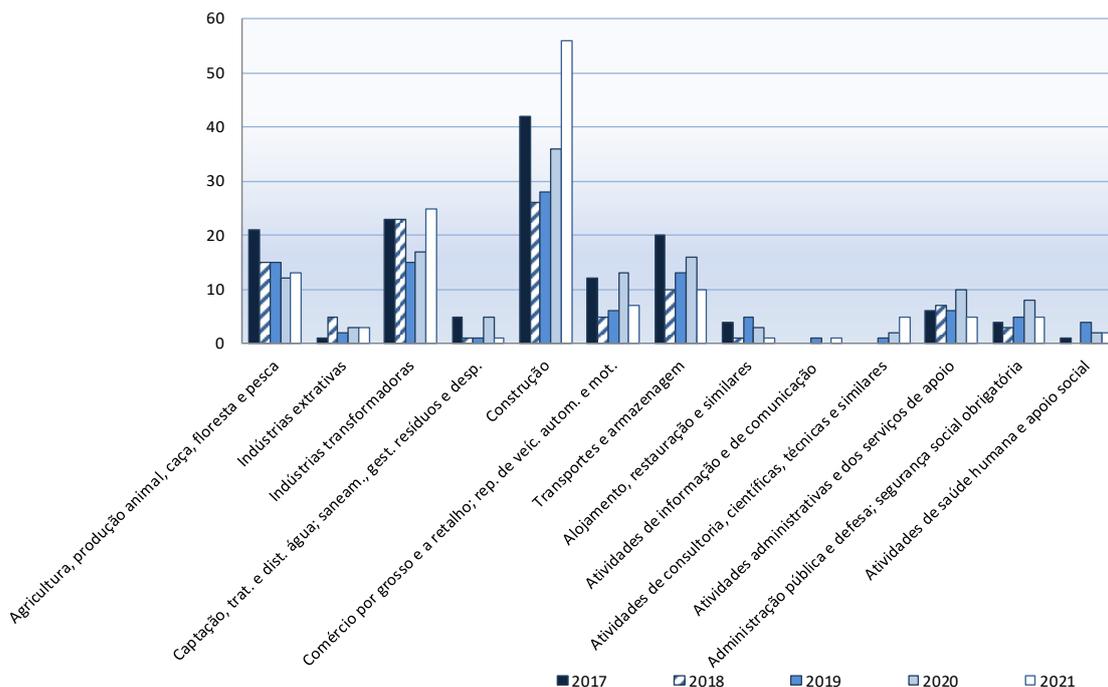
Figura 146. Evolução dos acidentes de trabalho por atividade económica



Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Considerando apenas os acidentes de trabalho mortais, em 2021, observa-se que, o subsector da *Construção* concentrou 41,5% do total de participações de acidentes mortais, registando o maior número de sinistros (56), logo seguido pelas *Indústrias transformadoras* (25), pela *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (13), pelos *Transportes e armazenagem* (10) e pelo *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* (7).

Figura 147. Evolução dos acidentes de trabalho mortais por atividade económica



Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Contudo, considerando o impacto da ocorrência dos acidentes de trabalho (mortais e não mortais), tendo em conta o respetivo número de trabalhadores expostos ao risco, constata-se que este é bastante diferenciado entre os vários setores económicos. Com efeito, analisando a taxa de incidência⁷³ dos acidentes de trabalho, verifica-se que o maior impacto da sinistralidade laboral ocorreu no sector da *Construção*, das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* e das *Indústrias extrativas*, onde se registaram cerca de 9,2 mil, 8,9 mil e 8,4 mil acidentes, respetivamente, por cada 100 mil trabalhadores. De notar que, a *Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição*, as *Indústrias transformadoras* e a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* estão igualmente entre os sectores que evidenciaram taxas de incidência mais elevadas.

Figura 148. Taxa de incidência dos acidentes de trabalho, em 2021, por setor de atividade
(por cada 100 mil trabalhadores)

	N.º de trabalhadores	Total de acidentes		Acidentes mortais	
		Total de acidentes	Tx. de incidência	Acidentes mortais	Tx. de incidência
A Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	136100	6280	4614,3	13	9,6
B Indústrias extrativas	9500	796	8378,9	3	31,6
C Indústrias transformadoras	832200	44187	5309,7	25	3,0
D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	20100	191	950,2	0	0,0
E Captação, trat. e dist. água; saneam., gest. resíduos e desp.	34900	2684	7690,5	1	2,9
F Construção	317300	29271	9225,0	56	17,6
G Comércio por grosso e a retalho; rep. de veic. autom. e mot.	714300	24349	3408,8	7	1,0
H Transportes e armazenagem	219000	8597	3925,6	10	4,6
I Alojamento, restauração e similares	252300	9150	3626,6	1	0,4
J Atividades de informação e de comunicação	166200	718	432,0	1	0,6
K Atividades financeiras e de seguros	115800	435	375,6	0	0,0
L Atividades imobiliárias	45300	665	1468	0	0,0
M Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	249700	2662	1066,1	5	2,0
N Atividades administrativas e dos serviços de apoio	147800	13179	8916,8	5	3,4
O Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	329100	8563	2601,9	5	1,5
P Educação	425400	1753	412,1	0	0,0
Q Atividades de saúde humana e apoio social	493200	15846	3212,9	2	0,4
R Atividades artísticas, de espectáculos, desp. e recreativas	65200	1591	2440,2	0	0,0
S Outras atividades de serviços	110400	3374	3056,2	1	0,9
T Ativ. famílias emp. de pes. dom. e ativ. pr. fam. p/ uso próp.	88800	690	777,0	0	0,0
U Ativ. org. interna. e outras instituições extra-territoriais	—	23	—	0	—
Desconhecida	—	43	—	0	—
TOTAL	4774600	175047	3666,2	131	2,7

Nota : — Valor não disponível

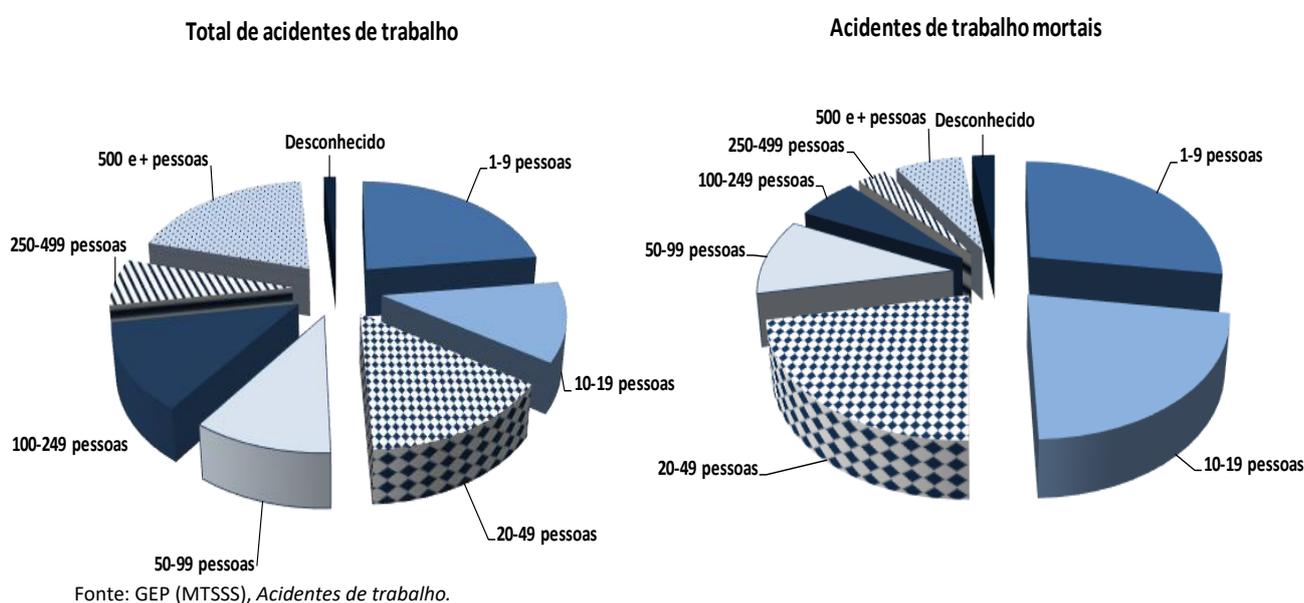
Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

⁷³ Para o cálculo desta taxa de incidência foram utilizados os dados disponibilizados pelo *Inquérito ao emprego* do INE. Esta taxa indica o número de acidentes por cada 100 mil trabalhadores.

Relativamente à taxa de incidência dos acidentes de trabalho mortais, o impacto mais expressivo ocorreu nos sectores das *Indústrias extrativas*, da *Construção* e da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, com 31,6 mortes, 17,6 mortes e 9,6 mortes, por cada 100 mil trabalhadores, respetivamente.

No que respeita à sinistralidade por dimensão empresarial, a maioria dos acidentes laborais, em Portugal, em 2021, tanto mortais como não mortais, concentrou-se em empresas de menor dimensão. Com efeito, cerca de 49,4% do total dos acidentes de trabalho (mortais e não mortais) e 71,8% dos acidentes de trabalho mortais ocorreram em empresas com uma dimensão de até 49 trabalhadores.

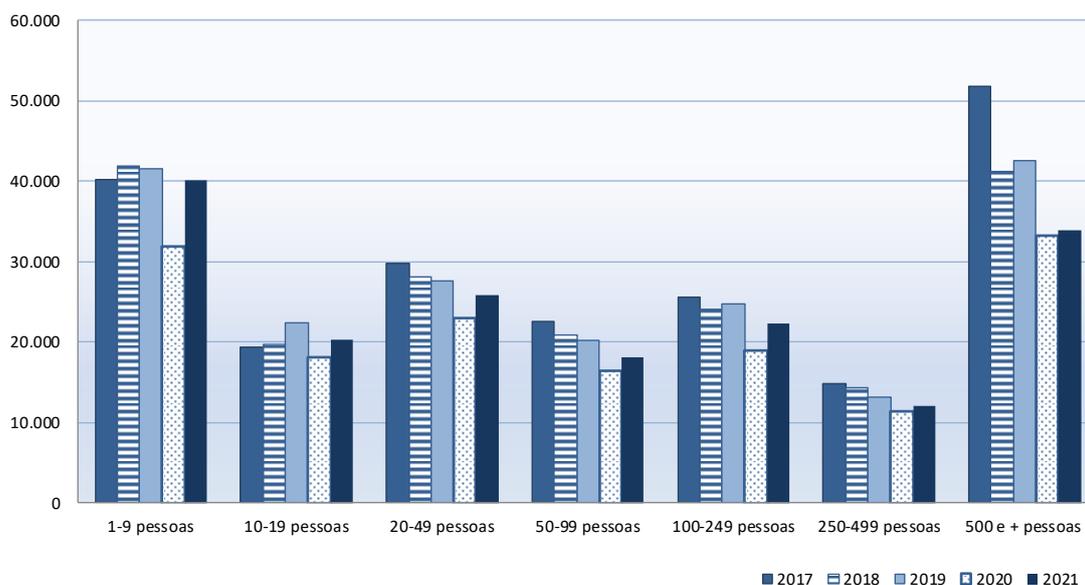
Figura 149. Acidentes de trabalho por dimensão da empresa, em 2021



Todavia, analisando a evolução da sinistralidade por dimensão empresarial, constata-se que, no espaço de um quinquénio, as empresas de maior dimensão, com 500 e mais trabalhadores, evidenciaram uma diminuição muito expressiva do seu número de acidentes laborais, com uma quebra de 34,4%, entre 2017 e 2021, o que se traduziu em menos 17,9 mil acidentes. Por outro lado, as empresas com 20 a 49 pessoas, as com 50 a 99 pessoas e as com 100 a 249 pessoas, viram igualmente o respetivo número de acidentes de trabalho diminuir, não obstante com quebras menores. Quanto às empresas de menor dimensão, com até 19 trabalhadores, saliente-se o facto de estas apresentarem valores mais constantes ao longo da série em análise.

Em relação aos acidentes de trabalho mortais, no decurso dos últimos cinco anos, as empresas com maior dimensão de trabalhadores (100 e mais pessoas) apresentaram um decréscimo da sinistralidade, ao contrário das empresas com menor número de trabalhadores (entre 10 e 99 pessoas), que registaram um aumento de acidentes mortais.

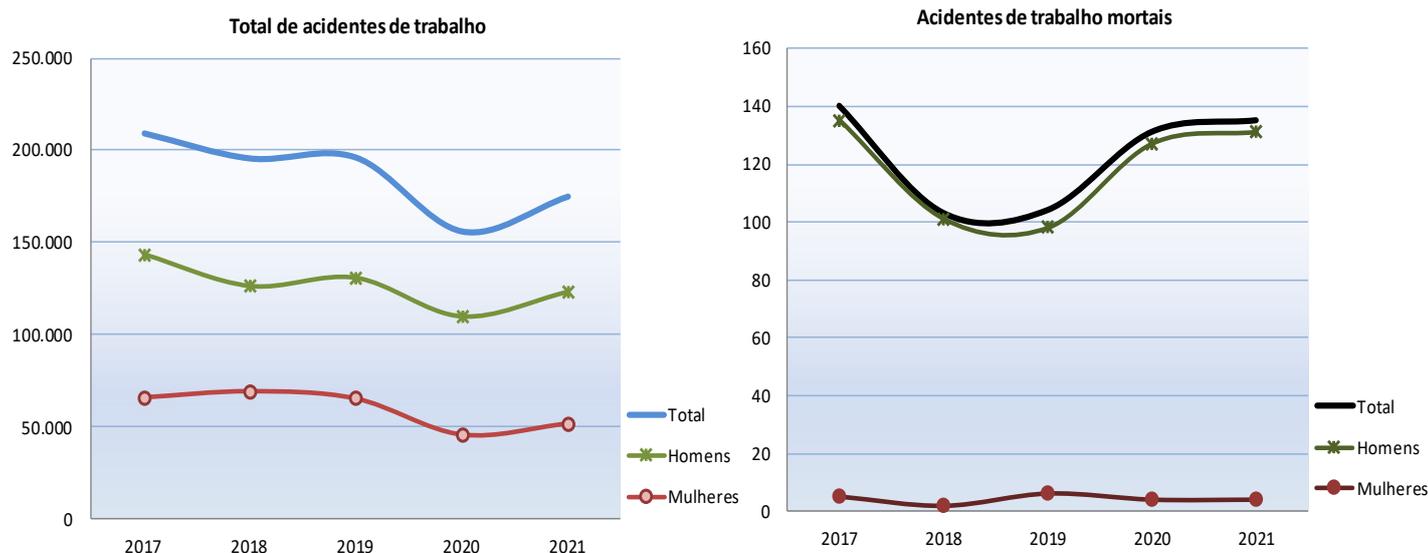
Figura 150. Evolução dos acidentes de trabalho por dimensão da empresa



Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Analisando a sinistralidade laboral por sexo, em 2021, evidencia-se claramente uma maior proporção de ocorrência de acidentes entre os homens. Com efeito, cerca de 70,4% do total dos sinistros laborais registados em Portugal, em 2021, foram protagonizados por trabalhadores masculinos. Por outro lado, este diferencial torna-se ainda mais evidente no que respeita aos acidentes de trabalho mortais, cuja incidência se concentra, quase totalmente, nos homens (97%), dado que os acidentes mortais femininos corresponderam a 3% (4 mortes).

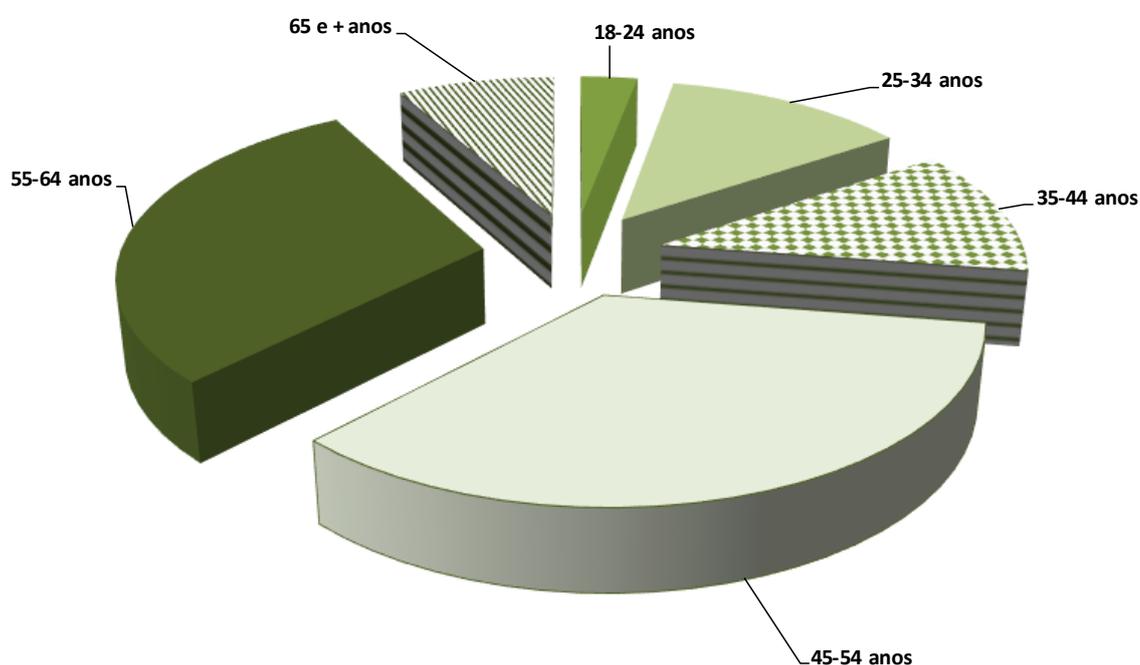
Figura 151. Evolução dos acidentes de trabalho por sexo



Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

No que diz respeito à estrutura etária, em 2021, verificou-se uma concentração de acidentes de trabalho sobretudo nos trabalhadores com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos, uma vez que os trabalhadores mais jovens, com menos de 34 anos, foram os menos afectados pela sinistralidade laboral.

Figura 152. Acidentes de trabalho mortais por grupo etário, em 2021



Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Porém, considerando o número de trabalhadores expostos ao risco por grupo etário, constata-se que o impacto da ocorrência dos acidentes de trabalho, quer mortais, quer não mortais, diverge consoante o escalão etário. Deste modo, considerando a taxa de incidência⁷⁴ dos acidentes de trabalho por idades, constata-se que o escalão mais afectado foi o dos 16 aos 24 anos (cerca de 7,1 mil acidentes por cada 100 mil trabalhadores), apesar de, em termos de acidentes mortais, ter sido o das idades de 65 e mais anos (6,1 mortes por cada 100 mil trabalhadores).

⁷⁴ Ver nota de rodapé anterior.

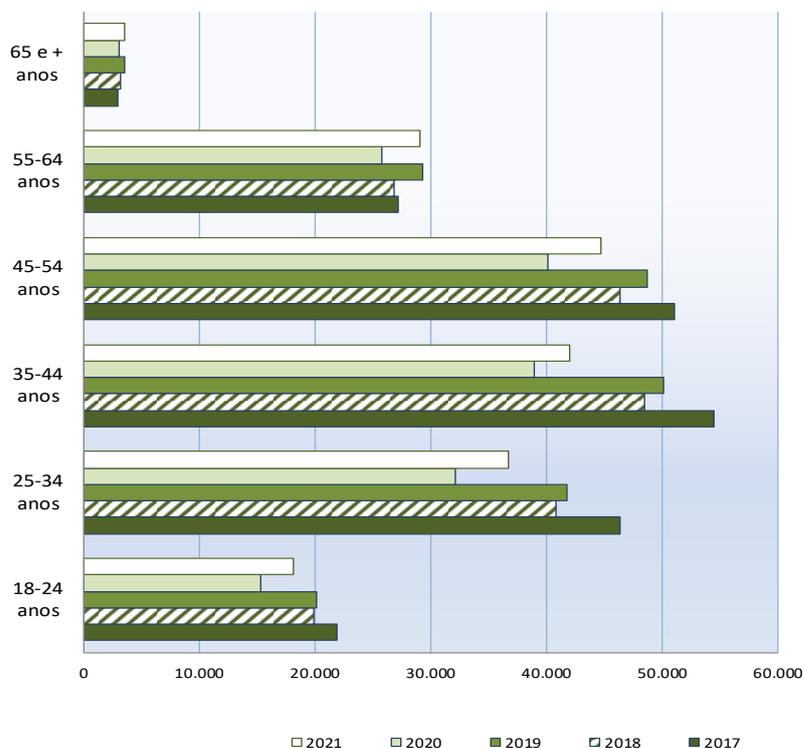
Figura 153. Taxa de incidência dos acidentes de trabalho, em 2021, por grupo etário
(por cada 100 mil trabalhadores)

	N.º de trabalhadores	Total de acidentes		Acidentes mortais	
		Total de acidentes	Tx. de incidência	Acidentes mortais	Tx. de incidência
TOTAL	4774600	175047	3666,2	135	2,8
16-24 anos	255500	18183	7116,6	4	1,6
25-34 anos	887100	36704	4137,5	17	1,9
35-44 anos	1231100	42003	3411,8	16	1,3
45-54 anos	1327900	44663	3363,4	47	3,5
55-64 anos	894100	29014	3245,1	40	4,5
65 e + anos	178900	3431	1917,8	11	6,1
Desconhecido	—	1049	—	0	—

Nota : — Valor não disponível
Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Importa ainda destacar a tendência, dos últimos anos, para o decréscimo da sinistralidade laboral dos trabalhadores com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos, não obstante um ligeiro acréscimo em 2021. De notar que, relativamente aos acidentes mortais, o grupo dos trabalhadores com 45 a 54 anos e o dos com 65 e mais anos, apresentaram um aumento dos acidentes de trabalho mortais, ao contrário dos trabalhadores com 35 a 44 anos que viram o respetivo número de mortes por acidente laboral diminuir.

Figura 154. Evolução dos acidentes de trabalho por grupo etário

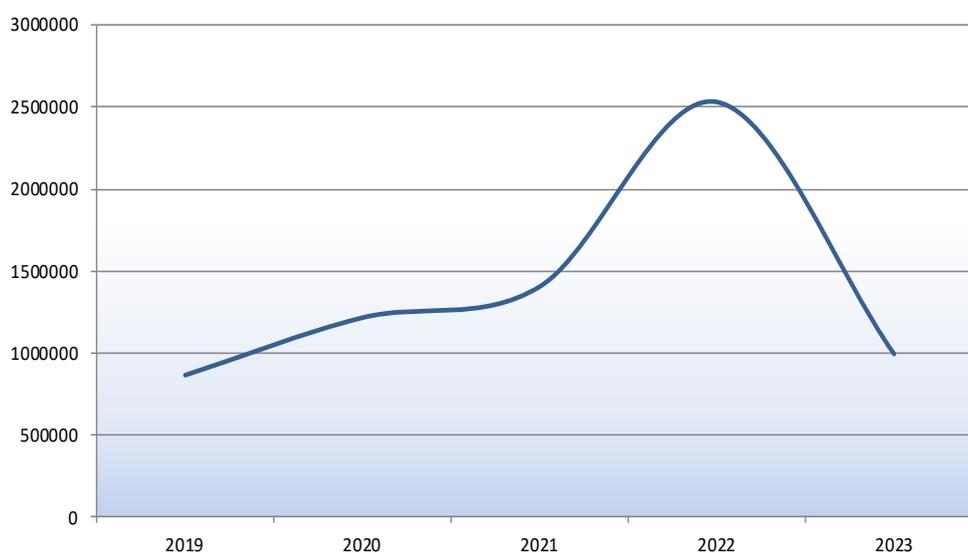


Fonte: GEP (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

3.6.2. Baixas no âmbito de doença

De acordo com as *Estatísticas da Segurança Social*, informação disponibilizada pelo Instituto de Informática do MTSSS, no final de 2023, no continente, foram terminadas cerca de 989 mil baixas por doença, o que representou, em termos homólogos, um decréscimo de cerca de 61%. De realçar que, esta diminuição expressiva do número de baixas terminadas em 2023 vem, assim, inverter a tendência de crescimento que se vinha evidenciando nos últimos anos.

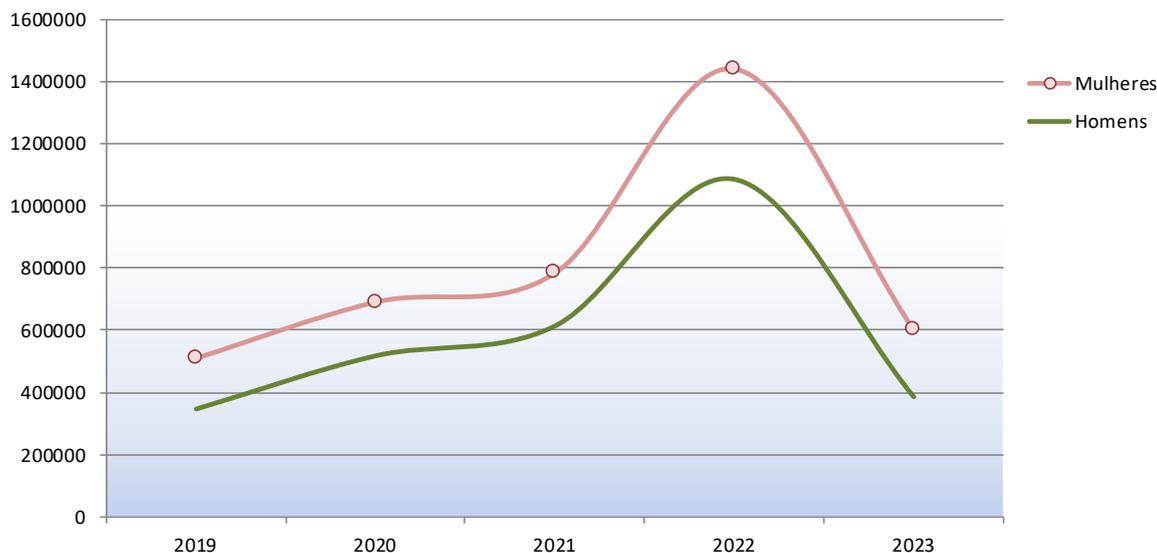
Figura 155. Evolução do número de baixas por doença



Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

Por outro lado, a análise desagregada desta informação por sexo, revela uma maior concentração de baixas por doença entre as trabalhadoras do sexo feminino. Com efeito, ao longo do período em análise, o número de baixas por doença das mulheres tem apresentado valores mais elevados que o dos homens, registando diferenças quase sempre superiores a 20 p.p., à exceção dos anos de 2020 a 2022, em que o valor diferencial diminuiu, tendo ficado entre 12 p.p. e 14 p.p.

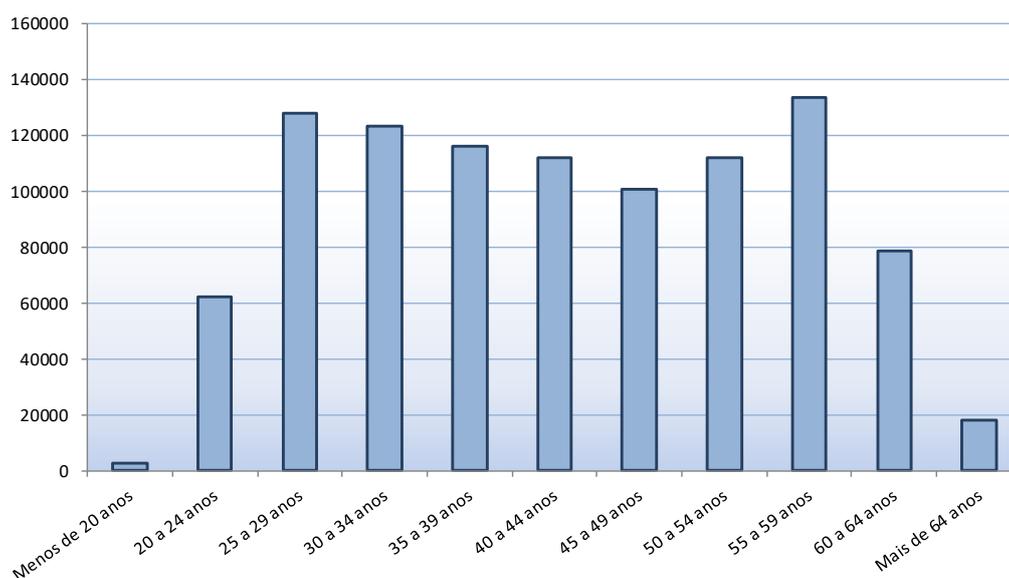
Figura 156. Evolução do número de baixas por doença, por sexo



Fonte: Instituto de Informática (MTSS)

Relativamente à distribuição etária do número de baixas por doença terminadas em 2023, verifica-se que os grupos etários com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos concentram cerca de metade do número de baixas motivadas por doença (49% do total), ao contrário dos grupos etários mais jovens e mais velhos, que registam as menores percentagens face ao total de baixas.

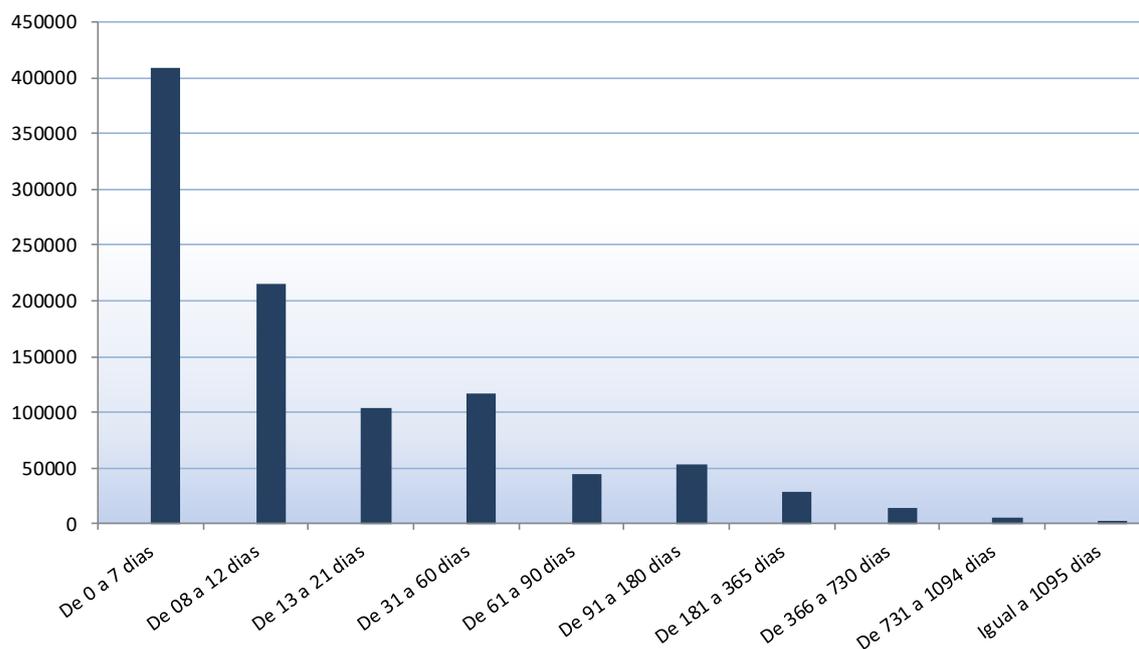
Figura 157. Distribuição etária do número de baixas por doença, em 2023



Fonte: Instituto de Informática (MTSS)

Por último, considerando o número de dias de ausência ao trabalho motivados por doença, em 2023, no continente, verifica-se que a grande maioria das baixas terminadas continuaram a ser de curta duração, concentrando-se, sobretudo, no intervalo entre 0 e 7 dias.

Figura 158. Número de baixas por doença, em 2023, por número de dias



Fonte: Instituto de Informática (MTSS)

4. GANHOS E REMUNERAÇÕES

4.0. Nota introdutória

Este capítulo trata da estrutura remuneratória e da evolução dos ganhos e remunerações no setor empresarial e também nas Administrações Públicas e ainda da evolução dos custos do trabalho.

No que respeita à estrutura remuneratória e aos ganhos do setor empresarial, a principal fonte utilizada são os dados dos *Quadros de Pessoal* (QP), cujo último ano com informação disponível é 2022 (os QP reportam a situação real do mês de outubro de cada ano). A análise reporta-se aos dados relativos à remuneração base mensal e ao ganho mensal, por sexo, níveis de habilitações, setores de atividade, regiões e tipos de contrato.

Na terceira secção do capítulo analisa-se o *Índice do Custo do Trabalho*, que é publicado pelo INE, e tem como base o ano de 2020, indicador cuja evolução é depois comparada com indicadores semelhantes dos restantes países europeus, a partir da informação do *Labour Cost Survey* do Eurostat.

Por fim são apresentados os Ganhos e Remunerações nas Administrações Públicas, tendo como fonte de informação a *Síntese estatística do emprego público* publicada pela DGAEP.

4.1. Remunerações: remuneração base média mensal, ganhos médios e mediana do ganho

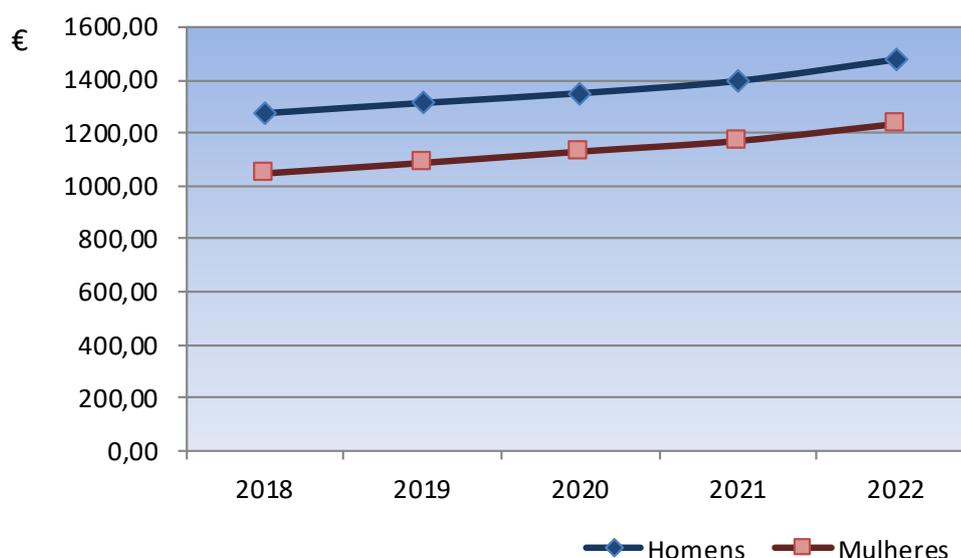
De acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal*⁷⁵, no Continente, em outubro de 2022, o ganho médio mensal⁷⁶ dos trabalhadores por conta de outrem que trabalhavam a tempo completo era de 1.367,99€, o que representou um aumento de 5,7% face a outubro do ano anterior.

⁷⁵ Dados consultados em março de 2024.

⁷⁶ Para o cálculo dos valores das remunerações são considerados os trabalhadores por conta de outrem (TCO) a tempo completo que no período de referência (outubro) trabalharam o horário completo tendo auferido remuneração completa (não são considerados os TCO a tempo parcial nem os TCO a tempo completo que tiveram ausências não remuneradas pela empresa).

O ganho médio mensal masculino era 1.476,20€, enquanto o feminino totalizava 1.237,52€. Ambos cresceram, relativamente a 2021, embora o feminino menos 0,2 p.p. do que o masculino pelo que a diferença entre salários médios se manteve. Assim, em 2022, o salário médio mensal feminino representava 83,8% do salário masculino quando, há cinco anos, constituía 82,2%.

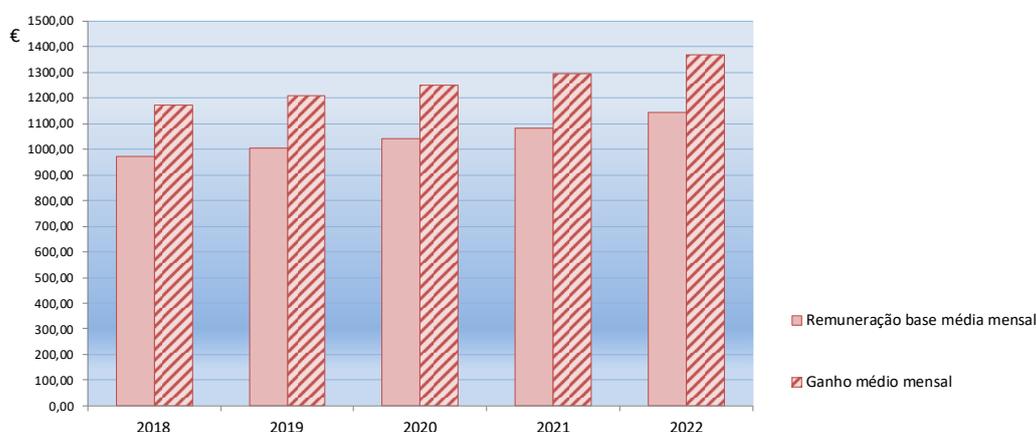
Figura 159. Evolução do ganho médio mensal masculino e feminino



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Em outubro de 2022, a mediana do ganho era 1017,50 €, tendo registado um aumento de 5,7%, face a outubro de 2021. De notar que, nos últimos anos, tem-se verificado uma ligeira aproximação da mediana relativamente ao ganho médio. Assim, em 2018, a mediana representava 73% do ganho médio, tendo essa proporção aumentado para 74,4%, em 2022.

Figura 160. Evolução do ganho médio mensal e da remuneração base média mensal



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Em outubro de 2022, valor da remuneração base média mensal para os TCO que trabalhavam a tempo completo era de 1.143,44€, (83,6% do ganho médio mensal) e cresceu cerca de 5,6% face ao período homólogo. A remuneração base média masculina era 1.217,32 € e a feminina, 1054,36€, representando 86,6% da masculina.

Remunerações médias mensais e mediana do ganho - Segurança Social

Figura 161. Evolução da remuneração média mensal e da mediana do ganho – Segurança Social



Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

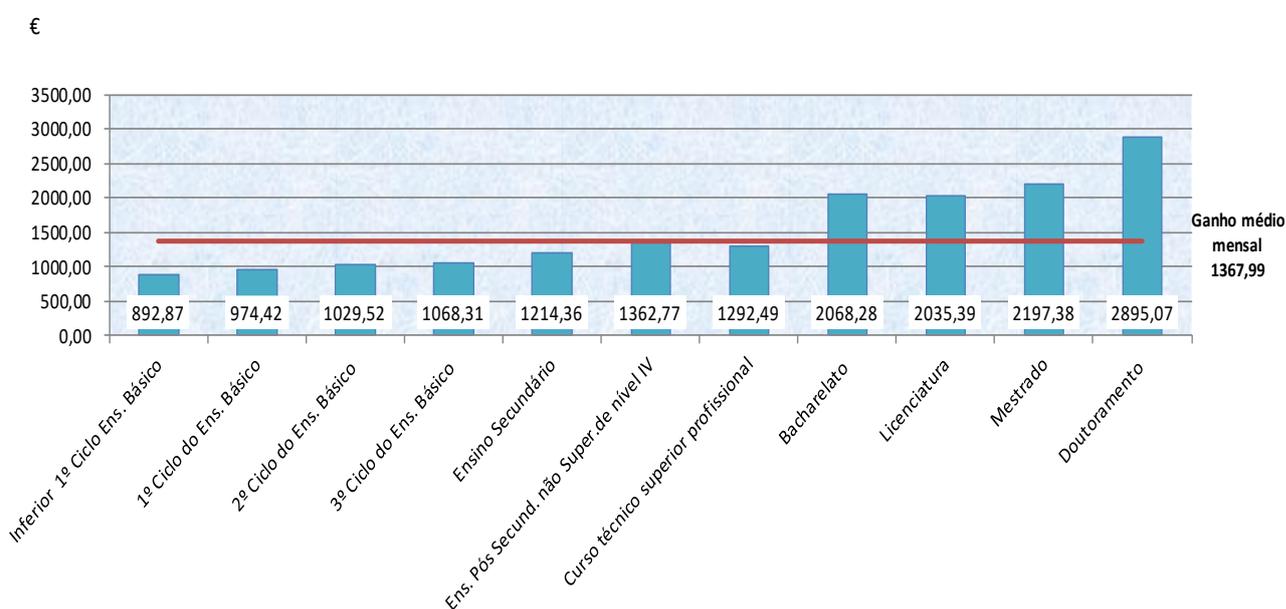
Os dados sobre remunerações médias mensais e mediana do ganho disponibilizados pela Segurança Social não distinguem trabalhadores a tempo completo e a tempo parcial. Tendo isso em conta, procurou-se sobretudo analisar a evolução registada ao longo dos últimos cinco anos.

A remuneração média mensal manteve alguma estabilidade ao longo de 2019, ano a partir do qual se inicia uma trajetória de progressivo crescimento. Quanto à mediana do ganho, nos últimos anos, esta tem vindo a apresentar um aumento gradual, aproximando-se assim, da remuneração base média.

- **Por nível de habilitação**

Analisando o ganho médio mensal por níveis de habilitações, verifica-se que, em 2022, este era, de um modo geral, tanto mais elevado quanto maior o nível de escolaridade, variando entre os 892,87 €, para os trabalhadores que tinham habilitações inferiores ao 1º ciclo do ensino básico e os 2.895,07 €, para os trabalhadores que possuíam doutoramento.

Figura 162. Ganho médio mensal por níveis de habilitações - 2022

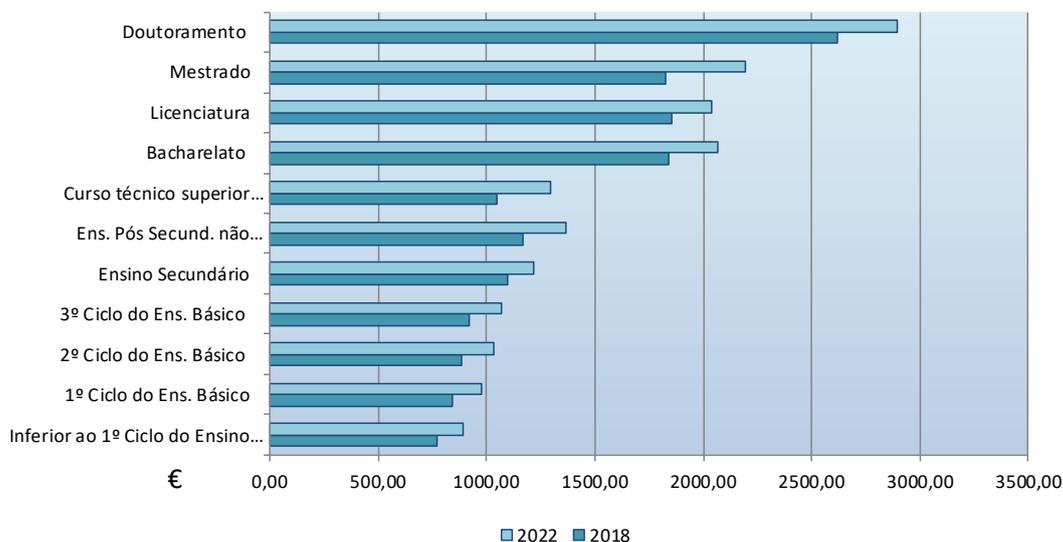


Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Entre 2021 e 2022, o ganho médio mensal aumentou para todos os níveis de habilitações, tendo, em geral, aumentado de forma semelhante na maioria dos níveis de habilitações. Com efeito, à exceção dos níveis relativos ao doutoramento e ao ensino secundário, que apresentaram um aumento de 3,5% e 4,6%, respetivamente, todos os restantes níveis de escolaridade evidenciaram um acréscimo do ganho médio mensal em torno dos 5%. De destacar os trabalhadores com o curso técnico superior profissional e com o mestrado, que viram o seu ganho médio mensal aumentar 7% e 6,6%, respetivamente.

Nos últimos anos, entre 2018 e 2022, o ganho médio mensal aumentou cerca de 16% para os trabalhadores de todos os níveis do ensino básico. Por outro lado, os trabalhadores com habilitações mais elevadas, nomeadamente licenciatura e doutoramento, evidenciaram um menor crescimento do respetivo ganho médio (9,9% e 10,7%, respetivamente).

Figura 163. Evolução do Ganho médio mensal por níveis de habilitações

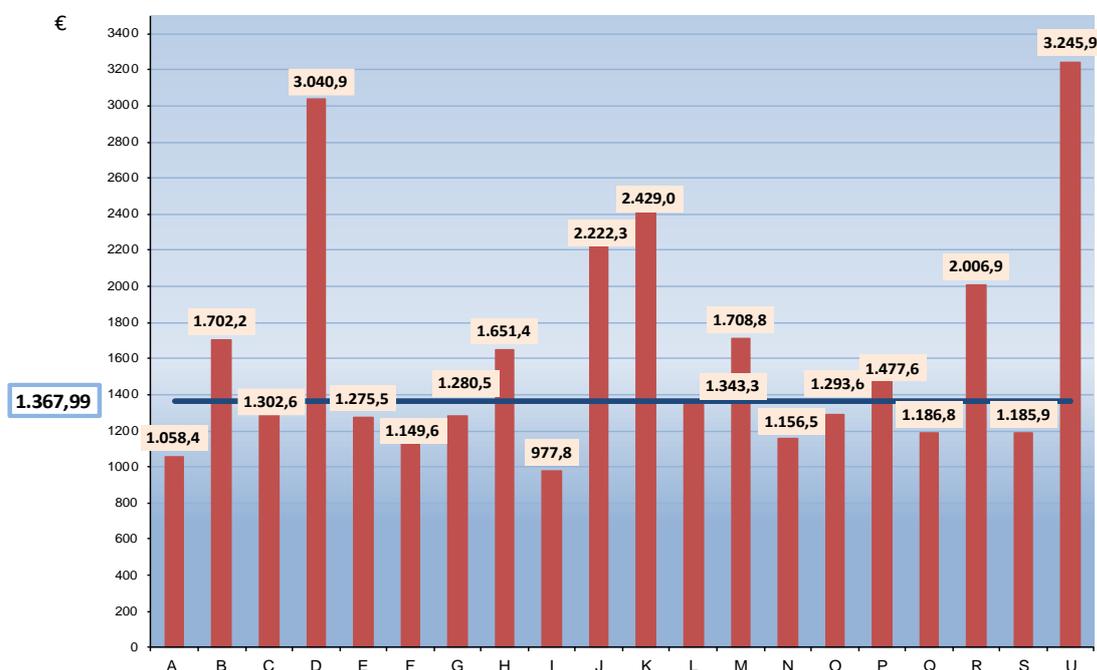


Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

- **Por setores de atividade**

Relativamente aos ganhos médios mensais por setores de atividade, não se registaram, diferenças expressivas face aos anos anteriores. Assim, em outubro de 2022, os setores que registavam os valores mais elevados de ganho médio mensal eram as *Atividades dos organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais* (3.245,88€), a *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio*, (3.040,88€), as *Atividades financeiras e de seguros* (2.429,01€), as *atividades de informação e comunicação* (2.222,26€), as *atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (2.006,93€) e ainda os subsetores da *Consultoria e programação informática e atividades relacionadas; atividades dos serviços informáticos* (2.252,91€), das *Telecomunicações* (2.241,69€), *Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis; fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos* (2.048,22€) e da *Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas* (2.042,99€).

Figura 164. Ganho médio mensal dos TCO a tempo completo por Atividades Económica – 2022



A	AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, FLORESTA E PESCA
B	INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS
C	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS
D	ELECTRICIDADE, GÁS, VAPOR, ÁGUA QUENTE E FRIA E AR FRIO
E	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA; SANEAMENTO, GESTÃO DE RESÍDUOS E DESPOLUIÇÃO
F	CONSTRUÇÃO
G	COMÉRCIO POR GROSSO E RETALHO; REP. DE VEÍC. AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS
H	TRANSPORTES E ARMAZENAGEM
I	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
J	ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

K	ATIVIDADES FINANCEIRAS E DE SEGUROS
L	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
M	ATIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES
N	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS DE APOIO
O	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DEFESA; SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA
P	EDUCAÇÃO
Q	ATIVIDADES DE SAÚDE HUMANA E APOIO SOCIAL
R	ATIVIDADES ARTÍSTICAS, DE ESPETÁCULOS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS
S	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS
U	ACTIV. ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUT. INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS

Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Em 2022, os setores de atividade com ganhos médios mensais mais baixos continuavam a ser o do Alojamento, restauração e similares (977,82€), a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas (1.058,36€), e os subsetores do Fabrico de mobiliário e colchões (1.012,62€) e da Fabricação de têxteis; Indústria do vestuário; indústria do couro e dos produtos do couro (1.017,86€).

Face ao período homólogo, os setores em que o valor do ganho médio mensal mais cresceu foram as Atividades dos organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais (mais 62,5%), os Transportes e armazenagem (mais 12,8%), as Atividades de informação e comunicação (mais 8,6%), o

Alojamento, restauração e similares (mais 7%), as Indústrias extrativas (mais 6,7%), as Atividades administrativas e dos serviços de apoio (mais 6,5%) e também os subsetores da Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis; Fabricação de outro equipamento de transporte (mais 11,5%), da Consultoria e programação informática e atividades relacionadas; atividades dos serviços de informação (mais 10%) e da Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos; Fabricação de equipamento elétrico; Fabricação de máquinas e de equipamentos, não especificados (mais 9,3%).

De salientar que, à exceção do subsetor da *Pesca e aquicultura* que apresentou um decréscimo no valor do respetivo ganho médio mensal (menos 1,4%), todos os restantes setores e subsetores apresentaram um aumento do ganho médio.

Em outubro de 2022, como nos anos anteriores, o ganho médio feminino era superior ao masculino nos setores da *Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória, da Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição, da Construção, das Indústrias Extrativas* e ainda no dos *Transportes e armazenagem*. Em contrapartida, o valor do ganho médio mensal feminino era particularmente inferior ao masculino no setor das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas*, onde representava cerca de metade do ganho mensal masculino.

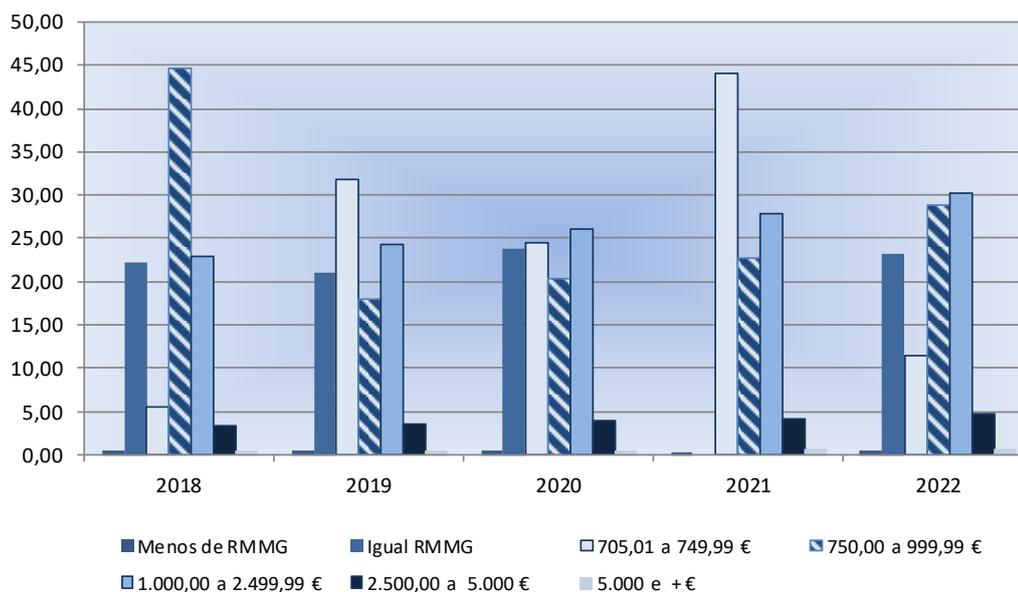
Os setores onde a remuneração base média mensal estava mais próxima do ganho médio mensal eram, em outubro de 2022, tal como em anos anteriores, sobretudo os setores do *Alojamento, restauração e similares, do Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* e ainda o subsetor da *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; silvicultura e exploração florestal*. Os setores onde essa diferença era superior, eram, principalmente, as *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, as Atividades administrativas e dos serviços de apoio, as Indústrias transformadoras, a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* e as *Atividades de saúde humana e apoio social*.

4.2. Estrutura remuneratória

Em 2022, a análise da estrutura remuneratória dos TCO que trabalhavam a tempo completo, no que respeita à remuneração base mensal, permite constatar que mais de metade dos trabalhadores (63,7%) concentrava-se no escalão remuneratório entre os “705,00 e os 999,99 €”. Surgia em seguida o escalão dos “1.000 aos 2.499,9 €”, que reunia 30,2% dos trabalhadores. O escalão entre os “2.500 e os 4.999,99 €” reunia 4,8% e o escalão igual ou superior a “5.000 €”, cerca de 0,8%. Quanto ao escalão inferior à

RMMG, e tendo em conta o aumento da RMMG para 705 € em 2022, este abrangeu cerca de 0,5% dos trabalhadores.

Figura 165. Evolução da Estrutura remuneratória dos TCO (Remuneração base mensal), em percentagem



Nota: Em 2017, a Remuneração Mínima Garantida aumentou para 557 €, em 2018 para 580 €, em 2019 para 600 €, em 2020 para 635 €, em 2021 para 665 € e em 2022 para 705 €.

Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Relativamente ao ano anterior, em 2022, constatou-se um acréscimo nos escalões dos “750,00 aos 999,99€” e dos “1.000,00 aos 2.499,99 €”. De notar que, os escalões superiores a “2.500 €” registaram igualmente uma subida da percentagem de trabalhadores, apesar de ligeira.

Saliente-se ainda que, ao longo dos últimos cinco anos, os escalões entre os “1.000 e os 2.499,99 €” e entre “705,01 aos 749,99€” aumentaram, à custa do escalão entre “750,00 e os 999,99 €”, cujo peso decresceu cerca de 16 p.p. Os restantes escalões registaram apenas ligeiras alterações.

No que respeita à estrutura remuneratória nos diferentes setores de atividade, em 2022, a percentagem de trabalhadores nos escalões remuneratórios até à RMMG manteve-se estável, face a 2021, em praticamente todos os setores, ao contrário dos escalões até aos 749,99€, que evidenciaram uma descida em todos os setores de atividade. Quanto aos trabalhadores cuja remuneração se situava nos escalões entre a “RMMG e os 749,99€”, estes encontravam-se mais representados nos setores da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, do Alojamento, restauração e similares e das Atividades de saúde humana e apoio social*.

Relativamente ao escalão remuneratório que se situa entre os “750,00 e os 999,99 €”, registaram-se acréscimos em todos os setores, à exceção das *Atividades dos organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais*, das *Atividades de informação e de comunicação* e das *Atividades financeiras e de seguros*. De notar que, nos setores dos *Transportes e armazenagem* e da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória*, a subida deste escalão remuneratório foi particularmente expressiva (mais 21,4 p.p. e mais 11 p.p., respetivamente).

Ainda no que respeita ao escalão entre os “750,00 e os 999,9 €”, que reunia 28,9% do total de trabalhadores, importa referir que as atividades mais representadas eram os *Transportes e armazenagem*, a *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* e as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio*.

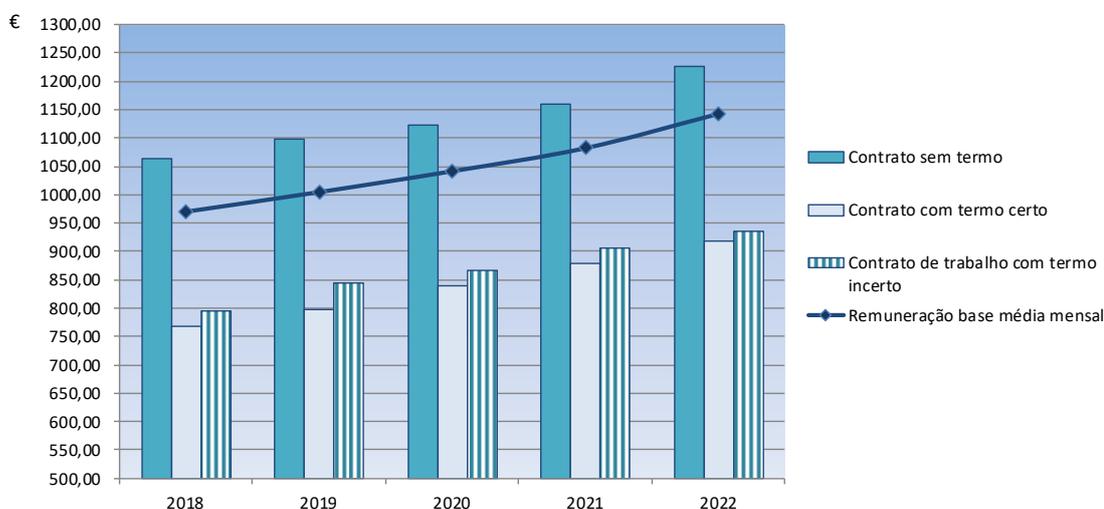
O escalão “1.000 aos 2.499,99 €” era maioritário nos setores das *Atividades financeiras e dos seguros*, da *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* e das *Atividades de informação e comunicação*, todos com mais de 57%. A percentagem de trabalhadores neste escalão remuneratório cresceu em praticamente todas as atividades, com particular destaque para as *Indústrias extrativas* (mais 5,3 p.p. face a 2021).

No escalão dos “2.500 aos 4.999,99 €”, em 2022, destacava-se o setor das *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais* que incluía 26,5% dos trabalhadores nesse escalão e os setores da *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* e das *Atividades de informação e comunicação* que abrangiam, respetivamente, 25,3% e 19,7% dos trabalhadores.

- **Remunerações bases médias mensais por tipo de contrato**

Analisando as remunerações bases médias mensais tendo em conta o tipo de contrato, e de acordo com a informação dos *Quadros de Pessoal*, constata-se que, em outubro de 2022, no Continente, a remuneração média mensal dos TCO que trabalhavam a tempo completo era de 1.227,00 €, para os contratados sem termo, de 918,35 € para os contratados com termo, (ou seja, cerca de 74,8% da remuneração base média dos contratados sem termo) e de 936,55 €, para os contratados com termo incerto. No que se refere a estes três tipos de contratados, que representavam respetivamente 68,3%, 21,3% e 7,2% do total dos TCO, a remuneração base média aumentou, entre 2021 e 2022, tendo crescido cerca de 5,9% para os contratados sem termo, 4,5% para os contratados com termo e 3,5% para os contratados com termo incerto.

Figura 166. Evolução da remuneração base média mensal dos TCO a tempo completo com contratos sem termo e com termo e a termo incerto



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

Em 2022, as categorias de contratados em que a remuneração base média mensal era mais elevada continuavam a ser os contratados em comissão de serviço (3.029,82 € para os TCO em comissão de serviço sem termo, 2.416,03 € para os TCO em comissão de serviço com termo certo e 2.488,52 € para os TCO em comissão de serviço com termo incerto). Os TCO com este tipo de contratos continuavam a ser, tal como no ano anterior, cerca de 2,5 mil.

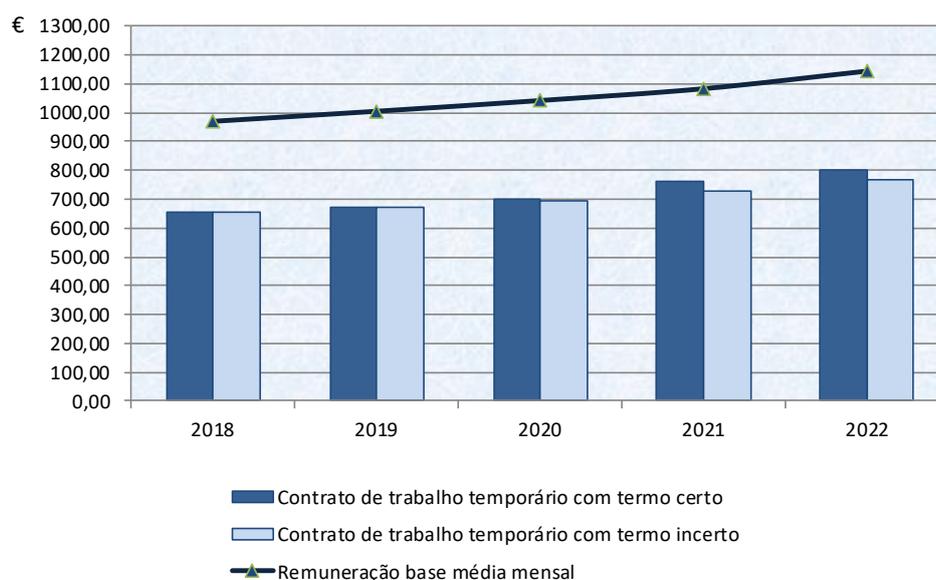
Quanto aos TCO com contratos para prestação subordinada de teletrabalho, que constituíam, no total, cerca de 2,6 mil indivíduos, a remuneração base média mensal variava entre os 1.259,72 € (contratados com termo incerto) e os 2.044,18 € (contratados sem termo). Face ao período homólogo, a remuneração base média mensal destes TCO aumentou de forma expressiva para os contratados para prestação subordinada de teletrabalho sem termo (mais 38,1%), ao contrário dos contratados para prestação subordinada de teletrabalho com termo certo e para os contratados para prestação subordinada de teletrabalho com termo incerto que evidenciaram acréscimos bastante inferiores (mais 2,4% e mais 2,9%).

Em 2022, as remunerações médias mensais mais baixas eram auferidas pelos TCO que trabalhavam a tempo completo com contratos temporários que, no seu conjunto, constituíam perto de 2,5% do total dos TCO. Assim, a remuneração base média mensal dos TCO com contratos por tempo indeterminado por cedência temporária era de 984,77 €, a dos TCO com contratos temporários com termo certo era de 800,24€ e a dos TCO com contratos temporários com termo incerto era de 764,75 €.

Entre 2021 e 2022, a remuneração base média mensal dos TCO com contratos por tempo indeterminado por cedência temporária registou uma quebra de 6,3%, ao contrário dos TCO com contratos de trabalho temporário com termo certo e dos TCO com contrato de trabalho temporários com termo incerto, cujas remunerações médias mensais aumentaram, respetivamente, 4,8% e 5,1%.

Por último, saliente-se o facto de, entre 2018 e 2022, a remuneração base média mensal ter aumentado relativamente a quase todos os tipos de contrato, à exceção dos contratos de trabalho em comissão de serviço com termo certo (menos 9,3%). No que se refere aos TCO com contratos sem termo a remuneração base média mensal aumentou 15,3%, tendo crescido sempre, ao longo da série em análise, tal como os TCO com contratos de trabalho com termo certo e os TCO com contratos de trabalho com termo incerto, cujas remunerações base médias evidenciaram uma subida face a 2018 (mais 19,4% e 17,9%, respetivamente).

Figura 167. Evolução da remuneração base média mensal dos TCO com contratos temporários a termo certo e incerto



Fonte: GEP (MTSSS), *Quadros de Pessoal*

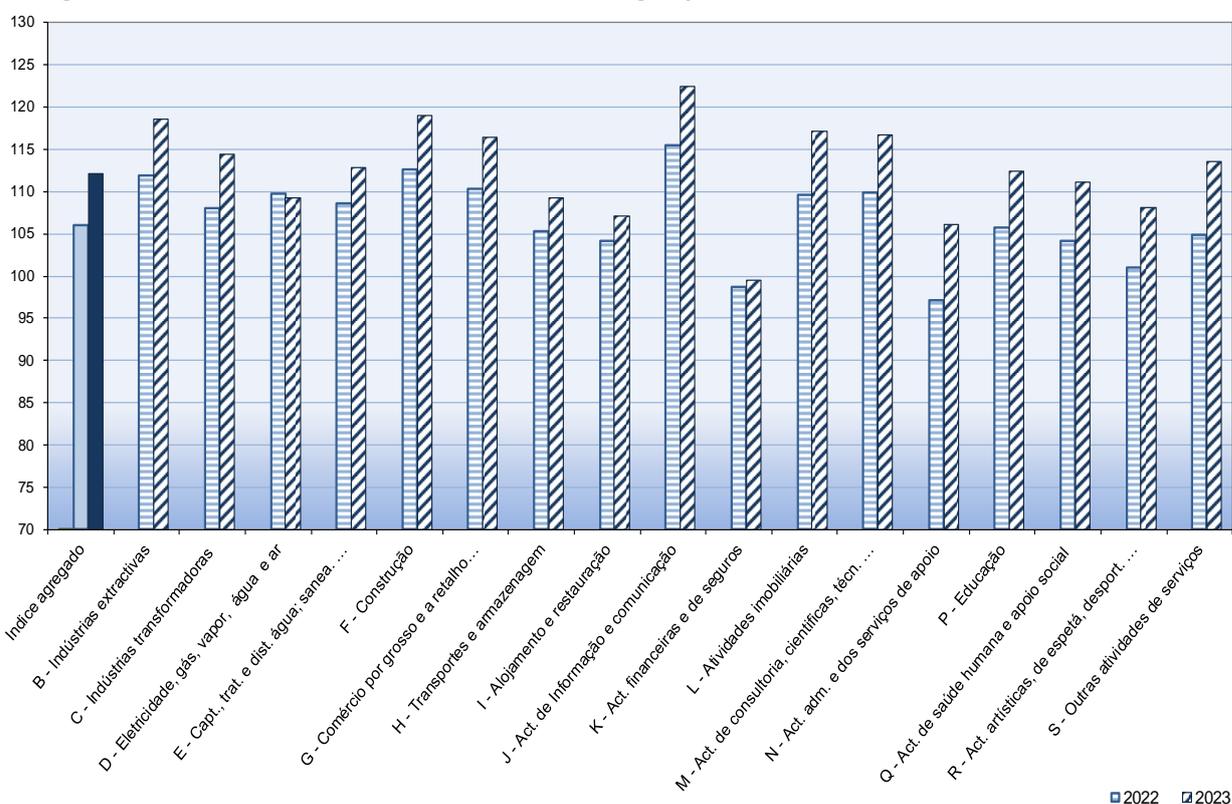
Relativamente à evolução da remuneração base média mensal dos TCO com contratos temporários com termo, tanto os contratos de trabalho temporários com termo certo como os com termo incerto registaram subidas significativas entre 2018 e 2022 (mais 21,7% e mais 16,5%, respetivamente), à semelhança da remuneração base média mensal dos TCO com contratos de trabalho para prestação subordinada de teletrabalho com termo certo e com termo incerto, que sofreram aumentos bastante expressivos, na ordem dos 60% e 55%, respetivamente.

4.3. Índice do custo de trabalho

Em 2023, de acordo com os dados disponibilizados pelo INE para Portugal, o Índice de custo do trabalho registou um acréscimo de 5,8% face ao ano anterior, tendo aumentado em todos os sectores de atividade, à exceção do da *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* (menos 0,4%).

Em termos homólogos, os sectores das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio*, das *Outras atividades de serviços* e das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* foram os que registaram os maiores acréscimos (mais 9,3%, mais 8,2% e mais 7,1%, respetivamente).

Figura 168. Índice do custo de trabalho em Portugal, por setor de atividade (Base: 2020 = 100)



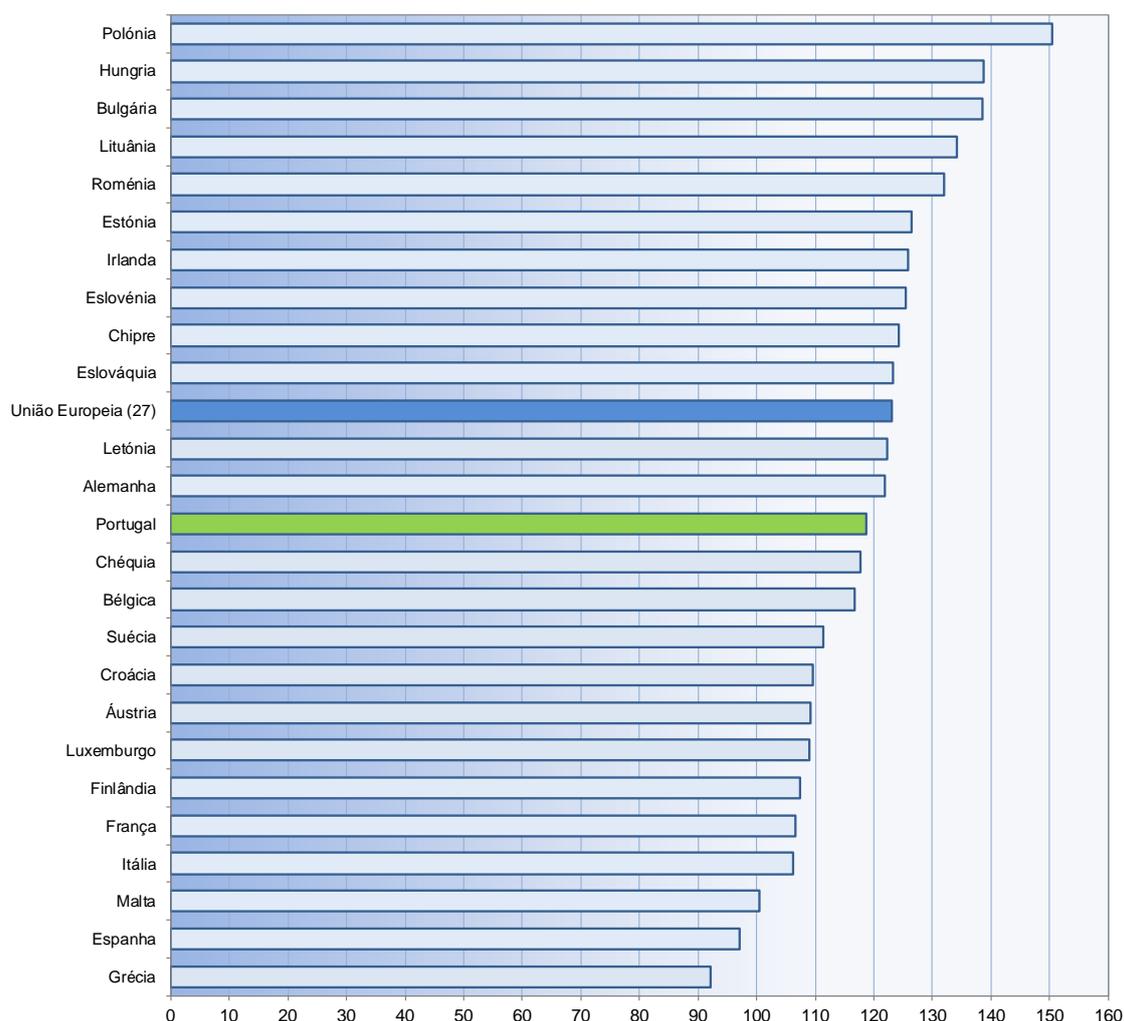
Fonte: INE, *Índice do Custo do Trabalho*

Notas: O índice do custo do trabalho abrange os sectores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K).

Por outro lado, considerando a informação coligida pelo Eurostat, em 2023, constata-se que Portugal foi um dos países onde o índice de custo do trabalho mais se aproximou do da média dos países da União Europeia, não obstante ter sido ligeiramente inferior (118,6 em Portugal face a 123,1 na média dos países da União).

Figura 169. Índice do custo de trabalho nos países da UE, em 2022

(Base: 2020 = 100)



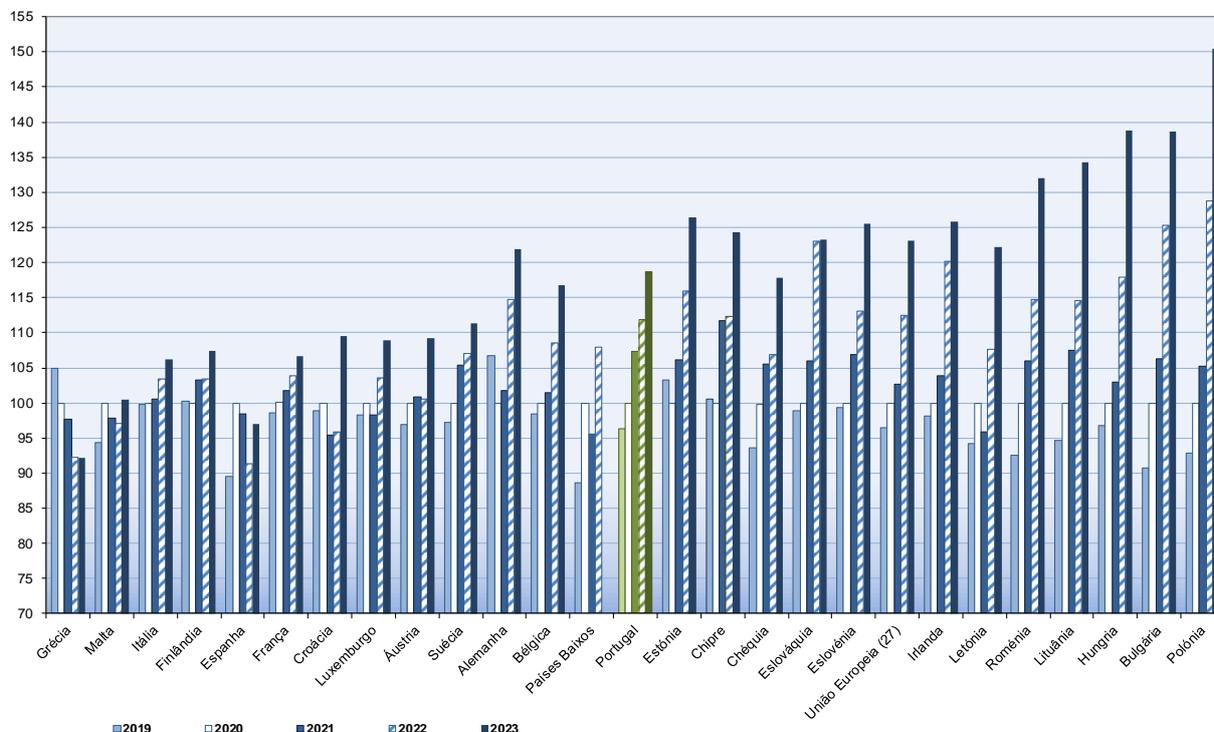
Fonte: Eurostat, *Labour Cost Survey*

Notas: O índice do custo do trabalho abrange os setores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K).

Deste modo, em 2023, o índice de custo do trabalho em Portugal foi inferior ao da Polónia, Hungria, Bulgária, Lituânia, Roménia, Estónia, Irlanda, Eslovénia, Chipre, Eslováquia, União Europeia, Letónia e Alemanha.

Por último, importa salientar que, a análise deste índice desde o início da série (*Base 2020 = 100*), coloca em evidência o facto de Portugal se encontrar a meio da tabela, relativamente aos países onde o índice de custo do trabalho mais cresceu.

Figura 170. Evolução do Índice do custo de trabalho nos países da UE
(Base: 2020 = 100)



Notas: O índice do custo do trabalho abrange os sectores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K). Dados indisponíveis para a Dinamarca e os Países Baixos.

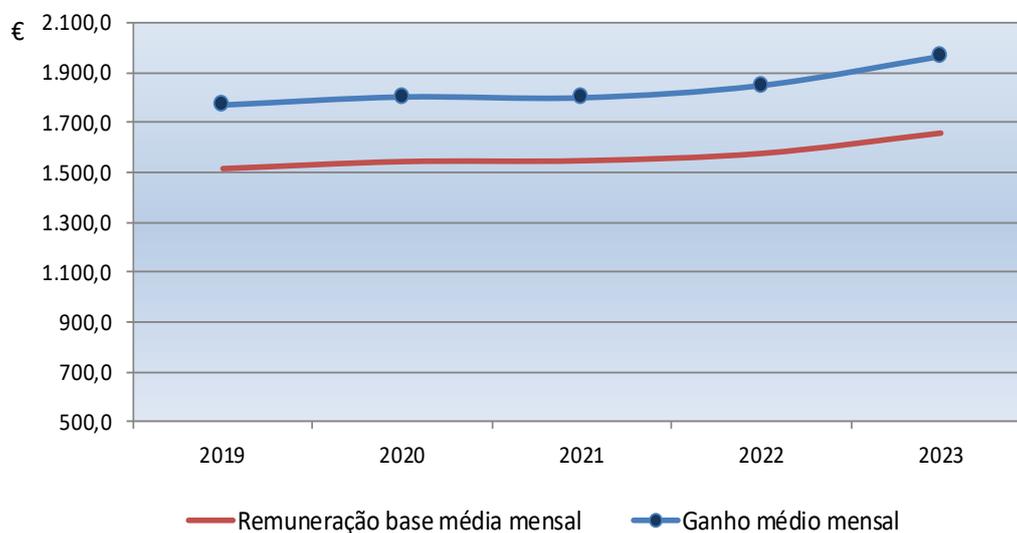
Fonte: EUROSTAT, *Labour Cost Survey*

4.4. Ganhos e Remunerações nas Administrações Públicas

Segundo os dados disponibilizados pela DGAEP, em 2023⁷⁷, no Continente, o ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas Administrações Públicas era de 1.967,3 €. Face ao período homólogo, o ganho médio cresceu cerca de 6,3%, o que correspondeu a um acréscimo de 117,4 €. Ao longo dos últimos cinco anos, o ganho médio mensal aumentou 11,1%, tendo passado de 1771,4 €, em 2019, para 1967,3 €, em 2023, ou seja, um acréscimo de 196 €.

⁷⁷ Os dados apresentados neste capítulo têm como data de referência o mês de outubro.

Figura 171. Evolução do Ganho médio mensal e da Remuneração base média mensal nas Administrações Públicas

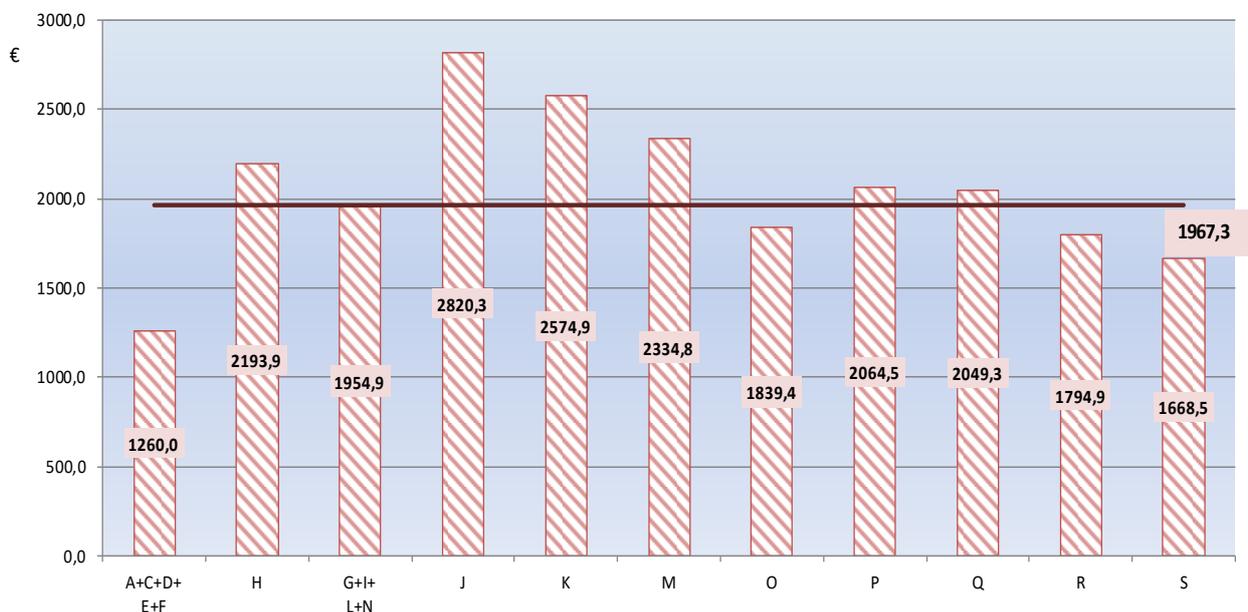


Fonte: DGAEP, Síntese estatística do emprego público

Quanto à remuneração base mensal nas Administrações públicas, no Continente, em 2023, esta era de 1.661,3 € e representava 84,4% do ganho médio mensal. Ao longo do período em análise, a remuneração base média aumentou 9,8%, o que correspondeu a um aumento de 148,4 €, face a 2019. Assim, a remuneração base média mensal passou de 1512,9 €, em 2019, para 1661,3 €, em 2023.

Relativamente ao ganho médio mensal nas Administrações Públicas no Continente por CAE, em 2023, as *Atividades de informação e comunicação* continuaram a ser o sector com o ganho médio mensal mais elevado (2820,3 €). Seguiam-se as *Atividades financeiras e dos seguros* (2574,9 €), as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (2334,8 €) e os *Transportes e armazenagem* (2193,9 €). O sector em que o ganho médio mensal era mais baixo continuava também a ser, tal como no ano anterior, o que agregava a *Agricultura e produção animal, as Indústrias Transformadoras, a Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, a captação, tratamento e a Distribuição de água, saneamento e gestão e resíduos e despoluição e a construção* (1260 €).

Figura 172. Ganho médio mensal nas Administrações Públicas por CAE -2023



- | | |
|--|---|
| A+C+D+ Agr. e prod. animal; Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, | M Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares |
| E+F água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção | O Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória |
| H Transportes e armazenagem | P Educação |
| G+I+ Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas | Q Atividades de saúde humana e apoio social |
| L+N semelhantes; Atividades administrativas | R Atividades artísticas, de espetáculos, desport. e recreat. |
| J Atividades de informação e de comunicação | S Outras atividades de serviços |
| K Atividades financeiras e de seguros | |

Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Por último, importa salientar que, entre 2022 e 2023, todos os sectores evidenciaram um aumento do ganho médio mensal, com destaque para o sector do *Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Atividades imobiliárias; Atividades administrativas* (com mais 10,7%), seguido pelas *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (com mais 8,8%) e pelos sectores dos *Transportes e armazenagem* e da *Agricultura e produção animal, Indústrias Transformadoras, Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, captação, tratamento e Distribuição de água, saneamento e gestão de resíduos e despoluição e construção* (ambos com mais 7,7%).

5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO

5.0. Nota introdutória

Neste capítulo são analisadas as políticas ativas de emprego e a formação profissional. Foi considerada a informação proveniente do *Relatório de execução física e financeira*, da responsabilidade do IEFP.

Este capítulo inclui, ainda, a análise dos dados relativos às ações de formação promovidas pelas empresas para os seus trabalhadores, disponibilizados no *Relatório anual de Formação Contínua* do GEP-MTSSS⁷⁸ (reportados no *Anexo C do Relatório Único*).

Este capítulo termina com a análise das ofertas e colocações dos Centros de Emprego, tendo como fonte a publicação *Estatísticas do Mercado de Emprego*, da responsabilidade do IEFP.

5.1. Formação Profissional promovida pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional

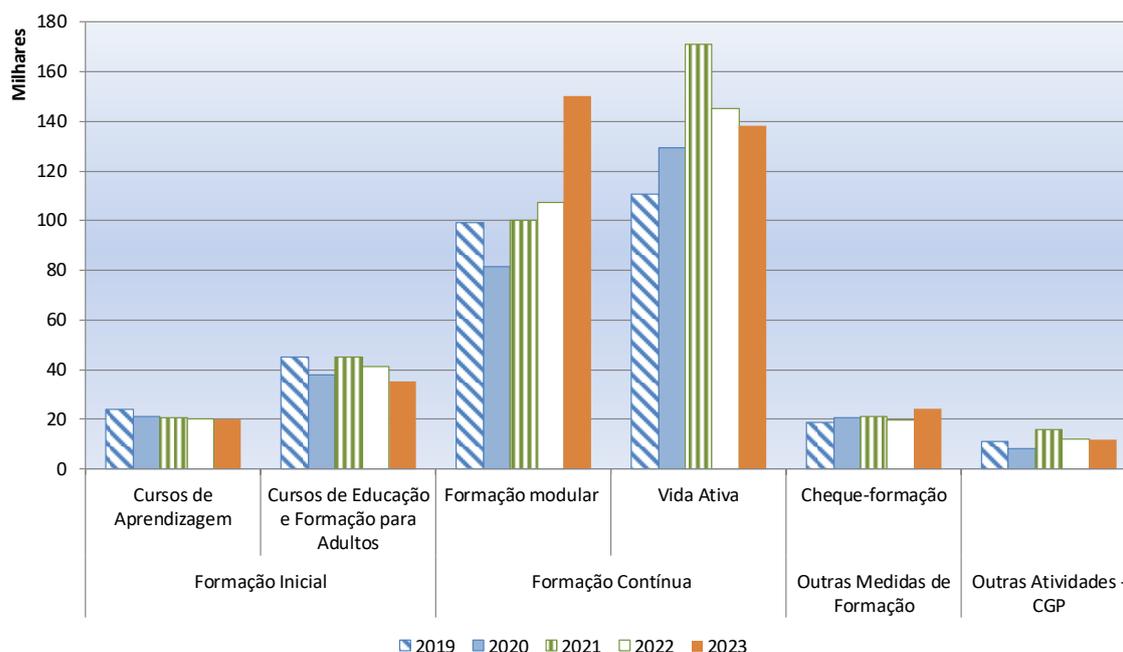
Para a análise das medidas de formação e emprego promovidas pelo IEFP recorreu-se ao *Relatório de execução física e financeira* daquele Instituto, para o ano de 2023, excluindo as medidas não integradas nos sistemas informáticos e que são reportadas, pelo IEFP, na execução física da formação profissional, onde se destacam os encaminhamentos efetuados pelos Centros Qualifica e as Ações em Cooperação com Outras Entidades. Os dados para os anos de 2020 a 2023, foram disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP, tendo por base a mesma metodologia de apuramento.

⁷⁸De referir que, em março de 2023, o GEP-MTSSS disponibilizou dados relativos ao *Inquérito à formação profissional contínua 2020*. Este inquérito de periodicidade quinquenal e realizado via Web, abrangeu uma amostra de 6 583 empresas, com 10 ou mais pessoas ao serviço, estratificada por atividade económica, dimensão e NUT II. Saliente-se que, em 2020, 31 400 empresas proporcionaram formação profissional contínua aos seus trabalhadores, correspondendo a 75,6% do total de empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço. Tal traduziu um aumento de 0,6 p.p. face a 2015 e de 11 p.p. relativamente a 2010. O número de pessoas ao serviço que frequentaram cursos de FPC atingiu 979,8 milhares em 2020, tendo registado 887,7 milhares em 2015 e 829,8 milhares em 2010. Este valor correspondeu em 2015, a uma taxa de acesso a cursos de FPC de 42,6% (46,3% em 2015 e 39,8% em 2010), traduzindo uma diminuição de 3,7 p.p. face ao último ano observado (in *Inquérito à formação profissional contínua 2020 – síntese*, Estatísticas em síntese, <http://www.gep.mtsss.gov.pt>).

Em 2023, as ações de formação promovidas pelo IEPF abrangeram 500,8 mil pessoas, dos quais se salientam 330,5 mil abrangidos em ações de Formação Contínua (66%), 63,4 mil (12,7%) na Formação Inicial, 24,6 mil (4,9%) na formação para a inclusão, 70,3 mil (14%) abrangidos por outras medidas de formação, incluindo o Cheque-formação e a Formação de Formadores, e cerca de 11,9 mil (2,4%) em Outras atividades dos Centros de Gestão Participada.

Relativamente à Formação Inicial, 20 mil jovens frequentaram Cursos de Aprendizagem, verificando-se que o seu número tem vindo a diminuir tenuemente a partir de 2019 (20,1 mil em 2022). No que respeita aos Cursos de Educação e Formação de Adultos, o número de formandos abrangidos em 2023 (35,3 mil) decresceu em relação a 2022 (41,4 mil pessoas), bem como os Cursos de especialização tecnológica⁷⁹, que registaram igualmente uma diminuição mas mais expressiva em 2023 (3,5 mil), face a 2022 (4,4 mil).

Figura 173. Número de formandos abrangidos por cursos de formação



Fonte: IEPF, *Relatório de Execução física e financeira* - dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEPF.

No que respeita à Formação Contínua, em 2023, os abrangidos na medida Vida Ativa⁸⁰ (138,3 mil) representavam cerca de 41,8% do total e os abrangidos pela Formação modular⁸¹ (150,1 mil), cerca de

⁷⁹ Os cursos de especialização tecnológica destinam-se simultaneamente a população jovem e a população adulta.

⁸⁰ A medida *Vida Ativa* é dirigida a desempregados que não possuam o 9º ano de escolaridade ou a desempregado que não possuam uma qualificação ajustada ao mercado de trabalho e visa promover a (re)integração no mercado de trabalho através da frequência de unidades de formação de curta duração. Os percursos de formação têm uma duração entre 25 e 300 horas.

⁸¹ A partir de 2017, a medida formação modular passou a incluir ativos empregados e desempregados.

45,4%. A medida Cheque-Formação⁸² envolveu 24,4 mil pessoas e as outras atividades de formação implementadas pelos Centros de Gestão Participada, cerca de 11,9 mil pessoas. Comparativamente a 2022, destaca-se o crescimento da Formação Modular (mais 42,6 mil pessoas) e a formação Certificado de Competências Digitais⁸³ (mais 8,5 mil pessoas).

No que se refere, ao conjunto das medidas de formação promovidas no âmbito do IEFP, em 2023, as mulheres são maioritárias (57,1%), tendo uma grande predominância na medida Qualificação para a Internacionalização (68,6%), seguida pela medida Vida Ativa (67,1%), nos Cursos de Educação e Formação para Adultos (66%), na Formação de Formadores (65,4%) e no Programa Jovem + Digital (62,9%). Já nos Cursos de Especialização Tecnológica predominavam os homens (76,3%), assim como nos Cursos de Aprendizagem (67,2%) e na Formação para a Inclusão (63,6%).

Em 2023, no que respeita aos escalões etários, nas ações de Formação Inicial, mais de metade dos abrangidos continuavam abaixo dos 35 anos (60%). Na Formação Contínua, esse grupo correspondia a 30,6% dos abrangidos e 31,1% tinha 50 ou mais anos. Constata-se que o número dos abrangidos dos escalões etários mais velhos tem vindo a aumentar.

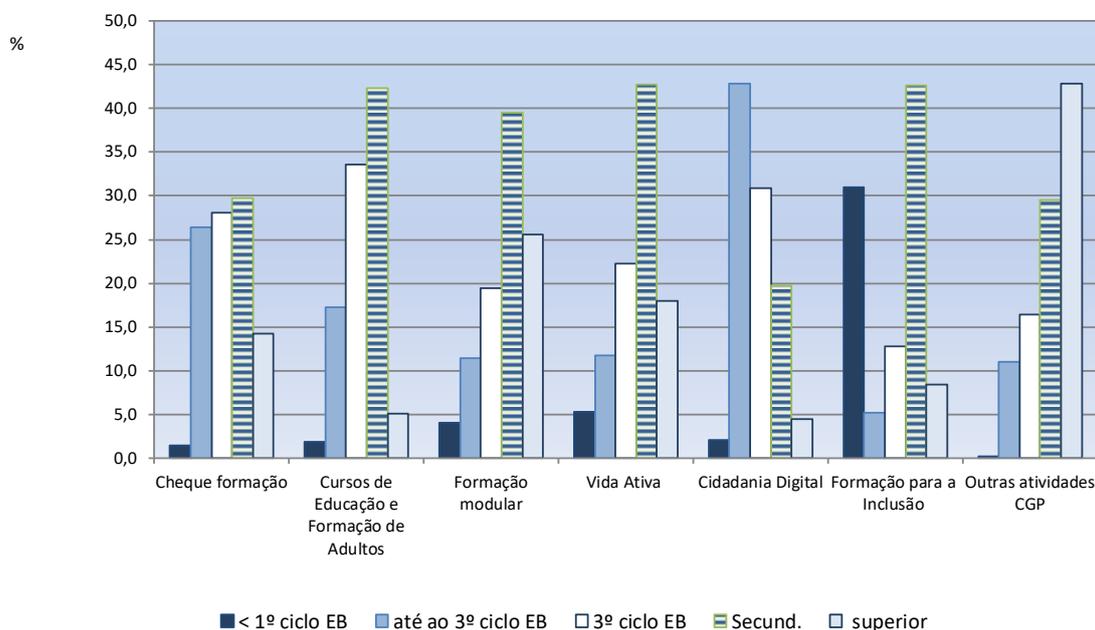
Na repartição por níveis de habilitações, em 2023, nas medidas de Formação Inicial, e considerando que os Cursos de Aprendizagem se dirigem a jovens com o 3º ciclo do ensino básico que não tenham concluído o 12º ano, os abrangidos enquadram-se, naturalmente, nesse nível de habilitações. Já nos Cursos de Especialização Tecnológica, dirigidos a pessoas com pelo menos o ensino secundário, 88,8% dos abrangidos tinha esse nível de escolaridade e os restantes tinham habilitações superiores.

Em relação às ações de Formação Contínua, 40,9% dos abrangidos tinha o ensino secundário, 21,1% tinha o ensino superior, 20,4%, tinha o 3º ciclo do ensino básico e 12,9% tinha até ao 3º ciclo do ensino básico. Comparativamente aos anos anteriores, verifica-se uma tendência para o decréscimo dos abrangidos com níveis de habilitações mais baixos.

⁸² A medida Cheque-Formação, constitui uma modalidade de financiamento direto da formação a atribuir aos utentes inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional, nomeadamente empregadores, ativos empregados e desempregados (Portaria n.º 229/2015, de 3 de agosto). Inclui, ainda, desempregados não enquadrados nas medidas no âmbito da Vida Ativa. Consiste na concessão de apoio financeiro que frequentem percursos de formação orientados para a aquisição de competências relevantes para a melhoria do desempenho individual ou para o aumento da produtividade do fator trabalho e, no caso dos desempregados, ajustadas às necessidades do mercado de trabalho. O apoio a atribuir considera um limite de 50 horas (ativos empregados) ou de 150 horas (desempregados) num período de 2 anos.

⁸³ Medida criada no último trimestre de 2021.

Figura 174. População abrangida nas medidas de Formação em 2023, por nível de escolaridade

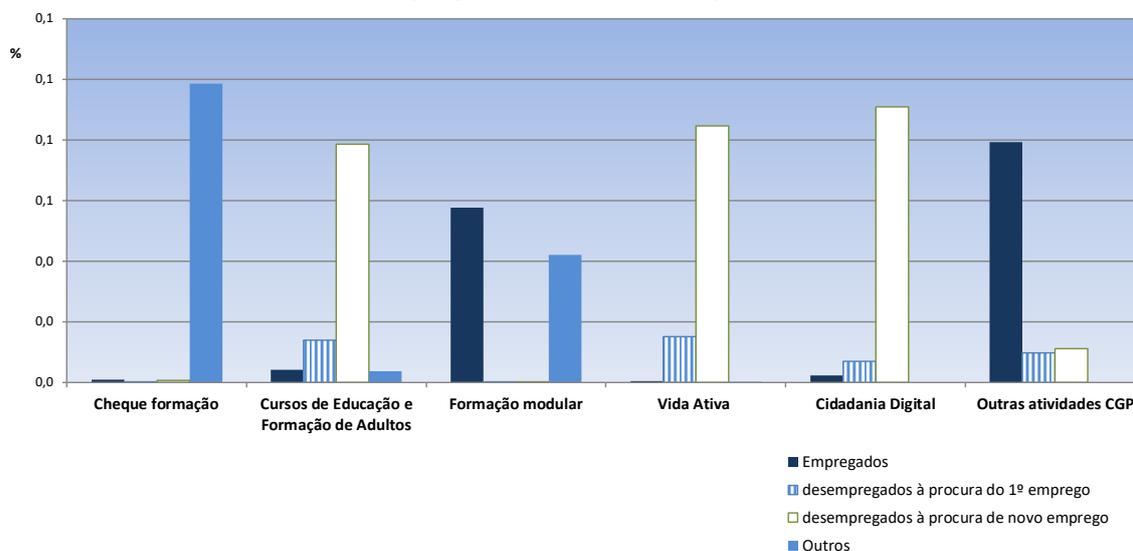


Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* - dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP.

De notar que os formandos com o ensino secundário eram maioritários nos Cursos de Especialização Tecnológica (88,8%), na Qualificação para a Internacionalização (69,1%) e no Programa Jovem + Digital (66,3%). Nos cursos de educação e formação de adultos, a larga maioria dos formandos situava-se entre o 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário (33,6% e 42,3%, respetivamente). Quanto à Formação de Formadores, 86,3% tinha formação superior.

Analisando a situação face ao emprego dos formandos no início da formação, em 2023, verificou-se que, no total da formação profissional, os desempregados representavam 46,8% e os empregados 29,7%, embora esta relação seja variável medida a medida. Assim, por exemplo, enquanto na vida ativa, no Certificado de Competências Digitais, na Qualificação para a Internacionalização, no Programa Jovem + Digital e na Cidadania Digital os abrangidos eram essencialmente desempregados (todos com mais de 95%). Em contrapartida, na formação modular, mais de metade eram trabalhadores empregados (cerca de 57,7%).

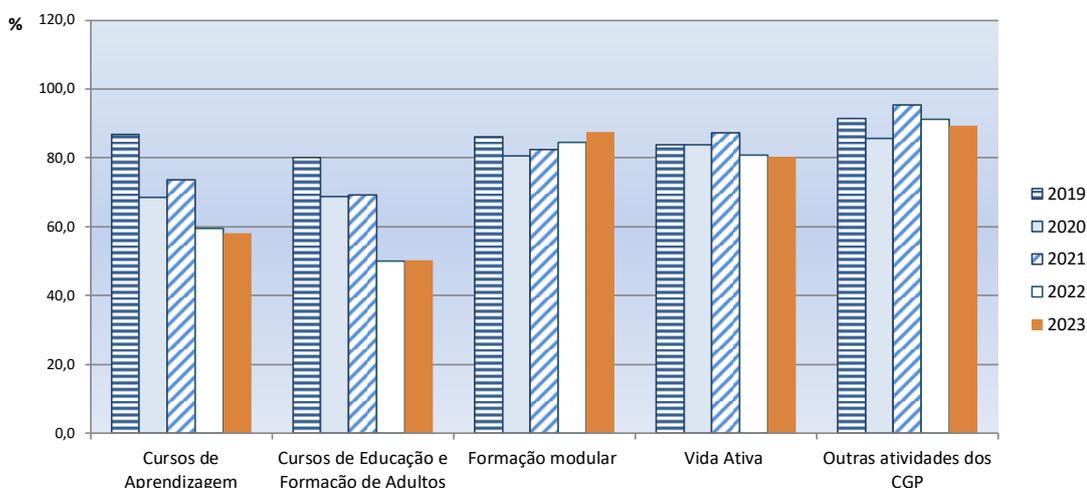
Figura 175. População abrangida nas medidas de Formação segundo a situação face ao emprego no início da formação, em 2023



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* - dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP.

Observando a percentagem de desistentes nas diferentes medidas de formação profissional, esta representava no total 6,4% dos abrangidos na formação em 2023, apesar de, nos Cursos de Educação e Formação de Adultos, os desistentes constituíam cerca de 17,4% dos abrangidos e, nos Cursos de especialização tecnológica, cerca de 9,6%. De referir que, esse valor é mais elevado no Programa Jovem + Digital (22,5%), mas por outro lado, na Cidadania digital e na Formação modular, as taxas de desistência são bastante mais baixas (1,7% e 3,2% respetivamente).

Figura 176. Percentagem de formandos aprovados no final da formação



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* - dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP.

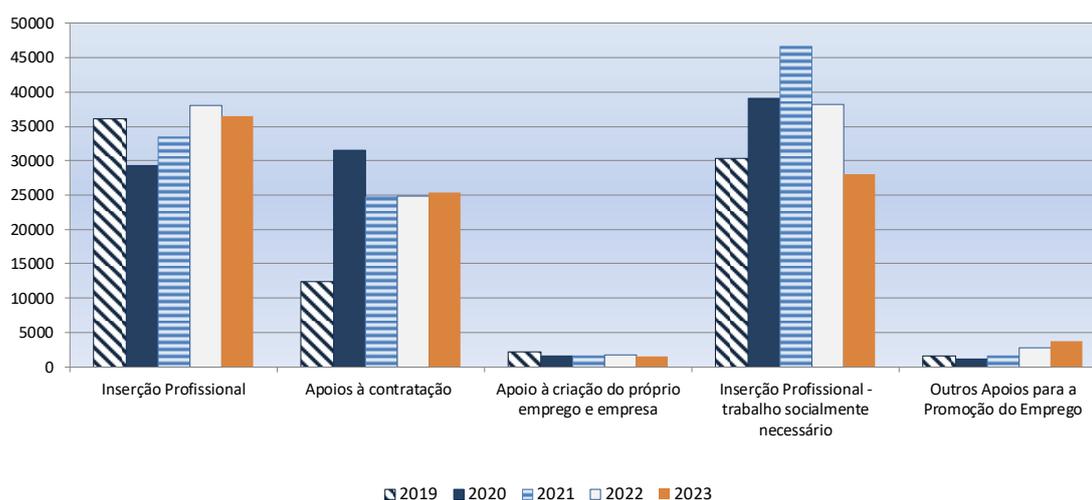
Por último, considerando os formandos que terminaram a formação em 2023, constata-se que as taxas de aprovação mais elevadas se registaram na Formação modular (87,4%), na formação para a Cidadania Digital (85,3%), na Vida Ativa- Emprego Qualificado- Gestão Direta (80,8%), no Programa E+D 2025 - Emprego + Digital (91,4%) e na Formação de Formadores (82,8%).

5.2. Medidas de Apoio ao Emprego

Em 2023, as medidas de apoio ao emprego promovidas pelo IEFP abrangeram cerca de 95 mil pessoas. Destas, 29,4%, beneficiaram das medidas de *Inserção Profissional – trabalho socialmente necessário*, 38,4% beneficiaram das medidas de *Inserção profissional*⁸⁴, 26,7% beneficiaram de *apoios à contratação*, 4% beneficiaram de *Outros Apoios para a Promoção do Emprego* e cerca de 1,5% beneficiaram de *Apoio à criação de emprego e empresas*⁸⁵.

Em relação a 2022, o número de abrangidos decresceu (menos 10,481 mil pessoas), devido principalmente à diminuição registada ao nível das medidas de *Inserção profissional – trabalho socialmente necessário*. Por outro lado, aumentou o número de abrangidos pela medida *Outros Apoios para a Promoção do Emprego* (mais 1,010 mil), assim como pela medida *Apoios à Contratação* (mais 589 pessoas). Em 2023, 74,4% dos abrangidos pelas medidas de apoio ao emprego tinham terminado a sua participação.

Figura 177. Número de abrangidos por medidas de Apoio ao Emprego



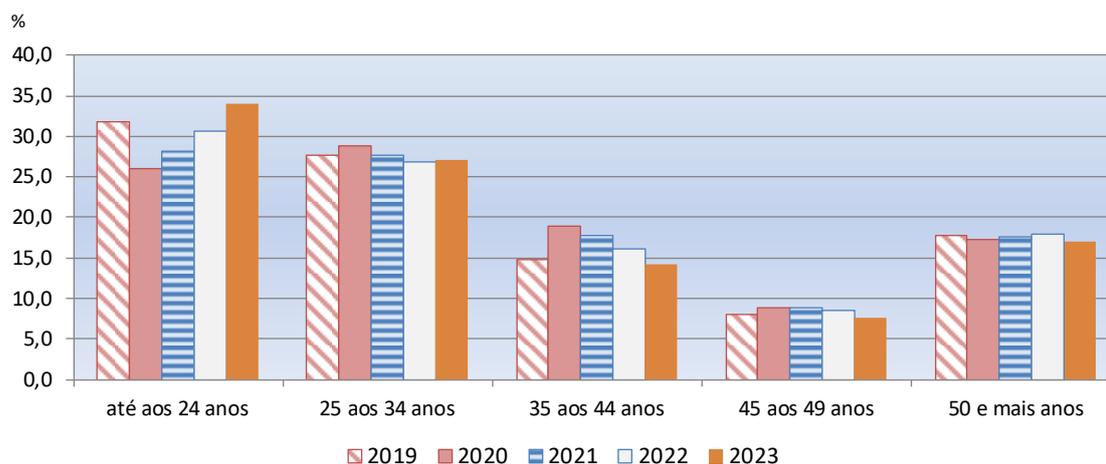
Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* - dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP.

⁸⁴ As medidas de Inserção Profissional incluem estágios profissionais de diferentes tipos e designações, promovidos pelo IEFP ao longo do período de referência: "Estágios Emprego"; "Estágios Profissionais", "Estágios ATIVAR.PT" e "Emprego – Jovem Ativo".

⁸⁵ Medida dirigida a desempregados beneficiários do subsídio de desemprego ou do subsídio social de desemprego ou do rendimento social de inserção para que desenvolvam trabalho socialmente útil durante um período de até 12 meses, em entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos. Inclui as medidas "Contrato de emprego-inserção e Contrato de emprego inserção +".

Em 2023, as mulheres representavam 63,1% do total dos abrangidos pelas medidas de apoio ao emprego e, como se tem verificado de anos anteriores, eram maioritárias em quase todas elas. No entanto, tal não aconteceu nas medidas *Apoio à Criação de Emprego e Empresas* e *Outros Apoios para a Promoção do Emprego*, onde prevalecia o sexo masculino.

Figura 178. Evolução da percentagem de abrangidos pelas medidas de Apoio ao Emprego por escalões etários



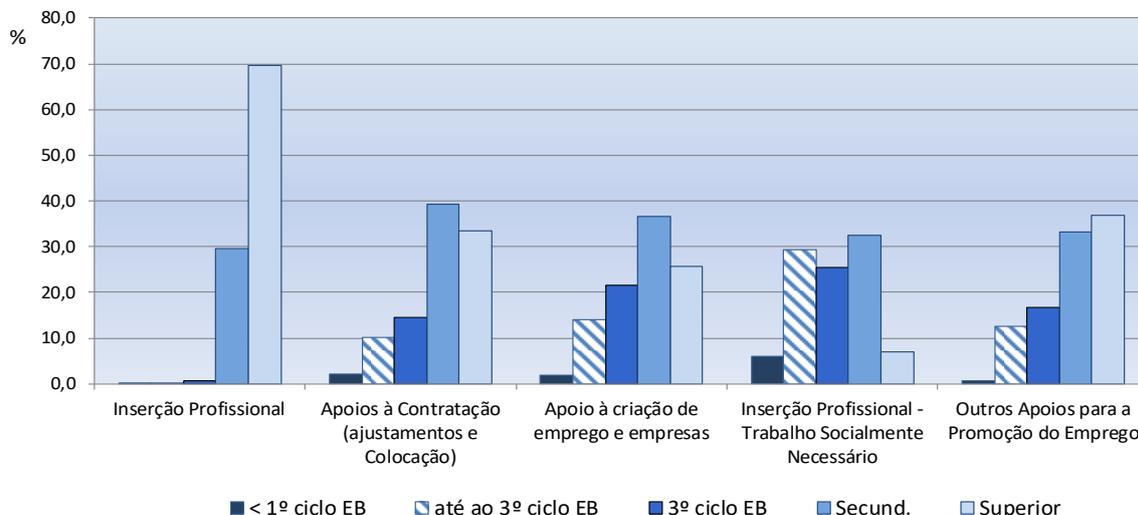
Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* - dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP.

Relativamente aos escalões etários, em 2023, 34% dos abrangidos situavam-se no escalão etário até aos 24 anos, seguido pelo escalão dos 25 aos 34 anos (27,2%). Cerca de 14,2% deste universo tinham entre 35 e 44 anos e 17% tinham 50 e mais anos. É de salientar, nos últimos anos, o aumento do peso do escalão mais jovem que, apesar de um decréscimo em 2020, voltou a crescer em 2021 e 2022.

No conjunto de medidas de *Inserção Profissional*, 64,2% dos abrangidos tinham até 24 anos e 30,6% estava no escalão entre os 25 e os 34 anos. Relativamente aos *Apoios à Contratação*, o escalão etário mais representado era o dos 25 aos 34 anos (34,2% do total), seguindo-se o escalão dos até aos 24 anos (28%). Nos *Apoios à criação de emprego e empresas*, 36,9% dos abrangidos tinham entre 35 e 44 anos e 20,7% tinha 50 ou mais anos. Já no que respeita à *Inserção Profissional - Trabalho Socialmente Necessário*, o escalão dos 50 e mais anos representava 40,3% dos abrangidos, seguindo-se o escalão dos 35 aos 44 anos (23,2%).

Em 2023, no que se refere aos níveis de habilitações dos abrangidos pelas medidas de apoio ao emprego, 39,6% tinham o ensino superior, 33,2% o ensino secundário, 12,1% dos abrangidos possuíam até ao 3º ciclo do ensino básico e 12,6% tinham o 3º ciclo do ensino básico.

Figura 179. Percentagem de abrangidos por medidas de Apoio ao Emprego, por níveis de habilitações, em 2023



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* - dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP.

No que se refere aos níveis de habilitações dos abrangidos, pelas medidas de *Inserção profissional*, em 2023, 69,8% possuíam o ensino superior e 29,5%, o ensino secundário. Estes eram também os níveis de habilitações com maior expressividade nos *Apoios à contratação*, apesar de o peso de cada um destes níveis de habilitações fosse mais aproximado. No *Apoio à criação de emprego e empresas*, os abrangidos com o ensino secundário representavam 36,7%, enquanto os abrangidos com o ensino superior constituíam 25,8%. Por outro lado, 21,6 % dos abrangidos nesta medida tinham o 3º ciclo do ensino básico. Quanto à medida *Inserção Profissional - Trabalho Socialmente Necessário*, cerca de 32,4% dos abrangidos tinham o ensino secundário e 29,2% possuíam até ao 3º ciclo do ensino básico.

Em 2023, em relação à situação face ao emprego, 94,8% dos abrangidos pelas medidas de Apoio ao emprego eram desempregados⁸⁶ no início da frequência das medidas e 4,4% eram indivíduos não registados à procura de emprego. Somente 0,8% do total de abrangidos, eram empregados.

No que diz respeito aos desempregados, os que se encontravam à procura do novo emprego constituíam 72% do total dos abrangidos pelas medidas. Efetivamente, os desempregados à procura do 1º emprego só apresentavam algum valor significativo na medida de *Inserção Profissional* (57,3% do total da medida).

Em 2023, observando a situação dos abrangidos por medidas de apoio ao emprego após a frequência na medida de *Inserção Profissional* verifica-se que obtiveram colocação, 55,7% (cerca de 12,4 mil) dos indivíduos. Já na medida *Inserção Profissional – Trabalho Socialmente Necessário*, obtiveram colocação 15,3% (2,7 mil) pessoas).

⁸⁶ No que se refere ao acesso às medidas de apoio ao emprego, os trabalhadores com suspensão de contrato de trabalho por salários em atraso são equiparados a desempregados.

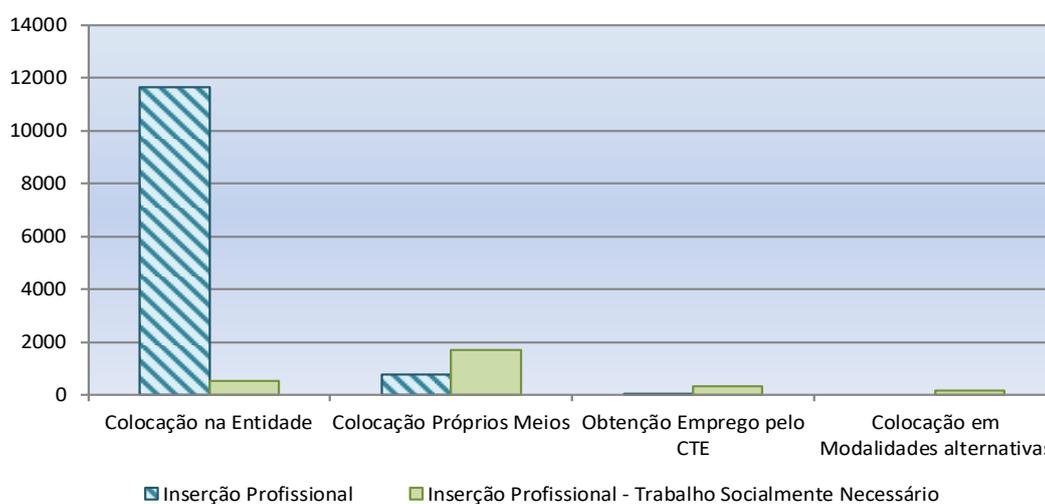
Figura 180. Evolução da percentagem de empregados no total dos indivíduos que concluíram medidas de Inserção Profissional



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* - dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP.

Analisando os indivíduos que ficaram empregados após a conclusão dos estágios no âmbito das medidas de Inserção Profissional, em 2023, 93,7% foram colocados na entidade onde estagiaram (cerca de 11,6 mil), 6,2% encontraram colocação pelos próprios meios (769 pessoas) e os remanescentes (0,1%) obtiveram colocação através do Centro de Emprego. No que respeita às medidas de *Inserção profissional* e *Inserção Social – Trabalho Socialmente Necessário*, somente 19% (520 pessoas) ficaram colocados na entidade que os acolheu, tendo 61,7% (1,7 mil pessoas), encontrado colocação pelos seus próprios meios. De referir que 12,6% (344 indivíduos) foram colocados através do Centro de Emprego.

Figura 181. Tipologia de colocação dos indivíduos que concluíram medidas de Inserção Profissional em 2023



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* - dados disponibilizados pelo Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo do IEFP.

Formação profissional em regime presencial ou a distância

Em 2023, o recurso às tecnologias de informação de comunicação para assegurar a realização de um conjunto de atividades, até então asseguradas de modo presencial, continuou a generalizar-se a vários domínios e atividades, incluindo a formação profissional. Neste contexto, o quadro seguinte dá nota da proporção das ações de formação profissional promovidas no âmbito do IEFP, em regime presencial e a distância.

Figura 182. Regime de Formação Profissional						
Formação realizada durante o ano de 2023						
	Ações de formação (%)		Formandos abrangidos (%)		Volume de formação (%)	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
A distância	37	28	38	32	24	20
A distância e presencial	10	10	10	9	21	20
Presencial	53	62	52	58	55	60

Nota: Dados de 2023, referentes às ações desenvolvidas pelos Centros de Emprego e Formação Profissional (CEFP) do IEFP e por Entidades Formadoras Externas (EFE) no âmbito dos cursos de aprendizagem.
Fonte: IEFP, Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo

Deste modo, constata-se que 62% das ações de formação ocorreram em regime presencial e 28% tiveram lugar a distância, abrangendo respetivamente 58% e 32% do total de formandos. De notar que, 10% das ações de formação, aconteceram em regime misto (com formação a distância e presencial) e envolveram 9% do total de formandos.

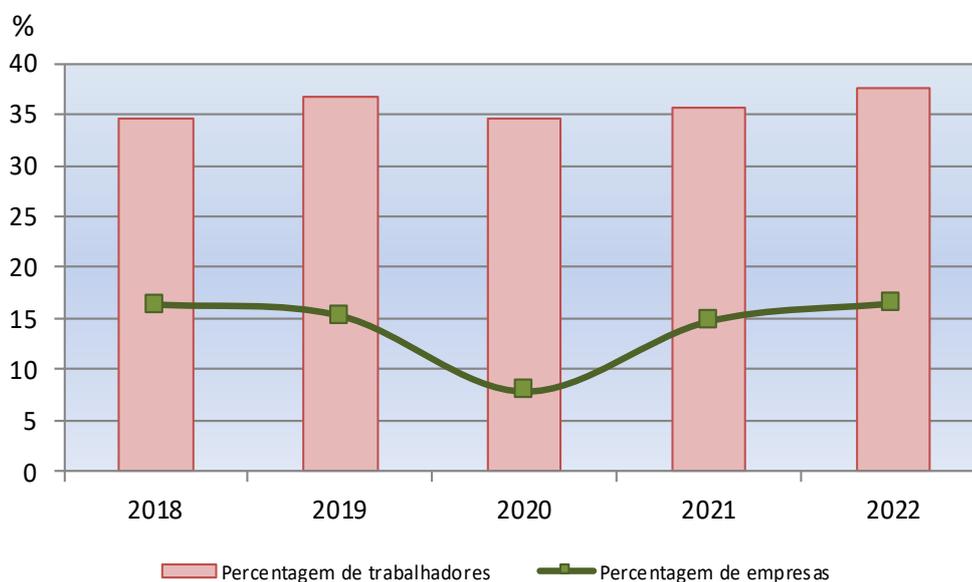
Por último, tendo em conta o volume total de formação profissional registada pelo IEFP, verifica-se que 60% da formação foi realizada em regime presencial, 20% em regime misto e 20% ocorreu à distância.

5.3. Formação contínua nas empresas

De acordo com os dados *do Relatório anual de formação contínua*⁸⁷, no Continente, em 2022⁸⁸, 43,4 mil empresas promoveram ações de formação para os seus trabalhadores, ou seja, 16,4% do total de empresas que responderam ao Relatório Único. Houve assim um acréscimo no número e na percentagem de empresas que promoveram ações de formação relativamente a 2021 (mais 6,6 mil empresas).

Estas ações de formação, em 2022, abrangeram cerca de 1.185,2 mil trabalhadores (37,6% do total dos trabalhadores ao serviço nas empresas), o que significou um acréscimo de 2 pontos na percentagem de trabalhadores envolvidos em formação (mais 143,3 mil trabalhadores) relativamente ao ano anterior. No decurso dos últimos cinco anos, a percentagem de trabalhadores abrangidos por ações de formação no total dos trabalhadores ao serviço nas empresas oscilou, tendo registado valores mais baixos em 2018 e 2020 (34,7% e 34,6%, respetivamente) e um valor máximo em 2022 (37,6%).

Figura 183. Evolução da % Empresas e trabalhadores envolvidos em ações de formação contínua relativamente ao total de empresas e trabalhadores



Fonte: GEP (MTSSS), *Relatório Anual de Formação Contínua*.

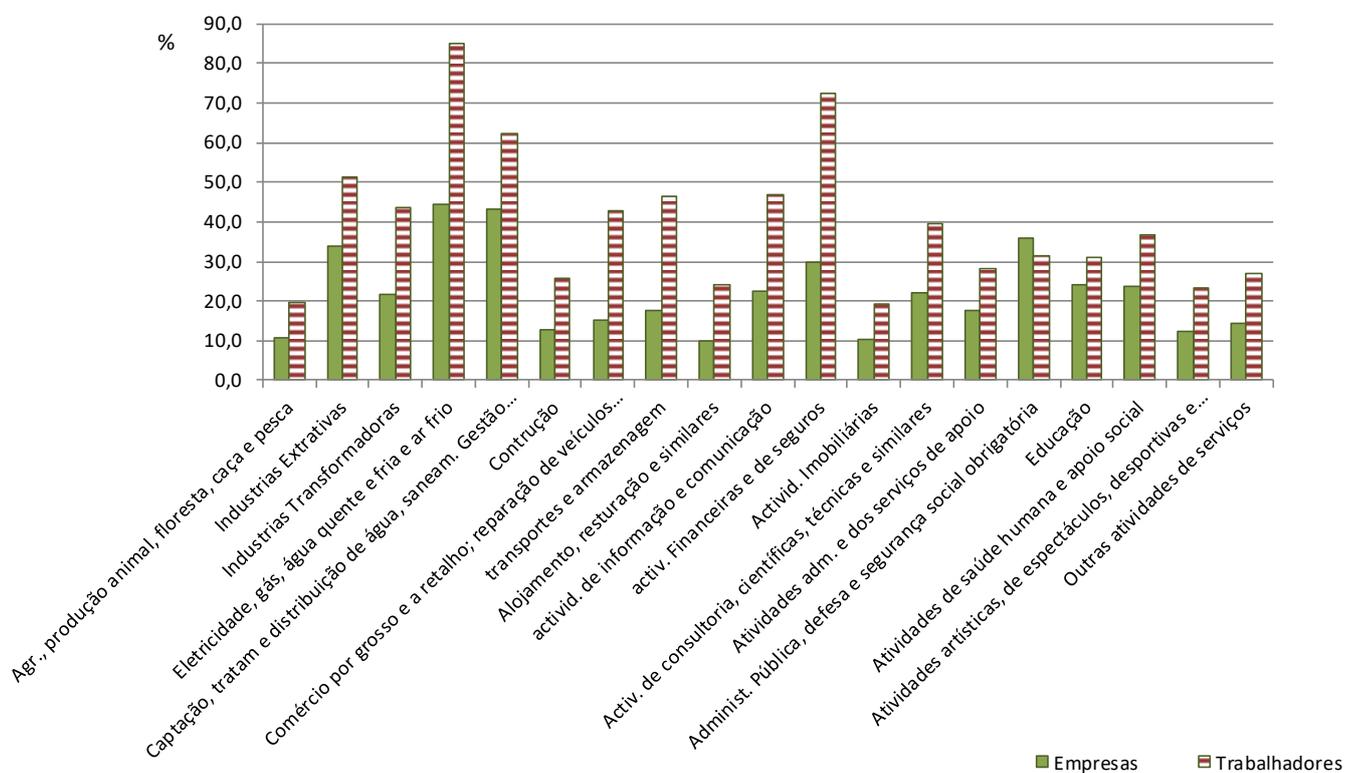
⁸⁷ O relatório anual de formação contínua que constitui o anexo C do Relatório Único reúne informação relativa às ações de formação promovidas pelas empresas para os seus trabalhadores. Esse relatório foi publicado pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento a partir de 2010.

⁸⁸ Dados consultados em junho de 2024. Últimos dados disponíveis, à data.

• *Por setores de atividade*

Em 2022, os setores em que maior percentagem de empresas desenvolveu ações de formação foram, como já no ano anterior, o setor da *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio* (44,6% do total do setor), o setor da *Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão e resíduos e despoluição* (43,3%) e o das *Atividades Financeiras e de Seguros* (29,6%), que foram também os setores em que as ações abrangeram as maiores percentagens de trabalhadores ao serviço (84,8%, 62,3% e 72,4%, respetivamente). A percentagem de empresas que desenvolveu ações de formação no setor da *Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória* foi também bastante significativa (35,8%), assim como a percentagem de trabalhadores das *Indústrias extrativas*, das *Atividades de informação e comunicação* e dos *Transportes e Armazenagem* envolvidos em formação (51,1%, 46,9% e 46,6%, respetivamente). Os setores com menor percentagem de empresas promotoras de formação foram o *Alojamento, Restauração e similares*, as *Atividades imobiliárias* e a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, sendo que foi também o setor das *Atividades imobiliárias* bem como o da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* que registaram percentagens menos significativas de trabalhadores em formação.

Figura 184. Percentagem de empresas e trabalhadores envolvidos em ações de formação contínua face ao total de empresas e trabalhadores por setores de atividade – 2022



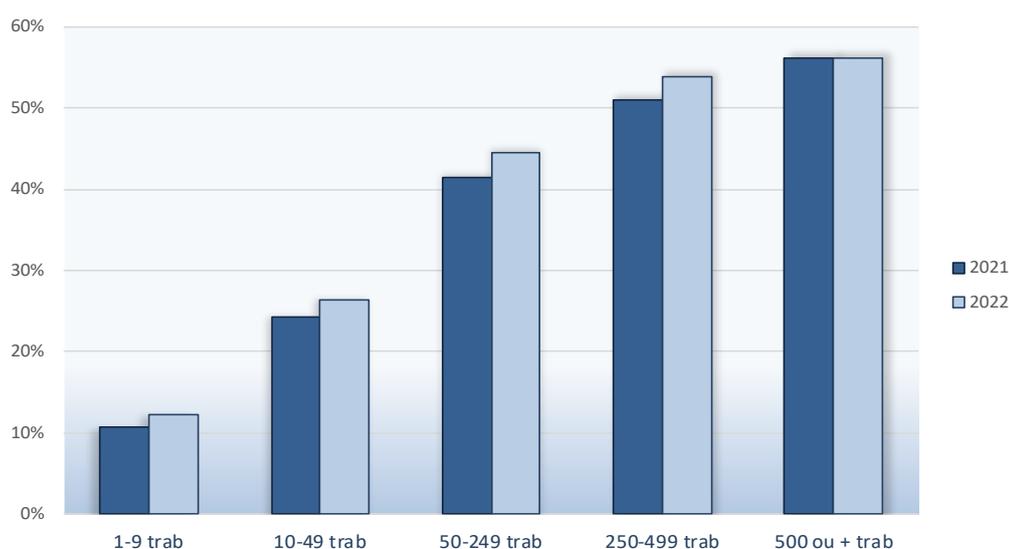
Fonte: GEP (MTSSS), *Relatório Anual de Formação Contínua*.

Entre 2021 e 2022, a percentagem de empresas promotoras de ações de formação aumentou na maioria dos setores de atividade, mas sobretudo no que se refere à *Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória*, às *Indústrias Extrativas* e às *Atividades de saúde humana e apoio social*. Por outro lado, a percentagem de empresas promotoras de formação apenas diminuiu nos setores da *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio* e da *Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão e resíduos e despoluição*. Já no que se refere à percentagem de trabalhadores envolvidos, e no mesmo período de tempo, o setor em que essa percentagem mais cresceu foi o setor das *Indústrias Extrativas*, logo seguido pelas *Atividades de saúde humana e apoio social* e pelas *Atividades financeiras e de seguros*. No sentido inverso, a percentagem de trabalhadores envolvidos na formação decresceu nos setores dos *Transportes e armazenagem* e das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio*.

- **Por escalão de dimensão das empresas**

Analisando os escalões de dimensão das empresas, constatamos que, tal como nos anos anteriores, em 2022, a percentagem de trabalhadores abrangidos por ações de formação contínua face ao total dos trabalhadores das empresas do mesmo escalão de dimensão crescia à medida que o escalão de dimensão era maior, variando entre os 12,2%, nas empresas com 1 a 9 trabalhadores e os 56,2% nas empresas com 500 e mais trabalhadores.

Figura 185. Percentagem de trabalhadores em ações de formação contínua segundo o escalão de pessoal ao serviço



Fonte: GEP (MTSSS), *Relatório Anual de Formação Contínua*.

Relativamente a 2021, essa percentagem cresceu em todos os escalões de dimensão, à exceção do escalão dos 500 e mais trabalhadores. O escalão das empresas com 50 a 249 trabalhadores registou o maior aumento (mais 3,2 p.p.).

- **Por sexo e escalão etário**

Em 2022, a percentagem de homens e mulheres que frequentaram ações de formação promovidas pelas empresas subiu ligeiramente face ao período homólogo e, ao contrário do ano anterior, a percentagem de homens foi ligeiramente inferior à de mulheres. A *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio* e as *Indústrias Transformadoras* continuavam a ser os setores em que a percentagem de homens em ações de formação contínua mais ultrapassava a percentagem de mulheres. Por seu turno, os setores do *Comércio por grosso e retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, da Educação e da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* foram aqueles em que a percentagem de mulheres mais ultrapassou a percentagem de homens.

Em 2022, o escalão etário com maior percentagem de trabalhadores envolvidos em ações de formação, foi o escalão dos 35 aos 44 anos (39,8%), seguindo-se-lhe o escalão dos 18 aos 34 anos (39,7%) e depois o escalão dos 45 aos 64 anos (35,3%). No escalão até aos 18 anos, cerca de 32% dos trabalhadores frequentaram ações de formação, percentagem que foi de 20,4% no que se refere aos trabalhadores com 65 e mais anos. Entre 2022 e 2021, a percentagem de TCO envolvidos em ações de formação contínua subiu relativamente a todos os escalões etários, em particular no escalão até aos 18 anos, que registou um aumento de 8,2 p.p.

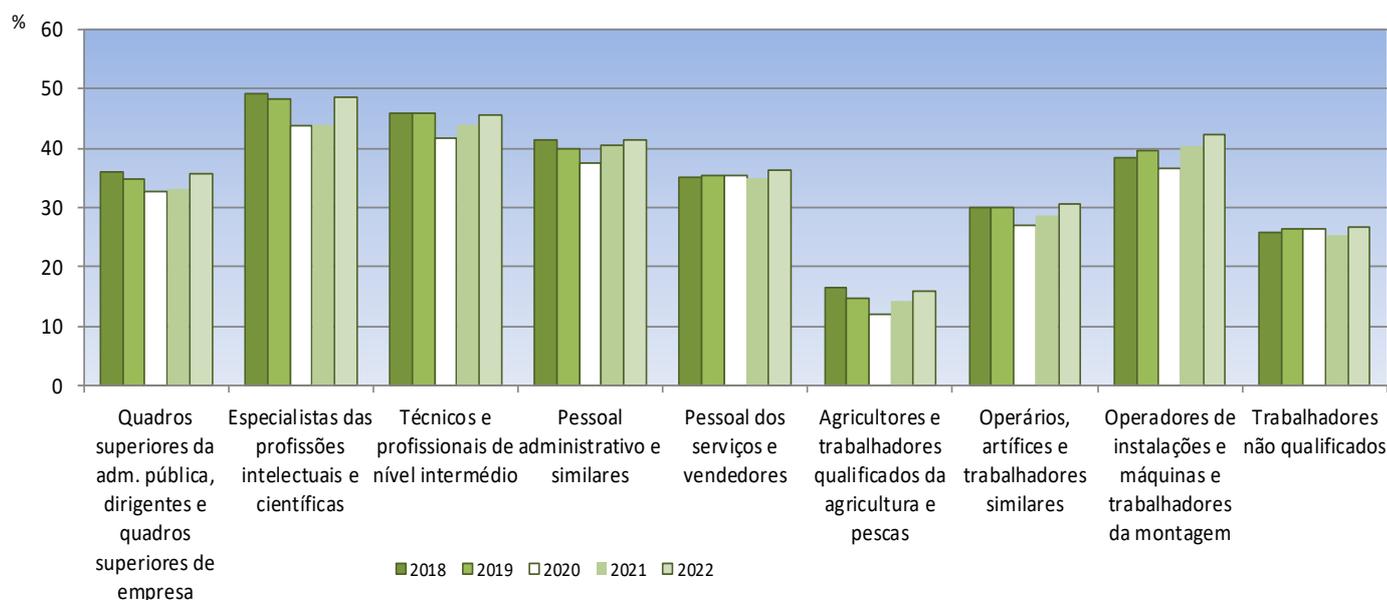
- **Por nível de habilitações**

A percentagem dos trabalhadores abrangidos por ações de formação promovidas pelas empresas, em 2022, era, de um modo geral, tanto mais elevada quanto mais elevado o nível de habilitações, ou seja, frequentaram ações de formação, 24,8% dos TCO com menos do que o 1º ciclo do ensino básico e 29,5% dos TCO com o Ensino básico, quando, no que se refere aos TCO com licenciatura, essa percentagem atingia os 49,1% e, relativamente aos TCO com mestrado, os 56,4%. A exceção foram os TCO que possuíam o doutoramento, já que apenas 32,9% do total destes TCO frequentaram ações de formação. Face ao ano anterior, a percentagem de trabalhadores em formação, em 2022, aumentou em todos os níveis de habilitações, em particular nos TCO com níveis de habilitações mais elevados, designadamente nos TCO com a licenciatura e com o ensino técnico profissional.

- **Por grupos profissionais**

Em 2022, os grupos profissionais com maior percentagem de trabalhadores em formação eram, tal como no ano anterior, o dos *Especialistas das atividades intelectuais e científicas* (48,4%), o dos *Profissionais de nível intermédio* (45,6%) e o dos *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem* (42,2%). Por outro lado, os grupos profissionais com menor percentagem de trabalhadores em formação eram os *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas* (15,9%) e os *Trabalhadores não qualificados* (26,7%). Relativamente a 2021, a percentagem de TCO em formação no total dos TCO do mesmo grupo profissional aumentou na maioria dos grupos, em particular no grupo do *Especialistas das atividades intelectuais e científicas*. Pelo contrário, no grupo do *Pessoal administrativo e similares*, essa percentagem manteve-se quase inalterada.

Figura 186. Percentagem de trabalhadores em ações de formação relativamente ao total de TCO do mesmo grupo profissional



Fonte: GEP (MTSSS), *Relatório Anual de Formação Contínua*.

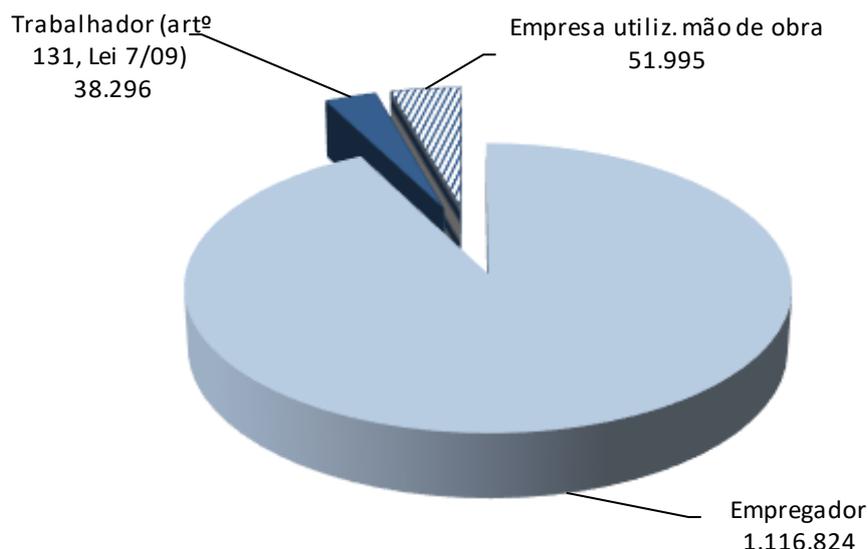
- **Por iniciativa da formação**

No que se refere à iniciativa da formação⁸⁹, em 2022, 94,2% dos trabalhadores que frequentaram ações, fizeram-no por iniciativa do empregador, 4,4% por iniciativa das empresas utilizadoras de mão-de-obra e 3,2% foi por sua própria iniciativa. Entre 2021 e 2022, o número de trabalhadores envolvidos em ações

⁸⁹ A percentagem foi calculada relativamente ao total de trabalhadores em ações de formação. O trabalhador pode ser contado mais que uma vez consoante as diferentes iniciativas que corresponderam às ações de formação frequentadas.

de formação por iniciativa do empregador e por iniciativa do trabalhador aumentou (mais cerca de 138 mil e mais 5,3 mil trabalhadores, respetivamente). Quanto aos trabalhadores em ações de formação por iniciativa das empresas utilizadoras de mão de obra, o seu número evidenciou igualmente uma subida, embora menos expressiva (mais 3,4 mil trabalhadores face ao ano anterior).

Figura 187. Número de trabalhadores em ações de formação por iniciativa da formação – 2022



Fonte: GEP (MTSSS), *Relatório Anual de Formação Contínua*

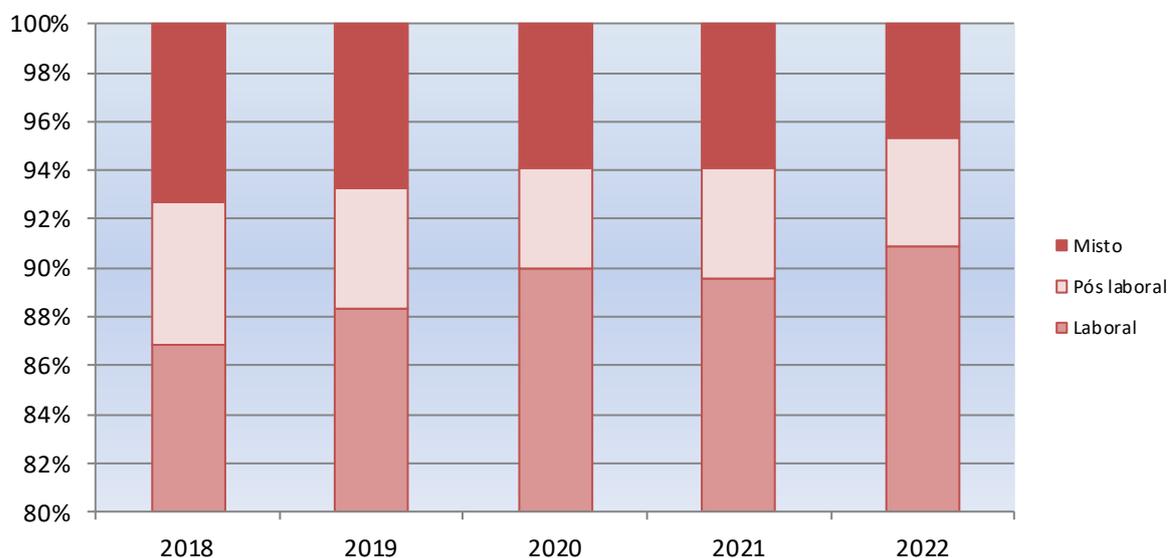
No que respeita à iniciativa da formação nos diferentes setores de atividade, registe-se o peso das ações de formação da iniciativa do empregador no setor da *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio*, das ações de formação da iniciativa do trabalhador nos setores das *Atividades financeiras e de seguros* e da *Educação* e das ações da iniciativa de empresas utilizadoras de mão de obra no setor das *Atividades imobiliárias*.

- **Por tipo de horário de formação**

Em 2022, e no que se refere ao tipo de horário em que decorreu a formação, 94,6% dos trabalhadores em formação frequentaram ações de formação em horário laboral, 4,9% em horário misto e 4,7% em horário pós-laboral. O setor de atividade que registava maior percentagem de trabalhadores em formação em horário laboral era o da *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio*. Já os setores da *Educação* e da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* registavam as percentagens mais expressivas de trabalhadores em formação em horário pós-laboral. O setor das *Atividades de informação*

e de comunicação, juntamente com o da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* eram os setores com maior percentagem de trabalhadores em formação em horário misto.

Figura 188. Percentagem de trabalhadores em ações de formação por tipo de horário



Fonte: GEP (MTSSS), *Relatório Anual de Formação Contínua*

Relativamente a 2021, a única categoria que registou uma quebra foi a dos trabalhadores em formação em horário misto. De notar que, ao longo do último quinquénio, apesar de algumas oscilações, o peso do número de trabalhadores em ações de formação em horário laboral evidenciou uma subida, contrariamente às restantes categorias (horário pós-laboral e misto).

- **Por duração da formação**

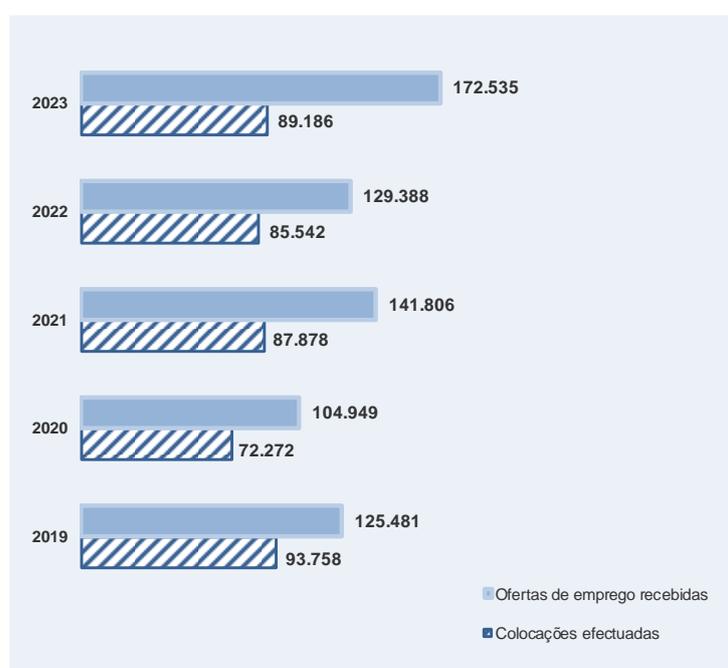
Em 2022, as ações de formação contínua promovidas pelas empresas tiveram em média, uma duração de 33,6 horas, um ligeiro acréscimo, em termos homólogos. Os setores que registaram períodos de duração média mais elevados foram a *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio* (51,3 horas), a *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* (49,4 horas) e as *Atividades financeiras e de seguros* (45,7 horas).

Em 2022, o número médio de horas de formação era superior a 32 horas em todos os escalões de empresas exceto no escalão de empresas com 50 a 249 trabalhadores, que registou uma média de 31,3 horas de formação. De salientar que, nos últimos cinco anos, o número médio de horas de formação tem-se mantido relativamente estável.

5.4. Ofertas e colocações dos Centros de Emprego

De acordo com os dados disponibilizados pelo IEFP, as ofertas de emprego recebidas nos Centros de Emprego aumentaram em 2023, contrariando assim a tendência de decréscimo verificada no último ano. Com efeito, o número de ofertas cresceu 33,3%, atingindo cerca de 172,5 mil em 2023. Por outro lado, face ao período homólogo, o número de colocações efetuadas pelos Centros de Emprego em 2023, apresentou igualmente um crescimento, com mais 4,3%, o que correspondeu a um aumento de cerca de 3,6 mil colocações face a 2022. Deste modo, constata-se que, em 2023, mais de metade das ofertas foram preenchidas através de colocações dos Centros de Emprego (51,7%).

Figura 189. Ofertas e colocações recebidas nos Centros de Emprego



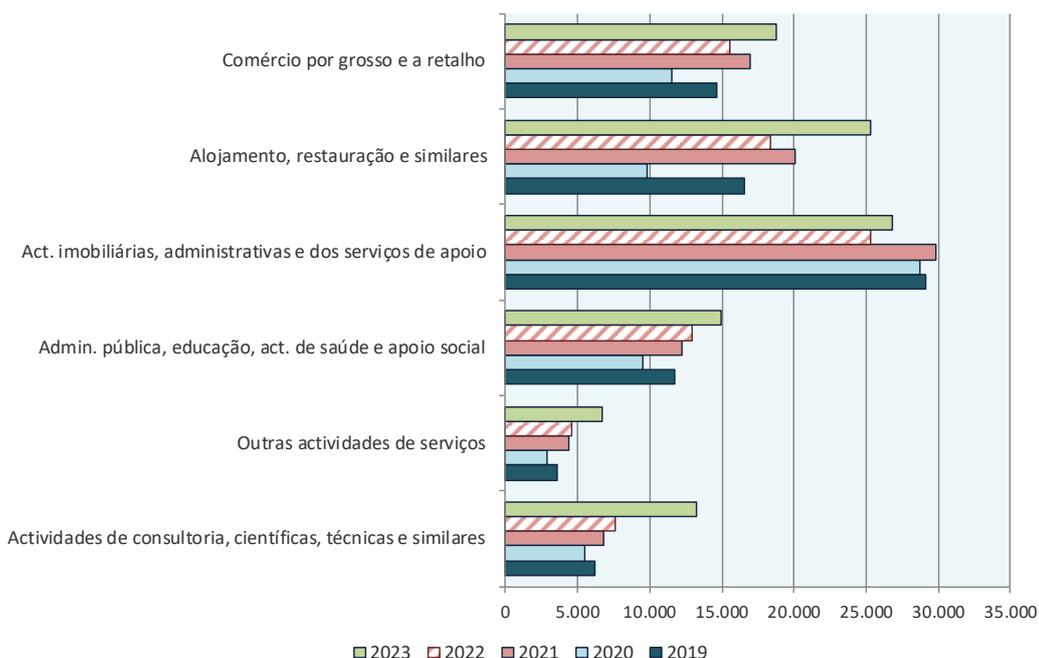
Fonte: IEFP, *Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego*

Em termos setoriais, verifica-se que foram os setores da *Indústria* e dos *Serviços* que mais contribuíram para o aumento das ofertas de emprego registadas em 2023 (mais 34,3% e mais 33,6%, respetivamente, o que correspondeu a um crescimento de cerca de 10,7 mil ofertas na *Indústria* e 31,4 mil nos *Serviços*). Quanto ao número de ofertas de emprego no setor da *agricultura*, este evidenciou igualmente uma subida (mais 22,4%), embora pouco expressiva em termos absolutos, dada a menor representatividade do setor (mais 1.051 ofertas, face ao ano anterior). De salientar que, o setor dos *serviços* continuou a concentrar o maior número de ofertas, totalizando 125,1 mil ofertas, em 2023.

Uma análise mais detalhada das ofertas de emprego, em 2023, evidencia que, à exceção do subsector das *Atividades financeiras e de seguros*, todos os subsectores dos *Serviços* evidenciaram um acréscimo do respetivo número de ofertas registadas. Com efeito, considerando que 72,5% das ofertas recebidas foram oriundas dos *Serviços*, a sua distribuição concentrou-se, em particular, nas *Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio* (15,5%), no *Alojamento, restauração e similares* (14,7%), no *Comércio por grosso e a retalho* (10,8%) e na *Administração pública, educação, atividades de saúde e apoio social* (8,7%).

De salientar que, em termos absolutos, os subsectores do *Alojamento, restauração e similares* (mais 7 mil registos) dos *Transportes e armazenagem* (mais 5,8 mil registos), das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (mais 5,6 mil registos) e do *Comércio por grosso e a retalho* (mais 3,2 mil registos) apresentaram os aumentos mais expressivos no número de ofertas recebidas, face ao período homólogo.

Figura 190. Ofertas de emprego recebidas – Serviços

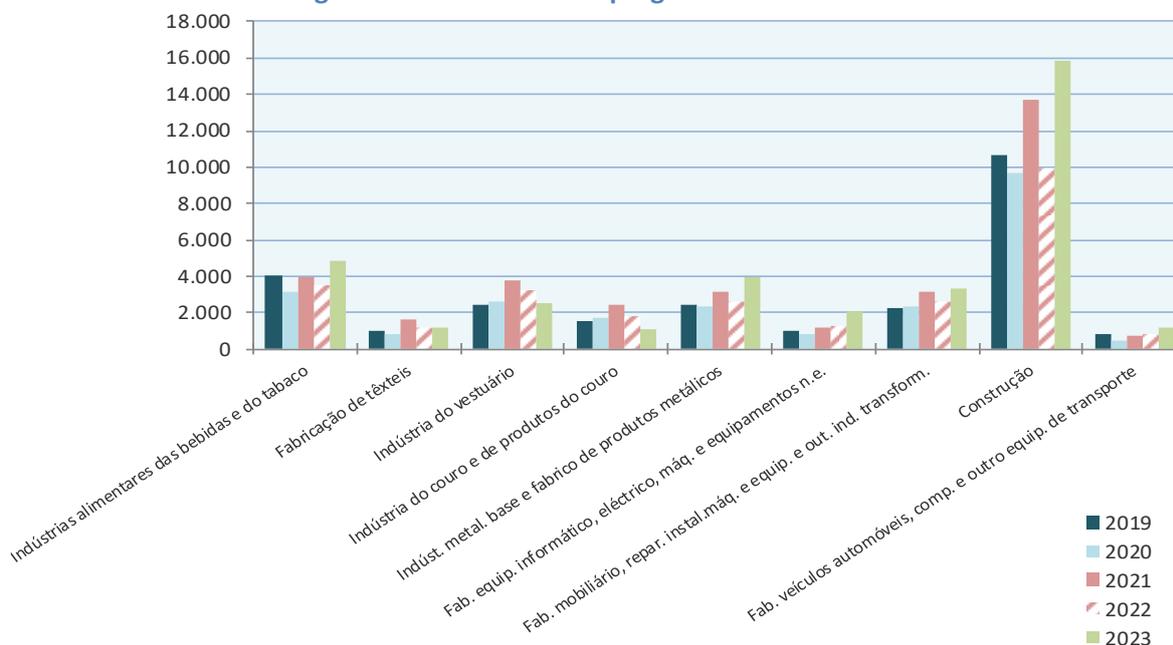


Fonte: IEFP, *Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego*

Relativamente ao setor da *Indústria, energia, água e construção*, em 2023, a *Construção* foi responsável por 9,2% do total das ofertas de emprego recebidas, tendo registado um crescimento de 58,8% face ao ano anterior. Seguem-se as *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (2,8%), a *Indústria metalúrgica*

de base e fabrico de produtos metálicos (2,3%), o Fabrico de mobiliário, reparação e instalação de máquinas e equipamento e outras indústrias transformadoras (1,9%) e a Indústria do vestuário (1,5%).

Figura 191. Ofertas de emprego recebidas – Indústria



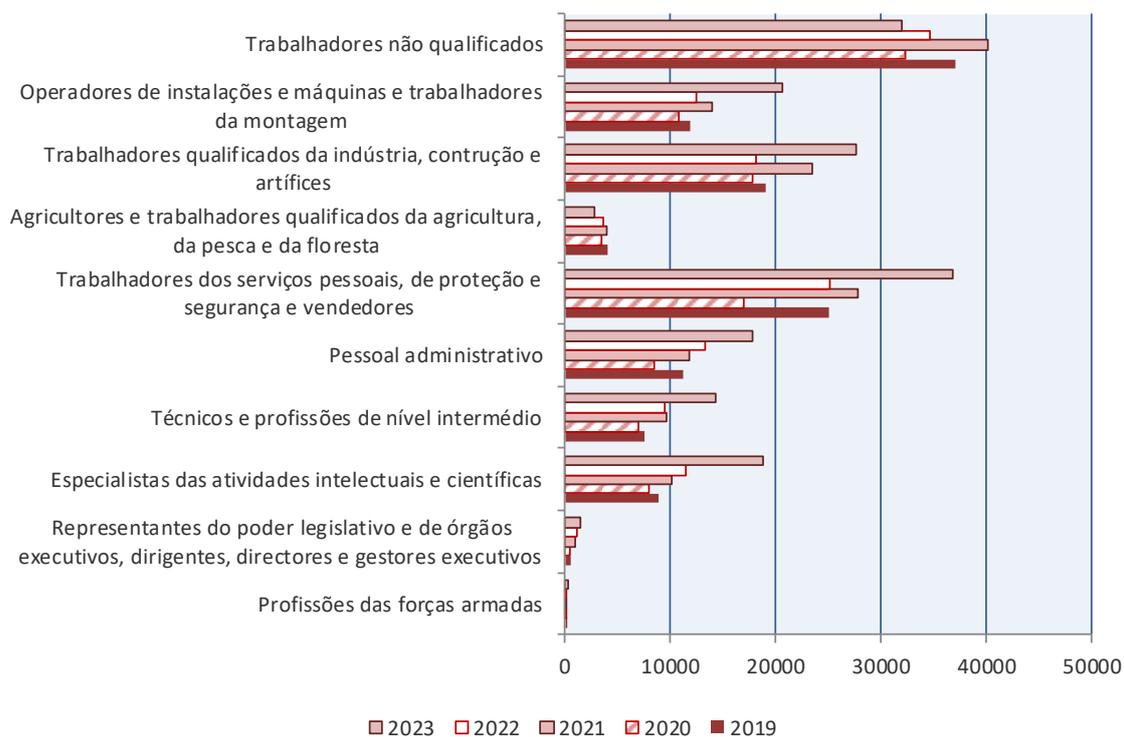
Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego

De notar que, no período em análise, quase todos os subsectores da *indústria* apresentaram acréscimos absolutos no número de ofertas recebidas, com destaque para a *Construção*, com mais 5,9 mil registos.

Considerando as ofertas de emprego recebidas em 2023, por categorias profissionais, verifica-se que os *Trabalhadores não qualificados* continuaram a apresentar-se como um dos grupos mais representados, (18,6%), não obstante, no período em análise, o seu peso relativo no total de ofertas recebidas ter diminuído cerca de 8,2 p.p., tendo sido ultrapassado pelo grupo dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* cuja representatividade no total de ofertas foi superior (21,3%).

Por último, de salientar que, em 2023, à exceção dos *Trabalhadores não qualificados*, cujo número de ofertas decresceu 7,5% (menos 2,6 mil), todos os restantes grupos profissionais viram o número das suas ofertas aumentar, com destaque para os *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores*, com mais 46,1% (mais 11,6 mil ofertas), para os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices*, com mais 52,7% (mais 9,6 mil ofertas), e os *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem*, com mais 65,1% (mais 8,1 mil ofertas).

Figura 192. Ofertas Recebidas por grupos profissionais



Fonte: IEFP, *Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego*

CONCEITOS UTILIZADOS

Acidente de trabalho

Todo o acontecimento inesperado e imprevisível, incluindo os atos de violência derivados do trabalho ou com ele relacionados, do qual resulte uma lesão corporal, uma doença ou a morte de um ou vários trabalhadores. São também considerados acidentes de trabalho os acidentes de viagem, de transporte ou de circulação, nos quais os trabalhadores ficam lesionados e que ocorrem por causa, ou no decurso do trabalho, isto é, quando exercem uma atividade económica, ou estão a trabalhar, ou realizam tarefas para o empregador.

Ações de Formação

Atividade organizada com o fim de proporcionar a aquisição ou o aprofundamento de conhecimentos e competências profissionais.

Condição perante o trabalho

Situação do indivíduo perante a atividade económica no período de referência podendo ser considerado ativo ou inativo.

Contrato de trabalho intermitente sem termo

Contrato de trabalho pelo qual o trabalhador se obriga a prestar atividade intercalada por um ou mais períodos de inatividade.

Contrato de trabalho para prestação subordinada de teletrabalho

Contrato de trabalho em que a atividade a que o trabalhador se obriga é realizada habitualmente fora da empresa e através de recurso a tecnologias de informação e de comunicação.

Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária

Contrato de trabalho por tempo indeterminado celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador, pelo qual este se obriga, mediante retribuição daquela, a exercer temporariamente a sua atividade numa empresa utilizadora, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário.

Contrato de trabalho temporário com termo certo

Contrato celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador pelo qual ele se obriga, mediante retribuição daquela, a exercer a sua atividade a uma empresa utilizadora, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário. O contrato cessará quando ocorra determinado facto futuro com data antecipadamente prevista).

Contrato de trabalho temporário com termo incerto

Contrato celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador pelo qual ele se obriga, mediante retribuição daquela, a exercer a sua atividade a uma empresa utilizadora, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário. O contrato cessará quando ocorra determinado facto futuro que não tem data antecipadamente prevista)

Custo de mão de obra

Despesas suportadas exclusivamente pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra. Dividem-se em custos diretos e custos indiretos. Os subsídios para compensação das remunerações diretas deduzem-se ao custo total.

Custo direto de mão de obra

Parte do custo suportado pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra diretamente ligado ao tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui a remuneração do trabalho efetuado, o pagamento das horas remuneradas mas não trabalhadas, os prémios e gratificações e o custo dos pagamentos em géneros.

Custo indireto de mão de obra

Parte do custo suportado pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra que não está diretamente ligado ao tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui as contribuições patronais legais, convencionais, contratuais e facultativas para os regimes de Segurança Social e regimes complementares, as prestações sociais pagas diretamente aos trabalhadores (complementos aos subsídios de doença e de acidente de trabalho, complemento às pensões de reforma e sobrevivência, prestações familiares, subsídios de apoio aos estudos dos trabalhadores e/ou filhos, etc.), os custos da formação profissional, os custos de carácter social (cantinas, refeitórios, creches/infantários, serviços médico-sociais, colónias de férias, custos de manutenção, reparação, amortização e juros suportados pelo empregador com o alojamento do trabalhador, etc.), e outros custos da mão de obra (despesas de transporte dos trabalhadores entre o domicílio e o local de trabalho, custos de recrutamento, etc.).

Custos com serviços de carácter social

Despesas efetuadas com serviços e obras sociais, tais como: despesas de funcionamento dos serviços sociais; despesas líquidas com o funcionamento de cantinas, refeitórios e outros serviços de aprovisionamento; despesas com serviços de carácter educativo, cultural, recreativo ou bolsas de estudo concedidas aos trabalhadores e seus descendentes; e outras despesas com serviços sociais.

Desempregado

Indivíduo, com idade mínima de 16 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não;
- c) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não.

Consideram-se como diligências:

- a) contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações;
- b) contacto com empregadores;
- c) contactos pessoais ou com associações sindicais;
- d) colocação, resposta ou análise de anúncios;
- e) realização de provas ou entrevistas para seleção;
- f) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos;
- g) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria.

O critério de disponibilidade para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte:

- a) no desejo de trabalhar;
- b) na vontade de ter atualmente um emprego remunerado ou uma atividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários;
- c) na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes.

Inclui-se o indivíduo que tem um emprego, mas só começa a trabalhar em data posterior à do período de referência até ao prazo limite de três meses, findo o qual passa a ser considerado inativo.

Desempregado à procura de novo emprego

Indivíduo desempregado que já teve um emprego.

Desempregado à procura do primeiro emprego

Indivíduo desempregado que nunca teve emprego.

Desempregado de longa duração

Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 12 meses ou mais. Nos casos dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do período de tempo de procura de emprego (12 meses ou mais) é feita a partir da data de inscrição nos Centros de Emprego.

Desempregado de muito longa duração

Trabalhador sem emprego, disponível para trabalhar e à procura de emprego há 24 meses ou mais.

Desemprego registado

Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada, inscritos nos Centros de Emprego, que não têm emprego, que procuram um emprego e que estão disponíveis para trabalhar.

Desencorajados

Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada que no período de referência não tinham qualquer trabalho e que, estando disponíveis para trabalhar, não procuram emprego, nomeadamente porque: a) não sabem procurar ou; b) acham que não vale a pena ou; c) consideram que não há empregos disponíveis na zona.

Duração habitual de trabalho

Número de horas executadas com carácter habitual, mesmo que não realizadas no período de referência. Inclui as horas extraordinárias desde que a sua prestação tenha carácter regular.

Empregado

Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações:

- 1) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- 2) tinha uma ligação formal a um emprego, mas não estava temporariamente ao serviço;
- 3) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; 4) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Empresa

Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.

Estabelecimento

Empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

Encargos convencionais, contratuais e facultativos com a Segurança Social e regimes análogos a cargo das entidades patronais

Encargos da entidade patronal resultantes do Instrumento de Regulamentação de Trabalho ou acordados diretamente nos contratos individuais ou ainda encargos resultantes da vontade e iniciativa da entidade patronal, para a Segurança Social e regimes análogo.

Formação Profissional Contínua

Formação profissional direcionada a indivíduos que desempenham ou já desempenharam uma atividade profissional e que se destina à atualização de conhecimentos e competências.

Ganho

Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com caráter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas, mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

Inativo disponível, mas que não procura emprego

Inativo com idade dos 16 aos 74 anos que, no período de referência, estava disponível para trabalhar, mas não tinha procurado ativamente um trabalho ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores).

NEEF

Conjunto de indivíduos jovens de um determinado grupo etário que, na semana de referência, não estavam empregados (isto é, estavam desempregados ou eram inativos), nem frequentavam qualquer atividade de educação ou formação nessa semana ou nas três semanas anteriores. Em geral, consideram-se como jovens os indivíduos dos 15 aos 24 anos, mas este indicador também é disponibilizado para grupos etários mais alargados e subgrupos destes.

Nível de escolaridade

Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.

Pessoal ao serviço

Pessoas que no período de referência efetuaram qualquer trabalho remunerado de pelo menos uma hora para o estabelecimento, independentemente do vínculo que tinham.

Prémios e subsídios regulares

Montante líquido pago às pessoas ao serviço, com carácter regular mensal, por subsídio de alimentação, de função, de alojamento ou transporte, diuturnidades ou prémios de antiguidade, de produtividade, de assiduidade, subsídios por trabalhos penosos, perigosos ou sujos, subsídios por trabalho de turnos e noturnos. Exclui os montantes relativos a retroativos, indemnizações, subsídios de Natal ou férias.

População ativa

População com idade mínima de 16 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

População Inativa

População que, independentemente da idade, no período de referência, não podia ser considerada economicamente ativa, i.e., não estava empregada, nem desempregada.

População residente

Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Prémios e subsídios regulares

Montante líquido pago às pessoas ao serviço, com carácter regular, no período de referência, como é o caso dos subsídios de alimentação, de função, de alojamento ou transporte, diuturnidades ou prémios de antiguidade, produtividade, assiduidade, subsídio por trabalhos penosos, perigosos ou sujos, subsídios por trabalho de turnos e noturnos.

Profissão

Ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.

Remuneração mensal base

Montante ilíquido em dinheiro e/ ou géneros pago aos trabalhadores no período de referência e correspondente às horas normais de trabalho, independentemente de terem faltado ou não por férias, maternidade, greves, formação profissional, doença e acidentes de trabalho por tempo igual ou inferior a um mês.

Exclui: quaisquer prémios, subsídios (Natal, alimentação, alojamento, de turno, férias, de função e outros), diuturnidades e gratificações, mesmo que estes constem na definição de remuneração base do respetivo instrumento de regulamentação do trabalho.

Remuneração mensal ganho

Remuneração base, prémios e subsídios regulares e remuneração por trabalho suplementar

Remuneração por trabalho suplementar

montante ilíquido, correspondente ao número de horas suplementares efetuadas no período de referência, quer tenham sido realizadas em dias de trabalho, quer em dias de descanso ou feriados.

Remunerações das horas não efetuadas

Pagamentos diretos efetuados aos trabalhadores relacionados com as férias anuais e outras semelhantes, os feriados oficiais e outros reconhecidos e com outras ausências que não implicam perda de remuneração e com pagamento garantido pelo empregador (nascimento e morte de familiares, casamento do trabalhador, atividades sindicais, obrigações familiares, etc.).

Saída escolar precoce

Situação dos indivíduos, num escalão etário (normalmente entre os 18-24 anos), que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola.

Subemprego de trabalhadores a tempo parcial

Conjunto de trabalhadores, a tempo parcial e com idades dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, declararam pretender trabalhar mais horas do que as que habitualmente trabalhavam em todas as atividades e estavam disponíveis para começar a trabalhar as horas pretendidas num período específico (o período de referência ou as duas semanas seguintes).

Subutilização do trabalho

Indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego, mas não disponíveis e os inativos disponíveis, mas que não procuram emprego.

Taxa de atividade (16 e mais anos)

Taxa que permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (população com 16 e mais anos de idade).

Taxa de desemprego

Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Taxa de emprego (16 e mais anos)

Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 16 e mais anos de idade).

Trabalhador a tempo completo

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

Trabalhador a tempo parcial

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

Trabalhador com contrato a termo

Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: a) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; b) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da atividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.

Trabalhador com contrato permanente

Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada.

Trabalhador familiar não remunerado

Indivíduo que exerce uma atividade independente numa empresa orientada para o mercado e explorada por um familiar, não sendo, contudo, seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho.

Trabalhador ocasional

Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho não tem periodicidade definida, ocorrendo esporadicamente sem caráter de continuidade, não sendo cíclico ao longo dos anos.

Trabalhador por conta de outrem

Indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Trabalhador por conta própria

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.

Trabalhador por conta própria como empregador

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa.

Trabalhador por conta própria como isolado

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, habitualmente, não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para com ele trabalhar(em). Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.

Trabalhador sazonal

Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho é exercido em determinadas épocas do ano, sempre no mesmo período ao longo dos anos. Consideram-se as ações de formação que resultam de um conjunto de atividades devidamente planeadas e estruturadas, visando a aquisição de conhecimentos e capacidades exigidas para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões. São consideradas quer as ações de formação realizadas pela empresa/entidade nas suas instalações, quer as realizadas por outras entidades onde tenham participado trabalhadores da empresa. Exclui-se a formação inserida no Sistema de Aprendizagem.

PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Comissão Científica eleita por Deliberação do Plenário do CRL, constituída por:

- António Figueiredo** – FEP, Universidade do Porto – Quatenaire Portugal
- Cristina Rodrigues** – Universidade Nova de Lisboa – IEFP
- Francisco Madelino** – ISCTE – INATEL
- João Cerejeira** – EEG – Universidade do Minho
- Mário Caldeira Dias** – Universidade Lusíada

1. Notas preliminares

O Relatório sobre Emprego e Formação, sobre o qual versa o presente parecer, vai na sua nona edição anual. Em relação ao ano anterior, mantém-se a metodologia seguida e a estrutura, e o mandato da Comissão consistiu no acompanhamento da elaboração do relatório, iniciada com a discussão do roteiro preparado pelo perito responsável, Professor José Varejão, e aprovado pelo Plenário do CRL.

Apreciação do relatório

1. O Relatório reflete a evolução de melhoria sustentada que a exploração de um modelo de elaboração que se tem mantido relativamente constante tem permitido alcançar; esta evolução permite não apenas consolidar metodologias de abordagem e de recolha e sistematização de informação, como ir também acrescentando novos elementos, enriquecendo a leitura anual.
2. Havendo pouca análise e discussão pública fundamentadas sobre as matérias que o Relatório versa, o conjunto de dados que agrega e nos oferece são um bem precioso para académicos, decisores políticos, parceiros sociais, jornalistas, dirigentes e trabalhadores da Administração Pública, e em geral para toda a sociedade portuguesa.

O Relatório permite conhecer para refletir e agir. Nesse sentido, recomendamos que haja um esforço acrescido na divulgação deste trabalho, de forma a chegar a todos os seus potenciais utilizadores, eventualmente com a realização de debates e /ou outros fóruns de discussão pública.

3. Com a robustez de informação e análise já alcançada, o Relatório confirma que a economia e a sociedade portuguesa continuam a revelar fluxos de mudança apreciáveis em alguns domínios, embora essa dinâmica de fluxos não seja ainda suficiente para alterar estruturalmente algumas tendências pesadas que vêm do passado – assim é o caso da melhoria das qualificações dos trabalhadores, dos níveis de qualificação da população ativa, dos indicadores de combate ao insucesso e abandono escolar, à intensidade de inovação empresarial e ao próprio modo como a economia portuguesa vai respondendo ao problema do declínio demográfico e aos seus efeitos no mercado de trabalho.
4. Saúda-se nesta perspetiva a atenção adicional que dedica às questões da imigração, não só recorrendo às estimativas que o INE publica sobre essa matéria, mas também incorporando o peso dos trabalhadores estrangeiros no pessoal ao serviço das empresas, mobilizando os dados dos Quadros de Pessoal do MTSS. O cruzamento dos setores mais os dois tipos de informação, sugerem que a economia portuguesa vai realizando a adaptação relativamente silenciosa à mobilização de população imigrada, com relevo para as origens no Brasil e na Ásia, que superam já a presença dos trabalhadores dos PALOP no país. A própria dimensão dos trabalhadores estrangeiros com origem em países da União Europeia não é despicienda e valerá a pena acompanhar no futuro a sua evolução, como indicador indireto do contraponto existente à emigração portuguesa para países da União.
5. Em próximos relatórios, seria interessante dedicar uma atenção adicional às questões da produtividade aparente do trabalho (por emprego ou por hora trabalhada), designadamente nos setores mais abertos ao exterior da economia portuguesa, não esquecendo ainda as melhorias recentes que têm sido observadas (dados OCDE) na chamada produtividade total dos fatores, que costuma ser indicada como uma variável que dá conta da eficiência produtiva global da economia.
6. Cruzando informação dos fluxos anuais apresentada nos sucessivos Relatórios, podemos, assim, prefigurar como a relação entre fluxos e stocks vai sendo realizada na economia portuguesa e deste modo documentar a que ritmo vai sendo concretizada a evolução estrutural da economia portuguesa.

7. Um dos capítulos que continua a padecer de insuficiência de informação é o relativo ao domínio da formação profissional, seja inicial, seja contínua, e que está limitada à informação com origem no IEFP (esta é por si só uma alteração positiva, pois permite agregar e dar sentido global à diversidade de informação que passa pela atividade do IEFP) e do Relatório Anual de Formação Contínua que as empresas são obrigadas a elaborar. Significa isto que, sendo uma parte considerável da formação, inicial e de adultos, financiada pelo FSE, o Relatório deveria ter a possibilidade de registar essa atividade e, bem assim, registar a oferta formativa promovida para além do perímetro do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social.
8. Isto não significa que mesmo com estas limitações o Relatório não acrescente elementos válidos de análise, como é por exemplo o caso da distribuição da formação profissional realizada por classes de dimensão de empresas, onde é visível o peso elevado da formação realizada em grandes empresas, confirmando a dificuldade estrutural que o sistema de formação tem enfrentado de envolver as pequenas e médias empresas nessas atividades de formação.
9. Em suma, os elementos informativos recolhidos dão conta de sinais positivos em vários aspetos, embora persistam debilidades que importa acompanhar. Nesse sentido, há que sublinhar a estrutura de baixos salários na economia portuguesa: dos TCO, 63,7% auferem entre 705 e 999 €; 30,2% entre 1000 e 2499 €; 4,8 até 5000€ e apenas 0,5 % mais de 5000€. Por outro lado, continua a verificar-se a diferença salarial entre homens e mulheres, com estas a auferirem 83,8% do valor do trabalho masculino. Na realidade, esta diferença tem vindo a diminuir, mas continua muito elevada nalguns setores como, por exemplo, no sector das atividades artísticas, espetáculos, desportivas e recreativas, onde o o ganho mensal médio mensal feminino é praticamente metade do auferido pelos homens, devido às diferenças salariais entre sexos nos profissionais do desporto.
10. O Relatório permite, assim, múltiplas leituras e reflexões, e é imprescindível para fundamentar as políticas públicas e as opções políticas que venham a ser tomadas nestas áreas centrais do Emprego e Formação Profissional. Para edições futuras, e atendendo ao impacto da transformação tecnológica na estrutura salarial, sugere-se o desenvolvimento da análise da desigualdade salarial, com a inclusão dos indicadores correspondentes (rácios de percentis, coeficiente de Gini, por exemplo).

12 de julho de 2024



RELATÓRIO ANUAL SOBRE EMPREGO E FORMAÇÃO 2023

Declaração de voto

O relatório em apreciação contém um vasto conjunto de informação sobre emprego e formação de diversas fontes estatísticas e administrativas que é muito relevante.

No entanto, persistem várias insuficiências de informação, que poderiam ter sido colmatadas tendo em conta as propostas enviadas pela CGTP-IN desde a elaboração da proposta de roteiro, várias das quais temos referido em relatórios anteriores.

Em vários casos dizem respeito a informação publicada pelo Sistema Estatístico Nacional ou que poderia ter sido solicitada pelo Centro de Relações Laborais às entidades competentes, procurando enriquecer o relatório ou assinalando as áreas onde é necessário dispor de mais dados para a caracterização.

Mas há outras lacunas importantes neste relatório, desde logo o não tratamento do tempo de trabalho, matéria fundamental desde sempre para os trabalhadores, seja no que diz respeito à duração, seja relativamente aos tipos de horário e modalidades de organização do tempo de trabalho, tendo sido apenas tratada a questão do tempo completo vs parcial.

No nosso entender, faltou também uma comparação e evolução dos salários praticados em Portugal e na União Europeia, bem como do peso do investimento total e público no PIB nos dois espaços. Também no que toca às diferenças remuneratórias entre homens e mulheres trabalhadoras, nos parecia necessário uma comparação por níveis de qualificação, tanto mais quanto as maiores diferenças se verificam precisamente entre os trabalhadores mais qualificados.

Vários indicadores deveriam também ter sido tratados numa perspectiva de contexto, não incluindo apenas os valores absolutos que, sendo importantes, dão uma visão parcial da realidade. É o caso do número de desempregados subsidiados face ao desemprego e dos montantes médios das prestações de desemprego em comparação com o limiar de pobreza e o IAS. Relativamente aos contratos não permanentes falta uma visão de conjunto do seu peso no trabalho por conta de outrem, considerando os outros tipos de contratos que também são temporários tal como os contratos a termo.

No que diz respeito à apreciação dos indicadores económicos, a CGTP-IN não acompanha a visão determinista sobre a taxa de inflação e as decisões de aumento das taxas de juro, considerando que resultam de opções políticas que são discutíveis e cujos efeitos são nefastos para a economia e para os trabalhadores, suas famílias e população em geral. Aliás, falta a apreciação das consequências do agravamento dos custos de financiamento sobre a população, apenas sendo referidas as consequências económicas dos mesmos.

Assim sendo, a CGTP-IN abstém-se na votação do Relatório sobre Emprego e Formação de 2023 do Centro de Relações Laborais.

Lisboa, 16 de Julho de 2023
CGTP-IN

